



UNIVERSIDADE DEL SOL
PROGRAMA BRASIL DE POSGRADO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

EDILENE DIAS DE ARAÚJO

**O LETRAMENTO NAS PRISÕES: LEITURA DAS INTERFACES DO
RACISMO ESTRUTURAL COMO ESTRATÉGIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA
LIBERDADE PELO PROTAGONISMO FEMININO**

ASUNCIÓN (PARAGUAY)

2024



PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

EDILENE DIAS DE ARAÚJO

O LETRAMENTO NAS PRISÕES: LEITURA DAS INTERFACES DO RACISMO ESTRUTURAL COMO ESTRATÉGIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA LIBERDADE PELO PROTAGONISMO FEMININO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação da Universidade Del Sol como parte integrante para obtenção do título de Mestrado em Ciências da Educação.

Orientador: Dayvison Bandeira de Moura

ASUNCIÓN (PARAGUAY)

2024

A663l Araújo, Edilene Dias de
O letramento nas prisões: leitura das interfaces do racismo estrutural como estratégia para a reconstrução da liberdade pelo protagonismo feminino / Edilene Dias de Araújo.
– Assunção, 2024.

271 f. : il.

Orientação: Dayvison Bandeira de Moura.
Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação)
Universidade Del Sol, Asuncion - PY, 2024.

1. Letramento. 2. Mulheres Encarceradas. 3. Racismo Estrutural. 4. Educação Prisional. 5. Protagonismo Feminino.
I. Moura, Dayvison Bandeira. II. Título.

CDD 305.235



**O LETRAMENTO NAS PRISÕES: LEITURA DAS INTERFACES DO
RACISMO ESTRUTURAL COMO ESTRATÉGIA PARA A RECONSTRUÇÃO
DA LIBERDADE PELO PROTAGONISMO FEMININO**

Profa. Edilene Dias de Araújo

Aprovado com o grau: 5 (cinco) / 11

Asunción, 23 de julio de 2024.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad Del Sol PY, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benedito José Pereira - Presidente da Banca

Profa. Dra. Catalina Concepción Luque Flores - Segunda componente da Banca

Prof. Dr. Delfi López Rolón - Terceira componente da Banca



M.Sc. Blas Javier Ríos Acuña
Secretaría General

MINISTERIO DE EDUCACION Y CIENCIAS
SECRETARIA GENERAL
DIRECCION DE CERTIFICACION ACADÉMICA
DEPARTAMENTO DE LEGALIZACIONES
CERTIFICO QUE: La firma y sello que dice:
Blas Protela - SG
UNA DES

Guarda similitud con la registrada en esta oficina
 NOTA: Esta legalización no juzga el contenido del presente documento
 Asunción: 08 SEP 2025

LEGALIZADO - M.E.C.

REPÚBLICA DEL PARAGUAY
MINISTERIO DE
RELACIONES EXTERIORES
 Hoja de Seguridad Según Decreto N° 606/18
 Correspondiente a la SERIE C Nro **02930989**

APOSTILLE (Convención de La Haya de 5 octubre 1961)			
1. País (country / pays):	REPÚBLICA DEL PARAGUAY		
2. ha sido firmado por (has been signed by / a été signé par):	CELIA MARIA LETIZIA FIORE WOITSCHACH		
3. quien actúa en calidad de: (acting in the capacity of / represent en qualité de):	Funcionario/a		
4. y está revocado del sello / timbre de: (seals the authenticity of / est revu du sceau / timbre):	Ministerio de Educación y Ciencias		
Certificado (Certified - Attesté)			
5. en: (on / à):	ASUNCION	6. el día: (on / le):	11/3/2026 15:45:37
7. por: (by / par):	MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DEL PARAGUAY Ministry of Foreign Affairs of Paraguay / Ministère des Affaires Étrangères du Paraguay		
8. bajo el número: (n° / sous n°):	40207/2026	C-2930989	
9. Sello / timbre (Signature / sceau):	CYNTHIA GRAY		
Tipo de Documento (Type of document / type d'acte): RELACIONES RELACIONADOS A ESTUDIOS - ACADEMIC			

Esta Apostilla certifica únicamente la veracidad de la firma, la calidad en que el signatario del documento figura en el documento, la identidad del sello o timbre del que el documento público está revestido. Esta Apostilla no certifica el contenido del documento para el cual se expide. Esta Apostilla se puede verificar en la dirección siguiente: www.mre.gov.py/legalizaciones.
 This Apostille only certifies the authenticity of the signature and the quality of the person who has signed the public document, and, where appropriate, the identity of the seal or stamp which the public document bears. This Apostille does not certify the content of the document for which it was issued. To verify the issuance of this Apostille, see www.mre.gov.py/legalizaciones.
 Cette Apostille atteste uniquement la véracité de la signature, la qualité en laquelle le signataire du l'acte a agi et, le cas échéant, l'identité du sceau ou timbre dont cet acte public est revêtu. Cette Apostille ne certifie pas le contenu de l'acte pour lequel elle a été émise. Cette Apostille peut être vérifiée à l'adresse suivante : www.mre.gov.py/legalizaciones.

Observación:

Código: 4214571

Nombre del Titular: ESTERLE DIAS DE ARALJO
 Otorgado Por: JUAN C. PERREIRA
 Fecha Imposición: 11/3/2026
 Registrado Por: CYNTHIA GRAY
 15:45:42 CYNTHIA GRAY
 D.S.T.P. - Depto. de Valores Fiscales - R.E.A.

AGRADECIMENTOS

Ao criador do Universo, o Deus, que tudo pode, por sempre iluminar meus passos e ações, me mantendo na trilha certa, me dando força para seguir na caminhada.

Aos meus pais (in memoriam) que sempre me incentivaram e contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu esposo pela parceria, paciência e compreensão incondicional, enfim todo seu carinho e apoio dispensado.

Ao meu filho que muito me incentivou com seus argumentos incontestáveis.

A toda minha família, mesmo, indiretamente compreendeu minha ausência em reuniões familiares, momentos únicos.

Ao meu orientador, professor Dr. Dayvison Bandeira de Moura, pelo direcionamento, sugestões e ideias valiosas que foram de grande importância para a construção exitosa da dissertação.

Aos participantes da pesquisa, que contribuíram efetivamente na construção desta pesquisa, colaborando no direcionamento das minhas reflexões.

À Equipe CIA/UNADES, em Asunción/Paraguay.

A meus amigos e parceiros que colaboram na construção deste estudo. E, finalmente a todos que sempre torceram pelo meu sucesso, tornando possível a concretude de um sonho em realidade através da educação.

"O importante não é o que fazemos de nós, mas o que nós fazemos daquilo que fazem de nós." JEAN PAUL SARTRE (1905-1980).

RESUMO

Esta pesquisa esteve vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação (Mestrado) da Universidad del Sol (Paraguai) e teve como objetivo analisar como o letramento pode constituir-se em estratégia eficaz para a reconstrução da liberdade e do protagonismo feminino em contextos prisionais, considerando as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais de mulheres encarceradas. Trata-se de uma pesquisa de campo, de corte transversal, realizada na Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR), em Pernambuco, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Fase IV (8º e 9º anos), conforme denominação institucional. A pesquisa atendeu às exigências éticas previstas nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, com autorização da Secretaria Executiva de Administração Penitenciária (SEAP), da Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE) e da Gerência Regional de Educação Metropolitana Sul (GRE Metropolitana Sul), bem como mediante a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados ocorreu nos meses de maio e junho de 2024. A amostra foi composta por 12 participantes, sendo quatro professores da unidade prisional, dois integrantes da gestão, dois representantes da SEAP, dois da SEE e dois da GRE Metropolitana Sul. O instrumento utilizado foi um questionário estruturado, contendo 12 questões fechadas, do tipo estimativa e mostruário, conforme Marconi e Lakatos (2003; 2017). A pesquisa caracterizou-se como descritiva, de abordagem quantitativa, segundo Vergara (2000). A organização e análise dos dados seguiram as etapas de leitura flutuante, categorização e elaboração de quadros analíticos, conforme Bardin (2011), em consonância com os objetivos específicos e as questões norteadoras do estudo. A análise documental fundamentou-se em Liniers (2005) e Minayo (2010). Os resultados indicaram que o letramento se configura como uma importante ferramenta de resistência e empoderamento, ao possibilitar às mulheres privadas de liberdade a reapropriação de suas histórias por meio da compreensão crítica das estruturas de poder. Evidenciou-se que o racismo estrutural impacta negativamente as experiências educacionais dessas mulheres, refletindo-se em dificuldades de acesso a uma educação pública de qualidade, justa e equitativa. Destaca-se a relevância do estudo de obras voltadas à problematização crítica do racismo, favorecendo discussões sobre o contexto social vivido por mulheres em situação de privação de liberdade. Conclui-se que a leitura e o letramento contribuem para o fortalecimento da identidade, da autonomia e do protagonismo feminino, tanto no interior quanto fora do sistema prisional, além de subsidiarem o aprimoramento de políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à remição de pena pela leitura, como estratégia de enfrentamento aos efeitos do racismo estrutural e de promoção da emancipação feminina.

Palavras-chave: Letramento; Mulheres Encarceradas; Racismo Estrutural. Educação Prisional; Protagonismo Feminino.

RESUMEN

Esta investigación estuvo vinculada al Programa de Posgrado en Ciencias de la Educación (Maestría) de la Universidad del Sol (Paraguay) y tuvo como objetivo analizar cómo la alfabetización puede constituirse en una estrategia eficaz para la reconstrucción de la libertad y del protagonismo femenino en contextos penitenciarios, considerando las interfaces del racismo estructural y las condiciones socioeducativas de mujeres encarceladas. Se trata de una investigación de campo, de corte transversal, realizada en la Colonia Penal Femenina de Recife (CPFR), en Pernambuco, en el ámbito de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), Fase IV (8º y 9º grados), conforme a la denominación institucional. La investigación cumplió con las exigencias éticas previstas en las Resoluciones nº466/2012 y nº510/2016, con autorización de la Secretaría Ejecutiva de Administración Penitenciaria (SEAP), de la Secretaría de Educación de Pernambuco (SEE) y de la Gerencia Regional de Educación Metropolitana Sur (GRE Metropolitana Sur), así como mediante la utilización del Término de Consentimiento Libre e Informado (TCLI). La recolección de datos se realizó en los meses de mayo y junio de 2024. La muestra estuvo compuesta por 12 participantes: cuatro docentes de la unidad penitenciaria, dos integrantes de la gestión, dos representantes de la SEAP, dos de la SEE y dos de la GRE Metropolitana Sur. El instrumento utilizado fue un cuestionario estructurado, con 12 preguntas cerradas, de tipo estimación y muestrario, conforme a Marconi y Lakatos (2003; 2017). La investigación se caracterizó como descriptiva, de enfoque cuantitativo, según Vergara (2000). La organización y análisis de los datos siguieron las etapas de lectura flotante, categorización y elaboración de cuadros analíticos, conforme Bardin (2011), en consonancia con los objetivos específicos y las preguntas orientadoras del estudio. El análisis documental se fundamentó en Liniers (2005) y Minayo (2010). Los resultados indicaron que la alfabetización se configura como una importante herramienta de resistencia y empoderamiento, al posibilitar a las mujeres privadas de libertad la reapropiación de sus historias mediante la comprensión crítica de las estructuras de poder. Se evidenció que el racismo estructural impacta negativamente las experiencias educativas de estas mujeres, reflejándose en dificultades de acceso a una educación pública de calidad, justa y equitativa. Se destaca la relevancia del estudio de obras orientadas a la problematización crítica del racismo, favoreciendo discusiones sobre el contexto social vivido por mujeres en situación de privación de libertad. Se concluye que la lectura y la alfabetización contribuyen al fortalecimiento de la identidad, la autonomía y el protagonismo femenino, tanto dentro como fuera del sistema penitenciario, además de subsidiar el perfeccionamiento de políticas públicas, especialmente aquellas relacionadas con la remisión de pena por la lectura, como estrategia de enfrentamiento a los efectos del racismo estructural y de promoción de la emancipación femenina.

Palabras clave: Alfabetización; Mujeres Encarceladas; Racismo Estructural; Educación Penitenciaria; Protagonismo Femenino.

ABSTRACT

Esta investigación estuvo vinculada al Programa de Posgrado en Ciencias de la Educación (Maestría) de la Universidad del Sol (Paraguay) y tuvo como objetivo analizar cómo la alfabetización puede constituirse en una estrategia eficaz para la reconstrucción de la libertad y del protagonismo femenino en contextos penitenciarios, considerando las interfaces del racismo estructural y las condiciones socioeducativas de mujeres encarceladas. Se trata de una investigación de campo, de corte transversal, realizada en la Colonia Penal Femenina de Recife (CPFR), en Pernambuco, en el ámbito de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), Fase IV (8º y 9º grados), conforme a la denominación institucional. La investigación cumplió con las exigencias éticas previstas en las Resoluciones nº466/2012 y nº510/2016, con autorización de la Secretaría Ejecutiva de Administración Penitenciaria (SEAP), de la Secretaría de Educación de Pernambuco (SEE) y de la Gerencia Regional de Educación Metropolitana Sur (GRE Metropolitana Sur), así como mediante la utilización del Término de Consentimiento Libre e Informado (TCLI). La recolección de datos se realizó en los meses de mayo y junio de 2024. La muestra estuvo compuesta por 12 participantes: cuatro docentes de la unidad penitenciaria, dos integrantes de la gestión, dos representantes de la SEAP, dos de la SEE y dos de la GRE Metropolitana Sur. El instrumento utilizado fue un cuestionario estructurado, con 12 preguntas cerradas, de tipo estimación y muestrario, conforme a Marconi y Lakatos (2003; 2017). La investigación se caracterizó como descriptiva, de enfoque cuantitativo, según Vergara (2000). La organización y análisis de los datos siguieron las etapas de lectura flotante, categorización y elaboración de cuadros analíticos, conforme Bardin (2011), en consonancia con los objetivos específicos y las preguntas orientadoras del estudio. El análisis documental se fundamentó en Liniers (2005) y Minayo (2010). Los resultados indicaron que la alfabetización se configura como una importante herramienta de resistencia y empoderamiento, al posibilitar a las mujeres privadas de libertad la reapropiación de sus historias mediante la comprensión crítica de las estructuras de poder. Se evidenció que el racismo estructural impacta negativamente las experiencias educativas de estas mujeres, reflejándose en dificultades de acceso a una educación pública de calidad, justa y equitativa. Se destaca la relevancia del estudio de obras orientadas a la problematización crítica del racismo, favoreciendo discusiones sobre el contexto social vivido por mujeres en situación de privación de libertad. Se concluye que la lectura y la alfabetización contribuyen al fortalecimiento de la identidad, la autonomía y el protagonismo femenino, tanto dentro como fuera del sistema penitenciario, además de subsidiar el perfeccionamiento de políticas públicas, especialmente aquellas relacionadas con la remisión de pena por la lectura, como estrategia de enfrentamiento a los efectos del racismo estructural y de promoción de la emancipación femenina.

Palabras clave: Alfabetización; Mujeres Encarceladas; Racismo Estructural; Educación Penitenciaria; Protagonismo Femenino.

RÉSUMÉ

Cette recherche est rattachée au Programme de Postgraduation en Sciences de l'Éducation (Master) de l'Universidad del Sol (Paraguay) et a eu pour objectif d'analyser comment le littératie peut constituer une stratégie efficace pour la reconstruction de la liberté et du protagonisme féminin dans les contextes carcéraux, en tenant compte des interfaces du racisme structurel et des conditions socioéducatives des femmes incarcérées. Il s'agit d'une recherche de terrain, de type transversal, réalisée à la Colonie Pénitentiaire Féminine de Recife (CPFR), dans l'État de Pernambuco, dans le cadre de l'Éducation des Jeunes et des Adultes (EJA), Phase IV (8^e et 9^e années), selon la dénomination institutionnelle. L'étude a respecté les exigences éthiques prévues par les Résolutions n° 466/2012 et n° 510/2016, avec l'autorisation du Secrétariat Exécutif de l'Administration Pénitentiaire (SEAP), du Secrétariat à l'Éducation de l'État de Pernambuco (SEE) et de la Direction Régionale de l'Éducation Métropolitaine Sud (GRE Métropolitaine Sud), ainsi que par l'utilisation du formulaire de consentement libre et éclairé. La collecte des données a eu lieu aux mois de mai et juin 2024. L'échantillon était composé de 12 participants, dont quatre enseignants de l'unité pénitentiaire, deux membres de l'équipe de gestion, deux représentants de la SEAP, deux de la SEE et deux de la GRE Métropolitaine Sud. L'instrument utilisé a été un questionnaire structuré comportant 12 questions fermées, de type estimation et choix, conformément à Marconi et Lakatos (2003; 2017). La recherche se caractérise comme descriptive, avec une approche quantitative, selon Vergara (2000). L'organisation et l'analyse des données ont suivi les étapes de lecture flottante, de catégorisation et d'élaboration de tableaux analytiques, conformément à Bardin (2011), en cohérence avec les objectifs spécifiques et les questions directrices de l'étude. L'analyse documentaire s'est appuyée sur Liniers (2005) et Minayo (2010). Les résultats indiquent que le littératie constitue un outil important de résistance et d'autonomisation, en permettant aux femmes privées de liberté de se réapproprier leurs histoires à travers une compréhension critique des structures de pouvoir. Il a été mis en évidence que le racisme structurel affecte négativement les expériences éducatives de ces femmes, se traduisant par des difficultés d'accès à une éducation publique de qualité, juste et équitable. L'étude souligne l'importance de travaux orientés vers une problématisation critique du racisme, favorisant les discussions sur le contexte social vécu par les femmes en situation de privation de liberté. En conclusion, la lecture et le littératie contribuent au renforcement de l'identité, de l'autonomie et du protagonisme féminin, tant à l'intérieur qu'à l'extérieur du système pénitentiaire, tout en soutenant l'amélioration des politiques publiques, notamment celles liées à la remise de peine par la lecture, comme stratégie de lutte contre les effets du racisme structurel et de promotion de l'émancipation féminine.

Mots-clés: Littératie; Femmes Incarcérées; Racisme Structurel; Éducation en Milieu Carcéral; Protagonisme Féminin.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Etimologia do verbete: cidadão	67
Quadro 2 –	Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR)	127
Quadro 3 –	Vantagem	144
Quadro 4 –	Limitações	145
Quadro 5 –	Vantagens para o uso de questionário	146
Quadro 6 –	Desvantagens para o uso de questionário	146
Quadro 7 –	Pré-teste	147
Quadro 8 –	Perguntas de Múltipla Escolha	148
Quadro 9 –	Planejamento - Etapa Descritiva	156
Quadro 10 –	Instrumento Questionário – Questão 4 – Objetivo Específico 1	168
Quadro 11 –	Instrumento Questionário – Questão 5 – Objetivo Específico 1	170
Quadro 12 –	Perspectiva quantitativa referente à questão 6	175
Quadro 13 –	Polo de análises referentes à Questão 6 – Objetivo Específico 1	179
Quadro 14 –	Instrumento Questionário – Questão 7 – Objetivo Específico 2	182
Quadro 15 –	Instrumento Questionário – Questão 8 – Objetivo Específico 2	188
Quadro 16 –	Instrumento Questionário – Questão 9 – Objetivo Específico 2	191
Quadro 17 –	Instrumento Questionário – Questão 10 – Objetivo Específico 3	197
Quadro 18 –	Relações argumentativas - Caráter Descritivo: obj. específico nº 1	207
Quadro 19 –	Relações argumentativas - caráter descritivo: obj. específico nº 1	216
Quadro 20 –	Relações argumentativas - caráter descritivo: obj. específico nº 2	218
Quadro 21 –	Relações argumentativas - caráter descritivo: obj. específico nº 3	220
Quadro 22 –	Compromissos de Pesquisa	240

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 1º) Questão	159
Gráfico 2 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 2º) Questão	161
Gráfico 3 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 3º) Questão	163
Gráfico 4 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 4º) Questão	166
Gráfico 5 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 5º) Questão	169
Gráfico 6 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 6º) Questão	174
Gráfico 7 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 7º) Questão	181
Gráfico 8 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 8º) Questão	185
Gráfico 9 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 9º) Questão	198
Gráfico 10 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 10º) Questão	195
Gráfico 11 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 11º) Questão	199
Gráfico 12 –	Escolha dentre as alternativas correspondentes a 12º) Questão	202

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPFR	Colônia Penal Feminina do Recife
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GRE	Gerencia Regional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCPE	Parâmetros Curriculares de Pernambuco
PE	Pernambuco
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
SEAP PE	Secretaria de Administração Penitenciária de Pernambuco
SEE	Secretária de Educação do Estado de Pernambuco
SERES PE	Secretaria de Administração e Ressocialização de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	MARCO TEÓRICO	20
2.1	O CONCEITO DE LETRAMENTO: “UM PAPEL SOCIAL DA LEITURA”.....	20
2.1.1	A Leitura do mundo social: interdições e inclusões por meio da “palavra”	29
2.1.2	Leitura: codificação e passividade	39
2.2	A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL FEITA POR MEIO DA LEITURA.....	47
2.2.1	Letramento: a promoção da autonomia pelo empoderamento de mulheres privadas de liberdade	55
2.3	O RACISMO ESTRUTURAL EM AMBIENTES PRISIONAIS ...	64
2.3.1	O Racismo Estrutural em Prisões: entrave à ressocialização	80
2.3.2	O Racismo Estrutural: impacto em mulheres encarceradas	88
2.3.3	O Racismo Estrutural: impacto em mulheres encarceradas	98
2.4	EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O PONTO DE VISTA DO ESTADO BRASILEIRO	111
2.5	PROTAGONISMOS FEMININOS NO SISTEMA PRISIONAL: A LIBERDADE PELA EDUCAÇÃO	120
2.5.1	Desafios à reconstrução da liberdade por meio da Educação Formal, em Sistema Prisional do Brasil	130
2.5.2	Resistência feminina: a Leitura como estratégia, no ambiente prisional	135
2.5.3	Protagonismo Feminino por meio da leitura: um caso de liberdade no cárcere	136
2.6	A PROGRESSÃO DE PENA POR MEIO DA EDUCAÇÃO FORMAL EM PRISÕES: UM DEBATE CONCEITUAL SOBRE JUSTIÇA	139
3	MARCO METODOLÓGICO - PERCURSO METODOLÓGICO .	142
3.1	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	145
3.2	TIPO DE INVESTIGAÇÃO	149
3.3	QUANTO À TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	151
4	MARCO ANALÍTICO	153
4.1	ETAPA RESERVADA À PESQUISA DE CAMPO – CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA	153
4.2	ETAPA I RESERVADA À PESQUISA DE CAMPO – OBJETIVO ESPECÍFICO Nº 1	156
4.3	ETAPA II RESERVADA À PESQUISA DE CAMPO – OBJETIVO ESPECÍFICO 1	165

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	223
5.1	RECOMENDAÇÕES	225
	REFERÊNCIAS	227
	APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR	233
	APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA	235
	APÊNDICE C – CARTA DE ANUÊNCIA I	238
	APÊNDICE D – CARTA DE ANUÊNCIA II	239
	APÊNDICE E – PROTOCOLO I	240
	APÊNDICE F – INSTRUMENTO DE PESQUISA I - COLETA DE DADOS	244
	APÊNDICE G – INSTRUMENTO DE PESQUISA II - EVALUACIÓN DE DOCTORES	253
	APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	262
	APÊNDICE I – CARTA DE AVAL DO ORIENTADOR	264
	APÊNDICE J – CARTA DE AVAL ORTOGRÁFICA	265
	APÊNDICE K – CARTA DE AVAL METODOLÓGICA	266
	APÊNDICE L – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (FRANCÊS)	267
	APÊNDICE M – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (ESPANHOL)	268
	APÊNDICE N – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)	269
	APÊNDICE O – CARTA DE AVAL DO REVISADOR DA ABNT	270
	APÊNDICE P – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR	271

1 INTRODUÇÃO

A necessidade da pesquisa nasce por diversos fatores inter-relacionados: Desde a desigualdade Educacional e Socioeconômica, onde muitas mulheres encarceradas vêm de contextos de extrema vulnerabilidade socioeconômica e educacional, enfrentando barreiras significativas ao acesso à educação. Como o letramento pode ser uma ferramenta de transformação pessoal e social, promovendo maior equidade. A questão do racismo estrutural que afeta desproporcionalmente mulheres negras e de outras minorias étnicas, exacerbando as dificuldades que enfrentam tanto dentro quanto fora do sistema prisional. Investigar as interfaces do racismo estrutural pode fornecer uma compreensão mais profunda de como programas de letramento podem ser adaptados para abordar essas desigualdades específicas. A educação como redutora da taxa de reincidência de criminalidade. Estudar o impacto do letramento pode ajudar a desenvolver políticas e programas que ofereçam suporte efetivo às mulheres durante pós-privação da liberdade, aumentando suas chances de sucesso na sociedade. E ainda o letramento pode empoderar as mulheres, proporcionando-lhes habilidades e conhecimentos que aumentam sua autonomia e capacidade de influenciar positivamente suas vidas.

Dessa forma buscamos responder de que forma programas de letramento em contextos prisionais pode contribuir para a reconstrução da liberdade e o protagonismo feminino, levando em conta o impacto do racismo estrutural e as condições socioeducacionais das mulheres encarceradas? Como questões específicas, temos: Qual é o impacto do letramento na promoção da autonomia e empoderamento das mulheres encarceradas? Como as manifestações do racismo estrutural dentro das prisões influenciam a trajetória de ressocialização das mulheres? De que forma o protagonismo feminino pode ser estimulado e fortalecido como estratégia de resistência e reconstrução da liberdade no ambiente prisional?

Frente a isto, delineamos os seguintes objetivos: objetivo geral: Analisar¹ como o letramento pode ser uma estratégia eficaz para a reconstrução da liberdade e o protagonismo feminino em contextos prisionais, considerando as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais de mulheres encarceradas. E

¹Correspondente ao nível (02), dois da Taxonomia de Normam Bloom, voltadas à formulação de objetivos gerais. Esse nível está comprometido à análise. Ferraz; Belhot (2010, p. 426).

Objetivos Específicos: definir² o papel do letramento como ferramenta de empoderamento e transformação social para mulheres em situação de encarceramento; analisar as manifestações do racismo estrutural dentro do ambiente prisional e seu impacto nas experiências das mulheres encarceradas; e categorizar desafios e as oportunidades do protagonismo feminino como estratégia de resistência e reconstrução da liberdade dentro do sistema prisional.

Como justificativa da pesquisa e contextualização da mesma apresentamos várias dimensões para fundamentar a mesma, desde a relevância social e educacional, onde o letramento tem um papel de suma importância na promoção da inclusão social e no desenvolvimento pessoal. Em contextos prisionais, especialmente entre mulheres, ele pode ser uma ferramenta poderosa para romper ciclos de exclusão e marginalização. A educação abre portas para novas oportunidades, facilitando a reintegração na sociedade e reduzindo as taxas de reincidência criminal.

A vulnerabilidade do gênero, quando mulheres encarceradas enfrentam desafios específicos e muitas vezes mais intensos do que os homens, devido a questões de gênero. As mulheres em situação de privação de liberdade frequentemente vivenciam trajetórias permeadas por redes de violência e abuso, além de acumularem responsabilidades familiares, sobretudo no que se refere ao cuidado dos filhos. Nesse contexto, o letramento assume um papel estratégico de empoderamento, ao desenvolver habilidades que fortalecem sua autonomia e ampliam sua capacidade de zelar por si mesmas e por suas famílias. Passando pelo racismo estrutural, quando no Brasil, a interseção de gênero e raça é evidente no sistema prisional, onde há uma super-representação de mulheres negras.

O racismo estrutural perpetua desigualdades que afetam diretamente as oportunidades educacionais e sociais dessas mulheres. Abordar o letramento em contextos prisionais com uma perspectiva crítica que inclua o combate ao racismo é essencial para uma educação verdadeiramente emancipadora. O impacto transformador da educação. Onde estudos demonstram que programas educacionais em prisões podem transformar vidas, oferecendo novas perspectivas e habilidades que são vitais para a ressocialização. O letramento, especificamente,

² Taxonomia de Norman Bloom – Nível 1, correspondente ao Conhecimento – De acordo com Belhot (2010), a Taxonomia de Bloom é uma estrutura hierárquica utilizada para classificar objetivos educacionais em níveis de complexidade e especificidade.

é fundamental para que essas mulheres compreendam e reivindiquem seus direitos, participem ativamente da sociedade e se tornem protagonistas de suas próprias histórias. A defasagem educacional, pois muitas mulheres encarceradas têm histórico de defasagem educacional, fruto de contextos de pobreza, violência e exclusão social. O sistema prisional pode e deve ser um espaço de oportunidade para corrigir essas desigualdades, oferecendo programas de letramento que considerem suas necessidades e potencialidades.

Na questão das políticas públicas e direitos humanos. Quando se sabe que o direito à educação é um direito humano fundamental. Discutir e promover o letramento em contextos prisionais insere-se em um debate mais amplo sobre políticas públicas e direitos humanos, ressaltando a importância de investir em programas que respeitem e promovam a dignidade e os direitos das mulheres encarceradas.

A contribuição acadêmica, este tema oferece uma rica área de pesquisa acadêmica, contribuindo para o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes. Pode ainda servir como base para estudos comparativos e intercâmbio de práticas educacionais entre diferentes contextos prisionais. E por último os desafios e potencialidades, estudar as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais das mulheres encarceradas permite identificar desafios específicos e desenvolver estratégias mais eficazes de intervenção. O letramento pode ser visto como uma ferramenta de resistência e transformação, que potencializa a capacidade dessas mulheres de superar as barreiras impostas pela sociedade.

A escolha desse tema justifica-se pela necessidade urgente de intervenções educacionais que promovam a igualdade de gênero e raça, e que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A educação em contextos prisionais, especialmente o letramento, tem o potencial de transformar vidas e abrir caminhos para a liberdade e o protagonismo feminino, desafiando estruturas opressivas e promovendo a justiça social.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 O CONCEITO DE LETRAMENTO: “UM PAPEL SOCIAL DA LEITURA”

O ato de leitura corresponde a um conjunto muito amplo e marcado por complexidades procedimentais, cognitivas e psicognitivas. No caso de uma pesquisa comprometida com o propósito de pensar a ideia de liberdade como resultante de uma convivência com a leitura, e, em ambientes prisionais, corresponde à busca por pensar uma realidade quanta vez ignorada no âmbito social. Já que é senso comum de que a pessoa vitimada por uma sentença, fruto de um ato jurídico perfeito, de acordo com o devido processo legal transitado em julgado, passa a esta sob a tutela do Estado. No entanto, essa tutela passa por um conjunto de ações do Estado que tem em vista manifestar a justiça. E ela não pode divorciar-se da ideia de liberdade e de cerceamento dela. Nesse sentido, conceber que haja um papel na leitura que consiga desencadear perspectivas sobre a liberdade, requer que a pesquisa que será realizada em respeito aos parâmetros do *stricto sensu*, considera a perspectiva do “letramento” em leitura como sendo salutar para conferir assistência positiva à ideia de justiça em favor daqueles e daquelas que estão sob a privação de liberdade, em sistemas prisionais, no Brasil.

Com esses esclarecimentos, que dialogam com o objeto da pesquisa que justifica o título atribuído a essa dissertação: O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das Interfaces do Racismo Estrutural como estratégia para a Reconstrução da Liberdade pelo Protagonismo Feminino considera-se trazer ao estudo em nível de delinear o que se deve conceber como sendo “letramento”. Em vista de sua conceituação, chegar a definir a existência de um papel social para a leitura, afastando-a da ideia de que possa ocorrer meramente sendo ligada à enunciação: a fala. Como também, não podendo estar limitada à concepção de mera decodificação. Sob esse percurso essa etapa de estudo nesta dissertação, bem como em outras sessões aspectos relacionados à leitura estarão sendo elaborados com a finalidade de serem compreendidos aspectos que foram eleitos para a construção dos instrumentos da pesquisa: o questionário com questões de múltipla escolha, que serviu à etapa de coleta de dados em entrevista, consoante às etapas da pesquisa de campo.

Cabe salientar que a inconsciência sobre o que é estar no mundo precisaria ser razão para ser pensado sobre o fato de que alguém resolva distanciar-se da

racionalidade esperada por cada uma da espécie humana e passar a agir de modo que refute essa racionalidade, a tal ponto de empregá-la de modo criminoso. E em razão disso, sofrer as ações do poder coercitivo³ do Estado e, então, abster-se da liberdade⁴ que é deveras um bem cujo valor é inestimável.

No que se refere ao conceito de Letramento, ele tem surgimento na França na década de 80 e compreende a necessidade de uma consciência social acerca do significado e do sentido do que se lê sobre o mundo. E uma vez que isso é compreendido, as pessoas que fazem parte dele atuam de modo consciente e inconsciente para a sua construção ao longo da história da humanidade. Portanto, os registros a que a humanidade se habituou a realizar permitem a compreensão dele, do mundo e de como ele tem sido, bem como as pessoas que fazem parte dele.

O letramento literário é uma das vertentes mais significativas para o desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos, desempenhando um papel essencial na formação do pensamento crítico e na ampliação das experiências culturais. No contexto contemporâneo, é fundamental compreender o conceito de letramento para além de sua dimensão técnica, abordando também seu papel social, político e cultural. Kleiman (1995) define letramento como um processo complexo que envolve a capacidade de utilizar a leitura e a escrita em práticas sociais específicas. Neste estudo, são discutidas diferentes perspectivas acerca do letramento literário, fundamentando-se em contribuições de diversos autores.

Street (2014) também fez importantes contribuições para o entendimento do letramento como uma prática socialmente mediada, destacando a importância de considerar o papel da linguagem e da cultura inserida através da interação humana. Ele ressalta que as habilidades de leitura e escrita não são adquiridas de forma isolada, mas sim em relação às atividades e contextos sociais em que são utilizadas. Isso significa que o letramento não é apenas uma habilidade técnica, mas também um processo socialmente situado, moldado pelas práticas e valores de determinada comunidade ou grupo. Ao reconhecer o letramento como uma atividade enraizada na interação humana, podemos entender melhor como ele reflete e reproduz as relações

³ De acordo com a Equipe da Enciclopédia Significados: Coercitivo é uma palavra que tem o significado de forçar ou obrigar. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/coercitivo/>>. Acesso em: 27/04/2023.

⁴ Liberdade é uma garantia fundamental assegurada pela Constituição Federal brasileira. Essa prerrogativa visa preservar a presunção de inocência e garantir que um indivíduo não seja submetido a uma pena antes do trânsito em julgado de uma sentença condenatória. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/liberdade-no-processo-criminal>>. Acesso em: 27/04/2023

de poder, identidade e cultura presentes em uma sociedade. Isso tem implicações importantes para a prática educativa, destacando a importância de abordagens contextualizadas e participativas para o ensino e aprendizado do letramento. Sua distinção entre letramento acadêmico e letramento prático ajudou a ampliar nossa compreensão das diferentes formas de letramento e a reconhecer a diversidade de habilidades e conhecimentos envolvidos. Quando começou a investigar as práticas de leitura e escrita em contextos sociais diversos. Street estava interessado em compreender como as pessoas interagem com textos escritos em suas vidas cotidianas e como essas práticas de letramento eram influenciadas por fatores sociais, culturais e políticos.

De acordo com Soares (2004, p. 15). O conceito de letramento não deve ser confundido com alfabetização: “alfabetização é o aprendizado do sistema de escrita, enquanto letramento é o uso competente e frequente da leitura e da escrita em contextos sociais”. A leitura e escrita são práticas sociais essenciais para a participação ativa na sociedade. Mais do que técnicas de decodificação de palavras, essas habilidades permitem a interpretação de informações, a resolução de problemas e a interação em diferentes contextos. Essa visão amplia o conceito tradicional de alfabetização, que, muitas vezes, é reduzido ao ensino mecânico da leitura e escrita, sem considerar sua aplicação na vida cotidiana.

[...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que saber ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita. (Soares, 1998, p. 39-40 grifos para essa pesquisa).

A distinção entre alfabetização e letramento é fundamental para compreender as demandas da educação contemporânea. Enquanto a alfabetização refere-se ao aprendizado técnico do sistema de escrita, o letramento envolve o uso funcional e social dessas habilidades. Em outras palavras, não basta apenas saber ler e escrever; é necessário aplicá-las criticamente no dia a dia, fortalecendo a autonomia do indivíduo e sua participação cidadã. Assim como reforça Soares.

Ou seja, o letramento é essencial para a inclusão social, pois possibilita o acesso à informação, às oportunidades e ao exercício dos direitos. No contexto educacional, ele exige que a pessoa desenvolva a capacidade de interpretar e utilizar

textos em situações reais, como a compreensão de manuais, a leitura de notícias e a produção de documentos formais. Dessa forma, o letramento contribui para a construção de significados, a interação social e o fortalecimento da cidadania.

Soares (2004) reafirma que:

Alfabetização é o processo que envolve a aprendizagem dos aspectos técnicos da leitura e da escrita, como identificar e reproduzir sons das letras, formar palavras e frases, adquirir fluência na leitura, entre outros aspectos técnicos. Este é um processo que ocorre geralmente nos primeiros anos de escolaridade e tem como objetivo capacitar a pessoa a ler e escrever de forma autônoma. (Soares, 2004, p. 17).

Dentro desse conceito ampliado, Soares também enfatiza a importância do letramento literário, que transcende a simples decodificação de palavras e incentiva um engajamento crítico do leitor. Ao invés de apenas compreender o conteúdo, a leitura literária envolve interpretação, reflexão e questionamento das ideias apresentadas, estimulando habilidades estéticas e discursivas.

Nesse sentido, Soares enfatiza que:

No contexto do letramento literário, a leitura deixa de ser apenas um processo de decodificação e passa a representar um engajamento crítico com o texto, promovendo o desenvolvimento das competências estéticas e discursivas dos indivíduos. (2004, p. 16).

O letramento literário possibilita que os leitores apreciem a construção artística dos textos, reconheçam estilos literários e compreendam as intenções do autor. Além disso, fortalece a capacidade de argumentação e expressão, tornando a leitura um instrumento de pensamento crítico. Essa abordagem é fundamental na educação, pois incentiva a interação ativa com os textos, conectando-os às experiências dos leitores ao mundo ao seu redor.

Apesar dos avanços na promoção do letramento, ainda há desafios na inclusão de grupos marginalizados. Pessoas em situação de encarceramento, por exemplo, muitas vezes possuem acesso limitado à educação e enfrentam barreiras como estigmatização, escassez de recursos e condições adversas dentro das prisões. A educação voltada para esses indivíduos torna-se essencial para garantir oportunidades de reinserção social e promover mudanças significativas em suas vidas.

Assim, tanto o letramento quanto o letramento literário desempenham um papel essencial na formação cidadã, proporcionando acesso à educação de qualidade e fortalecendo a participação ativa na sociedade.

Após a apresentação dos principais aspectos do letramento, torna-se essencial discutir o significado do ato de ler, uma vez que a compreensão adequada desse conceito contribui para o aprofundamento da temática. O termo "ler" transcende a simples decodificação de palavras e envolve a capacidade de interpretar e atribuir sentido ao conteúdo escrito, conectando-o ao contexto e à realidade social do leitor.

Nesse sentido, a definição presente no Dicionário Aulete (2011, p. 538) destaca que a leitura corresponde ao processo de interpretação e decifração de informações. Essa concepção enfatiza que ler não se limita à identificação gráfica das palavras, mas também à construção de significados, permitindo que os indivíduos interajam criticamente com diferentes textos e discursos.

Uma vez, registrados aspectos a respeito do letramento, é importante também, trazer a essa sessão o significado do termo "ler", isso porque se deve desenvolver propriedade com os termos que fazem parte com as intenções desse estudo a respeito do letramento. Se pode observar a seguir a 3ª conceituação atribuída pelo Dicionário Aulete, a respeito em razão de ele convergir para os interesses dessa sessão: [...] "interpretar ou decifrar". (2011, p. 538).

Ou seja, a ideia é de que a leitura não se restringe ao domínio técnico da alfabetização, mas sim a uma compreensão ativa e crítica do texto. Ao interpretar um texto, o leitor relaciona as informações com seu repertório cultural, suas experiências e o contexto social no qual está inserido. Esse processo de construção de sentido é fundamental para que a leitura se torne uma prática funcional na vida cotidiana, permitindo que as pessoas acessem conhecimento, resolvam problemas e participem de debates informados. Afinal, compreender um texto não é apenas reconhecer suas palavras, mas interagir com suas ideias e significados, exercitando a capacidade de análise e reflexão.

A leitura, portanto, configura-se como uma prática essencial para o desenvolvimento do letramento, visto que possibilita a ampliação do repertório cultural, a participação ativa na sociedade e a aquisição de novos conhecimentos. Dessa forma, compreender a leitura como um processo interpretativo contribui para a consolidação do letramento como instrumento de inclusão e transformação social.

O verbete registrado permite que se compreenda a razão pela qual Lajolo adverte a respeito do que não se deve reduzir como sendo "ler", a seguir a autora afirma:

[...] Ler não é decifrar como num jogo de adivinhações o sentido de um texto. E a partir de um texto ser capaz de atribuir-lhe significados,

conseguir relacioná-los a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura ou rebelar-se contra ela propondo outra não prevista. (Lima, 2012, p. 6).

Essa citação ressalta uma abordagem mais ampla e profunda da leitura, indo além da simples decodificação das palavras. Ao invés disso, enfatiza a capacidade dos leitores de atribuir significados aos textos, relacioná-los com suas próprias experiências e conhecimentos, e compreender a intenção do autor por trás do texto. E ainda, a importância da liberdade do leitor de se engajar com o texto de acordo com sua própria vontade, seja aceitando a leitura proposta pelo autor ou propondo interpretações alternativas.

Essa perspectiva destaca a complexidade e a riqueza da experiência de leitura, enfatizando a importância do diálogo entre o texto e o leitor, e reconhecendo que a compreensão de um texto é influenciada pelas experiências e perspectivas individuais de cada leitor.

Koch e Elias destacam que “o leitor letrado literariamente é aquele que se torna capaz de compreender o texto não apenas em sua superfície, mas de extrair dele suas múltiplas camadas de significado” (2012, p. 78).

Os autores enfatizam que o letramento literário envolve uma leitura aprofundada, onde o leitor não se limita à compreensão superficial do texto. O leitor letrado literariamente é capaz de identificar e interpretar as várias camadas de significado presentes, explorando simbologias, contextos culturais e intenções do autor. Esse processo permite uma leitura crítica e reflexiva, onde se ampliam as possibilidades de interpretação e construção de sentidos.

Isso implica que o letramento literário demanda um aprofundamento nas interpretações e um olhar crítico sobre os elementos que compõem o texto literário. É uma vertente específica do letramento que foca na leitura nestes tipos de textos. Nesse contexto, Cosson (2014, p. 65) destaca que:

À leitura não se limita à compreensão literal, mas também inclui a apreciação estética, a reflexão sobre os elementos literários e o desenvolvimento da capacidade de interpretar simbolismos e mensagens implícitas.

A literatura, segundo o autor, oferece uma visão singular da condição humana e possibilita o engajamento do leitor com a linguagem de forma artística e criativa. A leitura literária vai além da simples compreensão do que está escrito; envolve também

a apreciação das características estéticas e artísticas presentes no texto, como o estilo, a linguagem e os recursos literários. Esse tipo de leitura convida o leitor a refletir sobre simbolismos e mensagens implícitas, explorando significados mais profundos. Neste sentido, a literatura assim, oferece uma experiência rica, proporcionando uma visão única sobre a condição humana e suas complexidades. Por meio dela, o leitor pode se envolver de maneira criativa, apreciando as nuances do texto e desenvolvendo habilidades críticas e interpretativas que transcendem a leitura literal.

Neste contexto, o letramento literário não é apenas um processo técnico de leitura, mas uma prática cultural que vai além da decodificação de palavras. Ele envolve a capacidade do leitor de interpretar, refletir e atribuir significados aos textos literários, considerando as diferentes experiências e contextos socioculturais em que está inserido. Nesse sentido, o letramento literário é um processo ativo, onde o leitor não é um receptor passivo de informações, mas um agente que interage com o texto, construindo sentidos e significados a partir de sua própria perspectiva e conhecimento.

Destaque-se que o termo “prática cultural” sugere que o letramento literário está diretamente ligado ao contexto social e histórico do leitor, influenciando e sendo influenciado pelas experiências vividas. Isso implica que a leitura literária é uma forma de expressão e de interação social, na qual o leitor explora valores, visões de mundo e dilemas universais apresentados nas obras literárias. Dessa forma, o letramento literário possibilita a construção de um pensamento crítico e reflexivo, permitindo ao indivíduo entender melhor sua realidade e as relações sociais ao seu redor.

Portanto, ao compreender o letramento literário como uma prática cultural, reconhecemos sua importância na formação de leitores críticos, capazes de dialogar com os textos e, conseqüentemente, com o mundo.

Diante disso, Cosson (2014) acrescenta que a leitura literária, quando mediada de forma adequada, permite ao leitor explorar valores humanos universais, como a amizade, o respeito, o amor e a justiça. Dessa forma, a literatura funciona como uma ponte entre o mundo real e o imaginário, possibilitando a reflexão da própria existência e as relações sociais ao redor do leitor. O letramento literário também é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento do pensamento crítico. A leitura de obras literárias permite que o indivíduo seja confrontado com “situações complexas, ambíguas e muitas vezes polissêmicas” (Freire, 1989, p. 9) enfatiza que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa

prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”.

Em vista disso, a ideia de que, antes de aprender a decodificar palavras e textos, os indivíduos já possuem uma compreensão inicial da realidade ao seu redor. Essa “leitura do mundo” é formada a partir de suas experiências, observações e interações sociais. Paulo Freire, autor dessa concepção, argumenta que a leitura e a escrita devem ser conectadas à realidade concreta do leitor, pois é a partir dessa experiência prévia e sensível que a pessoa começa a construir significados e estabelecer relações.

Assim, quando o indivíduo se aproxima da literatura, ele não está apenas decodificando palavras, mas utilizando sua bagagem cultural e vivencial para interpretar e atribuir sentido ao que lê. A literatura, portanto, funciona como um espelho que reflete aspectos da sociedade e da condição humana, permitindo ao leitor relacionar os conteúdos lidos com suas próprias experiências e percepções do mundo. Desse modo, a leitura literária não se resume a compreender enredos ou personagens; ela aprofunda a capacidade do leitor de questionar, refletir e analisar criticamente as realidades sociais e culturais apresentadas nos textos.

O contato com a literatura é, então, uma ferramenta poderosa para expandir a compreensão da realidade, pois, apresentam situações, dilemas e questões que, muitas vezes, refletem os desafios e as injustiças sociais presentes na vida real. Ao se engajar com essas narrativas, o leitor é incentivado a refletir sobre as estruturas sociais que o cercam, desenvolvendo uma consciência crítica sobre sua própria posição e a dos outros no mundo.

Portanto, ao conectar a leitura do texto com a “leitura do mundo”, o letramento literário não apenas aprimora a capacidade de leitura e escrita, mas também forma cidadãos críticos e conscientes, capazes de questionar e transformar suas realidades sociais e culturais a partir da reflexão e do entendimento profundo promovidos pela literatura.

No contexto das escolas prisionais, é possível observar uma conexão direta entre as práticas de leitura e escrita e as políticas prisionais, como a remição da pena. Por exemplo, projetos como a 'remição de pena pela leitura', conforme descrito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), demonstram como as atividades de leitura e escrita pode ser utilizada como ferramentas de ressocialização e redução da pena para os indivíduos em situação de encarceramento. Essas iniciativas não apenas

promovem o desenvolvimento de habilidades de letramento, mas também incentivam a reflexão e a ampliação do conhecimento sobre o mundo, alinhando-se com a visão de Freire sobre a leitura como uma prática que se estende para além das páginas escritas.

O letramento crítico, em conjunto com as teorias feministas e de transformação social, emerge como uma ferramenta poderosa para capacitar mulheres em situação de encarceramento. Ao invés de ser apenas uma habilidade de decodificação de palavras, o letramento é compreendido como uma prática social e política, capacitando as mulheres a questionarem as estruturas de poder e promover mudanças em suas vidas e comunidades. Sob a ótica feminista, o empoderamento feminino é encarado como um processo contínuo de conscientização e fortalecimento, permitindo que as mulheres desafiem normas sociais opressivas e promovam a igualdade de gênero. Assim, o letramento se torna uma ferramenta essencial para dar voz às experiências das mulheres, promover sua autonomia e fortalecer sua autoestima.

Além disso, conforme apontado por Oliveira & Tavares (2023), nas escolas prisionais, a prática da leitura muitas vezes se limita ao ensino de valores e implementação de políticas de ressocialização, disciplina e controle do tempo ocioso. Essa abordagem distorcida do letramento pode desconsiderar as experiências de letramento prévias das mulheres encarceradas e sua capacidade de se engajarem em processos educativos significativos. É crucial reconhecer que o letramento vai além do ensino básico de habilidades de leitura e escrita, capacitando as mulheres a desenvolverem sua voz, identidade e consciência crítica.

Ademais, o letramento pode ser um catalisador para a mudança sistêmica. Ao capacitar as mulheres com habilidades de leitura crítica e escrita reflexiva, elas se tornam agentes ativos na busca por reformas no sistema prisional e na promoção de programas de reabilitação. Através do letramento, as mulheres em situação de encarceramento podem se envolver em processos de mobilização e ação coletiva, buscando transformar não apenas suas próprias vidas, mas também as estruturas sociais que perpetuam a marginalização e a exclusão.

Dessa forma, o letramento emerge como uma ponte entre teorias que visam capacitar as mulheres, promover a conscientização social e promover a transformação social. Integrando essas perspectivas, compreendemos melhor como o letramento é uma ferramenta poderosa para empoderar as mulheres em situação de

encarceramento, fortalecer sua voz e agência, e criar oportunidades para a reconstrução de suas vidas e comunidades. É um mecanismo de transformação profunda, oferecendo às mulheres encarceradas a chance de reconhecer seu valor, resgatar sua autoestima e construir uma nova trajetória de vida, baseada no conhecimento e no empoderamento. Isso não apenas aumenta suas chances de reintegração social, mas também as capacita a romper com ciclos de exclusão e marginalização.

Essa nova narrativa é essencial para romper com o estigma associado ao encarceramento e para ajudar essas mulheres a se reconectarem com suas famílias e comunidades de maneira construtiva.

Além disso, programas de letramento pode ser uma plataforma para que essas mulheres se tornem lideranças dentro e fora do sistema prisional. Quando bem-estruturados, esses programas incentivam o protagonismo, capacitando-as a desenvolver projetos comunitários, a lutar por seus direitos e a se tornarem exemplos de superação e resiliência para outras mulheres.

Para que o letramento seja efetivo, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas com o objetivo de garantir educação de qualidade e inclusão social para mulheres encarceradas. Isso implica em uma abordagem que vá além do ensino básico, integrando capacitação profissional e programas que considerem as particularidades dessas mulheres. Além disso, a atuação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil são fundamentais para pressionar por mudanças estruturais que promovam igualdade racial e de gênero no sistema prisional.

Políticas que incentivem a educação como direito inalienável e que garantam seu acesso de forma igualitária são essenciais para romper com as desigualdades raciais no encarceramento feminino. Essas iniciativas devem também considerar a implementação de medidas que garantam que a educação seja contínua e acessível após o cumprimento da pena, criando uma ponte que permita a verdadeira reintegração e resgate da cidadania dessas mulheres.

2.1.1 A Leitura do mundo social: interdições e inclusões por meio da “palavra”

Essa etapa dá continuidade aos aspectos que se tem trabalhado frente ao papel social da leitura e como ele é importante para que os leitores não sejam submetidos a posturas mecânicas e passivas. Sobretudo, se for motivo de análise o

fato de haver leitores que ao ser instado à importância da leitura, os fazem em situações de violações à sua liberdade. E várias podem ser essas violações desde o fato de no Brasil haver um número considerável de crianças, jovens e adultos que não são leitores conscientes do papel da leitura, muito menos de que ele tenha um papel social. Basta que seja motivo de análise o número de analfabetos funcionais⁵, no Brasil. E a esse respeito se dão as interdições.

Na linha de enfrentamento desse panorama se deve pensar a respeito de como o analfabetismo funcional tem sido enfrentado no Brasil, promovendo uma mudança necessária para que leitores, cuja leitura seja precária e acrítica venha a assumir uma postura de leitura crítica sobre o mundo. É nesse sentido que aqui se pretende dimensionar situações de inclusão por meio da descoberta da palavra escrita e os múltiplos significados que a tornam parte de universos significativos, marcados por grande revelação.

A leitura do mundo social por meio da palavra revela como a linguagem é central na construção das relações humanas, funcionando como um instrumento tanto de exclusão quanto de inclusão. As palavras carregam significados que transcendem o simples ato de comunicação: elas delimitam espaços, moldam identidades e refletem as estruturas de poder vigentes. Também é por meio da palavra que se constroem pontes, promovendo diálogo, reconhecimento e transformação. Quando usada de maneira consciente, a linguagem tem o potencial de romper com interdições históricas, dando voz aos silenciados e promovendo a pluralidade no tecido social. Portanto, compreender o papel da palavra na leitura do mundo social é um convite à reflexão crítica sobre o uso da linguagem em nossa sociedade.

Essa leitura do mundo social vai além da interpretação literal de palavras; ela envolve a capacidade de compreender as dinâmicas sociais, culturais e políticas que estruturam a sociedade. Paulo Freire, um dos principais educadores críticos, propôs que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", destacando que as experiências e interações sociais são fundamentais para que os indivíduos compreendam e interpretem os textos escritos de maneira crítica. A leitura do mundo é, portanto, a

⁵ Percentuais de 17,7 % em nível nacional e, respectivamente com 30,3% categorizam a Região Nordeste como sendo a de maior concentração em analfabetismo funcional, que têm afetado jovens de mais de 15 anos de idade. Que firmou esse quadro como comum ao ano de 2012, em paralelo ao ano de 2021, sendo respectivamente 11, 4% percentuais à nível de Brasil, e Nordeste 22, 9% em 2021, como já mencionado. Fonte: Nexo Políticas Públicas, disponível em: <<https://pp.nexojournal.com.br/dados/2023/05/19/a-alfabetizacao-e-o-analfabetismo-funcional-no-brasil>>. Acesso em 28/08/2023.

base para a leitura escrita, pois permite ao leitor estabelecer relações entre o que vive e o que lê, construindo um entendimento mais amplo e profundo. Como Freire coloca:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra. A palavra, ao ser criticamente interpretada, amplia a compreensão que os indivíduos têm de sua própria realidade, permitindo que eles se tornem agentes de transformação social. A educação, quando vinculada ao contexto social e às experiências do aluno, transforma-se em um processo libertador, onde a palavra não apenas descreve o mundo, mas também possibilita que o sujeito o modifique. (Freire, 1987, p. 28).

Em diversas sociedades, a palavra pode ser usada tanto como mecanismo de inclusão quanto de exclusão. Historicamente, grupos marginalizados, como populações de baixa renda, minorias étnicas e comunidades rurais, têm enfrentado barreiras significativas no acesso à educação e à cultura escrita. Essas interdições limitam a participação desses grupos nas práticas sociais que envolvem leitura e escrita, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. Ao mesmo tempo, aqueles que detêm o controle sobre a produção e disseminação da palavra escrita - seja por meio da mídia, da educação formal ou de políticas públicas - exercem poder sobre quem tem ou não acesso às informações e à possibilidade de expressão.

Por outro lado, a palavra também possui um imenso potencial emancipador. Quando a leitura e a escrita são acessíveis e incentivadas de maneira inclusiva, elas permitem que os indivíduos compreendam criticamente suas realidades, questionem estruturas opressivas e se mobilizem por mudanças sociais. Diversos movimentos sociais e educadores, como o próprio Paulo Freire, usaram a palavra como um instrumento de conscientização e transformação. A palavra escrita, aliada à educação popular e ao letramento crítico, pode ser um meio de inclusão, proporcionando oportunidades para que as pessoas acessem novas formas de conhecimento, construam discursos próprios e participem ativamente da vida política e social.

Nessa perspectiva, a leitura é vista como uma prática social, um conceito ampliado que se relaciona diretamente às experiências dos indivíduos e aos contextos nos quais estão inseridos. A prática de leitura vai além da decodificação do texto; envolve a interpretação e a atribuição de sentidos que são influenciados pelas vivências pessoais, pelos valores culturais e pelo ambiente social. Roger Chartier, ao discutir a leitura como uma prática cultural, aponta que:

A leitura é sempre um ato situado no tempo e no espaço, mediado por valores e práticas sociais. Ela não é um processo neutro, mas uma interação entre o leitor, o texto e o contexto social. O significado que se constrói a partir de um texto é sempre influenciado pelas

experiências e pelas condições históricas que cercam o leitor. (Chartier, 1994, p. 52).

Para Chartier, a leitura é uma interação entre o leitor, o texto e o contexto, onde o significado é construído a partir das múltiplas experiências e interpretações possíveis. A palavra, nesse contexto, emerge como mediadora entre o indivíduo e o mundo. Ela não é apenas um meio de comunicação, mas uma ferramenta poderosa de construção de significados. Através da leitura e interpretação das palavras, os indivíduos são capazes de compreender, refletir e transformar a realidade à sua volta. A palavra escrita, sendo utilizada de forma crítica e consciente, permite que o leitor transcenda as barreiras impostas pelo contexto social e explore novas possibilidades de entendimento e ação. No entanto, para que essa leitura crítica ocorra, é fundamental que o processo de leitura esteja ligado às realidades vividas pelos indivíduos, fazendo com que o texto se torne relevante e conectado à vida cotidiana.

Assim, para aprofundar essa ideia, é importante considerar como a leitura do mundo se articula com a prática da leitura literária. A literatura, como forma artística e cultural, possui a capacidade de representar e questionar as estruturas sociais, oferecendo ao leitor uma visão ampliada sobre a realidade. Ao interpretar textos literários, o leitor é convidado a confrontar diferentes perspectivas, questionar valores e refletir sobre as complexidades da condição humana. Essa prática de leitura, quando orientada por uma educação crítica, permite que o indivíduo construa uma compreensão mais profunda e multifacetada da sociedade em que vive.

Entretanto, para que essa prática se concretize, é essencial que a educação e os processos de letramento promovam o engajamento crítico e estético do leitor com os textos. Angela Kleiman, ao tratar do letramento como prática social, argumenta que:

Ele envolve o uso da linguagem para participar de atividades que têm significados sociais e culturais, integrando os sujeitos em contextos mais amplos de participação cidadã. O letramento, portanto, é uma prática que amplia a alfabetização, conectando a capacidade técnica de ler e escrever ao uso efetivo da linguagem para a transformação social (Kleiman, 1995, p. 38).

A educação popular, conforme proposta por Paulo Freire é um exemplo de como a leitura e a palavra podem ser utilizadas como ferramentas de emancipação. Freire defendia que o processo educativo deveria ser dialógico e conectado às realidades concretas dos alunos, para que eles pudessem se reconhecer nos textos

e, assim, questionar e transformar sua própria realidade. Esse tipo de educação crítica promove o letramento como prática social, possibilitando que os alunos, ao interpretarem textos e experiências do cotidiano, desenvolvam um olhar crítico sobre o mundo e se engajem em processos de mudança social.

Nesse contexto, a prática da leitura deixa de ser uma atividade passiva e passa a ser um ato de construção e transformação. O leitor, ao se apropriar criticamente das palavras e dos textos, é capaz de reinterpretar o mundo social em que vive e, com isso, atuar de maneira ativa para modificar as estruturas que o afetam. A leitura torna-se, assim, um processo de libertação e de conscientização, onde o indivíduo, ao compreender sua realidade, encontra caminhos para se posicionar e transformar as relações de poder e as desigualdades sociais presentes em seu contexto.

Por fim, é importante ressaltar que a leitura do mundo social e o acesso à palavra devem ser vistos como direitos fundamentais. Garantir que todos tenham a oportunidade de se apropriar criticamente das palavras e dos textos significa promover uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos possam participar ativamente da construção social. A leitura, entendida como prática cultural e social deve ser incentivada desde cedo, com políticas públicas e iniciativas que garantam o acesso a livros e materiais educativos diversificados. Assim, é possível formar leitores críticos, capazes de interpretar e transformar o mundo ao seu redor, utilizando a palavra como instrumento de inclusão e emancipação.

A palavra escrita, enquanto ferramenta de emancipação e transformação social, também pode ser um instrumento de exclusão e silenciamento quando o acesso a ela é desigual. Historicamente, o acesso ao letramento e à educação formal foi limitado para grupos marginalizados, como populações de baixa renda, comunidades rurais, minorias étnicas e mulheres, principalmente em sociedades coloniais e pós-coloniais. Esse cenário reflete a estrutura de poder vigente, onde as elites detêm e controlam os meios de produção e disseminação do conhecimento, utilizando a palavra como forma de manter sua hegemonia e excluir os demais da participação ativa na vida social e política.

A exclusão pelo analfabetismo é uma das formas mais evidentes de interdição. Em sociedades onde a educação básica e o letramento não são acessíveis para todas muitas pessoas permanecem à margem das práticas sociais que envolvem leitura e escrita. Essas pessoas, por não dominarem o código escrito, ficam excluídas de oportunidades de emprego, acesso a informações importantes, e de participação em

decisões políticas. Como afirma Freire, "O analfabetismo não é apenas a ausência de uma habilidade técnica, mas a exclusão do indivíduo do direito de compreender e transformar sua realidade" (Freire, 1987, p. 40).

Além do analfabetismo e do analfabetismo funcional, outro aspecto de interdição se manifesta na falta de acesso a materiais de leitura de qualidade e à cultura escrita de maneira mais ampla. Em muitas regiões, a ausência de bibliotecas públicas, centros culturais e políticas que incentivem a leitura restringem as oportunidades de contato com textos literários, científicos e informativos. Como apontam Koch e Elias, "o acesso aos livros também é um fator importante, pois, em muitas regiões, a falta de bibliotecas e acervos de qualidade limita as oportunidades de contato com textos literários" (Koch; Elias, 2012, p. 93).

Essa carência impacta principalmente crianças e jovens de comunidades menos favorecidas, dificultando a formação de leitores críticos e comprometidos com a transformação social. A construção e manutenção de bibliotecas públicas, especialmente em comunidades carentes, é uma política pública de inclusão social essencial.

Outro ponto relevante é a forma como a palavra escrita e os discursos oficiais podem ser usados para silenciar vozes dissidentes. "A linguagem técnica e burocrática dos documentos oficiais, muitas vezes inacessível ao cidadão comum, cria barreiras que impedem a participação ativa da população em processos decisórios" (Koch; Elias, 2012, p. 89).

Em contextos autoritários ou de censura, o controle sobre a produção de textos e a disseminação de informações é utilizado para reprimir movimentos sociais e suprimir opiniões contrárias ao regime ou à ordem estabelecida. A mídia, por exemplo, pode ser manipulada para construir narrativas que favorecem o status quo, excluindo ou distorcendo as vozes de grupos que desafiam essa hegemonia.

Em muitos sistemas educacionais, os conteúdos e práticas pedagógicas ainda são excludentes, pois não consideram as realidades e os contextos culturais dos estudantes. Freire defende que, "a educação, quando descolada das realidades sociais dos alunos, não promove a emancipação, mas perpetua a exclusão" (Freire, 1987, p. 55).

Neste sentido, a falta de contextualização e de adaptação do currículo às necessidades e vivências dos alunos, especialmente em comunidades rurais e periféricas, contribui para a alienação dos estudantes, que não se identificam com os

conteúdos ensinados e, conseqüentemente, não desenvolvem um interesse genuíno pela leitura e pelo aprendizado.

Por fim, é necessário repensar o uso dos discursos oficiais e da linguagem técnica, buscando formas de torná-los mais acessíveis e compreensíveis para a população em geral. Cosson argumenta que, “a linguagem acessível e o uso pedagógico da palavra são fundamentais para a democratização da informação e para o empoderamento dos cidadãos” (2014, p. 66).

Dessa maneira, é possível transformar a palavra escrita em um instrumento de inclusão e emancipação, rompendo com as interdições que perpetuam a exclusão e o silenciamento social.

Embora a palavra possa ser usada como instrumento de exclusão, quando o acesso ao letramento e à leitura é garantido de forma inclusiva, ela se transforma em uma poderosa ferramenta de emancipação e participação social. A palavra escrita e falada, mediada por uma educação crítica e inclusiva, permite que indivíduos e grupos historicamente marginalizados tenham voz e se apropriem de sua própria narrativa, questionando e transformando as estruturas que perpetuam desigualdades.

A literatura, por exemplo, é um meio eficaz de promover a inclusão e o desenvolvimento crítico. Ao ser exposta a diferentes narrativas, especialmente aquelas que abordam realidades sociais diversas e complexas, a pessoa é incentivada a refletir sobre sua própria situação e as condições sociais que a cercam. Dessa forma, Cosson (2014) ressalta que:

O letramento literário deve ser entendido como uma prática cultural que envolve a leitura e a produção de sentidos por parte dos leitores, destacando o papel da literatura como meio de engajamento crítico e construção de cidadania. (2014, p. 50).

Por isto, o papel das políticas públicas é crucial para a democratização do acesso à palavra. Programas como a distribuição de livros didáticos e literários, a ampliação do número de bibliotecas e centros culturais, e a formação continuada de professores em práticas de letramento crítico são exemplos de iniciativas que podem ampliar significativamente o acesso à leitura e à escrita. Paulo Freire argumenta que, para que a educação seja verdadeiramente transformadora, “é necessário que ela esteja conectada às realidades concretas dos alunos, para que eles possam se reconhecer nos textos e, assim, questionar e transformar sua própria realidade” (Freire, 1987, p. 28).

Movimentos sociais e literários também desempenham um papel importante no uso da palavra como meio de inclusão e transformação. Historicamente, muitos movimentos utilizaram a palavra como arma para lutar contra opressões e dar voz a comunidades silenciadas. Cosson reforça que, para ser eficaz:

O letramento literário é uma ferramenta importante para formar leitores capazes de lidar com a complexidade dos textos que circulam na sociedade”. Ele defende que ler “não é apenas decodificar palavras, mas sim ser capaz de interpretar, analisar criticamente e posicionar-se frente aos discursos apresentados. (Cosson, 2014, p. 55).

A palavra tem um imenso potencial de transformação social quando usada de forma inclusiva e estratégica. Ao longo da história, muitos movimentos sociais, educadores, escritores e ativistas utilizaram a palavra como um meio de conscientizar, mobilizar e promover mudanças sociais significativas. A leitura e a escrita, quando acessíveis, transformam-se em ferramentas que possibilitam a compreensão crítica da realidade e, conseqüentemente, a atuação para modificá-la.

Um exemplo emblemático de transformação social por meio da palavra é a educação popular proposta por Paulo Freire. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire afirmou que:

A alfabetização deve estar conectada à realidade concreta dos indivíduos, para que eles possam se reconhecer nos textos e, assim, desenvolver uma compreensão crítica sobre sua condição e a estrutura social que os envolve. (Freire, 1987, p. 44).

Ele utilizava palavras geradoras, retiradas do cotidiano das comunidades, para ensinar a ler e escrever, mas, mais que isso, para estimular a reflexão crítica sobre as condições sociais, políticas e econômicas que as envolviam.

Outro exemplo significativo é o movimento dos cadernos de literatura da periferia no Brasil, que promove o letramento literário e o empoderamento de comunidades periféricas por meio da literatura. Escritores como Ferréz e coletivos literários, como a Cooperifa, utilizam a palavra para expressar a realidade das periferias e para dar voz às experiências de indivíduos e grupos historicamente excluídos das narrativas oficiais. Esses coletivos promovem saraus, oficinas de escrita e leitura que, além de fomentar o gosto pela literatura, criam espaços de diálogo e articulação social. “A palavra, nesse contexto, é usada como forma de resistência e de construção de uma identidade cultural e política que desafia as estruturas de poder estabelecidas” (Koch; Elias, 2012, p. 78).

Na América Latina, as palavras também foram usadas como ferramentas de resistência e mobilização em contextos de repressão política e censura. Durante as ditaduras militares, poetas, escritores e jornalistas utilizaram suas obras para denunciar as injustiças e os abusos cometidos pelos regimes autoritários.

A compreensão do mundo social é fundamental para entender as complexas dinâmicas de interação entre os indivíduos e os grupos que compõem a sociedade. Nesse contexto, a "palavra" desempenha um papel de suma importância, servindo como um instrumento poderoso de comunicação e construção de significados. No entanto, é importante reconhecer que a "palavra" também pode ser utilizada de maneira a promover interdições e exclusões, criando barreiras que limitam o acesso e a participação de determinados grupos sociais.

[...] tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, [...] nas relações de poder políticos, etc. As palavras são tecidas [...] e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. [...] de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos e bem formados. (Bakhtin, 1988, p. 41).

Bakhtin enfatiza a importância da palavra na interação social e na construção de relações ideológicas e de poder. Destaca a centralidade da linguagem como um indicador sensível das transformações sociais. Essa visão é importante entender como as ideias e valores se manifestam e evoluem ao longo do tempo. No entanto, é importante considerar que essa ênfase na palavra pode negligenciar outras formas de comunicação não verbal e sistemas simbólicos que também desempenham papéis significativos nas relações sociais.

Além disso, a ideia de que as palavras são "tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos" ressalta a complexidade da linguagem e sua conexão intrínseca com as estruturas sociais e políticas. No entanto, essa perspectiva também pode levantar questões sobre determinismo linguístico, sugerindo que as ideologias e relações de poder são totalmente determinadas pela linguagem. É importante reconhecer que as relações sociais são multifacetadas e influenciadas por uma variedade de fatores além da linguagem.

Ao explorar as interações sociais mediadas pela linguagem, torna-se evidente que as palavras podem ser empregadas de forma discriminatória, reproduzindo estereótipos, preconceitos e hierarquias de poder. Essas interdições linguísticas

podem manifestar-se de diversas maneiras, desde o uso de termos pejorativos até a imposição de padrões linguísticos que marginalizam determinados grupos sociais.

Por outro lado, a "palavra" também tem o potencial de promover inclusões significativas, proporcionando espaços de expressão e reconhecimento para aqueles que historicamente foram silenciados ou marginalizados. Através da linguagem, é possível construir narrativas que valorizem a diversidade, a pluralidade de vozes e as experiências individuais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Nesse sentido, a análise crítica das práticas discursivas e dos discursos dominantes é essencial para compreender como a "palavra" é utilizada para perpetuar relações de poder desiguais e, ao mesmo tempo, para questionar essas hierarquias e promover formas mais inclusivas de comunicação. Ao reconhecer as interdições e as possibilidades de inclusão por meio da "palavra", torna-se possível buscar estratégias para transformar as dinâmicas sociais e construir um mundo mais justo e igualitário.

A análise da influência da linguagem no mundo social vai além da mera comunicação; ela revela as complexas dinâmicas de poder, exclusão e inclusão que permeiam as interações humanas. Segundo Pierre Bourdieu (1989), "a linguagem é o instrumento por excelência da dominação e da libertação". Ao mergulhar nas interdições linguísticas, nos deparamos com o uso discriminatório da linguagem para perpetuar estigmas e marginalizar grupos sociais.

O reconhecimento ou não da legitimidade da língua oficial independe de um ato intencional de aceitação de uma "norma" ou "crença expressamente deliberada". Essa reflexão precisa emergir nas discussões sobre a leitura e o "ensino da leitura" marcada no âmbito do letramento. Adquirir uma língua legítima (que pode ser vista como expressão de um mundo legítimo) faz parte de um processo lento que se coloca num estado prático através de disposições (não perceptíveis) originárias de sanções do mercado linguístico. Logo está fora de qualquer coerção conscientemente sentida. (Bourdieu, 1989, p. 38).

Bourdieu (1989) ressalta a importância fundamental da palavra ao discutir o reconhecimento da legitimidade da língua oficial no contexto do letramento. Ele enfatiza que esse reconhecimento não ocorre de forma deliberada, mas sim emerge gradualmente, impulsionado por sanções do mercado linguístico. Bourdieu destaca que adquirir uma língua legítima é parte de um processo lento que reflete a expressão de um mundo legítimo, e que essa legitimidade linguística está intrinsecamente ligada a sistemas de poder e prestígio. Além disso, ele argumenta que essa internalização

das normas linguísticas ocorre de forma não perceptível, destacando a influência invisível, mas significativa, da palavra na conformidade social e no reconhecimento da língua oficial.

Neste contexto, a palavra, seja escrita ou falada, surge como uma ferramenta que não só amplia a compreensão do mundo, mas também possibilita que os indivíduos participem ativamente da construção e transformação das realidades sociais em que vivem. O uso consciente e crítico nos desafia a questionar práticas excludentes, e a construir espaços mais justos e acolhedores. Assim, compreender e valorizar o papel da palavra é essencial para uma sociedade mais plural e democrática, onde todas as vozes possam ser ouvidas e respeitadas.

2.1.2 Leitura: codificação e passividade

A leitura é um processo essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural do ser humano. Ela é mais do que uma simples habilidade de transformar símbolos gráficos em palavras; envolve uma série de competências que exigem do leitor uma interpretação ativa e crítica do que está sendo lido. A partir dessa perspectiva, a leitura é muito mais do que a decodificação de símbolos linguísticos, e sim um fenômeno complexo que abrange a construção de significados, a interação com o texto e a atribuição de sentidos que vão além da superfície das palavras. Ou seja, a relação entre leitura, codificação e passividade pode ser analisada a partir de como o ato de ler vai além de simplesmente decodificar palavras e símbolos.

Destaque-se que a leitura envolve um processo ativo de interpretação, reflexão e interação com o texto, mas, em alguns contextos, pode ser reduzida a um exercício passivo, limitando sua profundidade e potencial crítico. Exige que o leitor vá além da codificação, envolvendo-se com o texto de forma reflexiva, trazendo sua própria bagagem cultural e experiencial para o processo de compreensão, usando seu próprio repertório cultural, seu conhecimento prévio e suas experiências pessoais para dialogar com o texto. Por isso, a leitura é uma habilidade que se constrói e se aperfeiçoa ao longo do tempo, exigindo a ativação de várias competências cognitivas e emocionais. Quando um indivíduo lê, ele mobiliza diferentes áreas do cérebro que trabalham em conjunto para interpretar, relacionar, inferir e construir significados coerentes a partir das informações apresentadas. A leitura ativa a mente e estimula a reflexão crítica, desafiando os leitores a analisar e questionar o que estão lendo. Paulo

Freire, por exemplo, destaca que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, enfatizando que a interpretação crítica da realidade é fundamental para a formação de leitores ativos e transformadores. Neste sentido, a leitura pode ser vista como uma prática ativa, em que o leitor não apenas absorve as informações do texto, mas as transforma e as reinterpreta, dando-lhes novos significados.

Entretanto, é importante destacar que, embora o processo de leitura tenha esse potencial interativo e transformador, muitas vezes ele é reduzido a um ato passivo, especialmente no contexto educacional. Em ambientes onde a leitura é tratada apenas como um exercício de decodificação, o leitor é treinado para reconhecer palavras sem, necessariamente, se engajar de maneira crítica com o conteúdo ou questionar o que está sendo lido. Essa forma de abordagem cria leitores que, embora tecnicamente competentes, podem ser limitados em sua capacidade de interpretar, criticar e aplicar o que leem em contextos mais amplos. Logo, é necessário que o processo de leitura evolua para além desse estágio mecânico, levando o leitor a questionar, inferir e construir novos significados a partir do que lê.

Por outro lado, a passividade na leitura surge quando o processo é reduzido ao simples reconhecimento e memorização de palavras, sem que haja um estímulo para que o leitor interaja ativamente com o texto. Essa passividade pode ser observada em práticas educativas que focam apenas na capacidade técnica de ler, ignorando o aspecto interpretativo e crítico da leitura. Leitores que são expostos a textos descontextualizados e que não se relacionam com suas experiências de vida tendem a adotar uma postura passiva, aceitando a informação apresentada sem questionar ou relacionar com outros conhecimentos.

Portanto, superar a passividade na leitura requer não apenas o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também o estímulo à curiosidade, ao pensamento crítico e à conexão entre o texto e a experiência do leitor. A leitura, nesse sentido, se transforma em um ato de liberdade e criação, em vez de uma mera reprodução de ideias. É uma forma de codificação, pois permite que os indivíduos absorvam informações, conceitos e ideias que podem moldar suas perspectivas e visões de mundo. Para os privados de liberdade, muitas vezes isolados do acesso a outras formas de educação e cultura, a leitura se torna uma ferramenta vital de aprendizado e crescimento pessoal. Ao mergulharem em livros, revistas e periódicos, eles têm a oportunidade de explorar diferentes disciplinas, culturas e pontos de vista, expandindo assim seus horizontes intelectuais. A capacidade de ler transcende as

barreiras físicas das celas e proporciona uma janela para o mundo exterior para aqueles privados de liberdade.

No ambiente prisional, a leitura não apenas oferece entretenimento, mas também desempenha um papel crucial na codificação do conhecimento e na promoção da atividade intelectual, ajudando a manter a saúde cognitiva e a prevenir o isolamento emocional que muitas vezes acompanha o encarceramento. Ao se envolverem com textos diversos, os indivíduos podem desenvolver habilidades de pensamento crítico, capacidade de resolução de problemas e empatia, o que pode ser fundamental para sua reintegração à sociedade após a liberação.

Nestes casos, a leitura funciona, também, como uma forma de escapismo saudável para os privados de liberdade, permitindo-lhes temporariamente se transportarem para outros mundos e realidades. Isso pode ajudar a aliviar o estresse e a ansiedade associados ao ambiente prisional, oferecendo momentos de calma e introspecção em meio ao caos e à monotonia.

Michelle Kuo destaca que “Na prisão, a leitura era uma forma de escapar, uma forma de sair das paredes da cela e do mundo de confinamento e controle em que vivíamos. (...) A leitura era como um sol se pondo ao fim de um dia interminável” (2018, p. 15). No entanto, apesar dos inúmeros benefícios, o acesso à leitura muitas vezes é limitado nas instituições correcionais devido a restrições de recursos, políticas institucionais ou falta de programas educacionais adequados. É essencial que sejam implementadas políticas que incentivem e facilitem o acesso à leitura nas prisões, proporcionando uma variedade de materiais e recursos educacionais adequados às necessidades e interesses dos detentos.

Neste capítulo, se discute essas duas perspectivas, codificação e passividade, como impactam a forma de ler, como este ato é compreendido e praticado na sociedade contemporânea. Assim como se propõe analisar como a leitura, quando abordada de maneira limitada, pode restringir o desenvolvimento de habilidades críticas e a formação de leitores mais engajados e participativos. Por outro lado, também se explora formas de transformar a leitura em um processo ativo e interativo, promovendo o desenvolvimento de leitores que não apenas decodifiquem, mas que também interpretem, reflitam e se posicionem criticamente frente ao texto e à realidade que o cerca.

Assim, se enfatiza que a leitura é, essencialmente, um processo de interação entre o leitor e o texto. Diferente de uma simples decodificação de símbolos, ela

envolve a participação ativa do leitor na construção do significado. De acordo com Rosenblatt, “a leitura é um evento transacional no qual o leitor traz suas experiências e conhecimentos prévios para criar um sentido único a partir do texto” (Rosenblatt, 1978, p. 19).

Essa visão desafia a ideia tradicional de que o texto é a fonte única de informação, propondo que o significado é construído na interação entre leitor e material escrito. A leitura é um processo dinâmico e interativo, onde o significado do texto não é fixo ou universal, mas sim construído pelo leitor com base em suas próprias experiências, emoções e conhecimentos prévios. Ao ler, o indivíduo interpreta e atribui sentido ao texto de maneira única, influenciado por sua bagagem cultural, pessoal e contexto. Isso significa que diferentes leitores podem ter interpretações distintas do mesmo texto, pois cada um contribui com suas perspectivas e vivências. A leitura, portanto, é uma atividade criativa e personalizada, que vai além da simples decodificação de palavras.

O conceito de leitura como um processo interativo implica que o leitor faz inferências, cria conexões e preenche lacunas baseando-se em seu repertório cultural e linguístico. Kintsch (1988) argumenta que:

O processamento do texto é um diálogo entre o leitor e o conteúdo, onde o leitor usa suas habilidades cognitivas para integrar e interpretar informações, muitas vezes utilizando inferências para complementar o que não está explicitamente dito. (Kintsch, 1988, p. 32).

Isso demonstra que, ao ler, o indivíduo não está apenas absorvendo informações, mas também as moldando e as adaptando às suas próprias percepções.

Já Paulo Freire defende uma visão crítica da leitura, onde o leitor não apenas interpreta, mas questiona e reconstrói as ideias do texto: “A leitura de um texto não se limita ao reconhecimento das palavras, mas envolve um ato de compreensão, interpretação e, acima de tudo, uma leitura do mundo” (Freire, 1987, p. 25).

Esse posicionamento enfatiza que a leitura é uma prática ativa que pode transformar a forma como o indivíduo vê a realidade ao seu redor. Para Freire, ler é, essencialmente, um ato de empoderamento, onde o leitor se torna coautor no processo de construção de significados.

Apesar do potencial interativo da leitura, muitos contextos educacionais incentivam uma postura passiva. Isso ocorre quando a prática da leitura é reduzida à

simples decodificação e memorização de informações, sem promover a interpretação crítica ou o engajamento ativo do leitor. Segundo Solé:

A forma como a leitura é frequentemente ensinada nas escolas, focando em atividades de repetição e cópia, limita a capacidade do aluno de interpretar e interagir com o texto de maneira crítica (Solé, 1998, p. 112).

Entre as causas da passividade na leitura, destaca-se a metodologia tradicional utilizada nas escolas, que privilegia a memorização em detrimento da compreensão crítica. Leitores são treinados para identificar palavras e frases, mas raramente são incentivados a explorar o contexto ou a questionar as informações apresentadas. Smith (2004) observa que:

A ênfase na decodificação e no reconhecimento mecânico de palavras cria leitores que, embora tecnicamente proficientes, são incapazes de interpretar e criticar de forma autônoma o conteúdo. (Smith, 2004, p. 49).

Focar excessivamente na habilidade técnica de decodificar palavras e reconhecer símbolos de forma mecânica pode limitar o desenvolvimento de habilidades críticas e interpretativas nos leitores. Embora esses leitores possam ser eficientes em ler e pronunciar palavras, eles não necessariamente compreendem ou analisam o conteúdo de maneira profunda e autônoma. Em outras palavras, a leitura se torna um exercício automatizado, sem envolvimento cognitivo ou reflexão crítica. Isso compromete a capacidade dos leitores de questionar, interpretar e aplicar o que leem em contextos mais amplos e complexos, restringindo seu potencial de crescimento como leitores independentes e críticos.

Outra causa significativa é a falta de textos contextualizados e relevantes para a realidade do leitor. Quando os textos são desconectados das experiências e interesses dos alunos, a leitura se torna uma atividade desmotivadora e descontextualizada. Clay destaca que “a leitura precisa fazer sentido para os leitores, e textos que não se conectam com suas experiências de vida limitam a capacidade de engajamento e interpretação crítica” (Clay, 1991, p. 88).

As implicações dessa passividade são diversas, afetando desde o desenvolvimento cognitivo até o engajamento dos leitores em práticas sociais mais amplas. Um leitor que não desenvolve habilidades críticas tende a reproduzir informações sem questionar sua validade ou relevância, tornando-se mais vulnerável à manipulação e à desinformação. Stanovich adverte que, “a leitura mecânica e

descontextualizada não prepara os leitores para a complexidade das informações que encontrarão em contextos mais amplos, como a mídia digital e impressa” (Stanovich, 1986, p. 91).

Ensinar a leitura de forma mecânica, sem conectar os textos à realidade ou ao contexto dos leitores, é insuficiente para prepará-los para lidar com a complexidade dos diversos tipos de informação que encontrarão, especialmente na mídia digital e impressa. Quando a leitura é descontextualizada, os leitores aprendem apenas a decodificar palavras sem desenvolver habilidades para interpretar, criticar ou aplicar as informações em diferentes situações. Assim, eles se tornam incapazes de navegar e compreender textos mais complexos, como notícias, artigos ou conteúdo online, que exigem análise crítica e compreensão contextual para serem interpretados corretamente.

No contexto educacional, a leitura é frequentemente ensinada através de um foco excessivo na codificação e decodificação. Este é um aspecto fundamental para a alfabetização, mas que, quando isolado, pode limitar a profundidade e o alcance da compreensão dos alunos. Adams enfatiza que:

A habilidade de decodificar palavras é essencial para o desenvolvimento inicial da leitura, mas sem a integração de habilidades de compreensão, ela se torna um processo limitado. (Adams, 1990, p. 57).

Destaque-se que a alfabetização fonológica, que se concentra na correspondência entre sons e letras, é um componente crucial do processo de leitura. No entanto, ela deve ser acompanhada por estratégias que incentivem a interpretação e a construção de significado. Goodman argumenta que:

A leitura não deve ser vista apenas como um exercício mecânico de decodificação, mas como um processo de construção de significados, onde o contexto e o conhecimento prévio são integrados para dar sentido ao texto. (Goodman, 1967, p. 132).

Nesta premissa, para superar a limitação de uma abordagem puramente fonológica, é necessário que o ensino da leitura envolva a contextualização dos textos e a promoção de discussões que incentivem os alunos a questionar e interpretar criticamente as informações. Assim, Freire sugere que: “a leitura deve ser inserida em um contexto de práticas sociais significativas, onde os alunos são encorajados a relacionar o que leem com suas experiências e a explorar múltiplas interpretações” (Freire, 1987, p. 29).

A leitura deve ser conectada a contextos e práticas sociais que sejam relevantes e significativos para os alunos. Mais do que apenas reconhecer palavras, a leitura deve ser uma prática que desperte o pensamento e a sensibilidade dos alunos. É essencial que eles consigam relacionar os textos com suas próprias vivências, o que torna o ato de ler mais atrativo, relevante e enriquecedor. Dessa forma, a leitura se transforma em um instrumento de descoberta, reflexão e crescimento pessoal. Dessa forma, eles são incentivados a explorar diferentes interpretações, questionar as informações e aplicar o conhecimento de maneira crítica. Esse método promove uma leitura mais ativa e reflexiva, ajudando os alunos a desenvolverem uma compreensão mais profunda e autônoma dos textos e do mundo ao seu redor. Esta prática contribui para o desenvolvimento de leitores mais críticos e autônomos.

Para transformar a leitura em uma prática ativa e crítica, é fundamental adotar estratégias pedagógicas que incentivem o envolvimento dos leitores. Entre essas estratégias, destaca-se a utilização de textos contextualizados, que estejam alinhados com as experiências e interesses dos alunos, permitindo que eles façam conexões e desenvolvam interpretações mais significativas. Neste sentido, Clay defende que “textos relevantes e contextualizados são mais eficazes para engajar os leitores, pois permitem que eles relacionem o conteúdo lido com sua própria realidade” (Clay, 1991, p. 89).

Textos que se conectam diretamente à realidade e às experiências dos leitores são mais eficientes para envolvê-los no processo de leitura. Quando o conteúdo é significativo e reflete aspectos do cotidiano ou interesses do leitor, ele se torna mais fácil de ser compreendido e mais interessante. Essa relevância contextual ajuda o leitor a estabelecer conexões, tornando a interpretação do texto mais fluida e intuitiva. Ao relacionar o que leem com suas próprias vivências, os leitores desenvolvem uma compreensão mais profunda e crítica, tornando-se mais engajados e motivados a continuar explorando diferentes textos e ideias.

Além disso, é essencial promover atividades de leitura colaborativa, onde os leitores discutem e compartilham suas interpretações, enriquecendo a compreensão através do diálogo e da troca de experiências. Solé sugere que: “a leitura em grupo, onde os leitores têm a oportunidade de expressar suas ideias e ouvir as de outros, contribui para o desenvolvimento de uma leitura mais crítica e interativa” (Solé, 1998, p. 115 grifos para este estudo).

A importância da leitura em grupo como uma prática pedagógica que enriquece o processo de compreensão. Quando os leitores discutem textos juntos, eles têm a oportunidade de compartilhar suas interpretações, ouvir perspectivas diferentes e questionar pontos de vista. Esse intercâmbio de ideias amplia a compreensão e estimula o pensamento crítico, permitindo que os participantes construam um entendimento mais profundo e multifacetado do texto. Além disso, a leitura em grupo promove uma experiência mais interativa, em que o diálogo e a colaboração fortalecem as habilidades de análise e interpretação dos leitores, tornando o ato de ler mais ativo e significativo.

Outro aspecto importante é o incentivo à leitura crítica desde as primeiras etapas da educação. Freire enfatiza que:

Os educadores devem ensinar os alunos a questionar e a interpretar criticamente os textos, incentivando-os a pensar sobre o contexto social, cultural e político das informações apresentadas. (Freire, 1987, p. 31 grifos para este estudo).

Isso pode ser feito através de debates, perguntas abertas e a exploração de múltiplas perspectivas sobre o mesmo tema.

Embora seja essencial desenvolver práticas de leitura crítica, a codificação continua sendo um componente fundamental para a autonomia do leitor. A capacidade de decodificar rapidamente permite que os leitores acessem textos com facilidade, liberando recursos cognitivos para a compreensão e a interpretação crítica. Adams observa que:

A fluência na codificação é um requisito para a leitura autônoma, pois permite que o leitor se concentre em compreender e refletir sobre o conteúdo, em vez de se deter no reconhecimento de palavras. (Adams, 1990, p. 59).

Uma vez que os leitores dominam a decodificação, eles são capazes de acessar uma variedade de textos e gêneros, aumentando sua exposição a diferentes perspectivas e experiências. Isso é essencial para o desenvolvimento de uma autonomia crítica, onde o leitor utiliza suas habilidades para buscar informações, comparar pontos de vista e formar opiniões fundamentadas. Segundo Anderson e Pearson (1984), o desenvolvimento da autonomia na leitura — quando o leitor é capaz de localizar, compreender e interpretar informações por conta própria — representa o ápice de uma formação literária eficaz.

No entanto, para que essa autonomia se desenvolva plenamente, é necessário que o processo educativo integre as práticas de codificação com estratégias de

letramento crítico, proporcionando aos alunos oportunidades para utilizar suas habilidades em contextos significativos. Isso envolve não apenas a prática de leitura de textos acadêmicos, mas também o acesso a materiais diversos, como jornais, revistas, livros de ficção.

2.2 A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL FEITA POR MEIO DA LEITURA

No mundo contemporâneo, a leitura continua a desempenhar um papel fundamental na promoção da transformação social e no empoderamento das comunidades. Ao longo da história, a disseminação do conhecimento por meio da palavra escrita tem sido um catalisador poderoso de mudanças sociais, políticas e culturais. Nesta era digital, onde a informação está mais acessível do que nunca, a leitura permanece como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento humano e o progresso coletivo. Nesta seção, exploraremos como a prática da leitura pode impactar positivamente indivíduos e sociedades, capacitando-os a enfrentar desafios e a construir um futuro mais promissor e inclusivo. Kuo (2018, p. 17), se refere à leitura como uma ferramenta que possibilita a mudança de vida:

[...] como a leitura pode mudar a nossa vida e sobre os limites desta mudança. Quero falar sobre como a leitura nos pode dar um mundo partilhável de uma poderosa interligação humana. Mas também sobre como essa interligação é sempre parcial. Como a leitura é, afinal, uma tarefa solidária e idiossincrática.

A leitura tem o poder de abrir mentes, expandir horizontes e despertar consciências. Ao se engajar com diferentes perspectivas, experiências e ideias por meio da leitura, as pessoas podem desenvolver uma compreensão mais profunda do mundo ao seu redor e se tornarem mais empáticas e tolerantes. Esse processo de aprendizado e reflexão individual pode levar a uma mudança de atitude e comportamento, tanto a nível pessoal quanto social. Assim, ao incentivar a leitura desde cedo e fornecer acesso a materiais de qualidade, podemos capacitar indivíduos a adquirirem habilidades essenciais, pensamento crítico e capacidade de análise. Isso não apenas melhora suas perspectivas de vida, mas também lhes dá as ferramentas necessárias para participar ativamente na sociedade e promover mudanças positivas em suas comunidades.

A transformação social por meio da leitura é um tema central na obra de diversos teóricos e pedagogos, sendo Paulo Freire um dos mais influentes nesse

campo. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire argumenta que a leitura vai além da simples decodificação de símbolos e palavras; ela é um ato de interpretação crítica do mundo e, quando utilizada como ferramenta de conscientização, pode empoderar os indivíduos e comunidades a promover mudanças sociais significativas. Para ele, a leitura deve ser entendida como um processo dialógico, no qual o leitor não apenas absorve passivamente o conteúdo, mas o questiona, interpreta e transforma, em um movimento contínuo de ação e reflexão. Essa perspectiva transforma a leitura em um instrumento de emancipação e, quando realizada de forma crítica, proporciona a abertura para uma conscientização que leva à transformação das estruturas sociais opressoras.

A educação tradicional, como descrita por Freire, muitas vezes se limita a um modelo que ele chama de "educação bancária", na qual o professor deposita informações nos alunos sem estimular a reflexão ou o pensamento crítico. Neste contexto, a leitura perde seu potencial transformador, pois é tratada como um exercício mecânico de repetição, sem ligação com as experiências e a realidade dos estudantes. Freire critica essa prática e propõe uma abordagem diferente, na qual a leitura é conectada à vida cotidiana e às lutas sociais das pessoas. Assim, ela passa a ser uma ferramenta para a conscientização (*conscientização*), um conceito central em sua pedagogia, que significa desenvolver uma compreensão crítica da realidade com o objetivo de transformá-la.

Nesse modelo alternativo, a leitura e o conhecimento são contextualizados, permitindo aos leitores interpretar criticamente suas experiências e agir sobre elas. A educação, portanto, deve ser um instrumento de libertação e conscientização, e não de controle ou dominação, capacitando os leitores a serem agentes ativos na sociedade. Ou seja, uma educação que vá além das palavras escritas, uma educação que transforma o mundo em que vivem. Essa visão se conecta ao conceito de "conscientização" (*conscientização*), um processo em que os oprimidos: "se tornam cientes de sua situação e passam a se ver como agentes capazes de promover mudanças" (Freire, 1970, p. 75).

Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1970) destaca o processo de conscientização que ocorre quando os indivíduos, especialmente os oprimidos, desenvolvem uma percepção crítica de sua realidade. Para Freire, a educação e a leitura têm o papel fundamental de possibilitar que as pessoas compreendam sua situação social, econômica e política de forma profunda. Ao se tornarem cientes das

forças que perpetuam a opressão, os indivíduos deixam de ser meros receptores passivos da realidade e passam a se enxergar como agentes transformadores.

Esse despertar crítico, ou *conscientização*, permite que os oprimidos reconheçam as desigualdades e injustiças que enfrentam, o que é essencial para que possam se organizar e lutar por mudanças significativas. Freire acredita que, ao entenderem as causas de sua situação, os indivíduos não apenas ganham uma nova perspectiva sobre suas vidas, mas também desenvolvem a confiança necessária para atuar como protagonistas de sua própria história.

Além disso, Freire destaca que a leitura crítica permite que o indivíduo "questione as estruturas sociais que perpetuam a opressão e a desigualdade". Ele sugere que, ao aprender a ler e interpretar o mundo, "os indivíduos desenvolvem um senso de autonomia e poder que lhes possibilita transformar suas circunstâncias, rompendo com as condições de opressão que limitam suas possibilidades de vida" (Freire, 1970, p. 87).

Destaca-se a importância do desenvolvimento da autonomia e do poder individual como resultado do processo de conscientização. Para Freire, a educação deve ir além da simples transmissão de conhecimento; ela precisa ser um processo que empodere os indivíduos a reconhecerem e questionarem as condições de opressão que enfrentam. Quando as pessoas desenvolvem um senso de autonomia, elas se veem como agentes ativos, capazes de transformar suas próprias circunstâncias e romper com as estruturas que limitam suas vidas.

Ao compreender e dar significado ao que lê, o sujeito se torna mais autônomo, capaz de questionar e interpretar sua realidade. Assim, a alfabetização se torna uma ferramenta não apenas para aprender a ler, mas para entender e transformar o mundo ao seu redor.

A "conscientização", conceito central na obra de Freire, é descrita como "o desenvolvimento de uma percepção crítica da realidade que permite aos indivíduos reconhecerem as forças opressoras e tomarem consciência de sua capacidade de ação". Esse processo é fundamental para a transformação social, pois, ao tomar consciência de suas condições, "os indivíduos podem se organizar coletivamente para mudar suas circunstâncias".

Esse empoderamento surge quando os indivíduos, através de uma leitura crítica do mundo e da realidade ao seu redor, compreendem as causas da sua opressão e passam a ter consciência das possibilidades de ação. Freire acredita que,

ao adquirir essa consciência crítica, os indivíduos ganham poder para modificar seu ambiente, seja lutando por direitos, organizando-se coletivamente ou criando novas formas de atuação que desafiem as estruturas de dominação existentes.

Dessa forma, a educação libertadora proposta por Freire busca capacitar as pessoas a se tornarem protagonistas de suas histórias, rompendo com a passividade imposta pela opressão e abrindo caminhos para a construção de uma vida mais justa e digna, onde suas potencialidades possam ser plenamente realizadas.

Já em Freire (1989), ressalta a necessidade crítica do ato de leitura como uma ferramenta essencial para a conscientização e a transformação social. Freire argumenta que a leitura não deve ser vista apenas como decodificação de palavras, mas sim como uma prática política que envolve a interpretação do mundo e a reflexão sobre as estruturas de poder. Ele enfatiza a importância de uma abordagem de leitura que capacite os leitores a questionar e contestar as narrativas dominantes, a fim de alcançar uma compreensão mais profunda de si mesmos e de suas realidades. O ato de ler funciona como um instrumento de libertação e emancipação.

Assim como Freire, Hooks (2013) enfatiza a importância da educação como uma prática libertadora que capacita as pessoas a pensarem criticamente sobre suas vidas e o mundo ao seu redor, a questionarem as normas e valores dominantes da sociedade. Ela defende uma abordagem de leitura que valoriza as experiências e perspectivas dos grupos marginalizados, e que desafia as estruturas de poder que perpetuam a opressão.

Segundo Emília Ferreiro, estudiosa das etapas do desenvolvimento da escrita e leitura: "a alfabetização deve ser um processo que permite ao sujeito 'construir seu próprio conhecimento e dar sentido ao mundo que o cerca'" (Ferreiro, 1985, p. 102).

Essa visão dialoga com a proposta de Freire ao enfatizar a importância do contexto e da interação social para que a leitura seja significativa e libertadora.

Emília Ferreiro (1985) destaca a visão de que a alfabetização não deve ser um processo mecânico e repetitivo, mas sim uma prática que possibilita ao indivíduo construir ativamente seu próprio conhecimento. Para Ferreiro, o aprendizado da leitura e escrita deve ser contextualizado e significativo, permitindo que a pessoa faça conexões com suas próprias experiências e o mundo ao seu redor. Em vez de apenas aprender a decodificar palavras e reproduzir informações, o sujeito deve ser incentivado a interpretar, refletir e atribuir sentido ao que aprende.

Essa abordagem contrasta com métodos tradicionais de ensino que focam apenas na memorização e repetição de conteúdo. Ferreiro propõe que a alfabetização seja um processo interativo e dinâmico, no qual o aprendiz é estimulado a explorar, questionar e relacionar o que lê com suas vivências e realidades. Esse processo de construção ativa do conhecimento permite que os indivíduos desenvolvam habilidades críticas e criativas, fundamentais para a compreensão do mundo e para a atuação consciente e transformadora na sociedade.

Ribeiro (1995) também compartilha da mesma visão de Paulo freire sobre a importância do ato de ler, destacando a importância da educação como um instrumento de transformação social e cultural. Ele argumenta que o acesso à educação é essencial para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Michel de Certeau (1994), em *A Invenção do Cotidiano*, reforça a ideia de que "a leitura é um ato de resistência". Para ele, "a leitura não se limita a uma atividade passiva; ela envolve a interpretação e a reconstrução do texto pelo leitor, permitindo a transformação da realidade cotidiana" (Certeau, 1994, p. 173).

Essa perspectiva dialoga com Freire ao afirmar que "a leitura deve ser um ato que possibilita a reinterpretação do mundo, capacitando os indivíduos a desenvolverem novas formas de agir e transformar suas realidades".

Freire também aponta que "a leitura crítica do mundo, além de ser uma ferramenta de libertação, é fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico". Ele argumenta que, "a capacidade de ler criticamente o mundo e as palavras está intimamente ligada ao processo de construção de uma consciência crítica" (Freire, 1970, p. 92).

Nesse contexto, a leitura não é vista como um fim, em si mesma, mas como um meio de capacitar os indivíduos a questionar e a refletir sobre as estruturas sociais e políticas que moldam suas vidas.

"Pierre Bourdieu, em sua obra sobre *Capital Cultural* (1986), explora como o acesso ao conhecimento e à leitura pode influenciar a mobilidade social". Para ele, "a leitura é uma forma de capital cultural que, quando acessível, possibilita aos indivíduos uma maior participação e ascensão social". Ele reforça: "a importância de que as práticas educativas ofereçam oportunidades para que os grupos marginalizados acessem a leitura e, conseqüentemente, o poder transformador que ela carrega" (Bourdieu, 1986, p. 91).

Freire acredita que o processo de transformação social por meio da leitura não é individual, mas coletivo. Para ele, as comunidades de leitura e aprendizado são espaços cruciais para que os sujeitos compartilhem experiências, construam significados coletivamente e desenvolvam ações para mudar suas realidades. Ele afirma que, "é no diálogo que a aprendizagem acontece", e "a leitura deve ser uma prática dialógica que permita o surgimento de novas consciências e novas ações sociais" (Freire, 1970, p. 110).

Antonio Candido (1995), em *A Educação pela Noite e Outros Ensaios*, também defende que a literatura e a leitura desempenham um papel essencial na formação ética e social dos indivíduos. Segundo Candido (1995, p. 67), "a leitura possibilita um espaço de reflexão e de encontro com o outro, o que contribui para o desenvolvimento de uma consciência coletiva capaz de promover mudanças sociais significativas".

Apesar do potencial transformador da leitura, Freire reconhece que existem barreiras significativas ao seu acesso, especialmente para as populações mais vulneráveis. A desigualdade social, a falta de políticas públicas e a ausência de materiais adequados são alguns dos obstáculos que impedem que a leitura se torne uma prática acessível a todos. Ele defende que, "é necessário que o estado e a sociedade civil promovam iniciativas que democratizem o acesso à leitura para que seu potencial transformador seja efetivo" (Freire, 1970, p. 138).

Vigotsky (1934), em sua obra sobre o desenvolvimento da linguagem, enfatiza que o acesso ao ambiente letrado e as interações sociais são cruciais para que a leitura se torne um meio de desenvolvimento cognitivo e social. Ele aponta que, quando essas condições são limitadas, "há uma redução no potencial de transformação que a leitura poderia proporcionar" (Vigotsky, 1934, p. 245).

O autor sugere que, quando o contexto e as condições necessárias para a leitura crítica não estão presentes, o potencial transformador da leitura é significativamente limitado. Segundo Vigotsky, o desenvolvimento cognitivo e social de um indivíduo está diretamente ligado às interações sociais e ao ambiente ao qual ele está exposto. Se esses elementos são insuficientes ou desfavoráveis, a leitura, que poderia ser um meio poderoso de transformação e desenvolvimento, perde sua eficácia.

Em um ambiente onde os recursos são escassos e a leitura é tratada apenas como uma tarefa técnica há uma limitação no desenvolvimento das habilidades críticas e interpretativas dos leitores. Vigotsky destaca que a leitura precisa estar

inserida em um contexto rico em estímulos, no qual os indivíduos tenham oportunidades de discutir, refletir e conectar o que leem às suas próprias experiências e à realidade que os cerca. Sem essa base, a leitura torna-se um ato superficial, incapaz de promover a reflexão e a mudança social.

Portanto, para que a leitura atinja todo o seu potencial transformador, é essencial que sejam criados ambientes e condições propícias que fomentem o desenvolvimento crítico e a compreensão aprofundada do conteúdo lido, facilitando a aplicação desse conhecimento na transformação da realidade.

Freire conclui que, para que a leitura mantenha seu papel transformador, é necessário que os sistemas educacionais adotem práticas pedagógicas que valorizem a leitura crítica e o diálogo. A leitura deve ser ensinada como um ato de liberdade, um meio pelo qual os indivíduos podem se conscientizar de suas realidades e desenvolver estratégias para transformá-las. A leitura, para Freire, "é um ato político, e sua prática deve estar comprometida com a justiça social e a igualdade" (Freire, 1970, p. 155).

Bernstein (1971), em seus estudos sobre códigos linguísticos e práticas educativas, destaca, "a necessidade de criar espaços educativos inclusivos que considerem as diferenças culturais e linguísticas dos estudantes para que todos tenham a oportunidade de desenvolver plenamente suas habilidades de leitura e de interpretação crítica" (Bernstein, 1971, p. 202).

A leitura, conforme discutido por Paulo Freire e outros autores como Emília Ferreiro, Pierre Bourdieu e Antonio Candido, é uma prática fundamental para a transformação social. Quando utilizada de forma crítica e consciente, a leitura capacita os indivíduos a desenvolverem uma percepção aguçada das realidades sociais e a atuarem de maneira proativa na construção de um mundo mais justo. Contudo, para que essa transformação ocorra, é imprescindível que se criem políticas e práticas que garantam o acesso universal e equitativo à leitura e ao conhecimento. A leitura crítica e transformadora é, portanto, não apenas um ato de compreensão do mundo, mas uma ferramenta para mudá-lo.

Todos esses autores contribuem para um entendimento mais amplo da educação como uma prática social e política. Suas divergências enriquecem o debate e oferecem insights valiosos sobre como a educação pode ser uma ferramenta para a conscientização, emancipação e transformação social. Em última análise, cada autor traz uma perspectiva única para a discussão, contribuindo para um panorama mais rico e diversificado das questões educacionais contemporâneas.

Precisamos contribuir para transformar as unidades prisionais em espaços que vençam o desafio de acesso à leitura. É algo essencial não apenas para as pessoas privadas de liberdade, porque os benefícios estendem-se além, impactando positivamente toda a sociedade”. (Dias⁶, 2023).

Essa afirmação ressalta a importância de garantir o acesso à leitura nas unidades prisionais, não apenas para as pessoas privadas de liberdade, mas para toda a sociedade. Transformar as prisões em espaços onde a leitura é valorizada e facilitada pode ter uma série de benefícios significativos, tanto para os indivíduos encarcerados quanto para a comunidade em geral.

A leitura em ambiente prisional transcende a mera atividade de entretenimento ou aprendizado, ou mesmo, apenas uma atividade solitária; ela se torna um refúgio, uma ponte para o mundo exterior, uma conexão com outros seres humanos e muitas vezes uma forma de resistência. Em um contexto onde a liberdade física é limitada, os livros oferecem uma libertação da mente, servem como uma janela para diferentes perspectivas, permitindo que os cerceados de liberdade “escapem” temporariamente das realidades opressivas que os cercam e que se sintam parte de algo maior do que as paredes de sua cela. É uma oportunidade de crescimento pessoal, aprendizado e desenvolvimento. A leitura pode oferecer uma forma de liberdade, permitindo que os indivíduos se transportem para outros mundos e experiências, mesmo quando estão fisicamente restritos. Além disso, a leitura pode ser uma ferramenta poderosa para promover a educação, a alfabetização e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, preparando os indivíduos para uma reintegração bem-sucedida na sociedade.

Desde a promulgação do Artigo 21 da Lei de Execução Penal⁷ em 1984, as bibliotecas tornaram-se uma presença obrigatória nas instituições penais brasileiras. No entanto, sua importância vai muito além da conformidade legal. As bibliotecas se tornam o coração intelectual das prisões, oferecendo um espaço para exploração, reflexão e crescimento pessoal.

Reforçando esta afirmação, as Diretrizes Nacionais, sob a resolução nº 2 de 19 de maio de 2010, dispõe sobre “[...] a oferta de educação para jovens e adultos em

⁶ Rodrigo Dias, Coordenador de Educação, Cultura e Esporte da Senappen (Secretaria Nacional de Políticas Penais) Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/iniciativa-vai-premiar-estados-com-alto-indice-de-leitores-em-penitenciarias/>>. Acesso 06/05/2023.

⁷ LEP - Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 Artigo 21. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11701771/artigo-21-da-lei-n-7210-de-11-de-julho-de-1984>>. Acesso em: 04/06/2024.

situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais”, no Art. 3º, inciso III, ler-se:

[...] estará associada às ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas destinadas ao atendimento à população privada de liberdade, inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços. (Brasil, 2010).

Essa disposição ressalta a visão abrangente da educação dentro do sistema penitenciário, reconhecendo que a aprendizagem não ocorre isoladamente, mas em conjunto com outras atividades que podem enriquecer a experiência educacional dos detentos. A inclusão de elementos como cultura, esporte e tecnologia demonstra o compromisso em proporcionar uma educação holística e abrangente, capaz de atender às necessidades variadas dos indivíduos em privação de liberdade.

Além disso, a menção específica ao fomento à leitura e à valorização dos profissionais que trabalham nas bibliotecas dentro das prisões destaca a importância do acesso à informação, ao conhecimento e à cultura como parte integrante do processo educacional e de ressocialização dos detentos.

Além dos benefícios individuais, o acesso à leitura nas prisões também pode ter um impacto positivo mais amplo na sociedade. Ao investir na educação e no desenvolvimento pessoal dos indivíduos encarcerados, estamos contribuindo para a redução da reincidência criminal e para a promoção da segurança pública. Indivíduos que têm acesso à educação e oportunidades de crescimento pessoal são mais propensos a se tornarem membros produtivos e responsáveis na sociedade, reduzindo assim o custo humano e financeiro do sistema prisional como um todo. Ou seja, a leitura é uma poderosa ferramenta para a transformação social, pois expande o conhecimento, promove a empatia, fortalece o pensamento crítico e capacita as pessoas a agirem de forma informada e engajada na sociedade.

2.2.1 Letramento: a promoção da autonomia pelo empoderamento de mulheres privadas de liberdade

No contexto prisional, muitas mulheres apresentam histórico de exclusão social e vulnerabilidade, enfrentando barreiras de acesso à educação, trabalho e saúde. O letramento surge como uma estratégia fundamental para transformar essa realidade,

possibilitando que as detentas desenvolvam habilidades e competências que ampliem suas perspectivas de futuro. É uma ferramenta que não se restringe à alfabetização formal, mas se expande para um aprendizado que conecta a leitura e a escrita às experiências de vida dessas mulheres, permitindo que reflitam sobre suas trajetórias.

Vai além da simples habilidade de ler e escrever; envolve também a capacidade de compreender, interpretar e utilizar a linguagem de forma crítica e reflexiva. Para mulheres privadas de liberdade, o acesso ao letramento pode ser uma ferramenta poderosa de transformação. Ao adquirir habilidades de leitura e escrita, essas mulheres têm a oportunidade de ampliar seus horizontes, exercer sua cidadania de forma mais efetiva e desenvolver uma maior autonomia. Além disso, o letramento pode ser um meio de empoderamento, permitindo que essas mulheres expressem suas próprias vozes, compartilhem suas histórias e experiências, e se tornem agentes de mudança em suas comunidades e em suas vidas pessoais.

A educação prisional focada no letramento e na autonomia deve considerar as especificidades e demandas do público feminino, como questões de gênero, violência e maternidade, que frequentemente são invisibilizadas em programas educacionais tradicionais. Portanto, um programa de letramento que visa o empoderamento precisa ser adaptado, abordando temáticas relevantes para essas mulheres e oferecendo um espaço de expressão, escuta e diálogo.

Essas práticas educativas têm como objetivo não apenas a aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, mas a promoção de uma consciência crítica que possibilite o questionamento das estruturas que perpetuam a exclusão e a marginalização. Ao promover uma educação que valoriza as vivências e saberes das mulheres encarceradas, o letramento se transforma em um processo que as capacita a reinterpretar suas realidades e a construir um novo significado de vida, mesmo em um ambiente de restrição.

O impacto positivo de programas de letramento focados em autonomia também se reflete na reintegração social dessas mulheres após o cumprimento de suas penas. O desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e pensamento crítico é fundamental para que as mulheres possam acessar oportunidades de trabalho, educação formal e serviços sociais ao saírem do sistema prisional. Além disso, a capacidade de compreender e interpretar criticamente o mundo ao seu redor possibilita que essas mulheres tomem decisões mais informadas e construam uma trajetória de vida com mais autonomia e dignidade.

As mulheres que estão em situação de encarceramento frequentemente enfrentam uma série de desafios, incluindo a marginalização social, a violência de gênero e a falta de acesso a serviços básicos. Essas experiências contribuem para a construção de uma identidade marcada pela exclusão e pelo estigma. A promoção do letramento nesse contexto se mostra não apenas como uma necessidade, mas como uma ferramenta de resistência e transformação. A educação pode servir como um espaço onde essas mulheres são vistas como protagonistas de suas histórias e são incentivadas a questionar suas realidades.

A pesquisa de Emília Ferreiro sobre a psicogênese da língua escrita oferece uma base teórica robusta para a compreensão de como os processos de alfabetização e letramento podem ser adaptados para diversos contextos. Quando se trata de mulheres privadas de liberdade, essas ideias se tornam especialmente relevantes, pois permitem a criação de programas educativos que não apenas ensinam a ler e escrever, mas que também promovem a autonomia e o empoderamento.

Emília Ferreiro, em suas investigações sobre a psicogênese da língua escrita, argumenta que a alfabetização deve ser um processo que respeite e valorize o conhecimento prévio dos educandos. Ela afirma que "a construção do conhecimento se dá de maneira ativa e deve considerar o que os sujeitos já conhecem, a partir de suas experiências e vivências" (Ferreiro, 1985, p. 78).

Destacando, assim, a importância de reconhecer que a construção do conhecimento é um processo ativo, onde os aprendizes não são meros receptores de informações, mas participantes ativamente engajados em suas experiências. Ferreiro argumenta que, para que a aprendizagem seja significativa, é fundamental que ela leve em conta as vivências e o conhecimento prévio dos educandos.

Esse entendimento é especialmente relevante em contextos educacionais, como no caso de mulheres privadas de liberdade, onde as experiências de vida são muitas vezes marcadas por exclusão e desafios. Ao adaptar a educação ao que essas mulheres já sabem e vivenciam, os educadores podem criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e relevante. Isso permite que elas se sintam valorizadas e respeitadas, contribuindo para um aprendizado mais eficaz.

Além disso, essa abordagem favorece a autonomia, pois as educandas são incentivadas a questionar, explorar e relacionar novos conhecimentos com suas realidades. Assim, a educação se transforma em um espaço de empoderamento,

onde as mulheres podem desenvolver habilidades críticas e criativas, ressignificando suas histórias e abrindo caminhos para novas possibilidades em suas vidas.

Neste sentido, Ferreiro destaca que "a alfabetização é um processo de construção que envolve o sujeito em um conjunto de interações sociais e culturais, nas quais ele se apropria do conhecimento" (Ferreiro, 1985, p. 104).

Para que o letramento tenha um impacto significativo na vida de mulheres em privação de liberdade, é fundamental que os programas educativos sejam cuidadosamente estruturados para refletir suas vivências, desafios e realidades. Esses programas devem ir além do simples ensino técnico e promover um aprendizado que valorize o protagonismo das participantes e fomente sua autonomia. Um ponto central é o reconhecimento das experiências individuais dessas mulheres. Ao considerar suas histórias e trajetórias, o ambiente educativo se torna um espaço seguro, onde elas podem se expressar livremente, encontrando acolhimento e respeito. Isso fortalece não apenas a autoestima, mas também a confiança no processo de aprendizagem.

Além disso, a participação ativa deve ser incentivada. Aprender não é apenas absorver conteúdo, mas construir conhecimento de forma conjunta. Atividades que promovam interação, como debates, trabalhos em grupo e projetos coletivos, ajudam a transformar o aprendizado em uma troca rica de ideias e experiências, fortalecendo o senso de comunidade e colaboração. Outro aspecto essencial é a contextualização do ensino. A leitura e a escrita devem dialogar com o cotidiano das mulheres encarceradas, utilizando textos e materiais que reflitam suas vivências e que abordem questões sociais relevantes.

Neste contexto, a conexão com a realidade facilita a compreensão e estimula o pensamento crítico, criando uma ponte entre o aprendizado e a vida prática. Por fim, o letramento deve ser um instrumento de reflexão e transformação. Ao incentivar questionamentos sobre suas histórias, o sistema social e as desigualdades que enfrentam, as mulheres podem desenvolver uma consciência crítica que lhes permita enxergar novas possibilidades para o futuro. Assim, o processo educativo deixa de ser apenas informativo e se torna verdadeiramente emancipador.

O letramento crítico, conforme discutido por Ferreiro, não apenas capacita as mulheres a lerem e escreverem, mas também as ajuda a desenvolverem um senso de autonomia e empoderamento. Esse processo é especialmente significativo em

ambientes de privação de liberdade, onde as mulheres frequentemente se sentem despojadas de suas identidades e vozes.

Neste sentido ele permite que as mulheres encarceradas compreendam as estruturas sociais e políticas que perpetuam sua opressão. Isso se alinha com a visão de que "o conhecimento é um instrumento de libertação, e a alfabetização deve estar ligada ao processo de conscientização" (Ferreiro, 1985, p. 132).

A autora destaca a relação intrínseca entre conhecimento, alfabetização e conscientização. Para ela o conhecimento é um instrumento de libertação, o que sugere que a educação vai além da simples transmissão de informações. Uma vez que ela deve capacitar os indivíduos a entenderem e a transformarem suas realidades. Nesse sentido, a alfabetização não é apenas o aprendizado de habilidades básicas de leitura e escrita, mas um processo que deve estar vinculado à formação de uma consciência crítica.

Quando a alfabetização é associada à conscientização, as pessoas se tornam mais capazes de questionar as condições sociais, políticas e econômicas que as cercam. Isso é particularmente significativo em contextos de marginalização, como no caso de mulheres privadas de liberdade. Ao adquirir conhecimento e desenvolver uma visão crítica de sua realidade, essas mulheres podem se sentir empoderadas para reivindicar seus direitos e atuar em suas comunidades.

Iniciativas de letramento em prisões têm demonstrado que, quando as mulheres são capacitadas a se expressar e a compartilhar suas histórias, ocorre um fortalecimento da autoestima e um aumento da solidariedade entre elas. Por exemplo, programas que incluem a leitura de obras literárias que abordam temas como a identidade feminina, a luta por direitos e a superação de desafios têm sido bem-sucedidos em criar um espaço de reflexão e diálogo.

Além disso, oficinas de escrita criativa e diários pessoais oferecem às mulheres uma oportunidade de se expressarem livremente, ajudando-as a reconstruir suas narrativas e a transformar suas experiências em poderosas histórias de resistência. Diante disso, Ferreiro enfatiza que "a escrita, como um ato de expressão, permite que os sujeitos se apropriem de suas histórias e se sintam fortalecidos" (Ferreiro, 1985, p. 146).

A citação de Emília Ferreiro ressalta a importância da escrita como uma forma de expressão pessoal e um meio de apropriação da própria história. Ao afirmar que "a escrita, como um ato de expressão, permite que os sujeitos se apropriem de suas

histórias e se sintam fortalecidos", Ferreiro destaca que o ato de escrever não se limita apenas à técnica, mas envolve um profundo processo emocional e social.

Quando os indivíduos escrevem, eles têm a oportunidade de refletir sobre suas experiências, vivências e desafios, o que pode ser especialmente valioso em contextos de vulnerabilidade, como no caso de mulheres privadas de liberdade. A escrita se torna um espaço onde essas mulheres podem compartilhar suas narrativas, resgatar suas identidades e, muitas vezes, transformar suas dores em histórias de resistência e superação.

Esse processo de expressão permite que elas se sintam mais empoderadas, já que a escrita lhes dá voz em um ambiente que muitas vezes tenta silenciá-las. Além disso, a possibilidade de contar suas histórias pode fortalecer não apenas a autoestima, mas também a solidariedade entre elas, criando um senso de comunidade e apoio mútuo. Assim, a escrita se configura como uma ferramenta poderosa para a libertação e a afirmação da identidade.

Os educadores que atuam em contextos prisionais devem estar preparados para lidar com as particularidades do ambiente e das educandas. É crucial que eles adotem uma abordagem sensível e empática, que reconheça as dificuldades e os traumas que essas mulheres enfrentam. A formação contínua dos educadores é fundamental para que eles possam aplicar as teorias de Ferreiro de maneira eficaz, adaptando as metodologias às necessidades das mulheres.

Nesta premissa, Freire ressalta que "o papel do educador não é apenas transmitir conhecimento, mas sim criar um ambiente de aprendizagem que promova a autonomia e o pensamento crítico" (Freire, 1970, p. 55).

Essa afirmação sublinha a transformação necessária no papel do educador, que deve ir além da simples transferência de informações. O educador, segundo Freire, deve atuar como um facilitador do processo educativo, incentivando a participação ativa dos alunos e estimulando sua capacidade de questionar e refletir sobre o conhecimento.

Em um ambiente de aprendizagem que promove a autonomia, os educandos são encorajados a se tornarem protagonistas de sua própria educação. Isso significa que devem ter espaço para expressar suas ideias, explorar suas curiosidades e desenvolver habilidades críticas que lhes permitam entender e interagir com o mundo ao seu redor. Essa abordagem é especialmente relevante em contextos educacionais

onde os alunos podem ter enfrentado desvalorização ou exclusão, como em prisões ou comunidades marginalizadas.

Ao criar um espaço de aprendizado colaborativo, o educador não só ajuda os alunos a adquirir conhecimento, mas também o capacita a se tornarem pensadores críticos e agentes de mudança, prontos para enfrentar desafios e transformar suas realidades.

Isso significa que os educadores devem estar dispostos a ouvir as histórias das mulheres, a aprender com elas e a Co construir o conhecimento.

Apesar dos benefícios do letramento crítico, existem desafios significativos na implementação de programas de educação em contextos prisionais. A falta de recursos, a resistência institucional e as condições adversas do ambiente carcerário podem dificultar a realização de atividades educativas eficazes. Contudo, a demanda por educação e letramento entre as mulheres encarceradas é uma oportunidade para transformar suas vidas e promover a reintegração social.

Programas que focam no letramento e na autonomia podem ter um impacto profundo, não apenas na vida das mulheres, mas também nas comunidades a que pertencem. Mulheres que se tornam alfabetizadas e empoderadas têm mais chances de reintegrar-se na sociedade de maneira positiva, contribuindo para a redução da reincidência.

Portanto, a educação prisional, quando alinhada às ideias de Freire e Freire, pode servir como um motor de mudança, capacitando mulheres encarceradas a reivindicarem seus direitos e a construir um futuro mais digno e autônomo. É fundamental que continuemos a investigar e a implementar práticas de letramento que respeitem e valorizem a diversidade das experiências humanas, promovendo uma educação que liberte e empodere.

Já na visão de Hoosks (2013), essa educação é uma forma de libertação. Ao ensinar, não estamos apenas compartilhando informações, mas também criando um ambiente onde as pessoas podem explorar suas identidades e expressar suas vozes. Esse espaço educacional deve ser um lugar de emancipação, onde os privados de liberdade possam se sentir fortalecidos para enfrentar a opressão.

Ainda neste contexto prisional, a educação não apenas fornece conhecimentos e habilidades, mas também atua como um instrumento de empoderamento e resgate da dignidade das mulheres. Primeiramente, a educação oferece uma oportunidade para que essas mulheres desenvolvam suas identidades e fortaleçam sua autoestima,

ajudando a romper com ciclos de opressão e marginalização. Ao aprenderem a ler e escrever, por exemplo, elas ganham ferramentas para se expressar e se conectar com o mundo exterior, desafiando estigmas e preconceitos.

Essa conscientização é vital para a reintegração social e a quebra de ciclos de violência e crime. Outra dimensão importante é a criação de um ambiente de apoio e solidariedade entre as mulheres, onde podem compartilhar suas histórias e experiências, fortalecendo laços e criando redes de suporte emocional. Isso é especialmente importante em um ambiente frequentemente marcado por conflitos e isolamento. No entanto, é fundamental reconhecer os desafios que essa educação enfrenta como a falta de recursos, o preconceito institucional e a necessidade de profissionais capacitados que compreendam as especificidades do contexto prisional.

Portanto, é essencial que as políticas públicas apoiem iniciativas educativas que visem não apenas a reintegração, mas também a promoção da autonomia e da dignidade dessas mulheres. Assim, a educação nos presídios femininos se revela como uma ferramenta poderosa para a transformação pessoal e social, possibilitando que essas mulheres se reescrevam e reescrevam suas histórias, mesmo diante das adversidades.

Freire (1970) argumenta que a educação tradicional é opressiva, pois impõe conhecimento de cima para baixo, reproduzindo assim as estruturas de poder existentes na sociedade. Ele propõe uma abordagem pedagógica que ele chama de "educação libertadora" ou "pedagogia do oprimido", na qual os educadores e os educandos se engajam em um diálogo horizontal e crítico. Mencionando a importância do letramento como uma ferramenta de conscientização e empoderamento. Com a função de capacitar as pessoas a ler o mundo e a refletir criticamente sobre sua realidade, para que possam agir de forma consciente na transformação das estruturas opressivas. Há a necessidade de uma educação que respeite e valorize a cultura e a experiência das pessoas marginalizadas, promovendo assim sua autoestima e identidade, dando voz e poder para moldar seu próprio destino.

Davis (2016), defensora incansável dos direitos humanos e da justiça social, tem suas ideias sobre o letramento como promoção de autonomia pelo empoderamento de mulheres privadas de liberdade e que estão profundamente enraizadas em sua visão crítica das estruturas de poder e das injustiças sociais. Ela argumenta que o letramento é uma ferramenta fundamental para capacitar as

mulheres encarceradas a compreenderem criticamente sua própria situação e a desafiar as formas de opressão que enfrentam.

Destaque-se a importância de oferecer às mulheres encarceradas oportunidades significativas de educação e letramento, não apenas como meio de adquirir habilidades práticas, mas também como uma forma de fortalecer sua autoestima, ampliar sua consciência política e promover sua autonomia. E que o acesso à educação dentro das prisões é essencial para romper o ciclo de pobreza, violência e marginalização que muitas vezes afeta essas mulheres, e para ajudá-las a se tornarem agentes ativas de mudança em suas próprias vidas e comunidades.

Além disso, Davis ressalta a importância de uma abordagem de letramento crítico, que não apenas ensine habilidades básicas de leitura e escrita, mas também capacite às mulheres encarceradas a questionar as estruturas de poder que as mantêm em desvantagem e a imaginar e lutar por um futuro mais justo e igualitário. Ou seja, o letramento não é apenas uma questão de habilidades técnicas, mas sim uma ferramenta de libertação e transformação social.

Em relação a Freire e a Davis, embora suas abordagens tenham sido influentes globalmente, é importante reconhecer que algumas de suas ideias podem não se aplicar universalmente a todos os contextos sociais, culturais e políticos. As soluções propostas por eles podem não ser tão eficazes em outras realidades fora de seus próprios contextos de atuação.

Enquanto ambos abordam temas amplos como justiça social e emancipação, pode-se argumentar que suas análises poderiam se aprofundar em certas questões específicas ou negligenciar certas dimensões de opressão que afetam diferentes grupos sociais. Apesar de suas teorias serem inspiradoras, a implementação prática de suas ideias pode enfrentar obstáculos significativos, como resistência institucional, falta de recursos ou limitações estruturais. Suas abordagens podem não oferecer estratégias suficientemente pragmáticas para lidar com as complexidades das lutas sociais e políticas contemporâneas, especialmente em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado. É importante reconhecer essas críticas como parte do processo de avaliação e aprimoramento contínuo das teorias e práticas educacionais e sociais.

Ainda assim, a leitura é essencial para promover a transformação social entre os privados de liberdade, oferecendo oportunidades de aprendizado, reflexão e crescimento pessoal. Ela pode ajudar a desenvolver habilidades cognitivas,

emocionais e sociais, além de proporcionar um escape da realidade da prisão e estimular a imaginação. Assim, a leitura deixa de ser apenas um ato de entretenimento ou aprendizado técnico, para se tornar um meio de resistência, empoderamento e transformação pessoal.

2.3 O RACISMO ESTRUTURAL EM AMBIENTES PRISIONAIS

Neste texto, exploraremos mais a fundo a relevância da educação em prisões, examinando seus benefícios potenciais, os desafios enfrentados na implementação de programas educacionais dentro do sistema prisional e as implicações mais amplas para a sociedade como um todo. Ao fazê-lo, buscamos contribuir para um debate mais informado e engajado sobre o papel da educação na transformação do sistema penal e na De acordo com a Constituição Federal, capítulo III da Educação, da Cultura e do desporto, na Seção I da Educação, no art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Logo, a educação é um direito humano universalmente reconhecido, fundamental para o desenvolvimento pessoal, social e econômico de indivíduos em todas as esferas da vida. No entanto, para uma parcela significativa da população, o acesso a essa ferramenta transformadora é frequentemente negado ou severamente limitado. Entre esses indivíduos estão aqueles que estão privados de liberdade em instituições prisionais ao redor do mundo. Que, também, há leis que complementam este direito.

A garantia da educação aos privados de liberdade no Brasil é estabelecida pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), mais especificamente em seu artigo 17. Esse artigo dispõe que “o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”. Isso significa que a educação é considerada parte integrante do processo de ressocialização dos detentos, visando à sua reintegração à sociedade após o cumprimento da pena. Além disso, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelece metas específicas para a oferta de educação nos estabelecimentos prisionais, buscando garantir o acesso à educação básica e profissionalizante aos privados de liberdade.

Neste artigo 205 da constituição brasileira: “a educação é direito de todos e será promovida e incentivada visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido a educação é direito de todas as pessoas, mesmo os privados de liberdade. Essa constatação lógica de que a privação dela precisa ocorrer com respeito a determinados panoramas e contextos, que vale salientar a Educação formal tem o compromisso de aperfeiçoar o entendimento de como a cidadania pode não apenas, ser facilitada, mas, sobretudo, restaurada. Isso porque em que se pese o conceito de cidadania, e suas relações com o exercício social, no caso da realidade brasileira, a suas condições historicamente não foram propiciadas de modo aceitável a todos os que precisariam compreendê-la e, em face disso, trazê-la como um “objeto a ser conquistado”.

A origem do racismo estrutural no sistema penal está intimamente ligada ao período colonial e à escravidão. As políticas penais foram, desde cedo, desenhadas para controlar e marginalizar corpos negros, perpetuando o controle e a exploração de grupos racializados mesmo após a abolição formal da escravidão. Segundo Souza (2020):

O legado colonial no Brasil e em outros países de colonização europeia criou um aparato institucional que, mesmo após a abolição formal da escravidão, continuou a tratar a população negra como criminosa em potencial. (Souza, 2020, p. 56).

Fica destacado como o passado colonial e escravagista moldou as estruturas institucionais no Brasil e em outras ex-colônias europeias, perpetuando uma visão negativa e preconceituosa da população negra, mesmo após a abolição formal da escravidão. Durante o período colonial, práticas e leis foram estabelecidas para controlar e marginalizar as pessoas negras, mantendo-as em um estado de subordinação e exclusão. Com a abolição da escravidão, em vez de serem inseridas de forma igualitária na sociedade, as pessoas negras continuaram a ser vistas como suspeitas e, muitas vezes, associadas ao crime e à desordem.

Essas estruturas coloniais foram adaptadas e mantidas pelo Estado brasileiro, resultando em um sistema de controle social que reforça desigualdades raciais e econômicas. As políticas de segurança pública, por exemplo, foram desenhadas para monitorar e punir, desproporcionalmente, as comunidades negras e pobres. Isso se manifesta, atualmente, na forma de abordagens policiais seletivas, que tendem a focar

mais em pessoas negras, e nas altas taxas de encarceramento dessa população, reforçando o estereótipo de criminalidade.

Como não relacionar à ideia de inferioridade humana a que foram submetidas inúmeras pessoas, indivíduos que postos à margem do direito de ser pessoa, se tornaram objeto de valor, que inclusive estiveram atrelados a “símbolo de riqueza”⁸. E, por isso, desejo de obtê-los? E isso exatamente, em função do fato comum nas cidades em desenvolvimento, de que ter um escravo ou escrava era algo que notadamente, conferia aos seus proprietários certo grau de prestígio ou alto grau. Claramente, as percepções sociais a esse respeito estavam ligadas ao número e ao papel desempenhado pelo escravizados. É digno de nota ter escravos era razão para ser beneficiário de uma imagem de poder social. Imagine-se o poder constituído aos senhores de engenho, aos barões do cacau, barões do café, dentre outros com forte atuação no âmbito do período colonial, império e república, especialmente, quando da “República dos generais”⁹.

Vê-se com esse panorama que houve uma cultura para que se construísse a inferioridade humana, reservando a não humanidade como fato incontestável socialmente, ao longo dos períodos já mencionados. Por sua vez, essa postura de validação social que se deu paulatinamente, fez também, a naturalização do estereótipo de não humanidade àqueles e àquelas que eram característicos a pele negra. Isso permite a esse estudo trazer à discussão em etapas que farão parte desse estudo, como o grande número de negros escravizados nos períodos históricos do Brasil: Período Colonial e Período Imperial contrastavam com o fato de não terem a sua humanidade reconhecida. E, por essa razão, não poderiam ser relacionados ao posto de cidadãos.

É conveniente situar que a cidadania partiu filosoficamente, de um ponto de vista idealista, já que foi projetado àquilo que se denominou paulatinamente como ideal de pessoa, e, por sua vez, elegendo aqueles que podiam ser relacionados e, logo, incluídos nesse ideal. No sentido de melhor pensar a respeito do significado

⁸ Além de mão-de-obra, o escravo representava riqueza: era uma mercadoria, que, em caso de necessidade, podia ser vendida, alugada, doada e leiloada. O escravo era visto na sociedade colonial também como símbolo do poder e do prestígio dos senhores, cuja importância social era avalizada pelo número de escravos que possuíam. (Copyright © 1997 – 2023 [Portal Geledés](#).)

⁹ Conceituar. Podemos definir a Ditadura Militar como sendo o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. Esta época vai de 1964 a 1985. Caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censuras, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Esse post foi publicado em [Uncategorized](#). Bookmark o [link permanente](#).

dessa palavra: cidadania¹⁰ é pertinente tratar a respeito dela com base em seu registro como verbete, em sua palavra primitiva: cidadão. Assim será possível dimensionar aspectos que são fundamentais ao estudo de fenômenos que se ligam a fronteira do que pode ter segregado a pessoa, sob o ponto de vista histórico a um nível de marginalidade que lhes coloque alheio a fato de poder ser cidadão. Reflita-se a respeito do conteúdo do quadro 1:

Quadro 1 - Etimologia do verbete: cidadão

Dados para estudo Lexical e Semântico	
1º Dicionário¹¹:	Recorte Lexical semântico
1 Habitante de uma cidade. 2 Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. 3 Indivíduo que recebe título honorífico de uma cidade.	2 Indivíduos <u>no gozo dos direitos civis e políticos</u> de <u>um Estado</u> .
2º Dicionário¹²:	Recorte Lexical semântico
substantivo masculino 1. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado livre. 2. Habitante de cidade. = CITADINO Adjetivo 3. Que é relativo aos indivíduos de um estado livre no gozo de direitos civis e políticos.	1. Indivíduo <u>no gozo dos direitos civis e políticos</u> de <u>um estado livre</u> . 3. Que é relativo aos indivíduos de <u>um estado livre no gozo</u> de direitos civis e políticos .
3º Dicionário¹³:	Recorte Lexical semântico
Cidadania Do latim civitas, que significa “conjunto de direitos atribuídos ao cidadão” ou “cidade”. Originalmente, o termo “cidadania” foi...	[...] “ conjunto de direitos atribuídos ao cidadão ” [...].
4º Dicionário¹⁴:	Recorte Lexical semântico
sm. 1 Pessoa no gozo dos seus direitos políticos e civis. 2 Pop. Indivíduo, pessoa. [...]	sm. 1 Pessoa <u>no gozo dos seus direitos políticos e civis</u> .

Fonte: Elaborado pela própria autora para esse estudo.

¹⁰ ci-da-da-ni-a (cidadão + -ia) substantivo feminino Qualidade de cidadão. "cidadania", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/cidadania> [consultado em 05-05-2023].

¹¹ Disponível: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cidad%C3%A3o/>

¹² "cidadão", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/cidad%C3%A3o> [consultado em 05-05-2023].

¹³ Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/busca/?q=cidad%C3%A3o>, acesso em 05/05/2023.

¹⁴ AULETE, 2011, p. 182.

Os dados compilados no quadro 1 permitem o acesso a uma reflexão a respeito da classificação atribuída ao verbete: cidadão. No quadro organizado do lado esquerdo com a compilação e do lado direito, os recortes realizados em razão da leitura crítica que visou identificar aspectos linguísticos empregados para designar a condição com a qual se define cidadão. No sentido de ser dado destaque a trechos, ou seja, recortes lexicais, que compreendem categorias de palavra ou palavras que estão voltadas para a identificação de algo. E com a intenção de ser desenvolvido um conjunto de reflexões a respeito do que esse processo analítico acrescenta ao estudo, foi utilizado dois tipos de destaque: o sublinhado e o **negrito**.

Em relação ao primeiro destaque, se tem (4), quatro ocorrências do item lexical: “no gozo”. A expressão é constituída da preposição “em” + “o”, artigo definido masculino singular, aponta para a ideia de lugar em que se pode ambientar a manifestação de algo, ou seja, desfrutar de algo. Portanto, uma vez, não sendo possível não seria possível o gozo ou exercício, concretude.

Outro detalhe, sublinhado foi “um Estado” com (1) uma ocorrência explícita, e (2), duas ocorrências de “um estado livre”. As construções configuram designações distintas em relação a ideias distintas sobre o entre federativo ideal, que constitui com base para a consolidação dos ideais democráticos. Especialmente àqueles que foram urdidos no bojo da Revolução Francesa¹⁵ em face de postulados “iluministas¹⁶”.

Essas ocorrências assinalam que o estado que se refere à condição dada pelo Estado para que alguém viesse a ser constituído do direito de ser um indivíduo, uma pessoa, e, por ter adquirido direitos de exercício como cidadão é porque deveras a sua humanidade foi reconhecida como sendo compatível aos interesses do Estado. Que, por ocasião do exercício de seu poder garante a quem lhe convém o direito a ter direitos, geralmente estabelecidos em lei. E, isso se consigna ao fenômeno social de se tornar um cidadão. Ao mesmo tempo também, prevê o mesmo Estado a quem ele não reconhece como cidadão.

¹⁵ A Revolução Francesa foi, antes de mais, um acontecimento cujo alcance abalou de forma irreversível as estruturas sociais e políticas da Europa. (Vovelle, M. (2020). A Revolução Francesa 1789-1799 - nova edição. Portugal: Edições 70.)

¹⁶ O Iluminismo, enquanto projeto racionalista que questionava as bases religiosas do mundo feudal e propagava a superação de uma visão ingênua e mística do mundo, trouxe com ele a consagração dos direitos civis e a ideia de renovação e esclarecimento para uma sociedade até então refugiada na fé como elemento essencial para a vida humana. (Bassalobre, Janete Netto. "Das promessas iluministas à servidão." (2010, p. 443).

É importante situar que isso no caso das pessoas cujo fenótipo dérmico é a cor preta, no caso da história do Brasil, serviu de base para despsicologizar¹⁷ a esses, submetendo-os à condição única de escravo, que por sua vez, os tornou em um “bem”. Logo, os coisificando e, ao longo desse processo se deu a tradicional associação entre cor da pele negra à condição de não poder ser aceito como cidadãos. Por sua vez, por uma questão de obviedade como atribuir a esses quaisquer direitos? Por séculos estiveram presos apenas a ter obrigações.

Com isso posto se pode chamar atenção para a ocorrência de outro item lexical de forte propensão semântica: “os direitos civis e políticos”, com (4), quatro ocorrências. Em relação é importante pensar a respeito de como é entendido as duas expressões, nas palavras de:

Será que este direito está garantido efetivamente? Ou ainda há pensamentos que a educação em unidades prisionais seja um privilégio? A educação deverá ser uma garantia concreta da execução das políticas públicas criadas na intenção do cumprimento do direito aos privados de liberdade que desejarem uma efetiva mudança.

O diálogo com o poder público sobre a educação em prisão perpassa pensar o modelo/projeto de Estado no momento em que os movimentos sociais estão às margens das decisões governamentais, que mantem uma estrutura neoliberal em que os pobres não têm acesso com facilidade aos direitos garantidos na lei. (Santos; Fernandes, 2021, p. 205).

A importância do diálogo entre os movimentos sociais e o poder público no contexto da educação em prisões não é apenas sobre o acesso à educação para pessoas encarceradas, mas também sobre a natureza do próprio Estado e seu compromisso com os direitos humanos e a justiça social.

Ao mencionar que os movimentos sociais muitas vezes estão à margem das decisões governamentais, a citação sugere uma crítica ao modelo de Estado atual, que tende a favorecer os interesses das elites e perpetuar estruturas de desigualdade e exclusão. Esse modelo é descrito como neoliberal caracterizado por políticas que

¹⁷ O conceito de 'despsicologizar' tem sido amplamente utilizado em estudos sociais e críticos para destacar a importância de uma análise mais contextualizada e estrutural de fenômenos sociais. Esta abordagem busca deslocar o foco de explicações psicológicas individuais para uma compreensão mais ampla dos fatores sociais, políticos e culturais que moldam comportamentos e experiências. (Ferraz/2003 p. 116) têm defendido a despsicologização como uma ferramenta para uma análise mais abrangente e crítica de questões sociais contemporâneas.

enfraquecem o papel do Estado na garantia de direitos sociais e promovem a privatização e a mercantilização de serviços públicos, incluindo a educação.

Além disso, a citação aponta para a dificuldade dos pobres em acessarem facilmente os direitos garantidos pela lei, o que revela as falhas do sistema em garantir a igualdade de oportunidades e o acesso equitativo à educação, independentemente da classe social ou condição socioeconômica. Destaca a necessidade de um debate mais amplo e crítico sobre o papel do Estado e das políticas públicas na promoção da educação em prisões, e como essas políticas refletem e perpetuam as desigualdades estruturais presentes na sociedade. Ela nos lembra de que a luta pela educação dentro do sistema prisional não é apenas uma questão de acesso, mas também uma luta por justiça social e transformação política. A sociedade civil se distancia das decisões governamentais em um momento em que o poder público sobre a educação nas prisões está repleto de reflexões sobre o modelo/projeto de Estado. Os direitos dos pobres não são de fácil acesso.

Como a prisão, que é ante-educativa em si, pode oferecer às pessoas que não pediram para estar lá e que só raramente reivindicam programas educacionais, uma possibilidade de contar com aprendizados úteis no seu momento presente e que lhe servirão até a sua saída? A menos que se considere, como alguns, que repressão e educação são as duas faces da mesma moeda. (Maeyer, 2013, p. 34).

Mayer (2013) levanta uma questão fundamental sobre o papel da educação dentro do contexto prisional e questiona como instituições que, por natureza, são ante-educativas podem oferecer oportunidades de aprendizado significativas para os indivíduos encarcerados. Ela destaca o paradoxo entre a natureza repressiva das prisões e a necessidade de fornecer educação como uma ferramenta essencial para a reintegração e a ressocialização dos detentos.

Ao afirmar que muitos detentos não solicitam programas educacionais ou não reconhecem sua importância, a citação aponta para as múltiplas barreiras e desafios que existem dentro do ambiente prisional. Isso pode incluir falta de motivação, desconfiança nas instituições, estigmas sociais associados à educação dentro das prisões, entre outros fatores.

Ao colocar a repressão e a educação como "duas faces da mesma moeda", ele questiona se as prisões estão realmente cumprindo seu suposto propósito de reabilitar os detentos e prepará-los para uma reintegração bem-sucedida na sociedade.

Essa crítica ressoa com debates mais amplos sobre o papel das prisões na sociedade contemporânea. Muitos argumentam que o foco excessivo na punição e na retribuição tem levado a um sistema prisional que perpetua ciclos de crime e reincidência, em vez de promover a justiça restaurativa e a reabilitação dos indivíduos.

Portanto, repensar não apenas o papel da educação dentro das prisões, mas também a própria natureza e função das instituições prisionais em nossas sociedades. Ela destaca a necessidade urgente de abordagens mais humanas e centradas no indivíduo para lidar com a justiça criminal, reconhecendo a importância fundamental da educação como uma ferramenta para a transformação e a redenção.

A maior parte dos detentos é constituída por pobres, tem um nível educacional muito baixo, jamais conheceram a escola ou, quando conheceram, sua experiência frequentemente terminou em fracasso; muitos detentos são jovens ainda e, em numerosos países, os migrantes (econômicos) constituem uma parte importante da população carcerária. (Maeyer, 2013, p. 35).

A população carcerária é predominantemente composta por indivíduos de baixa renda, muitos dos quais têm um histórico educacional limitado ou inexistente. Essa realidade reflete as desigualdades estruturais presentes em muitas sociedades, onde fatores como falta de acesso a oportunidades econômicas e discriminação sistêmica contribuem para a entrada em contato com o sistema de justiça criminal.

Para muitos detentos, a falta de educação formal é uma barreira adicional, resultado de uma variedade de desafios enfrentados ao longo de suas vidas, como falta de recursos, suporte educacional inadequado e obstáculos socioeconômicos. Além disso, é importante reconhecer que a juventude é uma característica comum entre os detentos, e em alguns países, os migrantes econômicos também representam uma parcela significativa da população carcerária. Esses aspectos ressaltam a necessidade de abordagens mais amplas e holísticas para lidar com a questão do encarceramento, que considerem não apenas as circunstâncias individuais dos detentos, mas também os contextos sociais, econômicos e políticos que contribuem para sua entrada no sistema prisional. Isso inclui o reconhecimento da pobreza, falta de educação e migração como fatores estruturais que requerem políticas públicas mais abrangentes e medidas preventivas voltadas para a justiça social e a igualdade de oportunidades.

O racismo estrutural em ambientes prisionais é uma realidade complexa que se manifesta de várias maneiras. Desde a aplicação da lei até as condições de

encarceramento e a reintegração à sociedade, as minorias étnicas, especialmente negras e latinas, enfrentam desigualdades sistemáticas.

As disparidades na aplicação da lei resultam em taxas de prisão desproporcionais, muitas vezes devido a práticas policiais discriminatórias. Dentro das prisões, as condições desiguais persistem, incluindo superlotação, falta de acesso a cuidados de saúde adequados e violência institucionalizada, exacerbando as disparidades raciais. Além disso, o acesso desigual à justiça, combinado com obstáculos à reintegração, como discriminação no emprego e acesso limitado à moradia, aumenta as chances de reincidência para as minorias étnicas. Essas estruturas e práticas discriminatórias dentro do sistema prisional perpetuam e reforçam as desigualdades raciais, contribuindo para a manutenção do racismo sistêmico na sociedade como um todo.

É um desafio profundo e multifacetado, evidenciando como as instituições de controle social, como o sistema prisional, perpetuam desigualdades raciais. Historicamente, o sistema penal foi concebido e estruturado de forma a marginalizar e segregar racialmente determinados grupos, especialmente a população negra. Como Oliveira (2019) observa, "o sistema prisional, longe de ser apenas um local de cumprimento de pena, é uma extensão das desigualdades raciais históricas que marcam a sociedade brasileira" (Oliveira, 2019).

Este conceito reflete a normalização de práticas discriminatórias que operam dentro de sistemas sociais e institucionais, resultando em desvantagens sistêmicas para grupos racializados, como a população negra e periférica. A análise dessas estruturas requer uma abordagem crítica que leve em consideração não apenas as práticas institucionais contemporâneas, mas também as raízes históricas e coloniais que moldaram a maneira como essas práticas são executadas.

O racismo sistêmico é um padrão de discriminação e desigualdade enraizado nas estruturas e instituições de uma sociedade. Ele se manifesta de forma ampla e sistemática, afetando todos os aspectos da vida das pessoas pertencentes a grupos racialmente minoritários. Ao contrário do racismo individual, que envolve atitudes e ações discriminatórias de indivíduos, o racismo sistêmico está incorporado nas políticas, práticas e normas sociais que perpetuam vantagens para alguns grupos raciais em detrimento de outros. Isso pode incluir acesso desigual à educação, emprego, habitação, saúde e justiça, bem como discriminação institucionalizada em áreas como aplicação da lei e sistema prisional. Este tipo de racismo é difícil de

combater, pois está profundamente enraizado nas estruturas sociais e requer mudanças sistêmicas e institucionais para ser abordado efetivamente.

O Estado falha em cumprir sua responsabilidade de garantir condições dignas e justas para os indivíduos sob sua custódia. Várias questões podem comprovar isto quando o Estado, muitas vezes não oferece condições de vida dignas para os encarcerados, incluindo superlotação, falta de acesso a cuidados de saúde adequados, higiene precária e violência institucionalizada. Há relatos frequentes de abuso e violência por parte de funcionários do sistema prisional contra os detentos, sem que haja uma resposta eficaz do Estado para prevenir e punir tais comportamentos. Além de não oferecer programas adequados de reabilitação e reinserção para os detentos, o que pode contribuir para altas taxas de reincidência e para a perpetuação do ciclo de criminalidade.

O "aparato institucional" mencionado refere-se a um conjunto de práticas, leis e políticas públicas que, ao longo do tempo, foram modificadas para perpetuar a exclusão e marginalização da população negra. Mesmo após a abolição da escravidão, a lógica de controle social não foi eliminada, mas adaptada para continuar tratando a população negra como uma ameaça à ordem social. Essa estrutura resulta em um racismo que não é apenas individual, mas sistêmico e enraizado nas próprias instituições do Estado, como a polícia e o sistema penal.

A criminalização da negritude, portanto, não é um fenômeno isolado ou recente; ela remonta à necessidade de manutenção de uma ordem social que privilegia a elite branca e marginaliza grupos racializados.

Além disso, Fanon (1961), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, argumenta que o racismo não é apenas uma questão de preconceito individual, mas um sistema que se enraíza nas estruturas sociais e políticas de um país. Fanon enfatiza que,

As instituições que perpetuam o controle social e racial são instrumentos de opressão desenhados para manter a supremacia branca e a exclusão sistemática de negros e outras minorias. (Fanon, 1961, p. 87 grifos para essa pesquisa).

De acordo com o autor as instituições responsáveis pelo controle social, como prisões, escolas, hospitais e políticas públicas, foram historicamente desenhadas para manter a supremacia branca. Elas não apenas regulam o comportamento da sociedade, mas também reforçam a exclusão sistemática de negros e outras minorias. E, esse controle institucional é intencional e visa garantir que essas populações

permaneçam em posições de marginalização e desvantagem social, econômica e política.

O racismo estrutural vai além do sistema prisional, afetando diversas áreas essenciais para a vida social. Na educação, por exemplo, a desigualdade no acesso e na qualidade do ensino para estudantes negros contribui para limitar suas oportunidades futuras. No campo da saúde, o racismo estrutural se manifesta através do atendimento desigual e das barreiras no acesso a tratamentos de qualidade, o que afeta negativamente a saúde de minorias raciais. Além disso, políticas públicas frequentemente ignoram as necessidades específicas dessas populações ou até mesmo as prejudicam, reforçando o ciclo de exclusão.

Essas práticas criam um ciclo de marginalização intergeracional, onde os efeitos do racismo estrutural se perpetuam de uma geração para outra. Crianças que crescem em contextos de exclusão, com acesso limitado a educação e saúde de qualidade, enfrentam maiores dificuldades para romper esse ciclo e alcançar uma vida social e economicamente estável. Como resultado, a desigualdade racial não é apenas um problema do presente, mas algo enraizado em estruturas que precisam ser desmanteladas para que seja possível construir uma sociedade mais justa e equitativa. O racismo estrutural, portanto, é uma forma sistêmica e contínua de opressão que afeta todos os aspectos da vida das minorias raciais, perpetuando desigualdades históricas.

Essa perspectiva permite entender como o racismo estrutural se estende para além do sistema prisional, permeando áreas como educação, saúde e políticas públicas, criando um ciclo de marginalização que afeta múltiplas gerações.

O conceito de racismo estrutural envolve a criação e disseminação de estereótipos que vinculam determinadas características físicas e comportamentais com comportamentos criminosos. Silva (2021) argumenta que:

O **racismo estrutural** se manifesta no sistema prisional através da **criação de estereótipos** que vinculam características físicas e comportamentais, muitas vezes associadas a grupos raciais específicos, com comportamentos criminosos. (Silva, 2021, p. 102, grifos para essa pesquisa).

Esse processo de estigmatização é amplamente sustentado por uma cultura midiática e política que associa criminalidade a determinadas raças e classes sociais.

A construção desses estereótipos não é acidental; ela é instrumental para justificar práticas discriminatórias e políticas de controle social, como a militarização

das forças policiais e a intensificação das abordagens em comunidades pobres, predominantemente negras. O resultado é um sistema que, por meio de um ciclo de discriminação e criminalização, perpetua a marginalização desses grupos. Hooks (2000) discute que "a construção de narrativas que retratam a população negra como perigosa e criminosa serve para justificar o uso excessivo de força e a aplicação de penas desproporcionais" (Hooks, 2000, p. 144).

As narrativas racistas, que associam a população negra à criminalidade e à violência, são usadas para justificar práticas discriminatórias no sistema de justiça e segurança pública. Essas narrativas são construídas e amplamente disseminadas pela mídia, pelo discurso político e por instituições que têm interesse em manter o controle social sobre determinados grupos raciais. Ao retratar pessoas negras como uma ameaça à segurança, essas narrativas criam uma percepção negativa que legitima o uso excessivo de força por parte da polícia e a aplicação de penas mais severas e desproporcionais para esses grupos.

Esse processo é estratégico, pois permite que as ações punitivas contra a população negra sejam vistas como necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública. No entanto, essa justificativa mascara a verdadeira intenção de controle e exclusão social, perpetuando o racismo estrutural. Em vez de abordar as desigualdades socioeconômicas que levam a situações de vulnerabilidade, as instituições se concentram em punir desproporcionalmente a população negra, reforçando estereótipos e perpetuando a marginalização. Dessa forma, a construção dessas narrativas racistas é um mecanismo utilizado para sustentar a violência institucional e as práticas discriminatórias no sistema de justiça. Assim, o racismo estrutural é alimentado por uma retroalimentação de práticas e discursos que reforçam a marginalização racial.

A criminalização da pobreza é um componente central do racismo estrutural. Wacquant, ao analisar a conexão entre pobreza e encarceramento, destaca que "a população negra e pobre é duplamente penalizada, uma vez que é vista como inferior racialmente e como indigna de direitos devido à sua condição socioeconômica" (2001, p. 64).

A população negra e pobre sofre uma dupla penalização no Brasil: é discriminada tanto por questões raciais quanto socioeconômicas. Essa visão enraizada associa a negritude a características negativas, como inferioridade e criminalidade, e considera pessoas de baixa renda como indignas de direitos e

oportunidades. Como resultado, essa população é alvo de políticas discriminatórias que reforçam sua exclusão e marginalização.

No contexto das periferias urbanas brasileiras, essa dupla penalização é evidente. Essas áreas são habitadas majoritariamente por negros e pobres, que enfrentam a violência e a repressão das políticas de segurança pública. Essas políticas são marcadas por práticas agressivas e punitivas, que priorizam o policiamento intensivo, as abordagens violentas e as prisões em massa. A justificativa usada é a de combater o crime e garantir a ordem, mas, na prática, essas ações visam controlar e reprimir esses grupos específicos.

O encarceramento em massa é uma das principais consequências dessa abordagem. As prisões são utilizadas como ferramentas para manter essas populações sob controle, resultando em altas taxas de detenção de jovens negros e pobres, mesmo por crimes menores ou relacionados à sobrevivência. Em vez de abordar as causas estruturais da desigualdade e da criminalidade, como a falta de acesso à educação e oportunidades de emprego, o sistema opta pela punição e pela repressão, perpetuando o ciclo de marginalização.

Assim, a população negra e pobre nas periferias brasileiras é continuamente vista como alvo das políticas de controle social, sendo penalizada não apenas por sua condição racial, mas também por sua situação socioeconômica. Isso reforça o racismo estrutural e mantém essas comunidades em uma situação de vulnerabilidade constante.

No Brasil, essa realidade é evidente nas periferias urbanas, onde políticas de segurança pública são implementadas de maneira discriminatória e punitiva, visando controlar essas populações através do encarceramento em massa.

A autora Davis, ao tratar da militarização do controle social, aponta que "a guerra às drogas é um exemplo claro de como as políticas penais contemporâneas são utilizadas para prender e controlar desproporcionalmente a população negra" (2016, p. 79).

A criminalização de pequenos delitos e o foco no tráfico de drogas como justificativa para abordagens policiais têm como consequência o aumento das taxas de encarceramento de jovens negros. Esses jovens, frequentemente residentes em áreas de baixa renda, são alvos preferenciais das políticas punitivas que, em vez de combater o tráfico em níveis mais altos e organizados, se concentra na população mais vulnerável.

O impacto dessas políticas é devastador, criando uma realidade onde as prisões se tornam depósitos de jovens negros e pobres, impedindo qualquer possibilidade de ascensão social e perpetuando a exclusão. De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), aproximadamente 60% da população carcerária brasileira é composta por negros e pardos, o que evidencia a desproporcionalidade racial no sistema penal (DEPEN, 2022).

O Brasil possui uma das maiores populações carcerária do mundo, e essa realidade está intrinsecamente conectada ao racismo estrutural, conforme Adorno (2018) "mesmo com o discurso de ressocialização, o sistema prisional continua a marginalizar e desumanizar os detentos, perpetuando o ciclo de exclusão social (2018, p. 122).

A superlotação carcerária não é apenas um problema quantitativo, mas também qualitativo, pois reflete a falha estrutural de um sistema que criminaliza a pobreza e a negritude enquanto ignora crimes de colarinho branco e práticas corruptas, muitas vezes perpetradas por membros das elites.

Segundo Dias, "o sistema prisional brasileiro é um reflexo da falha estrutural do Estado em garantir direitos básicos, como educação e saúde, para as populações mais vulneráveis" (2019, p. 95).

A prisão torna-se, assim, uma resposta para a falta de políticas públicas e sociais que poderiam, de fato, prevenir o envolvimento em atividades criminosas. Em vez disso, o Estado opta por um modelo punitivo que reforça a exclusão e a estigmatização racial.

Além disso, o discurso de ressocialização frequentemente esconde as falhas sistêmicas, pois as condições degradantes nas prisões brasileiras tornam impossível a reabilitação ou a reinserção social efetiva. Santos (2020) enfatiza que "as prisões brasileiras, ao negar direitos básicos e expor os detentos a situações desumanas, contribuem para a perpetuação de ciclos de violência e marginalização" (Santos, 2020, p. 112).

O impacto do encarceramento sobre indivíduos e suas comunidades é vasto e profundo, afetando não apenas a pessoa privada de liberdade, mas também suas famílias e a comunidade ao seu redor. Ribeiro (2021) sugere que:

O impacto psicossocial do encarceramento sobre os indivíduos negros e pobres é devastador, pois, além da perda da liberdade, eles enfrentam a estigmatização social e a dificuldade de reinserção após cumprir pena. (Ribeiro, 2021, p. 48).

Esse ciclo de marginalização é reforçado pela falta de oportunidades de emprego e pela estigmatização que acompanha o histórico prisional, tornando a reinserção social um processo quase impossível.

Para, além disso, as prisões, como destaca Carrara:

São lugares onde a violência institucional é uma constante, e os efeitos psicológicos desse ambiente violento são sentidos de forma mais acentuada pelas populações que já vivenciam exclusão social e discriminação racial. (2017, p. 33).

A violência nas prisões não é apenas física, mas também psicológica, afetando profundamente a autoestima e a percepção de identidade dos indivíduos encarcerados.

Carrara aponta que as prisões são ambientes onde a violência institucional é constante, afetando de maneira intensa aqueles que já enfrentam exclusão social e discriminação racial, como a população negra e pobre. A violência nesses espaços não se limita ao uso físico da força, mas também inclui formas psicológicas de abuso que impactam profundamente a saúde mental dos detentos. Essa violência institucional ocorre por meio de práticas como superlotação, condições desumanas, tratamentos degradantes e humilhações, que são comuns no sistema prisional.

Indivíduos que já carregam um histórico de marginalização, ao serem encarcerados, enfrentam um agravamento de suas condições emocionais e psicológicas. A violência psicológica afeta a autoestima e a percepção de identidade, muitas vezes gerando sentimentos de desvalorização, desesperança e alienação. O encarceramento prolongado, aliado ao ambiente hostil e à falta de suporte psicológico, aprofunda essas sensações, dificultando a reinserção social após o cumprimento da pena.

Além disso, para essas populações, as prisões funcionam como uma extensão da exclusão que já vivenciam fora delas. Ao invés de servirem como espaços de ressocialização, as prisões reforçam o ciclo de marginalização e violência, muitas vezes agravando os problemas que levaram ao encarceramento em primeiro lugar. Isso evidencia que a violência institucional nas prisões não é apenas um reflexo das práticas de controle, mas também uma ferramenta que perpetua a opressão de grupos historicamente excluídos.

Portanto, as prisões se tornam espaços que não só punem fisicamente, mas também minam a dignidade e a saúde mental dos detentos, especialmente daqueles

que já são socialmente vulneráveis, contribuindo para a manutenção do racismo e da desigualdade estrutural.

Bell (2004) propõe que "a superação do racismo estrutural em ambientes prisionais requer a implementação de políticas antirracistas que questionem e reformem as práticas discriminatórias vigentes" (2004, p. 145).

Isso inclui uma reforma profunda no treinamento de agentes penitenciários para lidar com questões raciais de forma sensível e humanizada. Além disso, a descriminalização de pequenos delitos, como o porte de drogas para uso pessoal, e a implementação de penas alternativas são sugeridas como formas de reduzir o encarceramento em massa e a superlotação das prisões.

Outra proposta essencial é a criação de políticas públicas que garantam acesso à educação e oportunidades de emprego para populações historicamente marginalizadas. Segundo Franco (2018):

[...] a educação é um dos principais meios para romper com o ciclo de exclusão que atinge a população negra, oferecendo a possibilidade de mobilidade social e a construção de um futuro mais justo. (Franco, 2018, p. 207).

Sem esses investimentos, o sistema prisional continuará a funcionar como uma extensão das desigualdades sociais, afetando de forma desproporcional a população negra e periférica.

O racismo estrutural em ambientes prisionais é uma questão complexa que exige um olhar crítico sobre as práticas institucionais e políticas que perpetuam desigualdades raciais. As análises de autores como Souza (2020), Silva (2021) e Alexander (2012) demonstram que, sem uma reforma profunda e a implementação de políticas antirracistas, o sistema prisional continuará a operar como um instrumento de opressão e exclusão social. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É necessário romper com os ciclos de criminalização e exclusão para garantir direitos e dignidade para todos os cidadãos, independentemente de raça ou classe social.

A privação da liberdade, por si só, já impõe uma série de desafios e restrições à vida dos indivíduos. No entanto, é essencial reconhecer que a educação permanece como um direito inalienável, mesmo para aqueles que estão cumprindo penas de prisão. Nesse sentido, a educação em prisões emerge como uma necessidade premente e um imperativo moral, não apenas para proporcionar oportunidades de

aprendizagem, mas também para garantir a dignidade e a reintegração dos indivíduos na sociedade.

Discute-se uma educação em prisões como especificidade para a população com restrição ou privada de liberdade. Pensa-se a educação em prisões como uma garantia de implantação e atuação de políticas públicas de cumprimento do direito subjetivo à educação para toda população carcerária, tendo a escola como prática social. (Santos; Fernandes, 2021, p. 195).

Neste contexto, a afirmação dos autores ressalta a importância de pensar na educação em prisões como uma especificidade para a população carcerária, enraizada em políticas públicas que visam garantir o pleno exercício do direito à educação para todos, independentemente de sua situação de encarceramento. Ao considerar a escola como uma prática social dentro das instituições prisionais, abre-se um horizonte de possibilidades para a promoção da justiça social, da reabilitação e da construção de um sistema penal mais humano e eficaz.

2.3.1 O Racismo Estrutural: conceito e concepções

Racismo estrutural é um sistema complexo de desigualdade enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Ele abrange ideias como: institucionalização da discriminação que é o racismo incorporado em instituições sociais, como escolas, empresas e sistemas judiciais, resultando em disparidades sistemáticas; a reprodução intergeracional, é quando o racismo é perpetuado ao longo do tempo, transmitido de geração em geração por meio de normas culturais, políticas e práticas; a invisibilidade e privilegiamento, outra forma de racismo que, muitas vezes opera de forma sutil e não declarada, privilegiando grupos dominantes enquanto marginaliza e oprime minorias; o impacto nas oportunidades, este é quando pessoas racializadas enfrentam barreiras sistemáticas no acesso a oportunidades educacionais, empregos dignos, moradia adequada e cuidados de saúde, entre outros; e ainda a perpetuação de estereótipos, é quando o racismo estrutural perpetua estereótipos prejudiciais e promove narrativas que justificam a marginalização e o tratamento desigual de grupos raciais. Esses conceitos mostram como o racismo não é apenas uma questão de atitudes individuais, mas sim um fenômeno arraigado nas estruturas e instituições de uma sociedade. Como observado por Santos:

Diferentemente de manifestações de preconceito individual, o racismo estrutural está enraizado nas estruturas organizacionais e jurídicas que moldam o funcionamento das sociedades contemporâneas. (Santos, 2010, p. 25).

O racismo estrutural, ao contrário do preconceito individual, além de não se limitar a atitudes pessoais ou ações isoladas de discriminação. Ele está profundamente incorporado nas estruturas e instituições que organizam a sociedade, como as leis, políticas públicas, sistemas de educação, saúde, mercado de trabalho e justiça. Essas instituições foram historicamente construídas de forma a favorecer certos grupos raciais, enquanto desfavorecem outros, especialmente pessoas negras e indígenas.

Por exemplo, políticas de habitação que, no passado, restringiram o acesso de pessoas negras a certos bairros ou áreas urbanas continuam a ter efeitos hoje, limitando as oportunidades de moradia e acesso a recursos. Da mesma forma, no mercado de trabalho, mesmo com leis contra a discriminação racial, pessoas negras ainda enfrentam obstáculos sistêmicos para alcançar posições de liderança e salários justos. Essas desigualdades não são resultado de ações de uma ou outra pessoa, mas sim de um sistema organizado que perpetua essas injustiças ao longo do tempo.

De acordo com Oliveira e Perussatto (2023) “[...] surgem problemas na análise do racismo em situações em que as práticas raciais são sutis, indiretas ou fluídas”. Um desafio significativo na análise do racismo, especialmente em contextos onde as práticas racistas não são explícitas ou diretas. Quando o racismo se manifesta de maneira sutil, indireta ou fluida, pode ser mais difícil identificar e reconhecer, o que por sua vez dificulta a abordagem e a mitigação eficaz dessas formas de discriminação. Desta maneira o racismo pode se tornar mais difícil de ser confrontado e combatido, pois suas formas podem mudar e se adaptar ao longo do tempo, tornando-se mais insidiosas e difíceis de detectar.

Portanto, a análise deste tipo de racismo, exige uma abordagem cuidadosa e sensível, que leve em consideração não apenas as manifestações óbvias, mas também as nuances e complexidades das dinâmicas raciais contemporâneas. Isso requer uma consciência crítica das estruturas e sistemas que perpetuam o racismo, bem como um compromisso com a promoção da justiça e da igualdade em todas as áreas da sociedade.

Em suma, o racismo estrutural opera silenciosamente nas bases e normas da sociedade, moldando oportunidades, condições de vida e expectativas de grupos

racializados de maneira desigual e profundamente enraizada nas práticas institucionais e jurídicas.

Segundo Almeida (2019, p. 17), o conceito de racismo estrutural, "envolve a análise das dinâmicas sociais que organizam as relações raciais e promovem a discriminação sistemática de grupos com base em sua cor de pele ou origem étnica."

Ao longo da história, o racismo foi normalizado por meio de leis, políticas públicas e práticas institucionais, criando uma base para a manutenção de privilégios raciais (Carneiro, 2005, p. 34).

O racismo estrutural é sustentado e perpetuado quando leis, políticas públicas e práticas institucionais operam de forma a favorecer grupos raciais específicos, enquanto excluem ou desfavorecem outros. Ao longo da história, essas leis e políticas foram formuladas para garantir a superioridade e os privilégios de grupos brancos, enquanto negavam direitos e oportunidades às populações negras, indígenas e outros grupos marginalizados.

Por exemplo, durante a escravidão e até muito depois de sua abolição, leis foram criadas para restringir o acesso de pessoas negras à educação, à propriedade de terras e a empregos dignos. Mesmo após a abolição formal, práticas institucionais continuaram a reproduzir a exclusão, como políticas de urbanização que deslocavam comunidades negras para periferias com pouca infraestrutura e oportunidades econômicas.

Essas ações institucionais criaram e sustentaram uma base onde privilégios raciais foram mantidos e passados de geração em geração. A normalização dessas práticas faz com que a desigualdade racial seja vista como parte natural da sociedade, dificultando o reconhecimento e a mudança desse padrão injusto. Em resumo, o racismo estrutural é alimentado por um conjunto de políticas e práticas que, de maneira sistemática, mantêm os privilégios de alguns grupos enquanto negam oportunidades e direitos a outros.

Guimarães (2002, p. 40) reforça essa visão, argumentando que, "a continuidade histórica das práticas discriminatórias perpetua o privilégio racial, assegurando que grupos minoritários sejam marginalizados e excluídos sistematicamente".

As práticas discriminatórias, ao se manterem ao longo do tempo, garantem que privilégios raciais sejam preservados para certos grupos, enquanto outros são sistematicamente marginalizados e excluídos. Essas práticas não surgem de maneira

isolada, mas são sustentadas por políticas, normas e comportamentos que se repetem e se reforçam, passando de uma geração para outra.

Por exemplo, no caso da educação, escolas em comunidades de maioria negra ou indígena frequentemente recebem menos recursos e têm infraestrutura inadequada. Isso afeta diretamente a qualidade do ensino e as oportunidades futuras desses grupos. Da mesma forma, no mercado de trabalho, a discriminação racial e a falta de oportunidades para grupos minoritários impedem que eles alcancem posições de destaque ou recebam salários justos, criando um ciclo de pobreza e exclusão.

Essas práticas não são acidentais; elas se baseiam em uma estrutura histórica que favorece certos grupos raciais (geralmente brancos) enquanto desfavorece outros. Ao se perpetuarem, elas garantem que os mesmos grupos continuem a acumular vantagens e privilégios, enquanto outros enfrentam dificuldades contínuas para superar barreiras impostas. Assim, a discriminação histórica mantém as desigualdades raciais vivas e presentes na sociedade atual.

Dessa forma, o racismo estrutural não é um resquício do passado, mas "uma questão central que molda as dinâmicas econômicas, sociais e políticas até os dias de hoje."

A origem do termo e seu desenvolvimento teórico buscaram:

Desvendar as formas complexas pelas quais as desigualdades são perpetuadas, movendo o foco do racismo como um problema individual para uma análise das estruturas sociais que o sustentam. (Bell, 1992, p. 45).

Este entendimento do racismo como um componente sistêmico desafia as soluções simplistas, que frequentemente ignoram a profundidade e complexidade das desigualdades enraizadas no tecido social.

A compreensão do racismo estrutural exige uma análise crítica das instituições que moldam a sociedade. Telles (2004, p. 53) observa que "o racismo estrutural se manifesta não apenas por meio de ações e comportamentos individuais, mas através de um sistema complexo que privilegia certos grupos raciais e marginaliza outros."

Essa marginalização é sustentada por instituições como o sistema de justiça, a educação, o mercado de trabalho e as políticas de habitação, que, historicamente, implementaram práticas que favorecem desproporcionalmente pessoas brancas enquanto desfavorecem grupos minoritários racializados.

A Teoria Crítica da Raça, desenvolvida por autores como Derrick Bell e Kimberlé Crenshaw, é uma das bases para a compreensão do racismo estrutural. Esses autores argumentam que:

O racismo é um componente intrínseco do sistema jurídico e das instituições sociais, o que significa que ele está incorporado nas políticas e práticas que regulam a sociedade. (CRITICAL RACE THEORY, 1995, p. 12).

Por exemplo, Crenshaw (1989, p. 45) introduz o conceito de interseccionalidade:

Analisa como o racismo se intersecciona com outras formas de opressão, como gênero e classe social, mostrando que as desigualdades não ocorrem isoladamente, mas se combinam para marginalizar grupos de formas complexas e interligadas.

Além disso, Hooker (2017, p. 78) explora, "como o racismo estrutural opera de maneira silenciosa, tornando invisíveis as práticas discriminatórias para aqueles que não são diretamente afetados por elas." A invisibilidade e a normalização do racismo estrutural tornam a sua erradicação um desafio complexo, pois muitas vezes ele é mascarado por narrativas meritocráticas ou pela ilusão de igualdade de oportunidades.

No Brasil, o racismo estrutural possui raízes históricas profundas, remontando ao período colonial e à escravidão. Durante mais de três séculos, a escravização de africanos e seus descendentes formou a base econômica e social do país. Segundo Carneiro:

A estrutura desigual criada pelo sistema escravocrata não foi desmantelada com a abolição formal da escravidão em 1888, mas, ao contrário, foi incorporada às práticas e políticas institucionais que moldaram a sociedade brasileira no pós-abolição. (Carneir, 2005, p. 22).

Após a abolição, os libertos e seus descendentes foram "sistematicamente excluídos das oportunidades de educação, trabalho formal e propriedade, perpetuando as desigualdades sociais e econômicas que ainda se observam hoje" (Guimarães, 2001, p. 30). O autor aponta que "o mito da democracia racial, que emergiu no início do século XX, serviu para ocultar as disparidades raciais e justificar a ausência de políticas efetivas de inclusão."

Embora o discurso oficial promovesse a ideia de uma sociedade harmoniosa e racialmente integrada, as evidências empíricas revelam um padrão persistente de

exclusão e marginalização racial em diversos setores, como o mercado de trabalho, a educação e a saúde pública.

Estudos contemporâneos mostram que "a população negra brasileira continua a enfrentar desigualdades significativas" (IBGE, 2020). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em média, "pessoas negras recebem salários mais baixos, possuem menos acesso à educação de qualidade e são mais vulneráveis ao desemprego e à violência do que pessoas brancas" (IBGE, 2020). Almeida (2019, p. 66) observa que "essas desigualdades são reflexo de um racismo estrutural profundamente enraizado nas práticas institucionais que moldam o funcionamento do Estado e do setor privado."

O racismo estrutural se manifesta de maneira evidente em diversos setores sociais, incluindo a educação, o mercado de trabalho, a habitação e o sistema prisional. Segundo Telles, "a segregação racial no mercado de trabalho brasileiro é um exemplo claro de como a cor da pele influencia as oportunidades disponíveis para os indivíduos" (2004, p. 112)."

Embora a legislação proíba a discriminação racial, as práticas no mercado de trabalho continuam a marginalizar a população negra, que é sub-representação em posições de liderança e sobre representada em ocupações de baixa remuneração.

No sistema de justiça criminal, a desigualdade racial é ainda mais evidente. Wacquant, argumenta que "há um hiperencarceramento de populações negras e pobres, refletindo a aplicação seletiva das leis penais e a criminalização desproporcional de grupos vulneráveis" (2001, p. 57).

O hiperencarceramento de populações negras e pobres refere-se ao encarceramento desproporcional desses grupos em relação ao restante da população. Isso ocorre devido à aplicação seletiva das leis penais, ou seja, as leis e políticas de segurança são aplicadas de forma mais rigorosa e frequente contra grupos vulneráveis, especialmente negros e pobres, enquanto outros grupos são tratados de forma mais branda pelo sistema de justiça.

Por exemplo, práticas como abordagens policiais mais frequentes em comunidades pobres ou de maioria negra resultam em maior detenção e prisão desses indivíduos, muitas vezes por crimes menores ou não violentos. Enquanto isso, crimes cometidos por pessoas de classes sociais mais altas e predominantemente brancas, como crimes financeiros, frequentemente são tratados com mais leniência, como penas alternativas ou acordos judiciais.

Essa aplicação desigual das leis perpetua um ciclo de marginalização, pois as pessoas negras e pobres, ao serem criminalizadas em maior número, enfrentam dificuldades ainda maiores para se reintegrar à sociedade. Além disso, o encarceramento em massa desses grupos reforça estereótipos negativos e aumenta a discriminação, consolidando a desigualdade social e racial. Assim, o hiperencarceramento é um reflexo de um sistema que penaliza de forma desigual, mantendo a exclusão e a vulnerabilidade desses grupos.

O autor destaca que:

O sistema prisional é um dos principais mecanismos de manutenção do racismo estrutural, servindo como uma extensão das políticas de exclusão social que historicamente têm sido aplicadas contra a população negra. (Hooker, 2017, p. 98).

O sistema prisional perpetua o racismo estrutural ao encarcerar desproporcionalmente pessoas negras, funcionando como uma continuação das políticas históricas de exclusão social. Ele reforça a marginalização ao focar mais em grupos vulneráveis, mantendo essas populações em desvantagem e impedindo sua plena integração na sociedade.

Segundo Hooker, "o racismo institucional nas forças policiais e no judiciário contribui para a manutenção dessas desigualdades, perpetuando uma cultura de violência e repressão contra minorias raciais" (2017, p. 98).

A educação também é um campo em que o racismo estrutural se manifesta de forma clara. Pesquisas apontam que "crianças negras enfrentam barreiras adicionais para o acesso e permanência na educação de qualidade, desde a educação básica até o ensino superior" (Santos, 2010, p. 145).

Silva (2018, p. 123) argumenta que:

O racismo estrutural na educação brasileira é evidenciado pela desigualdade de oportunidades e pelo preconceito que muitas vezes é reproduzido nas práticas pedagógicas e curriculares, afetando diretamente o desempenho e a autoestima dos alunos negros.

O combate ao racismo estrutural é um desafio que requer "uma reavaliação profunda das políticas públicas e das práticas institucionais" (Safatle, 2015, p. 20).

Segundo o autor:

O enfrentamento do racismo estrutural exige um esforço coletivo que aborde as causas sistêmicas das desigualdades, promovendo políticas que garantam oportunidades iguais para todos os grupos raciais. (Safatle, 2015, p. 20).

Nesse contexto, a educação é vista como um campo estratégico para combater o racismo, com políticas de inclusão e ações afirmativas que visem a ampliar o acesso de grupos marginalizados a oportunidades educacionais de qualidade. Ao passo que a interseccionalidade, como proposta por Crenshaw (1989, p. 45):

É fundamental para entender as diversas formas como o racismo estrutural opera. A autora destaca que "é impossível abordar o racismo de forma eficaz sem considerar as outras dimensões de desigualdade que afetam a vida dos indivíduos, como o gênero, a classe social e a sexualidade.

Essa perspectiva multidimensional permite um entendimento mais abrangente das desigualdades, evidenciando que as políticas públicas precisam ser integradas e abrangentes para combater de forma eficaz as várias formas de opressão que afetam grupos racializados.

No Brasil, movimentos sociais como o Movimento Negro Unificado têm desempenhado "um papel crucial na luta contra o racismo estrutural, articulando demandas e pressionando por mudanças nas políticas públicas" (Oliveira, 2010, p. 88). Neste contexto, os movimentos sociais desempenham um papel essencial na luta contra o racismo estrutural, organizando-se para expor injustiças, formular reivindicações e exigir mudanças nas políticas públicas. Eles pressionam autoridades e instituições a implementar ações que promovam a igualdade racial e combatam as desigualdades perpetuadas por práticas e estruturas discriminatórias.

Além disso, políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais nas universidades, são um exemplo de "esforço para promover a inclusão e combater as desigualdades historicamente estabelecidas" (Pinto, 2017, p. 110).

Políticas como ações afirmativas representam um esforço para promover a inclusão e reduzir desigualdades históricas, oferecendo oportunidades a grupos marginalizados. Elas buscam corrigir injustiças passadas e equilibrar o acesso a direitos, como educação e emprego, criando condições mais justas para populações que historicamente sofreram discriminação e exclusão.

No entanto, para Safatle (2015, p. 32), "tais políticas são apenas o começo, e o verdadeiro desafio reside em transformar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade racial em longo prazo." Neste sentido, políticas afirmativas são um primeiro passo importante, mas insuficiente para eliminar a desigualdade racial de forma definitiva. O verdadeiro desafio está em mudar as estruturas sociais que sustentam essas desigualdades, como sistemas educacionais, econômicos e

judiciais, para garantir uma inclusão e equidade duradouras e profundas na sociedade.

Como afirma Bonilla (2003), a importância de reconhecer as interseções entre raça, classe e outras formas de desigualdade nos sistemas de opressão, estão entrelaçados e se reforçam mutuamente, criando um ciclo de marginalização e privilégio. Como discursos e narrativas são construídos para legitimar e perpetuar a desigualdade racial, mesmo em uma sociedade que se autoproclama igualitária. Ele argumenta que a mudança real só pode ocorrer através do engajamento ativo e da luta por justiça racial em todas as esferas da sociedade. Isso envolve não apenas a conscientização dos indivíduos sobre as injustiças raciais, mas também a organização e mobilização de comunidades para desafiar e transformar as estruturas e instituições que perpetuam o racismo.

O racismo estrutural é uma realidade que permeia diversas esferas da sociedade e se manifesta de maneiras complexas e profundas. Para combatê-lo, é fundamental uma análise crítica e multidimensional que considere não apenas as atitudes individuais, mas também as práticas e políticas institucionais que perpetuam desigualdades. No contexto brasileiro, as raízes históricas e as práticas contemporâneas mostram que o racismo é um problema atual que precisa ser enfrentado com políticas públicas eficazes e um compromisso coletivo em promover mudanças estruturais.

Portanto, a erradicação do racismo estrutural exige não apenas a adoção de medidas de curto prazo, como as ações afirmativas, mas também uma transformação profunda das instituições e práticas que moldam a sociedade. A luta contra o racismo deve ser contínua e integrada, abrangendo educação, justiça, habitação, saúde e outros setores para garantir que as futuras gerações cresçam em uma sociedade mais justa.

2.3.2 O Racismo Estrutural em Prisões: entrave à ressocialização

O racismo estrutural é uma realidade presente em diversas instituições, incluindo o sistema prisional. Em prisões é uma barreira significativa à ressocialização de detentos, afetando profundamente suas trajetórias de vida antes, durante e após o encarceramento. Este fenômeno se manifesta através de várias dimensões institucionais e sociais que, combinadas, perpetuam desigualdades raciais sistêmicas.

O racismo estrutural se enraíza em instituições que mantêm uma hierarquia racial, onde a cor da pele influencia diretamente as oportunidades e as punições impostas aos indivíduos. (Almeida, 2019, p. 18).

No contexto das prisões, essa estrutura racializada se traduz em uma super-representação de negros nas estatísticas de encarceramento, evidenciando a seletividade penal que afeta principalmente aqueles que vivem em condições de vulnerabilidade. Este encarceramento em massa, muitas vezes, tem como alvo comunidades de minorias raciais de forma desproporcional, resultando em taxas de encarceramento muito mais altas para pessoas negras e latinas em comparação com pessoas brancas. Isso reflete o viés racial arraigado no sistema de justiça criminal, desde a prisão preventiva até as sentenças mais severas para os mesmos crimes. Dentro das prisões, indivíduos negros e de outras minorias raciais frequentemente enfrentam condições de vida mais severas e tratamento mais injusto em comparação com seus colegas brancos. Isso pode incluir acesso desigual a cuidados médicos, oportunidades de educação e programas de reabilitação.

O encarceramento de pessoas negras no Brasil não é um fenômeno recente; ele está ligado a práticas e políticas de controle social que datam do período colonial e pós-abolição. As prisões, que deveriam ter a função de ressocializar, acabam perpetuando a marginalização de grupos racializados. Como destaca Carneiro (2005, p. 45):

As prisões se tornaram instrumentos de controle social que, ao longo da história, têm como alvo as populações marginalizadas, especialmente negras, em um reflexo direto das políticas de exclusão que marcaram o período pós-abolição.

As prisões, historicamente, têm sido usadas como ferramentas de controle social para manter populações marginalizadas, especialmente a negra, em posições de desvantagem. Após a abolição da escravidão, em vez de serem integrados à sociedade com oportunidades iguais, muitos negros foram criminalizados por leis e políticas que os associavam a comportamentos ilícitos ou indesejáveis. Essas práticas, como as leis de vadiagem, serviam para prender e controlar ex-escravos e seus descendentes, garantindo que continuassem marginalizados. Assim, o sistema prisional se estruturou para sustentar desigualdades raciais, funcionando como uma extensão das políticas de exclusão social do passado, perpetuando injustiças até hoje.

Portanto, analisar o racismo estrutural no sistema prisional é fundamental para compreender de que forma as políticas de encarceramento e punição refletem e reforçam as desigualdades raciais presentes na sociedade.

As desigualdades no sistema judiciário são evidentes, pois estudos mostram que indivíduos de certos grupos étnicos são mais propensos a serem parados, revistados, presos e condenados a penas mais severas em comparação com seus pares de outros grupos raciais. Essa disparidade começa com o perfil racial pela polícia e se estende ao tratamento desigual nos tribunais. Dentro das prisões, as condições frequentemente refletem e agravam essas desigualdades raciais.

Além disso, é importante destacar como o conceito de racismo estrutural se conecta com a seletividade penal. Telles argumenta que:

O sistema de justiça penal opera de forma a punir desproporcionalmente grupos que historicamente foram excluídos e marginalizados, perpetuando assim as desigualdades raciais e sociais. (Telles, 2004, p. 58).

O sistema de justiça penal aplica leis e políticas de forma desigual, penalizando mais intensamente grupos historicamente marginalizados, como a população negra e pobre. Isso ocorre porque essas pessoas, já excluídas e vulneráveis, são frequentemente alvos de abordagens policiais mais rigorosas e sentenças mais severas, mesmo por crimes menores. Por outro lado, pessoas pertencentes às camadas sociais mais altas — em sua maioria brancas — frequentemente recebem punições mais leves ou conseguem recorrer a alternativas legais que lhes permitem evitar o encarceramento. Essa aplicação seletiva e desigual das leis perpetua as desigualdades raciais e sociais, mantendo esses grupos em ciclos de criminalização, pobreza e exclusão contínua. A partir dessa perspectiva, as prisões não são apenas locais de punição, mas espaços que reforçam uma estrutura de controle racial que permeia toda a sociedade.

Destaque-se que o sistema prisional brasileiro e sua conexão com o racismo estrutural têm raízes profundas na história do país. Durante mais de três séculos de escravidão, as populações negras foram vistas como propriedade, submetidas a controle e repressão. Com a abolição formal da escravidão em 1888, o Estado brasileiro não implementou políticas de integração ou suporte para a população liberta, perpetuando sua marginalização. Como observa Guimarães:

As políticas de segregação e criminalização pós-abolicionistas foram desenhadas para manter o controle sobre a população negra, que,

sem acesso a direitos básicos, passou a ser vista como um problema social. (2001, p. 32).

Logo após a abolição, surgiram leis e políticas, como a Lei de Vadiagem, que criminalizavam comportamentos comuns entre a população negra e pobre, contribuindo para o aumento da população carcerária negra. Essas leis funcionavam como um instrumento para controlar e marginalizar esses grupos, garantindo que permanecessem em uma posição de exclusão social e econômica. Segundo Wacquant, "as taxas de prisão de negros são desproporcionalmente altas em comparação com outros grupos, um reflexo da criminalização seletiva e da aplicação desigual das leis penais" (2001, p. 61).

No contexto contemporâneo, essa criminalização seletiva ainda é observada. A guerra às drogas, por exemplo, afeta desproporcionalmente pessoas negras e periféricas. Estudos mostram que a aplicação das leis antidrogas ocorre com mais frequência em áreas pobres e de maioria negra, enquanto bairros ricos recebem menos atenção das forças de segurança (Adorno, 2012, p. 79). Isso reflete a continuidade histórica das práticas discriminatórias e como as políticas atuais mantêm as desigualdades raciais estruturadas desde o período colonial.

As estatísticas atuais revelam um cenário alarmante de hiperencarceramento de pessoas negras. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2020), mais de 60% dos presos no Brasil são negros, apesar de constituírem cerca de 55%, da população total. Essa desproporção reflete como destaca Silva (2018, p. 88), "uma seletividade penal que direciona as práticas de segurança pública e justiça para os bairros pobres e racializados, onde a população negra é vista como alvo prioritário".

A seletividade penal refere-se à forma desigual como as práticas de segurança pública e de justiça são aplicadas, especialmente em bairros pobres e de maioria negra. Nessas áreas, a polícia e o sistema de justiça adotam uma abordagem mais intensa e punitiva, direcionando suas ações principalmente para a população negra, que é vista como suspeita ou culpada em potencial. Esse enfoque desproporcional faz com que essas comunidades sejam monitoradas e reprimidas de maneira mais agressiva, resultando em mais detenções e prisões para os moradores, muitas vezes por infrações menores.

Essas práticas contrastam com a forma como a lei é aplicada em bairros mais ricos e majoritariamente brancos, onde a atuação das forças de segurança é menos

rigorosa e punitiva. Assim, enquanto a população negra e pobre é tratada com suspeita e repressão constante, a mesma infração pode ser tratada de forma mais branda em áreas de maior privilégio.

Esse direcionamento seletivo perpetua as desigualdades sociais e raciais, pois marginaliza ainda mais aqueles que já vivem em condições vulneráveis. Ao criminalizar desproporcionalmente pessoas negras e pobres, o sistema penal reforça estereótipos negativos e mantém essas populações em um ciclo de criminalização e exclusão social contínua, dificultando a mobilidade social e a ressocialização. Essas desigualdades se manifestam em diversos aspectos, tornando a experiência carcerária dessas pessoas ainda mais severa e injusta. Comprometendo as possibilidades de reinserção social e perpetua o ciclo de exclusão após o cumprimento da pena. A desigualdade no acesso a recursos também reflete uma falta de prioridade institucional em oferecer suporte equitativo a todos os presos, independentemente de sua origem racial. Essa prática, além de injusta, reforça estereótipos e perpetua um ambiente de desigualdade estrutural.

O perfil racial do sistema prisional não é apenas resultado da discriminação explícita, mas de um conjunto de fatores que se interrelacionam para marginalizar esses grupos. Telles argumenta que:

A criminalização de grupos vulneráveis é uma consequência direta de políticas que, desde a criação do sistema de justiça no Brasil, foram desenhadas para marginalizar e controlar as populações negras e indígenas. (Telles, 2004, p. 115).

Essas práticas discriminatórias são evidenciadas na forma como a polícia atua nas periferias, abordando e prendendo desproporcionalmente jovens negros por delitos menores ou suspeita de envolvimento com drogas.

Além disso, é importante considerar o impacto das políticas de tolerância zero e aumento das penas para crimes não violentos, que têm contribuído para a alta taxa de encarceramento de negros. Essas políticas, que inicialmente parecem neutras, na verdade atingem mais os grupos que já são historicamente marginalizados. Segundo Safatle, "a implementação dessas políticas reflete a continuidade do controle racial, onde a criminalização de comportamentos comuns em áreas periféricas é usada como forma de repressão social" (Safatle, 2015, p. 52).

O racismo estrutural não apenas aumenta as chances de encarceramento de pessoas negras, mas também impede sua ressocialização efetiva. Dentro do sistema

prisional, as oportunidades de reabilitação e programas educativos são limitadas e, muitas vezes, desigualmente distribuídas. Como menciona Hooker:

Os estereótipos e preconceitos sobre a população negra dentro do sistema prisional afetam diretamente o acesso a programas de reabilitação, tratamento justo e oportunidades de trabalho e educação. (2017, p. 102).

Isso significa que, mesmo dentro do ambiente prisional, a população negra enfrenta mais obstáculos do que seus pares brancos. Um dos aspectos mais evidentes é a segregação e o isolamento. Pessoas pertencentes a grupos raciais minorizados são frequentemente submetidas a formas de segregação, seja por meio de normas institucionais explícitas ou por práticas sociais implícitas que operam no cotidiano das relações dentro desses espaços. Essa segregação pode resultar em exclusão social, dificultando a formação de redes de apoio dentro do ambiente prisional. Além disso, está associado a um maior risco de violência, tanto por parte de outros detentos quanto de agentes penitenciários, o que intensifica a vulnerabilidade desses indivíduos, evidenciando, assim, o impacto de preconceitos estruturais profundamente arraigados.

A discriminação estrutural perpetua um ciclo de exclusão, onde os presos negros enfrentam mais dificuldades para acessar recursos que poderiam ajudá-los a reintegrar-se à sociedade. Por exemplo, oportunidades de trabalho interno, que são uma forma de capacitar os presos e fornecer uma renda mínima, são frequentemente limitadas para os presos negros, sendo direcionadas para aqueles que possuem um perfil "menos problemático" ou "mais educado", estereótipos que frequentemente beneficiam presos brancos (Silva, 2018, p. 92).

Almeida (2019, p. 75) destaca que "a ausência de programas eficazes de ressocialização voltados para a população negra revela a falta de compromisso do sistema em oferecer oportunidades reais de recomeço para esses indivíduos."

A falta de programas eficazes de ressocialização voltados especificamente para a população negra nas prisões evidencia como o sistema prisional carece de um verdadeiro compromisso em oferecer oportunidades de recomeço para esses indivíduos. A maioria das iniciativas de reabilitação, como cursos profissionalizantes, programas educativos ou acesso ao trabalho dentro e fora da prisão, não considera as particularidades e desafios enfrentados pelos presos negros. Muitas vezes, esses programas são escassos, mal estruturados ou distribuídos de forma desigual,

beneficiando presos que não se enquadram no perfil racial e social mais marginalizado.

Esse cenário reflete um sistema que perpetua desigualdades, já que as pessoas negras, historicamente excluídas do acesso à educação e oportunidades econômicas, entram no sistema prisional com menos recursos e, ao saírem, encontram ainda mais dificuldades para se reintegrar. Sem programas de ressocialização que levem em conta suas necessidades e ofereça suporte adequado, esses indivíduos ficam em uma posição de vulnerabilidade, com poucas chances de conseguir um emprego digno ou evitar a reincidência.

Assim, a ausência de políticas e programas específicos para a população negra nas prisões demonstra a falta de vontade do sistema em realmente reintegrar essas pessoas, perpetuando o ciclo de criminalização e exclusão social que afeta desproporcionalmente essa comunidade.

Isso cria uma situação em que, ao deixar a prisão, muitos negros voltam às suas comunidades sem capacitação ou oportunidades, enfrentando a discriminação do mercado de trabalho e a exclusão social, o que muitas vezes resulta em reincidência.

A desigualdade de acesso aos programas de ressocialização nas prisões é evidente. A pesquisa de Santos mostra que "presos negros têm menos acesso a oportunidades de trabalho, educação e cursos de qualificação dentro das penitenciárias em comparação aos presos brancos (2016, p. 113)."

Esses programas, que poderiam ser ferramentas importantes para a reabilitação, são distribuídos de forma desigual, muitas vezes beneficiando aqueles com melhores conexões ou recursos financeiros.

Estudos indicam que:

Muitos programas educacionais ou de trabalho nas prisões são oferecidos por ONGs ou iniciativas privadas, que priorizam aqueles que demonstram bom comportamento ou que possuem um histórico escolar mais robusto, critérios que acabam excluindo presos negros que, muitas vezes, não tiveram acesso a educação de qualidade. (Carvalho, 2017, p. 54).

O racismo estrutural também influencia diretamente a forma como os agentes do sistema prisional percebem e tratam os detentos negros, muitas vezes atribuindo-lhes estigmas como "irrecuperáveis" ou "problemáticos". Essa visão preconceituosa acaba por excluí-los de programas de reabilitação, dificultando o desenvolvimento de

competências essenciais para a reintegração social e o retorno ao mercado de trabalho após o cumprimento da pena. Como Pinto (2017, p. 122) aponta, "o sistema prisional reforça as desigualdades raciais ao negar a grupos marginalizados as mesmas oportunidades de reabilitação oferecidas a outros."

O sistema prisional contribui para a manutenção das desigualdades raciais ao não garantir condições equitativas de reabilitação para grupos historicamente marginalizados, como a população negra. Dentro das unidades prisionais, programas voltados à educação, qualificação profissional e trabalho são frequentemente distribuídos de forma desigual, favorecendo detentos que pertencem a perfis sociais e raciais mais privilegiados. Essa exclusão sistemática reforça estigmas que classificam os presos negros como menos aptos à reintegração, dificultando seu acesso a oportunidades que poderiam facilitar o retorno à sociedade. Além disso, o preconceito racial, presente tanto nas atitudes dos agentes penitenciários quanto nas relações entre os próprios detentos, intensifica a marginalização desses indivíduos. Essa realidade agrava a exclusão social, enfraquece os vínculos comunitários e reduz as chances de reconstrução de trajetórias após o cumprimento da pena. A ausência de políticas inclusivas e de redes de apoio eficazes contribui para os altos índices de reincidência, evidenciando como o racismo estrutural e as desigualdades históricas continuam a se reproduzir no interior do sistema penal.

Essa desigualdade é alimentada por estereótipos que associam a população negra a comportamentos indisciplinados ou à suposta incapacidade de reabilitação, influenciando diretamente os critérios adotados pelas autoridades prisionais na seleção dos participantes dos programas de ressocialização. Além disso, os próprios mecanismos de seleção — muitas vezes baseados em histórico educacional ou em avaliações subjetivas de "bom comportamento" — acabam privilegiando aqueles que já tiveram acesso a melhores condições sociais, excluindo, assim, os detentos negros que, historicamente, enfrentaram barreiras no acesso à educação e a oportunidades. Essa lógica reforça um ciclo de exclusão, dificultando ainda mais a reintegração dessas pessoas à sociedade e perpetuando as desigualdades raciais dentro e fora do sistema prisional.

Dessa forma, o sistema prisional não apenas falha em oferecer caminhos reais para a ressocialização, como também atua na reprodução das desigualdades raciais, mantendo a população negra presa a um ciclo contínuo de exclusão. A estigmatização e a ausência de oportunidades concretas tornam a reintegração social uma meta

distante para muitos desses indivíduos. Ao invés de promover justiça e reabilitação, o sistema reforça barreiras históricas, dificultando a reconstrução de trajetórias e perpetuando a marginalização daqueles que mais necessitam de apoio para romper com a lógica da reincidência.

O racismo estrutural nas prisões tem implicações que vão além dos muros das penitenciárias. As taxas desproporcionais de encarceramento de negros afetam diretamente suas famílias e comunidades, criando um ciclo de pobreza e exclusão que se perpetua. Safatle (2015, p. 67) afirma que "o impacto do encarceramento em massa da população negra é sentido em níveis sociais, econômicos e psicológicos, enfraquecendo as comunidades e perpetuando a marginalização."

O encarceramento afeta, não apenas os indivíduos, mas desestrutura famílias inteiras, pois muitas vezes os presos são chefes de família. Quando essas pessoas são removidas do convívio familiar e comunitário, as famílias perdem suporte financeiro e emocional, o que contribui para a perpetuação da pobreza (Silva, 2018, p. 105). Além disso, Oliveira (2010, p. 89) complementa que:

A ausência de políticas efetivas de reintegração e a discriminação contínua enfrentada pelos ex-presos negros contribuem para que muitos deles voltem a reincidir no crime, criando um ciclo que beneficia a manutenção do sistema prisional e do racismo estrutural.

Oliveira (2010), destaca um problema estrutural profundo: a falta de políticas públicas eficazes para a reintegração social de ex-presidiários negros, aliada ao preconceito persistente, acaba por empurrá-los de volta ao sistema penal. Isso revela um ciclo vicioso que não apenas perpetua a criminalização da população negra, mas também sustenta o funcionamento de um sistema prisional que se alimenta da exclusão social. A crítica de Oliveira evidencia como o racismo estrutural se manifesta não apenas na seletividade penal, mas também na omissão do Estado em garantir oportunidades reais de recomeço.

Para enfrentar o racismo estrutural no sistema prisional, é necessário implementar políticas públicas que abordem diretamente as desigualdades raciais e busquem transformar a lógica punitiva das prisões em um modelo que favoreça a ressocialização e a inclusão. Iniciativas como programas de ação afirmativa dentro do sistema penal, que garantam acesso igualitário a educação, trabalho e formação profissional, são fundamentais. (Santos, 2016, p. 134).

Movimentos sociais e organizações de direitos humanos têm pressionado por reformas que visem a desmilitarização da segurança pública e a implementação de políticas de descriminalização de drogas, que desfaçam o foco punitivo que

historicamente afeta as comunidades negras e pobres (Adorno, 2018, p. 88). Tais propostas são essenciais para romper com a lógica de controle racial e proporcionar um ambiente de reintegração efetiva para a população negra encarcerada. Pois, o racismo estrutural no sistema prisional ainda é um entrave significativo para a ressocialização, perpetuando desigualdades históricas e excluindo grupos vulneráveis de oportunidades reais de recomeço. É uma realidade que permeia todas as facetas do encarceramento, desde o policiamento até a reintegração à sociedade. Um fenômeno insidioso que resulta em disparidades significativas entre grupos raciais, exacerbando a desigualdade e a injustiça dentro do sistema de justiça criminal.

Portanto, para combatê-lo, é fundamental implementar políticas que abordem as desigualdades de forma estruturada e transformar as instituições para que a justiça racial seja garantida. É imprescindível a implementação dessas políticas que promovam a equidade racial. Isso inclui reformas no sistema de justiça criminal, treinamento em consciência racial para os funcionários da justiça e prisões, além de programas de ressocialização que atendam especificamente às necessidades dos detentos de minorias raciais. Ou seja, a superação dessas disparidades exige reformas profundas, voltadas para a promoção de uma abordagem mais equitativa e humanizada dentro das instituições prisionais.

Portanto, essas ações são fundamentais para construir um sistema mais justo e inclusivo, que reconheça e valorize a dignidade de todos os indivíduos. Essa conscientização sobre o racismo estrutural e a implementação de mudanças são passos fundamentais para garantir que o sistema prisional não apenas puna, mas também ofereça oportunidades genuínas de reabilitação e ressocialização para todos os indivíduos, independentemente de sua raça.

2.3.3 O Racismo Estrutural: impacto em mulheres encarceradas

Para entender o racismo no Brasil, é fundamental promover um debate sobre sua estrutura. Isto é, o racismo não pode ser compreendido sem que se analise como foi construído e como se manifesta atualmente. Historicamente, é imprescindível entender a relação entre a escravidão e o racismo, além de seus efeitos subsequentes na sociedade. Nessa linha, Djamila Ribeiro ressalta a necessidade de refletir sobre como esse sistema tem, historicamente, beneficiado economicamente a população

branca, enquanto a população negra, tratada como mercadoria, foi privada de direitos básicos e de uma distribuição justa das riquezas.

Embora a Constituição do Império de 1824 garantisse educação primária gratuita para todos os cidadãos brasileiros, pessoas negras escravizadas eram excluídas desse direito. A garantia constitucional, apesar de estabelecida, não era efetivamente aplicada. Essa falta de aplicação foi crucial para manter o caráter escravocrata em relação ao povo negro e contribuiu significativamente para sua marginalização e exclusão social. Assim, desde aquele período, a raça se consolidou como um instrumento de segregação, sendo sua definição intrinsecamente ligada às dinâmicas históricas de conflito, poder e decisão. Segundo Silvio Luiz Almeida, "a história da raça, ou das raças, reflete a formação política¹⁸ e econômica das sociedades contemporâneas".

[...] o ser branco é uma grande e insuperável contradição: só se é branco na medida em que se nega a própria identidade enquanto branco. Ser branco é atribuir identidade aos outros e não ter identidade. É uma raça que não tem raça. [...] compreensível que alguns brancos considerem legítimo chamar de indenitários outros grupos sociais não brancos, sem se dar conta de que esse modo de lidar com a questão é um traço fundamental da sua própria identidade. (Almeida, 2018, p. 60).

A análise de Almeida oferece uma perspectiva sobre a posição atual dos negros na sociedade brasileira, questionando onde e como eles estão inseridos em nosso cotidiano. Almeida aponta que, predominantemente, as esferas de poder e cultura são ocupadas por homens brancos. Compreender o racismo estrutural envolve analisar como a sociedade molda a percepção e a alocação dos negros dentro dela. Embora a Constituição assegure diversos direitos, incluindo o direito à igualdade, a prática mostra que a realidade muitas vezes não corresponde ao estabelecido pela legislação. O racismo surge como uma dinâmica de dominação, mantendo o poder como um elemento central. Assim, a desigualdade racial não se manifesta apenas em ações isoladas de indivíduos ou grupos racistas, mas também através das instituições, que são dominadas por certos grupos raciais que usam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

¹⁸ [...] – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (op.cit)

Para Schwarz, a ideia de uma democracia racial no Brasil é uma falácia, pois, segundo ele, o país pratica uma política de exclusão e discriminação. Schwarz argumenta que, em nossa sociedade, raça transcende o conceito biológico, funcionando como um mecanismo de hierarquização. Ele observa que algumas pessoas brancas — e outras que se veem como tal — idealizam que existe apenas um modo aceitável de ser negro: aquele associado ao fracasso, fragilidade, submissão, dependência e subalternidade. Assim, negros que são poderosos, nobres e bem-sucedidos são vistos como uma afronta por essas pessoas. Até hoje, é comum encontrarmos mídias, novelas e campanhas publicitárias que perpetuam essa visão subalterna do indivíduo negro, reforçando uma memória coletiva inclinada à segregação racial e à marginalização do povo negro, baseada simplesmente na cor da pele.

De forma generalizada na sociedade, a imagem do negro frequentemente está ligada à criminalização e à subordinação. Essa subordinação, muitas vezes marcada por preconceitos, se reflete até em expressões aparentemente inofensivas, como aquelas que afirmam que a cor do negro é "a cor do pecado", enquanto a "inveja boa é a branca".

Um estudo¹⁹ de 2018, conduzido pelo Centro das Relações de Trabalho e Desigualdades em parceria com a Aliança Jurídica pela Equidade Racial, revelou que pessoas negras representam menos de 1% dos advogados e sócios em escritórios de advocacia e menos de 10% dos estagiários. A pesquisa, que entrevistou 3.624 pessoas em algumas das maiores firmas de São Paulo, mostra como, mesmo na atualidade, o racismo estrutural, um resquício da escravidão no Brasil, ainda impacta as oportunidades no mercado de trabalho.

Dado que mais de 50% da população brasileira é classificada como parda ou negra, é pertinente questionar os motivos pelos quais essas pessoas têm tão baixa representatividade como advogadas ou estagiárias no país.

Sob uma ótica estatística, é crucial examinar o Atlas da Violência²⁰ de 2018, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Este estudo destacou a

¹⁹ A conclusão é do Censo Jurídico 2018, de autoria do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). disponível: <<https://www.jota.info/pesquisa-empirica/negros-maiores-escritorios>>. Acesso em: 02/01/2022,

²⁰ O Atlas da Violência é um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Ipea sobre violência e segurança pública. Foi criado em 2016 e é gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a colaboração do Fórum Brasileiro

elevada taxa de homicídios entre a população negra como um indicador significativo da desigualdade racial no Brasil. De forma enfática, o relatório mostrou que as taxas de homicídio, quando analisadas entre grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), expõem a extensão dessa disparidade.

Os dados do estudo revelam que, em 2016, a taxa de homicídios entre negros era de 40,2%, mais que duas vezes e meia a taxa entre não negros, que era de 16,0%. Ao longo de dez anos, de 2006 a 2016, a taxa de homicídios entre negros aumentou 23,1%, enquanto a taxa entre os não negros diminuiu 6,8%. Assim, fica claro que o racismo constitui um sistema que resulta em várias formas de negligência e práticas discriminatórias. O racismo, em qualquer uma de suas manifestações, sempre implica uma depreciação moral das pessoas pertencentes a grupos racializados.

É importante destacar que essa negligência pode ocorrer não apenas de forma individual, mas também coletiva, afetando grupos inteiros por meio de atos ou omissões, sejam eles sociais ou estatais, em contextos onde a desigualdade de tratamento contribui para essa depreciação moral da pessoa ou de seu grupo. Essa conduta resulta na negação da pessoa como indivíduo portador de direitos, tratando-a como indigna de proteção de sua dignidade e identidade.

No seu artigo sobre Gênero e Raça, Carneiro discute as discriminações que permeiam a criminalização de perfis raciais específicos entre mulheres, refletindo sobre como as mulheres negras foram historicamente responsabilizadas pelos estupros que sofreram durante a era colonial, uma injustiça que persiste ao longo dos séculos. A perspectiva feminista tem fomentado conexões entre as narrativas que tratam da criminalização das mulheres e as formas como elas são punidas, com esforços voltados para dismantelar o sistema combinado de sexismo e racismo.

Santos analisa as dinâmicas segregativas presentes nos discursos sobre o sistema prisional, frequentemente focado em "questões arquitetônicas, métodos de disciplina corporal, altos custos associados à manutenção da população carcerária, além de anonimato, estigmatização e anulação política das mulheres, naturalizando as violências" sofridas. Ele destaca como o androcentrismo (a prática de considerar o masculino como modelo padrão de representação) e o racismo têm barrado os esforços do movimento feminista de reconhecer outras vítimas do patriarcado, como

as mulheres negras, frequentemente esquecidas na história. A invisibilidade dessas mulheres, sob uma dominação padrão masculina, branca e burguesa, prejudica o entendimento das opressões existentes nas penitenciárias femininas. Santos ressalta que:

Em pleno século XXI, uma parcela de figuras femininas ainda sofre duplamente a violência, umas nas relações sociais de gênero da nossa herança patriarcal na sociedade brasileira e a outra, quase invisível aos olhos desta mesma sociedade - a prisional, onde a vulnerabilidade feminina se faz mascarada entre muros, paredes e grades de delegacias, penitenciárias e outras instituições. (Carvalho; Jardimino, 2017, p. 238).

A questão da violência contra a mulher no Brasil contemporâneo revela-se complexa e multifacetada. No século XXI, algumas mulheres enfrentam uma realidade de dupla vulnerabilidade: de um lado, estão expostas às normas sociais de gênero arraigadas na herança patriarcal da sociedade brasileira, o que perpetua formas de violência nas relações cotidianas. De outro, há uma dimensão menos visível e frequentemente esquecida pela sociedade em geral: a violência dentro do sistema prisional.

Nesse contexto, a vulnerabilidade feminina se manifesta de maneira mascarada e silenciada entre os muros das delegacias, penitenciárias e demais instituições correcionais. As mulheres privadas de liberdade enfrentam condições adversas que ampliam suas vulnerabilidades, muitas vezes relegadas ao esquecimento social e institucional. Esta realidade evidencia a urgência de políticas públicas e ações que não apenas protejam, mas também respeitem os direitos humanos das mulheres, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

O encarceramento em massa dos pobres, especialmente dos pobres negros e latinos, e a ausência de um discurso crítico sobre gênero dentro do movimento para a abolição das prisões são indicativos da severidade da crise atual. (Davis, 2003, p. 71).

Já contexto contemporâneo, a situação das mulheres encarceradas revela um sistema que não apenas pune, mas também perpetua formas complexas de opressão de gênero e racial. Angela Davis, em sua obra provocativa "Are Prisons Obsolete?", ressalta como o encarceramento em massa, especialmente de indivíduos pobres e das comunidades negra e latina, reflete uma crise profunda e estrutural. Mais do que simplesmente uma resposta ao crime, às prisões se tornaram instrumentos de controle social que exacerbam as desigualdades históricas.

A falta de um discurso crítico sobre gênero dentro dos movimentos de reforma penal evidencia ainda mais a negligência sistêmica em relação às experiências específicas das mulheres encarceradas. Essas mulheres enfrentam não apenas a privação de liberdade, mas também uma rede de opressões que as colocam em desvantagem dentro e fora dos muros das prisões.

Portanto, entender a prisão como uma forma de "criminalidade de massa", como Foucault (1977), descreve, e reconhecer a ausência de políticas adequadas que abordem essas questões específicas é importantíssima. O desafio está em desenvolver não apenas soluções punitivas, mas em promover iniciativas que atendam às necessidades complexas dessas mulheres, garantindo seus direitos e dignidade em um sistema muitas vezes paternalista e discriminatório.

Assim, Foucault argumenta que o sistema prisional, ao invés de simplesmente corrigir comportamentos desviantes, serve como uma tecnologia de poder que perpetua relações de dominação e controle sobre populações marginalizadas, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais.

Portanto, a noção de "criminalidade de massa" de Foucault destaca como as práticas penais modernas não apenas respondem ao crime individual, mas também constituem um aparato complexo de poder que influencia profundamente a organização social e a subjetividade dos indivíduos dentro dessas estruturas.

Segundo o Relatório Temático²¹ Sobre Mulheres Privadas de Liberdade, 74,85% dos estabelecimentos prisionais no Brasil são projetados principalmente para presos masculinos. Apenas 6,97% são exclusivamente para mulheres, e 18,18% atendem a um público misto. Além disso, o relatório destaca que a maioria dos estabelecimentos prisionais femininos e mistos não possui locais adequados para visitas sociais. Isso viola diretamente o artigo 41, parágrafo X, da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), que estabelece as condições necessárias para a realização de visitas, garantindo-as como um direito tanto para presos provisórios quanto para os condenados.

Santos, argumenta que:

Pensar nas penitenciárias femininas é conchamar ao direito de o "lixo" falar, pois esses dejetos humanos das prisões ousaram a sair do lugar colocado pela cordialidade racial brasileira, de serviçais, objetos sexuais e infringiram as leis da nação que hospedou a mulher como

²¹Relatório Temático. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2017.pdf>>. Acesso: 24/06/2023

sinônima de “passividade” imersa ao racismo brasileiro. [...] as mulheres brancas, em virtude de sua maior escolaridade, recebem os melhores cargos de trabalho dentro da prisão, ao contrário das negras, em maioria com os serviços pesados e de limpeza, conseqüentemente, prejudicadas pelo benefício do indulto, e da remissão de um dia pena por cada três dias trabalhados.

De acordo com os dados do INFOPEN – Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro, referentes ao período de julho a dezembro de 2019, a população carcerária feminina no Brasil era composta por 31.938 mulheres. Destas, 66,7% são pardas ou pretas, 0,2% são indígenas, 0,7% são amarelas e apenas 32,4% são brancas. Esses números evidenciam uma constante negligência em relação às mulheres negras, que formam a maioria, enquanto as mulheres brancas tendem a ter mais oportunidades para remição de pena, como aponta Santos.

Conforme o artigo 126²² da Lei de Execução Penal (7.210/84), os detentos têm a possibilidade de reduzir a duração de suas penas através do trabalho ou estudo. No entanto, Santos observa que, em seu estudo realizado no Conjunto Penal Feminino de Salvador/Bahia, há desafios significativos para o acesso a esse benefício, especialmente quando as detentas apresentam um recorte de gênero e raça. Mesmo que o artigo 3º da mesma lei e o texto constitucional de 1988 assegure a igualdade de tratamento, sem distinção de qualquer natureza, a prática mostra uma clara diferenciação. Além disso, a condição degradante dentro das prisões, contrariando o artigo 5º, III da Constituição Federal, que prega a não discriminação, também destaca a falha do Estado em cumprir seu dever de promover a educação penal. Essa situação é particularmente grave para as mulheres negras, que enfrentam obstáculos adicionais no acesso ao trabalho e, conseqüentemente, na obtenção do benefício da remissão de pena.

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal e os incisos I, VI e VII, bem como os artigos 3º e 11 da Lei de Execução Penal (LEP), espera-se que as instituições prisionais se fundamentem nos princípios de igualdade, laicidade e antirracismo. Portanto, é essencial que esses princípios se reflitam no comportamento dos servidores e na prestação dos serviços. A falha em atender essas especificidades

²² Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011). Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/remicao-de-pena>>. Acesso em: 23/05/2024.

pode resultar em racismo institucional, onde ações isoladas comprometem a integridade e a missão da instituição como um todo.

A seriedade do preconceito de gênero-racial e do racismo estrutural não é amplamente reconhecida pelo Estado como uma prioridade nas suas políticas. Além disso, apesar da clara necessidade de estudos e programas voltados para esse grupo específico, há uma carência de pesquisas e iniciativas que busquem resolver essas questões. Foucault descreve esse cenário como uma "criminalidade de massa" (1977, p. 258).

Embora o Relatório Temático²³ Sobre Mulheres Privadas de Liberdade de 2017 ressalte a importância de estudos específicos que permitem uma análise mais detalhada dos dados femininos, e até mesmo aumentem a visibilidade dessa população, há uma inconsistência evidente. As estatísticas apresentadas não exploram adequadamente o recorte racial e, crucialmente, a falta de relatórios subsequentes impede o acompanhamento do progresso das políticas estatais voltadas para as questões de gênero e raça.

A persistência deste fenômeno complexo, que afeta, desproporcionalmente, mulheres negras e de baixa renda, chamado de racismo estrutural, deixa claro o que essas mulheres enfrentam em sua trajetória dentro do sistema prisional, uma série de barreiras interconectadas que as colocam em situação de extrema vulnerabilidade, como a falta de acesso à educação, a precariedade econômica e a violência de gênero. Esses fatores as tornam mais suscetíveis à criminalização e marginalização. Como Carneiro afirma, "as mulheres negras são frequentemente criminalizadas e marginalizadas em função de uma estrutura que as exclui e as pune duplamente, por sua raça e por seu gênero (2005, p. 35)."

Esse estudo analisa como o letramento pode ser uma estratégia eficaz para reconstruir a liberdade e o protagonismo feminino em contextos prisionais, considerando as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais dessas mulheres. A proposta é demonstrar como o acesso à educação, em particular ao letramento, pode romper com ciclos de exclusão e empoderar mulheres negras para que elas se reintegrem na sociedade de maneira mais justa e igualitária.

²³ O Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade de 2017, também conhecido como INFOPEN mulheres, é um documento que aprofunda os dados coletados para a composição do INFOPEN geral. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2017.pdf>>. Acesso: 02/01/2023.

O racismo estrutural opera como uma estrutura sistêmica que marginaliza grupos racializados por meio de práticas e políticas institucionais que reforçam desigualdades. No contexto prisional, essas desigualdades são exacerbadas, já que as mulheres negras são criminalizadas em taxas desproporcionalmente altas. Segundo a Pastoral Carcerária²⁴ (2018), 62% das mulheres encarceradas no Brasil são negras, apesar de representarem uma parcela menor da população geral. Esses números refletem não apenas a criminalização seletiva, mas também a vulnerabilidade social e econômica que essas mulheres enfrentam antes de serem presas.

De acordo com Almeida:

O racismo estrutural no sistema prisional feminino reflete a criminalização seletiva que se direciona para mulheres de baixa renda e de cor negra, perpetuando a exclusão e marginalização que essas mulheres enfrentam em toda a sociedade. (2019, p. 50).

Essas mulheres são constantemente visadas por políticas de segurança pública que focam em comunidades de baixa renda e alta vulnerabilidade social. Esse enfoque punitivo, muitas vezes justificado pelo discurso da "guerra às drogas", ignora as condições socioeconômicas que levam muitas mulheres a se envolverem em crimes de baixa periculosidade como uma forma de sobrevivência.

A criminalização dessas mulheres está frequentemente ligada a fatores como a ausência de políticas de proteção social, o racismo institucional e a desigualdade de gênero. Elas são punidas não apenas por suas ações, mas também por sua condição de pobreza e pela cor de sua pele. Guimarães aponta que:

A interseção entre racismo e machismo cria um ambiente hostil para as mulheres negras, que são tratadas como culpadas em potencial simplesmente por existirem em contextos de pobreza e vulnerabilidade. (2001, p. 48).

As condições socioeducacionais das mulheres encarceradas no Brasil são um reflexo das desigualdades estruturais que limitam suas oportunidades desde a infância. Muitas dessas mulheres são mães solteiras e chefes de família, enfrentando desafios para prover sustento e segurança para seus filhos em um contexto de extrema precariedade. A falta de acesso à educação é um fator determinante que contribui para a sua marginalização e criminalização.

²⁴ Pastoral Carcerária Nacional – CNBB. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/mulher-encarcerada/brasil-e-o-4o-pais-que-mais-prende-mulheres-62-delas-sao-negras>>. Acesso: 02/01/2022.

Segundo Silva:

A maioria das mulheres negras encarceradas não completou o ensino fundamental, o que evidencia como a falta de acesso à educação é um fator determinante para o ciclo de criminalização e marginalização. (2018, p. 93).

A maioria das mulheres negras encarceradas no Brasil não conseguiu completar o ensino fundamental, refletindo um histórico de exclusão educacional que afeta suas oportunidades de vida desde cedo. Essa falta de acesso à educação é um elemento central que contribui para a criminalização e marginalização dessas mulheres. Quando não têm a oportunidade de frequentar a escola ou de completar seus estudos, essas mulheres enfrentam dificuldades em encontrar empregos formais e qualificados, ficando limitadas a atividades informais e mal remuneradas, ou, em muitos casos, ao desemprego.

A ausência de educação cria um ciclo de exclusão social, no qual essas mulheres são vistas como menos qualificadas e enfrentam barreiras para se integrar ao mercado de trabalho. Além disso, sem acesso ao conhecimento formal, elas têm menos possibilidades de desenvolver autonomia econômica e social, o que as torna mais vulneráveis a contextos de pobreza extrema e violência. Em alguns casos, para sustentar suas famílias, muitas acabam se envolvendo em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, por falta de alternativas.

Essa situação evidencia como a falta de educação não é apenas um problema individual, mas um reflexo de desigualdades estruturais que afetam mulheres negras desproporcionalmente, perpetuando um ciclo de criminalização e marginalização que se reflete nas altas taxas de encarceramento dessa população.

Essa ausência de escolarização é agravada pela discriminação racial que essas mulheres enfrentam desde cedo, resultando em taxas mais altas de evasão escolar e menos oportunidades de ascensão social.

Para muitas dessas mulheres, o envolvimento em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas em pequena escala, é uma tentativa de sustentar suas famílias diante da falta de oportunidades econômicas legítimas.

Essa realidade é reforçada por Telles, que destaca que, "as condições socioeducacionais precárias das mulheres negras no sistema prisional são resultado direto das desigualdades históricas e estruturais que limitam suas possibilidades desde a infância" (2004, p. 110).

Além disso, é importante considerar como as políticas públicas falharam em oferecer alternativas viáveis para essas mulheres antes de elas entrarem no sistema penal. A ausência de programas de apoio social, creches comunitárias, acesso ao ensino técnico e incentivo ao empreendedorismo contribuem para a perpetuação desse ciclo de exclusão. Assim, é necessário repensar a forma como as políticas de segurança pública e social interagem para evitar que essas mulheres cheguem ao sistema prisional.

O letramento em contextos prisionais representa mais do que a simples aquisição de habilidades de leitura e escrita; ele é uma ferramenta de transformação social e pessoal que pode quebrar ciclos de exclusão e marginalização. Para mulheres negras encarceradas, o letramento pode reverter desigualdades históricas e promover a autonomia, preparando-as para o retorno à sociedade com mais oportunidades e possibilidades de reintegração.

Santos argumenta que, "a educação nas prisões, especialmente para as mulheres negras, deve ser compreendida não apenas como um direito, mas como um instrumento de transformação social e de reconquista de cidadania" (2016, p. 75).

Isso implica que programas de letramento devem abordar não só habilidades básicas, mas também proporcionar conhecimentos sobre direitos civis, cidadania, e empoderamento feminino. A educação, nesse contexto, deve ser integrada e adaptada às realidades vividas por essas mulheres.

Há programas de educação em prisões femininas que já demonstram resultados positivos, como o aumento do engajamento das presidiárias em atividades produtivas e a redução das taxas de reincidência. Carneiro (2005, p. 66) destaca que, "o acesso à educação permite que as mulheres rompam com ciclos de exclusão, desenvolvendo habilidades que ampliam suas possibilidades de reintegração social."

O acesso à educação é fundamental para que as mulheres encarceradas possam romper com ciclos de exclusão e marginalização, oferecendo a elas a chance de desenvolver habilidades que ampliem suas possibilidades de reintegração social. A educação, especialmente em contextos prisionais, vai além do ensino formal; ela proporciona às mulheres conhecimentos práticos e teóricos que podem ser aplicados para melhorar suas vidas após o cumprimento da pena.

Quando mulheres encarceradas têm acesso à educação, elas podem aprender novas habilidades profissionais, como técnicas artesanais, administrativas ou relacionadas a serviços que possuem demanda no mercado de trabalho. Isso as

capacita a encontrar empregos formais e dignos quando saem do sistema prisional, o que é fundamental para evitar a reincidência. Além disso, o letramento e a alfabetização abrem portas para que elas continuem seus estudos, permitindo que avancem em níveis educacionais mais elevados, como cursos técnicos ou até mesmo universitários.

Além das habilidades práticas, a educação ajuda essas mulheres a desenvolver autoestima, senso de pertencimento e uma nova perspectiva sobre suas capacidades e direitos. Ela possibilita que se tornem protagonistas de suas histórias, rompendo com os estigmas associados ao encarceramento e construindo novos caminhos para si mesmas. Assim, a educação funciona como uma ferramenta poderosa para transformar vidas e promover a inclusão social, permitindo que essas mulheres se reintegrem plenamente na sociedade.

Entretanto, é essencial que esses programas sejam bem estruturados e continuados para alcançar seu pleno potencial.

Apesar do potencial transformador do letramento, o racismo estrutural presente nas prisões cria barreiras significativas para que mulheres negras acessem programas educacionais. O sistema prisional, frequentemente sobrecarregado e mal financiado, negligencia as necessidades específicas dessas mulheres. Muitas vezes, programas educacionais são oferecidos de forma desigual, favorecendo aquelas que se enquadram em perfis sociais mais privilegiados ou que são vistas como "menos problemáticas".

Adorno (2018, p. 82) destaca que:

As práticas institucionais reproduzem as desigualdades externas, negando às mulheres negras encarceradas as mesmas oportunidades de educação e capacitação oferecidas a outros grupos.

As práticas institucionais no sistema prisional muitas vezes refletem e perpetuam as desigualdades que existem fora das prisões, prejudicando desproporcionalmente as mulheres negras encarceradas. Em vez de oferecer um ambiente de igualdade e oportunidades, as instituições prisionais tendem a reproduzir os mesmos padrões de exclusão racial e social que essas mulheres enfrentam em suas vidas fora do cárcere. Isso significa que, dentro das prisões, as mulheres negras frequentemente não têm acesso às mesmas oportunidades de educação e capacitação que são disponibilizadas para outros grupos, especialmente para mulheres brancas ou de classes sociais mais privilegiadas.

Por exemplo, os programas educacionais e de capacitação profissional que existem dentro das prisões, muitas vezes, têm critérios de seleção que favorecem pessoas com histórico escolar ou comportamentos específicos que não refletem a realidade de muitas mulheres negras, que historicamente enfrentaram obstáculos para acessar a educação básica. Assim, mesmo quando esses programas estão disponíveis, as mulheres negras podem ser excluídas por não atenderem a esses critérios, perpetuando sua marginalização.

Além disso, as percepções e estereótipos presentes entre os funcionários e autoridades prisionais também contribuem para essa desigualdade. Mulheres negras são, com frequência, vistas como mais “problemáticas” ou “menos reabilitáveis”, o que influencia negativamente a forma como elas são tratadas e as oportunidades que recebem dentro do sistema. Em contrapartida, mulheres que não pertencem a esse grupo racial ou social podem ser priorizadas para as poucas vagas disponíveis em programas educacionais e de capacitação, reforçando as desigualdades já existentes.

Essas práticas institucionais que excluem e discriminam as mulheres negras não apenas perpetuam a marginalização que essas mulheres enfrentam, mas também limitam significativamente suas chances de romper com os ciclos de exclusão após o encarceramento. Sem acesso igualitário a educação e capacitação, essas mulheres têm poucas oportunidades de reintegração social e econômica, o que muitas vezes resulta na reincidência e na manutenção da desigualdade racial e social no sistema prisional e na sociedade como um todo.

Essa discriminação institucional perpetua a exclusão educacional e reforça a ideia de que as mulheres negras são menos “merecedoras” de oportunidades de ressocialização.

Essa exclusão é um reflexo do racismo estrutural que permeia o sistema prisional, onde as mulheres negras são frequentemente vistas como irrecuperáveis ou menos propensas à reabilitação. Silva (2018, p. 99) argumenta que, “o racismo estrutural no sistema prisional se manifesta na forma como as mulheres negras são excluídas dos programas de letramento, perpetuando sua condição de vulnerabilidade e marginalização.”

Essas barreiras mostram que, para que o letramento seja realmente transformador, é necessário que as políticas educacionais sejam pensadas e implementadas com um enfoque interseccional, que considere a realidade racial e de gênero dessas mulheres.

Para muitas mulheres negras encarceradas, o letramento representa uma oportunidade de reescrever suas histórias, oferecendo a possibilidade de adquirir habilidades que ampliem suas chances de reintegração social e econômica. Além disso, o letramento é uma forma de resistência, permitindo que essas mulheres se libertem das narrativas estigmatizantes que as rotulam como "criminógenas" ou "irrecuperáveis."

Estudos demonstram que mulheres que participam de programas de letramento em prisões desenvolvem maior autoestima, senso de agência e perspectivas mais positivas para o futuro. Segundo Santos, "O letramento permite que as mulheres reconheçam seu valor e sua capacidade de transformação, construindo uma nova narrativa para suas vidas" (2016, p. 88).

O letramento é uma ferramenta poderosa para mulheres encarceradas, especialmente aquelas que enfrentam desigualdades sociais e raciais. Ele vai além do simples ato de aprender a ler e escrever; trata-se de um processo de autoconhecimento e empoderamento que ajuda as mulheres a reescreverem suas histórias e a se enxergarem como agentes capazes de transformação. Quando uma mulher adquire habilidades de letramento, ela não apenas ganha conhecimentos acadêmicos, mas também desenvolve a confiança necessária para buscar novas oportunidades e construir uma trajetória diferente.

Por meio do letramento, as mulheres passam a entender seus direitos, sua capacidade de expressar suas ideias e suas experiências de forma mais assertiva. Isso é crucial para que elas percebam que são protagonistas de suas próprias vidas, e não vítimas permanentes de um sistema que as marginaliza. Com o desenvolvimento dessas habilidades, elas são capacitadas a questionar as estruturas opressivas que as cercam e a procurar alternativas para mudar sua realidade, seja por meio de uma educação continuada ou pela busca por empregos mais qualificados.

Além disso, o letramento permite que essas mulheres reavaliem sua autoestima e identidade. Muitas vezes, mulheres encarceradas, especialmente as negras, carregam estigmas associados ao crime e à marginalização. Ao participarem de programas educacionais e de letramento, elas têm a oportunidade de construir uma nova narrativa, onde podem se enxergar como indivíduos competentes, capazes e dignos de respeito e reconhecimento. Essa mudança de perspectiva é essencial para que elas desenvolvam uma visão mais positiva sobre si mesmas e sobre o futuro.

2.4 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O PONTO DE VISTA DO ESTADO BRASILEIRO

A educação antirracista no Brasil é um tema de crescente importância, refletindo os esforços do Estado brasileiro para enfrentar e mitigar as desigualdades raciais historicamente enraizadas na sociedade. O compromisso com a educação antirracista tem sido formalizado por meio de políticas públicas, leis e diretrizes que buscam promover uma consciência crítica sobre o racismo e suas consequências.

Uma das principais iniciativas nesse sentido é a implementação da Lei 10.639/2003²⁵, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica. Esta lei representa um marco na educação antirracista ao assegurar que o currículo escolar inclua narrativas e perspectivas que valorizam a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação do país.

Já a Lei 12.711/2012²⁶, conhecida como Lei de Cotas, é outro exemplo significativo. Ela estabelece a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes negros, indígenas e de escolas públicas, buscando promover a inclusão e a equidade racial no acesso à educação de qualidade.

O Estado brasileiro também apoia a formação continuada de professores para que estejam preparados para abordar questões raciais de forma competente e sensível. Programas e cursos de capacitação são oferecidos para que educadores possam incorporar práticas pedagógicas antirracistas em suas salas de aula, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

Ademais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²⁷, documento que orienta o currículo das escolas brasileiras, inclui diretrizes que incentivam a reflexão crítica sobre a diversidade étnico-racial e a valorização das culturas africana e afro-brasileira. A BNCC reforça a necessidade de uma educação que promova o respeito às diferenças e combata todas as formas de discriminação.

No entanto, apesar dos avanços legislativos e das políticas implementada, ainda há desafios significativos a serem enfrentados. A efetiva implementação das leis e diretrizes antirracistas depende de um comprometimento contínuo por parte dos

²⁵ Em 2003 foi sancionada a Lei 10639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". Disponível em: <<https://restory.ceert.org.br/programas/educacao/lei>>. Acesso: 23/05/2023.

²⁶ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 23/05/2023.

²⁷ Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. acesso em: 23/05/2023.

gestores educacionais, professores e da sociedade em geral. A resistência cultural e o preconceito ainda presente em muitos setores dificultam a plena realização de uma educação verdadeiramente antirracista.

Portanto, o papel do Estado brasileiro na promoção de uma educação antirracista é fundamental, mas deve ser complementado por um esforço coletivo que envolve famílias, comunidades e a sociedade civil. Somente através de um compromisso abrangente e sustentável será possível avançar rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade é reconhecida e valorizada.

Gomes (2017). Sugere que a educação antirracista tem o poder de questionar e desmontar os estereótipos e preconceitos raciais que estão profundamente enraizados na sociedade. Esses estereótipos são ideias preconcebidas e simplistas sobre determinados grupos raciais, que perpetuam discriminação e desigualdade. E que a educação é vista como uma ferramenta fundamental para essa desconstrução, pois é através do ensino crítico e reflexivo que se pode desafiar e mudar as percepções e atitudes das pessoas em relação às questões raciais. A educação antirracista inclui a incorporação de conteúdos que valorizem a diversidade racial e cultural, além de promover debates e reflexões sobre o racismo e suas implicações.

Ao desconstruir estereótipos e preconceitos, a educação antirracista contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ou seja, uma sociedade equitativa, onde todas as pessoas têm as mesmas oportunidades e direitos, independentemente de sua raça. Uma sociedade inclusiva, aquela que reconhece, valoriza e respeita a diversidade, promovendo a participação de todos os seus membros em condições de igualdade. Logo, segundo Gomes, a educação antirracista é fundamental para transformar a sociedade, tornando-a mais justa, inclusiva e igualitária ao combater as raízes do racismo através da mudança de mentalidades e atitudes.

A escola é um espaço absolutamente central para a formação de sujeitos capazes de viver em uma sociedade plurirracial, preparados para compreender que as diferenças que nos individualizam não podem justificar a desigualdade racial e o extermínio de corpos e mentes. (Bayó; Miranda; Sousa, 2019, p. 2).

Esta afirmação de Elly Bayó, Fernanda Miranda e Fernanda Sousa enfatiza que a escola desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos. É na escola que os alunos aprendem valores, conhecimentos e habilidades essenciais para viver em uma sociedade diversa. E que a educação deve preparar os alunos para viverem

e prosperarem em uma sociedade que é composta por diversas raças e etnias. Isso envolve aprender a respeitar e valorizar as diferenças entre as pessoas. A importância de entender que as características que tornam cada pessoa única – suas diferenças – não devem ser usadas como justificativa para discriminação ou desigualdade. As diferenças devem ser reconhecidas e respeitadas, não motivo para marginalização. Isso significa combater todas as formas de racismo e discriminação que levam a injustiças sociais e econômicas. Na frase "extermínio de corpos e mentes" refere-se à violência física e psicológica sofrida pelas pessoas devido ao racismo. Isso inclui não apenas a violência física, mas também a desvalorização das culturas e identidades raciais. O combate a essa violência é essencial para uma sociedade justa.

Apesar das boas intenções das políticas antirracistas, sua implementação e prática podem ser ineficazes. Há relatos de que muitas escolas ainda não cumprem a Lei 10.639/2003 de forma adequada, e a formação de professores para tratar de questões raciais pode ser superficial ou insuficiente.

Há uma resistência significativa tanto de alguns setores da sociedade quanto dentro das próprias instituições educativas em adotar plenamente essas políticas. Isso pode ser devido a preconceitos arraigados, falta de treinamento adequado ou até mesmo uma visão conservadora que não vê a necessidade dessas mudanças.

Quando se destaca a escola como o principal espaço para promover a educação antirracista, mas pode ser criticado por não abordar suficientemente a necessidade de políticas antirracistas fora do ambiente escolar, como em famílias, comunidades e mídias. E que essa crença de que a educação antirracista por si só pode resolver o problema do racismo pode ser vista como simplista. A desigualdade racial é um problema complexo e multifacetado que exige soluções integradas que vão além do ambiente educacional, incluindo políticas econômicas, de saúde e de habitação.

No que diz respeito a políticas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas²⁸, pode ser controversa. Alguns críticos argumentam que essas políticas podem promover ressentimento ou divisões raciais, e que a meritocracia deve ser a base para o acesso à educação superior e oportunidades de emprego.

²⁸ LEI Nº 14.723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Seu texto diz que, no mínimo, 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Disponível em: <<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023>>. Acesso: 23/05/2023.

Ribeiro (2002) conclui que não há uma resposta simples ou única para o problema das desigualdades raciais, e que as políticas de cotas raciais são apenas uma das muitas ferramentas disponíveis para abordar esse problema complexo. Ele pode enfatizar a importância de um diálogo aberto e contínuo sobre o assunto, bem como a necessidade de avaliação constante e ajustes às políticas existentes para garantir que elas atinjam seus objetivos de forma eficaz e justa.

A adoção de uma abordagem única no currículo pode não levar em conta as especificidades regionais e culturais diversas do Brasil. A diversidade cultural do país pode exigir abordagens diferentes que sejam mais adequadas às realidades locais. Esses pontos não diminuem a importância das políticas antirracistas, mas destacam áreas onde pode haver desafios e a necessidade de ajustes e complementações para que as iniciativas tenham o impacto desejado.

Segundo Almeida, "a Lei 10.639/2003 representa um avanço significativo, pois reconhece a importância de abordar o racismo estrutural e promover a igualdade racial por meio da educação" (2019, p. 55). O Estado brasileiro, ao propor políticas educacionais antirracistas, busca combater as raízes do racismo estrutural, mas a realidade prisional demonstra que essas políticas ainda são insuficientes ou mal aplicadas em contextos onde elas seriam mais necessárias. Segundo Silva, "A aplicação de diretrizes antirracistas nas prisões é limitada por uma série de barreiras institucionais, que refletem e perpetuam a exclusão racial" (2018, p. 95).

Essas barreiras incluem a falta de recursos adequados, a ausência de formação específica para educadores e o preconceito estrutural presente no sistema prisional. Muitas prisões não possuem infraestrutura ou verbas suficientes para desenvolver programas educacionais eficazes e inclusivos, o que impede a criação de iniciativas que considerem as realidades raciais e sociais das mulheres negras encarceradas.

Além disso, os profissionais que atuam nesses espaços, muitas vezes, não têm a formação adequada para lidar com as especificidades de uma educação antirracista. Isso leva a uma aplicação superficial das diretrizes, que não atende às necessidades reais das mulheres negras, perpetuando as desigualdades em vez de combatê-las. O racismo institucional presente no sistema prisional também impede que essas diretrizes sejam levadas a sério, pois as mulheres negras são frequentemente vistas como "menos prioritárias" ou "menos reabilitáveis" o que resulta na falta de investimento em programas educacionais voltados para esse público.

Essas barreiras, portanto, não apenas limitam a aplicação das diretrizes antirracistas, mas também reforçam a exclusão racial, mantendo as mulheres negras marginalizadas e sem acesso a oportunidades reais de educação e transformação social.

Diante disto, o letramento, quando conduzido sob uma perspectiva antirracista, vai além de ensinar habilidades básicas de leitura e escrita; ele também envolve a conscientização sobre as estruturas raciais e sociais que afetam a vida das mulheres encarceradas. Ele pode ser um caminho transformador para mulheres encarceradas. Ao aprender a ler e escrever, essas mulheres adquirem mais do que habilidades acadêmicas; elas desenvolvem uma nova visão de si mesmas, de seus direitos e de suas capacidades. O letramento proporciona a oportunidade de reconstrução da autoestima e da identidade, elementos fundamentais para que essas mulheres se vejam como protagonistas de suas próprias histórias, em vez de vítimas permanentes de um sistema que as marginaliza.

A educação, nesse sentido, se torna um meio de empoderamento, oferecendo às mulheres ferramentas para questionar e combater as desigualdades que as marginalizaram. Como afirma Santos: "o letramento antirracista em contextos prisionais permite que as mulheres desenvolvam uma consciência crítica sobre a sua situação e sobre os fatores que contribuíram para a sua marginalização" (2016, p. 70).

Programas de educação em prisões femininas, que abordam não só a alfabetização, mas também temas como história, direitos humanos e questões de gênero e raça, são fundamentais para capacitar essas mulheres. No entanto, a realidade mostra que poucos programas desse tipo são implementados de forma eficaz. O sistema prisional, frequentemente subfinanciado e mal administrado, prioriza medidas punitivas em vez de educacionais, o que limita o alcance dessas iniciativas. Adorno (2018, p. 82) observa que, "as práticas educacionais nas prisões, quando desprovidas de uma abordagem crítica e antirracista, falham em alcançar as mulheres negras e em oferecer-lhes oportunidades reais de transformação."

As práticas educacionais nas prisões, quando não incorporam uma abordagem crítica e antirracista, tendem a ser superficiais e inadequadas para atender às necessidades específicas das mulheres negras encarceradas. Essas mulheres, que são desproporcionalmente afetadas pelo racismo estrutural, enfrentam uma série de desafios antes e durante o encarceramento, como a falta de acesso à educação de qualidade, discriminação racial e exclusão social. Sem uma educação que reconheça

e trabalhem com essas questões, os programas educacionais nas prisões acabam se tornando ineficazes.

Quando esses programas não consideram o contexto racial e social das mulheres negras, eles falham em proporcionar um espaço de aprendizado que realmente às empodere e as prepare para uma reintegração bem sucedida à sociedade. Em vez de criar um ambiente que promova a conscientização sobre as desigualdades e estigmas enfrentados, essas práticas educacionais, muitas vezes, reproduzem preconceitos, desconsiderando as experiências e realidades dessas mulheres.

Para que a educação nas prisões seja transformadora, ela precisa ser crítica e antirracista, abordando as raízes do racismo estrutural e oferecendo às mulheres ferramentas para superarem as barreiras que enfrentam. Sem isso, a educação se torna apenas uma formalidade, incapaz de promover mudanças reais, e as mulheres negras continuam sendo marginalizadas, sem acesso às oportunidades necessárias para reconstruir suas vidas de maneira digna e justa.

Essa limitação é agravada pela falta de formação específica para os educadores que atuam nesses contextos. Muitas vezes, os profissionais não têm preparo adequado para lidar com as particularidades raciais e de gênero presentes nas prisões femininas, o que compromete a qualidade do ensino oferecido. Segundo Telles, "a formação de educadores que trabalham em prisões precisa considerar as especificidades do público atendido, especialmente no que se refere às desigualdades raciais e sociais" (2004, p. 120).

A formação de educadores que atuam em prisões é de extrema importância para garantir que os programas educacionais sejam eficazes e realmente atendam às necessidades das pessoas encarceradas. Isso significa que a capacitação desses profissionais deve levar em conta as características específicas do público que eles irão atender, especialmente em relação às desigualdades raciais e sociais que marcam a vida de muitas pessoas encarceradas, principalmente as mulheres negras.

Essas mulheres, frequentemente, enfrentam uma série de desvantagens antes de serem presas, como a falta de acesso à educação de qualidade, oportunidades de trabalho limitadas e discriminação racial e de gênero. Por isso, os educadores precisam estar preparados para lidar com essas questões de forma sensível e inclusiva, promovendo uma educação que seja relevante e que empodere essas mulheres. A formação adequada deve incluir, por exemplo, conhecimentos sobre a

história e a cultura afro-brasileira, além de práticas pedagógicas que incentivem a autoestima e a consciência crítica.

Quando os educadores não são preparados para considerar essas especificidades, os programas educacionais podem acabar sendo superficiais ou ineficazes, não alcançando os objetivos de ressocialização e transformação social. Portanto, capacitar os educadores para atuar com sensibilidade e conhecimento sobre as desigualdades que afetam as mulheres encarceradas é essencial para que a educação em prisões seja um verdadeiro instrumento de inclusão e empoderamento.

O racismo estrutural no sistema prisional é evidente, especialmente quando analisamos a composição racial das mulheres encarceradas no Brasil. Mulheres negras, em sua maioria, provenientes de contextos socioeconômicos desfavorecidos, são as que mais sofrem com a seletividade penal. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2020), mais de 60% das mulheres encarceradas no Brasil são negras, o que contrasta com a porcentagem da população negra em relação à população geral.

Essa realidade reflete um sistema que, historicamente, criminaliza e marginaliza mulheres que já enfrentam uma série de exclusões sociais. O racismo estrutural se manifesta em políticas de segurança pública que têm como alvo principal as comunidades pobres e racializadas, onde a maioria das mulheres negras reside. Guimarães ressalta que, "o encarceramento de mulheres negras é um reflexo direto do racismo estrutural, que criminaliza suas existências e ignora suas realidades socioeconômicas" (2002, p. 60).

O encarceramento de mulheres negras no Brasil está diretamente relacionado ao racismo estrutural, que atua para criminalizar suas vidas e desconsiderar as realidades socioeconômicas que elas enfrentam. Essas mulheres, em sua maioria, vêm de contextos de extrema pobreza e exclusão social, tendo pouco ou nenhum acesso a oportunidades educacionais, emprego digno e assistência social. Devido a esta realidade, muitas se envolvem em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, em tentativas desesperadas de sustentar suas famílias em meio à falta de opções econômicas legítimas. E o racismo estrutural não apenas ignora essas condições, mas também as penaliza, tratando a pobreza e a marginalização como questões criminais. A criminalização de seus esforços para sobreviver é mais uma evidência de como o sistema penal possui seletividade. Conforme Oliveira:

A marginalização das mulheres negras no sistema prisional é resultado de uma combinação entre racismo estrutural e desigualdade de gênero, que as coloca em situação de vulnerabilidade extrema. (2010, p. 88).

Este racismo estrutural que permeia as instituições de segurança pública e justiça ignoram as desigualdades históricas que afetam essas mulheres, tratando-as com mais rigor e seletividade. Isso resulta em um encarceramento em massa que, ao invés de buscar ressocializar ou oferecer alternativas, reforça a exclusão. Dessa forma, o sistema penal perpetua um ciclo de criminalização que não leva em conta as circunstâncias sociais e econômicas que contribuem para a vulnerabilidade dessas mulheres, reforçando as desigualdades raciais e mantendo-as marginalizadas.

Além disso, a experiência prisional para essas mulheres é marcada pela falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, o que perpetua o ciclo de exclusão. As condições desumanas das prisões brasileiras, aliadas à falta de políticas educacionais eficazes, dificultam a ressocialização dessas mulheres e contribuem para a manutenção do status quo²⁹.

O letramento, especialmente em contextos prisionais, é uma ferramenta poderosa que vai além do simples ensino de leitura e escrita; ele oferece às mulheres encarceradas a oportunidade de redefinirem suas próprias trajetórias. Muitas dessas mulheres, em especial as negras e de baixa renda, entram no sistema prisional carregando estigmas e preconceitos sociais que as identificam como “criminosas” ou “irrecuperáveis.” Esses estigmas reforçam a ideia de que elas são vítimas de um sistema punitivo e sem possibilidade de reabilitação. Assim como afirma Carneiro, “o letramento oferece às mulheres a possibilidade de se verem como protagonistas de suas histórias, rompendo com estigmas que as colocam como vítimas ou criminosas sem chance de reabilitação” (2005, p. 45).

Quando essas mulheres têm acesso a programas de letramento, elas começam a desenvolver habilidades que as ajudam a compreender melhor suas realidades e a enxergar novas possibilidades para o futuro. Elas passam a se ver como agentes ativos de transformação, capazes de tomar decisões e construir um caminho diferente após o encarceramento. Isso rompe com a visão estigmatizada de que elas são

²⁹ Expressão do Latim que significa “o estado das coisas”. Ela também pode ser escrita sem o “s” (statu quo), mudando apenas o começo da frase: “no estado das coisas”. Disponível em: <<https://www.sinonimos.com.br/status-quo>>. Acesso em: 29/03/2023.

apenas vítimas de suas circunstâncias ou de um sistema punitivo, permitindo que elas assumam o papel de protagonistas de suas histórias.

Ao adquirir conhecimento, essas mulheres têm a oportunidade de reescrever suas narrativas, buscando alternativas para sua reintegração na sociedade de maneira digna e produtiva. O letramento, assim, atua como um ponto de partida para que elas rompam ciclos de exclusão, desenvolvam autoestima e construam um novo sentido de identidade e propósito, focado na reconstrução e no protagonismo.

Esse empoderamento é essencial, pois permite que essas mulheres passem a se reconhecer como agentes de transformação, capazes de mudar suas trajetórias.

Esses programas que promovem o letramento de forma antirracista têm demonstrado resultados positivos, como o aumento da autoestima, maior engajamento em atividades produtivas e maior integração social. Estudos mostram que mulheres que participam desses programas desenvolvem habilidades para se reintegrarem ao mercado de trabalho e se envolverem em projetos comunitários após o encarceramento. Silva destaca que, "o letramento antirracista, ao promover a consciência crítica e o empoderamento, é capaz de transformar a trajetória de mulheres que antes eram vistas como irrecuperáveis" (2018, p. 95).

O letramento antirracista pode abrir portas para que essas mulheres compreendam e lutem por seus direitos, promovendo ações de cidadania e participação política, mesmo dentro do sistema prisional. Quando educadas sobre seus direitos e sobre as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade, essas mulheres passam a ter um papel ativo em sua própria defesa e de outras, em situações semelhantes.

Embora existam diretrizes e leis que apoiem a educação antirracista no Brasil, a implementação dessas políticas no sistema prisional ainda enfrenta barreiras significativas. Uma das maiores dificuldades é a falta de recursos adequados para financiar programas educativos que realmente transformem a vida das mulheres negras encarceradas. Adorno sugere que:

Para que a educação antirracista seja eficaz, é essencial que o Estado invista em capacitação de educadores e em programas específicos que considerem as realidades das mulheres negras encarceradas. (Adorno, 2018, p. 90).

Assim, a resistência institucional e cultural à educação antirracista em prisões ser um desafio constante, a falta de interesse por parte das autoridades prisionais em promover uma educação que questione o racismo estrutural e empodere mulheres

negras é um obstáculo para a implementação de políticas inclusivas. Para superar esses desafios, é fundamental que o Estado e as organizações da sociedade civil atuem em conjunto para criar um ambiente educacional que valorize as especificidades e necessidades das mulheres encarceradas.

Pois está provado que a educação antirracista é uma ferramenta poderosa para transformar a realidade de mulheres encarceradas no Brasil. No entanto, sua eficácia depende de políticas públicas que sejam verdadeiramente inclusivas e comprometidas com a igualdade racial e de gênero. Ao promover programas de letramento que considerem as especificidades das mulheres negras, o Estado pode oferecer oportunidades reais de reconstrução e reintegração para essas mulheres, garantindo-lhes o protagonismo e a liberdade que lhes são frequentemente negados.

Entretanto, para que essas políticas sejam bem-sucedidas, é necessário que haja um esforço coletivo entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais para combater o racismo estrutural e garantir que a educação antirracista alcance, de fato, todas as mulheres encarceradas. Somente assim será possível promover uma transformação efetiva, rompendo com os ciclos de criminalização e exclusão que ainda afetam de forma desproporcional as mulheres negras no Brasil.

2.5 PROTAGONISMOS FEMININOS NO SISTEMA PRISIONAL: A LIBERDADE PELA EDUCAÇÃO

O encarceramento de mulheres negras no Brasil é um reflexo chocante do racismo estrutural que marginaliza essas mulheres e as deixa em uma posição socialmente desfavorecida. A sua existência é criminalizada através de um sistema de justiça seletivo que ignora as desigualdades históricas e criminaliza a pobreza. Muitas destas mulheres são presas por crimes não violentos, muitas vezes relacionados com o tráfico de drogas, o que é uma consequência direta da falta de trabalho digno e de oportunidades educacionais.

Além disso, o sistema prisional não tem em conta especificidades como a violência materna e a violência baseada no gênero, perpetuando assim ciclos de exclusão e repressão. Desta forma, o encarceramento das mulheres negras destaca como o racismo estrutural controla os corpos e silencia as histórias sem confrontar as verdadeiras raízes da desigualdade social. Carneiro, retrata bem isto quando diz

que: "o racismo estrutural afeta desproporcionalmente as mulheres negras no sistema prisional, perpetuando ciclos de exclusão e criminalização" (2005, p. 35).

Com a prisão, essas mulheres são removidas de seus lares, deixando suas famílias desamparadas. Sem o apoio necessário, muitas crianças e jovens dessas famílias acabam entrando no mesmo ciclo de marginalização, com acesso limitado à educação e oportunidades de trabalho. Dessa forma, o encarceramento se torna uma ferramenta que perpetua a pobreza e a exclusão social, afetando gerações e mantendo o ciclo de desigualdade racial e econômica vivo. Como nos mostra Almeida, "o racismo estrutural no sistema prisional reflete a criminalização seletiva que direciona suas ações para mulheres negras e de baixa renda" (2019, p. 50).

O racismo estrutural no sistema penal brasileiro tem raízes profundas que remontam ao período colonial e escravocrata, onde as populações negras eram sistematicamente criminalizadas e excluídas de direitos básicos. Após a abolição formal da escravidão em 1888, a ausência de políticas de integração e reparação manteve as desigualdades raciais vivas. Esse cenário revela como o racismo estrutural orienta as ações do sistema de justiça, focando na criminalização de mulheres que já enfrentam exclusão e desigualdade. Em vez de promover a ressocialização ou fornecer apoio, o sistema penal perpetua um ciclo de marginalização, mantendo essas mulheres presas em condições que reforçam as desigualdades raciais e socioeconômicas.

O estudo propõe analisar como o letramento pode ser uma estratégia eficaz para a reconstrução da liberdade e do protagonismo feminino em contextos prisionais, abordando as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais dessas mulheres. Ao entender como a educação crítica e antirracista pode transformar a realidade dessas mulheres, o texto apresenta uma proposta para políticas públicas mais inclusivas e efetivas.

Na contemporaneidade, essa herança persiste, refletida nas estatísticas que mostram a maioria das mulheres encarceradas como negras e de baixa renda. Dados do Departamento Penitenciário Nacional (SENAPPEN³⁰, 2020) indicam que mais de 62% das mulheres encarceradas são negras. Essa realidade é fruto de políticas

³⁰ A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Disponível: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br>>. Acesso: 16/02/2023.

públicas que reforçam o controle social sobre grupos racializados e marginalizados, sem oferecer as mesmas oportunidades de ressocialização e suporte social.

Além disso, a ausência de políticas de apoio e prevenção social agrava a situação. Muitas mulheres encarceradas são chefes de família, e sua prisão gera um efeito devastador para suas famílias, muitas vezes levando os filhos ao mesmo ciclo de exclusão social e criminalização. O encarceramento feminino afeta não apenas as mulheres, mas também suas famílias. Mulheres encarceradas são, frequentemente, responsáveis por filhos e dependentes, e sua ausência gera um impacto profundo, perpetuando o ciclo de exclusão e vulnerabilidade. Adorno (2018, p. 75) aponta que "o encarceramento de mulheres negras é uma extensão das políticas de controle social que atingem suas famílias, mantendo o ciclo de pobreza e exclusão".

Culminando do mesmo pensamento sobre as mulheres encarceradas no Brasil, em sua maioria, apresentarem um perfil educacional precário, Silva (2018, p. 93):

A maioria das mulheres negras encarceradas não completou o ensino fundamental, o que evidencia como a falta de acesso à educação é um fator determinante para o ciclo de criminalização e marginalização.

Maioria das mulheres negras encarceradas no Brasil não completou o ensino fundamental, o que demonstra como a falta de acesso à educação está diretamente ligada ao ciclo de criminalização e marginalização dessas mulheres. Desde cedo, elas enfrentam dificuldades significativas para permanecer na escola devido a fatores como pobreza, falta de infraestrutura adequada, necessidade de trabalhar para sustentar a família e a ausência de políticas públicas que apoiem sua permanência nos estudos.

A evasão escolar, muitas vezes, é uma consequência inevitável para essas mulheres, que acabam sendo empurradas para a informalidade ou atividades ilícitas como forma de garantir sua subsistência. Sem uma formação educacional básica, elas têm poucas oportunidades no mercado de trabalho formal, ficando limitadas a ocupações precarizadas e mal remuneradas. Isso cria um ciclo de exclusão, onde a falta de educação aumenta as chances de envolvimento em práticas que as colocam em conflito com a lei.

Essas mulheres geralmente enfrentam múltiplas barreiras, como a falta de creches, a necessidade de trabalhar desde cedo e a carência de apoio institucional. A evasão escolar é comum, o que as impede de desenvolver habilidades necessárias

para acessar oportunidades no mercado formal de trabalho. Como resultado, muitas acabam recorrendo a atividades ilegais como forma de sustentar suas famílias.

E, em relação a essas políticas de controle social se baseiam em uma criminalização seletiva, onde mulheres negras e pobres são vistas como "culpadas" e tratadas com maior severidade pelo sistema penal, enquanto outros grupos, em situações semelhantes, recebem tratamento mais brando ou alternativas à prisão. Essa seletividade não leva em consideração as condições estruturais que levaram essas mulheres a situações de vulnerabilidade e, ao invés de oferecer suporte e alternativas, opta pela punição.

E, quanto as essas condições se tornam ainda mais urgente a necessidade de programas de letramento e educação dentro das prisões, que possam oferecer novas perspectivas e oportunidades para essas mulheres e suas famílias, rompendo com o ciclo de criminalização.

Em vista disso, o letramento, quando aplicado de forma crítica e antirracista, vai além do ensino de leitura e escrita; ele permite que as mulheres desenvolvam consciência de suas condições e construam uma nova narrativa para suas vidas. Segundo Santos, "o letramento em contextos prisionais deve ser compreendido como um instrumento de transformação social e de reconquista de cidadania" (2016, p. 70).

Programas de letramento que abordam temas como direitos humanos, raça, gênero e cidadania ajudam a empoderar as mulheres, permitindo que elas se vejam como protagonistas de suas histórias.

Mulheres que participam de programas educacionais relatam melhorias significativas na autoestima e na autoconfiança. Elas passam a enxergar possibilidades além das grades, adquirindo habilidades que as capacitam para o mercado de trabalho ou para desenvolverem atividades empreendedoras. Carneiro, ressalta que "o letramento oferece às mulheres a possibilidade de se verem como protagonistas de suas histórias, rompendo com estigmas que as colocam como vítimas ou criminosas sem chance de reabilitação" (2005, p. 45).

Estudos indicam que mulheres que participam de programas de letramento têm menor probabilidade de reincidir no crime. Isso se deve ao fato de que, ao desenvolverem habilidades e consciência crítica, elas passam a ter mais opções e a se sentir mais integradas à sociedade. A educação é, portanto, uma ferramenta crucial para a reintegração social. Silva (2018, p. 95) observa que, "a educação, ao promover

o letramento crítico, é capaz de transformar a trajetória de mulheres que antes eram vistas como irrecuperáveis."

Neste sentido, programas bem-sucedidos, como aqueles realizados em parcerias entre universidades e prisões, demonstram que, com investimento adequado e orientação pedagógica crítica, é possível transformar vidas e romper com o ciclo de marginalização. Esta educação nos presídios deve ir além do básico e incluir capacitação para o mercado de trabalho e habilidades para a vida. Programas que combinam letramento com cursos técnicos têm mais chances de mostrarem resultados positivos, pois oferecem às mulheres a chance de desenvolver habilidades práticas que podem ser usadas após o encarceramento. Esses programas poderão ajudar mulheres a construir um futuro mais promissor, baseando-se no conhecimento e na autonomia. Santos (2016, p. 75) destaca que, "a educação é um processo transformador que vai além da alfabetização, integrando capacitação e desenvolvimento de habilidades para a vida".

Além das habilidades técnicas, o letramento crítico também contribui para a reconstrução da autoestima e identidade dessas mulheres. Ao reconhecerem seu valor e suas capacidades, elas começam a se ver como agentes de transformação, aptas a mudar suas próprias vidas e a de suas famílias. Isso é fundamental para quebrar o estigma associado ao encarceramento e para ajudar essas mulheres a se reintegrarem de maneira digna na sociedade.

A implementação de programas de letramento enfrenta uma série de desafios, desde a falta de recursos até o preconceito institucional. Adorno (2018, p. 82) aponta que, "as práticas educacionais nas prisões, quando desprovidas de uma abordagem crítica e antirracista, falham em alcançar as mulheres negras e em oferecer-lhes oportunidades reais de transformação."

As práticas educacionais nas prisões, quando não incorporam uma abordagem crítica e antirracista, tendem a ser ineficazes para alcançar as mulheres negras e promover uma transformação real em suas vidas. Essas práticas, muitas vezes, se limitam ao ensino básico de leitura e escrita, sem considerar as especificidades raciais, sociais e de gênero que essas mulheres enfrentam. Uma educação que não reconhece essas realidades e que ignora as experiências vividas por essas mulheres falha em engajá-las de maneira significativa. Sem uma abordagem que discuta o racismo estrutural e os fatores que as levaram ao encarceramento, as práticas

educacionais se tornam superficiais, incapazes de empoderar essas mulheres ou oferecer-lhes ferramentas para uma verdadeira mudança de trajetória.

Por outro lado, uma educação crítica e antirracista, pode abordar as desigualdades e injustiças que essas mulheres enfrentaram ao longo de suas vidas, ajudando-as a desenvolver consciência crítica e habilidades que as preparem para a reintegração social e econômica. Ao não adotar essa perspectiva, os programas educacionais prisionais perdem a oportunidade de ser um canal de transformação, deixando as mulheres encarceradas sem alternativas reais para romper com os ciclos de exclusão e criminalização que as afetam.

Para mudar essa realidade, é necessário que o Estado invista na formação de educadores capacitados e na infraestrutura adequada para que os programas sejam eficazes. Pois a educação e o letramento são ferramentas essenciais para a reconstrução da liberdade e do protagonismo feminino em contextos prisionais. Ao promover uma educação que seja crítica e antirracista, o Estado pode transformar a vida de mulheres encarceradas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agentes de suas próprias histórias. No entanto, para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário um esforço coletivo entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais para garantir que as políticas sejam inclusivas e sustentáveis. A liberdade pela educação é possível, mas exige um compromisso genuíno com a transformação social.

No vasto panorama do sistema prisional, as mulheres frequentemente são relegadas a um papel secundário, eclipsadas por narrativas amplamente centradas na população masculina. Contudo, à medida que o número de mulheres encarceradas continua a crescer e suas experiências singulares dentro das prisões vêm à tona, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e sensível ao gênero. O protagonismo feminino no contexto prisional é uma questão multifacetada que abrange uma gama diversificada de desafios e oportunidades, e entre esses desafios, a questão da educação emerge como uma ferramenta poderosa na busca pela liberdade e reintegração social.

Uma pesquisa realizada pelo World Female Imprisonment List, no final do ano passado, revelou que o Brasil apresenta a terceira maior população carcerária feminina do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Com cerca de 40 mil mulheres encarceradas, nos últimos anos o País apresentou um crescimento exponencial desses números, quadruplicando essa população em apenas 20 anos. Cerca de 45% dessas mulheres se encontram em

prisão preventiva, segundo levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Jornal da USP (07/08/2023)³¹.

O aumento do número de mulheres nas prisões reflete uma complexa interseção de fatores sociais, econômicos e políticos. Mulheres encarceradas frequentemente enfrentam desvantagens sociais e econômicas significativas antes mesmo de entrarem no sistema prisional. Muitas têm históricos de trauma, abuso e pobreza, e uma proporção substancial enfrenta desafios relacionados à saúde mental e vício em substâncias. Além disso, a falta de oportunidades educacionais e de emprego, juntamente com sistemas de justiça criminal que muitas vezes perpetuam disparidades de gênero, contribui para a entrada desproporcional de mulheres no sistema prisional.

Dentro das prisões, as mulheres enfrentam desafios adicionais. A falta de infraestrutura adequada para atender às necessidades específicas das mulheres, como saúde reprodutiva e cuidados com os filhos podem agravar as condições já precárias. A superlotação, a violência entre detentos e a falta de acesso a serviços básicos são questões generalizadas que afetam negativamente a qualidade de vida das mulheres encarceradas. Apesar do código de processo penal³², em seu artigo 766 citar que “A internação das mulheres será feita em estabelecimento próprio ou em seção especial” a realidade nas prisões femininas brasileiras está longe de cumprir essa determinação.

Segundo Varella (2017), as condições das prisões femininas no Brasil são precárias e desumanas. Ele descreve com detalhes as condições das mulheres encarceradas no Brasil, baseado em suas experiências como médico voluntário em presídios femininos. Ele explora as dificuldades que essas mulheres enfrentam como a falta de recursos básicos, problemas de saúde, violência e o impacto da separação de suas famílias, a superlotação, a falta de higiene, e a escassez de itens básicos como produtos de higiene pessoal e medicamentos.

Além desses, podemos a falta de estrutura para cuidar de bebês dentro das prisões, e o impacto emocional dessa separação tanto para as mães quanto para os

³¹ <<https://jornal.usp.br/radio-usp/pesquisa-mostra-que-o-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-feminina-do-mundo/>>. Acesso em: 30/09/2023.

³² Artigo 766 do Decreto Lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941 – Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10601048/artigo-766-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941>>. Acesso em: 29/09/2023.

filhos. A demora nos processos judiciais, a falta de assistência jurídica adequada, e as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no sistema penal.

Quadro 1 - Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR)

ESCOLA ESTADUAL OLGA BENÁRIO PRESTES		
Cód. da ESCOLA: 26134177		Status: Credenciada
Endereço: Rua do Bom Pastor, 1407		
Bairro: Iputinga	Município: Recife	CEP: 50670260
Alunos Matriculados: 189		
Educadores: 9		
DADOS GERAIS SOBRE ESCOLARIDADE DOS PRESOS		
NÍVEL DE ESCOLARIDADE		QUANTIDADE
ANALFABETOS		17
ALFABETIZADOS		24
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO		362
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO		50
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO		94
ENSINO MÉDIO COMPLETO		112
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO		19
ENSINO SUPERIOR COMPLETO		12
ACIMA DO ENSINO SUPERIOR		0
TOTAL		690

Fonte: PLANO_ESTADUAL_DE_EDUCACAO_EM_PRISOES. 2021 ³³

Esses dados, que estão postos no quadro 2, fornecem uma visão interessante do perfil educacional das mulheres na Colônia Penal feminina localizada no Recife/PE – Brasil. Aqui estão algumas observações:

Alfabetização e Ensino Fundamental Incompleto: A maioria das mulheres parece ter algum nível de habilidade de leitura e escrita, já que apenas 17 são identificadas como analfabetas. No entanto, a quantidade significativa de mulheres

³³ Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado de Pernambuco.
<https://www.seres.pe.gov.br/documentos/PLANO_ESTADUAL_DE_EDUCACAO_EM_PRISOESAcesso>. Acesso em: 04/06/2023.

com ensino fundamental incompleto (362) sugere que pode haver lacunas na educação básica.

Já no Ensino Fundamental e Médio Completo: Um número considerável de mulheres completou tanto o ensino fundamental (50) quanto o ensino médio (112). Isso indica que uma parte da população carcerária feminina teve acesso à educação formal até certo ponto.

Ensino Superior: É encorajador ver que algumas mulheres na carceragem têm níveis mais altos de educação, incluindo 19 com ensino superior incompleto e 12 com ensino superior completo. Isso sugere que há potencial para essas mulheres continuarem sua educação e buscarem oportunidades de reinserção na sociedade.

Perfil Educacional Variado: A distribuição desses dados mostra uma variedade de níveis educacionais, o que reflete a diversidade de origens e experiências das mulheres na carceragem. Isso destaca a importância de programas educacionais dentro do sistema prisional para atender às necessidades individuais e promover a reabilitação.

No tocante a estrutura física, o sistema penitenciário brasileiro pode ser caracterizado por inúmeras carências e deficiências estruturais. Exemplos dessas condições incluem a insalubridade dos ambientes, a superlotação das celas, a falta de atendimento às necessidades básicas dos presos e a violência institucionalizada. No contexto específico das prisões femininas, essas dificuldades tornam-se ainda mais graves. Além das deficiências gerais do sistema, as políticas que consideram as questões de gênero são praticamente inexistentes, como será detalhado posteriormente. O patriarcado e a violência contra a mulher estão profundamente enraizados tanto no sistema judiciário quanto nas instituições prisionais. As mulheres são frequentemente ignoradas dentro de um sistema concebido e estruturado para homens.

Nesse contexto desafiador, a educação emerge como uma poderosa ferramenta de transformação. Programas educacionais dentro das prisões oferecem às mulheres a oportunidade de adquirir habilidades, conhecimentos e autoconfiança que podem ser fundamentais para sua reintegração na sociedade. A educação não apenas amplia as perspectivas de emprego e renda das mulheres após a libertação, mas também desempenha um papel fundamental na construção da autoestima e da resiliência necessárias para superar adversidades.

Os programas educacionais dentro do sistema prisional frequentemente enfrentam uma série de desafios significativos. As restrições orçamentárias são um dos principais obstáculos, já que os recursos financeiros disponíveis para tais iniciativas muitas vezes são limitados. Isso pode resultar em uma falta de financiamento adequado para contratar instrutores qualificados, adquirir materiais educacionais e manter os programas funcionando de maneira eficaz.

Além das limitações financeiras, a falta de recursos também pode ser um problema. Isso pode incluir uma escassez de materiais educacionais, como livros didáticos, computadores e acesso à internet, bem como uma falta de espaço adequado para a realização das aulas e atividades educacionais.

As barreiras estruturais também representam um desafio significativo. Isso pode incluir políticas prisionais que dificultam o acesso dos detentos à educação, falta de apoio institucional para os programas educacionais e até mesmo uma cultura prisional que não valoriza a educação como uma ferramenta para a reabilitação.

Superar esses desafios requer um compromisso sério de todos os envolvidos, incluindo o governo, as instituições prisionais, as organizações da sociedade civil e a comunidade em geral. Com ênfase em particular no atendimento às necessidades das mulheres. Isso inclui o desenvolvimento de currículos adaptados ao gênero, à disponibilização de recursos adequados para apoiar os programas educacionais e a criação de parcerias entre o sistema prisional, instituições de ensino e organizações da sociedade civil. Investir na educação das mulheres encarceradas não apenas promove a justiça social e a igualdade de gênero, mas também contribui para uma sociedade mais inclusiva, compassiva e resiliente. Ao reconhecer e apoiar o poder transformador da educação, podemos abrir caminho para um futuro mais justo e esperançoso para todas as mulheres, dentro e fora das prisões.

Além disso, é importante abordar as causas profundas do encarceramento feminino, incluindo a pobreza, o racismo estrutural, a falta de acesso a serviços de saúde mental e a violência de gênero. Isso requer uma valorização que reconheça e trate das necessidades específicas das mulheres em todas as fases do sistema de justiça criminal, desde a prevenção até a reintegração.

Em última análise, o protagonismo feminino no sistema prisional não pode ser alcançado sem um compromisso sério com a educação como um direito humano fundamental. Investir na educação das mulheres encarceradas não apenas promove a justiça social e a igualdade de gênero, mas também contribui para uma sociedade

mais inclusiva, compassiva e resiliente. Ao reconhecer e apoiar o poder transformador da educação, podemos abrir caminho para um futuro mais justo e esperançoso para todas as mulheres, para que vençam os desafios enfrentados ao tentar se reintegrar na sociedade após cumprirem suas penas, incluindo o estigma social, a dificuldade em conseguir emprego, e a falta de suporte para a reintegração.

2.5.1 Desafios à reconstrução da liberdade por meio da Educação Formal, em Sistema Prisional do Brasil

A educação formal no sistema prisional brasileiro é um tema central para a garantia dos direitos humanos e para a promoção da reintegração social de indivíduos privados de liberdade. Tem sido reconhecida como uma ferramenta poderosa na reconstrução da liberdade e na reinserção social de indivíduos que estiveram em conflito com a lei.

Para compreender o sistema prisional feminino brasileiro e como a educação recebida pelas apenadas interfere no processo de ressocialização, não podemos perder de vista o contexto econômico, social e político vivenciado por estas, tanto no que se refere às condições materiais e objetivas de vida como nos fatores subjetivos, de inserção social, ética e política das mulheres na sociedade atual, cerceadas pela relação de poder estabelecida historicamente entre homens e mulheres. (Cunha, 2010, p. 157-178).

Para entender plenamente a situação das mulheres no sistema prisional brasileiro e o impacto da educação na reintegração delas à sociedade, é necessário considerar não apenas os aspectos práticos e objetivos, como condições de vida e acesso a oportunidades, mas também os fatores subjetivos, como sua posição na sociedade e as relações de poder entre homens e mulheres ao longo da história. Essa abordagem holística busca destacar a complexidade da situação e a necessidade de políticas e intervenções que abordem múltiplos aspectos para promover uma reintegração eficaz das mulheres detentas.

Nos sistemas prisionais do Brasil, no entanto, essa reconstrução enfrenta uma série de desafios significativos. Esta seção se propõe a explorar esses desafios, analisando as barreiras e limitações que impedem a efetiva implementação da educação formal como um meio de empoderamento e transformação dentro das instituições prisionais.

Um dos principais desafios enfrentados nos sistemas prisionais do Brasil é o acesso limitado à educação formal. Embora existam programas educacionais disponíveis em muitas instituições, a demanda frequentemente supera a capacidade de oferta. Além disso, a qualidade do ensino muitas vezes deixa a desejar, com falta de recursos adequados e instrutores qualificados. Isso resulta em uma parcela significativa da população carcerária sendo excluída dos benefícios da educação formal, prejudicando suas chances de reintegração à sociedade.

Outro desafio enfrentado é a infraestrutura precária das instituições prisionais. Muitas unidades enfrentam superlotação, não possuem salas de aula adequadas, condições insalubres dificultando a criação de um ambiente propício para o aprendizado e falta de recursos básicos, o que dificulta a implementação eficaz de programas educacionais. E quando existe as salas de aula, as mesmas são lotadas, falta de material didático suficientes e ambientes hostis podem minar os esforços para fornecer uma educação formal de qualidade dentro dos presídios. Além da ausência de profissionais capacitados para ministrar as aulas. E ainda, a falta de segurança limitam as atividades educacionais. No caso, risco de constantes rebeliões, onde profissionais da educação e os próprios privados de liberdade se sentem inseguros, resultando na descontinuidade dos programas de ensino.

No caso do sistema prisional brasileiro, é possível identificar a presença de elementos que configuram um estado de coisa inconstitucional, que atinge quase 200% da capacidade das unidades prisionais, [...]. A violação massiva sistemática de direitos humanos no sistema prisional leva à violência e à criminalidade, uma vez que a prisão, em vez de ressocializar, muitas vezes acaba por tornar os detentos ainda mais violentos e vulneráveis. (Maia *et al.*, 2023, p. 12).

O estigma e a discriminação enfrentados pelos indivíduos que estiveram em conflito com a lei também representam desafios significativos. Mesmo que um indivíduo tenha acesso à educação formal dentro do sistema prisional, ele pode encontrar dificuldades em obter emprego ou continuar sua educação quando livre da pena, devido ao seu histórico criminal. Isso pode desencorajar os indivíduos de participar ativamente de programas educacionais, pois eles podem sentir que não têm perspectivas reais de utilizar suas habilidades e conhecimentos adquiridos.

A falta de políticas públicas eficientes, e as dificuldades de continuidade do aprendizado são alguns dos principais obstáculos enfrentados por detentos que buscam, por meio da educação, um novo caminho para suas vidas. A oferta de educação formal dentro das unidades prisionais vai além da transmissão de

conhecimento acadêmico; ela representa uma possibilidade real de ressignificação da trajetória de pessoas historicamente marginalizadas.

O acesso à educação permite o desenvolvimento de novas habilidades, a ampliação das oportunidades de emprego após a liberdade e a redução da reincidência criminal. Além disso, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal (LEP) garantem o direito à educação para a população carcerária, tornando esse acesso uma obrigação do Estado. Estudos indicam que a educação prisional contribui significativamente para a diminuição da reincidência, uma vez que amplia as perspectivas dos detentos para além do contexto do crime. Entretanto, os desafios para a efetivação dessa política ainda são expressivos e demandam ações concretas para que a educação se torne, de fato, um mecanismo de reintegração social.

Grande parte da população carcerária brasileira não concluiu o ensino fundamental. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a maioria dos detentos possui baixa escolaridade, o que demonstra uma trajetória de exclusão educacional antes mesmo do encarceramento. Essa realidade reforça a necessidade de políticas educacionais que atendam às especificidades desse público, incluindo programas de alfabetização e ensino fundamental. Mesmo quando há oferta de ensino dentro das prisões, a adesão nem sempre é alta. Muitos detentos, desmotivados pela falta de perspectivas futuras ou por experiências negativas com o sistema educacional anterior, não demonstram interesse na continuidade dos estudos.

Além disso, a ausência de programas que possibilitem a continuidade da formação após a soltura dificulta a permanência do indivíduo no percurso educacional, limitando os impactos positivos da aprendizagem adquirida no cárcere. Após o cumprimento da pena, os egressos do sistema prisional enfrentam barreiras significativas para reintegração na sociedade, incluindo o preconceito por parte de empregadores e instituições de ensino. Mesmo aqueles que buscam oportunidades legítimas de trabalho e estudo encontram dificuldades em razão do estigma social associado à experiência no cárcere. Isso reduz as chances de aproveitamento do aprendizado obtido na prisão e contribui para o ciclo de marginalização e reincidência. Para que a educação prisional cumpra seu papel de reabilitação e ressocialização, é fundamental que sejam adotadas políticas públicas efetivas e sustentáveis. Algumas ações que podem fortalecer a educação no sistema prisional incluem a ampliação da infraestrutura educacional nas unidades prisionais, com a criação de salas de aula adequadas e fornecimento de materiais didáticos, a capacitação de professores para

atuar em ambientes prisionais, com metodologias pedagógicas voltadas às especificidades da população carcerária, parcerias entre o setor público e privado para garantir oportunidades de emprego e continuidade educacional aos egressos do sistema prisional, a expansão do ensino à distância (EAD) e da tecnologia educacional dentro das unidades prisionais, permitindo maior flexibilidade no aprendizado, e a criação de incentivos para a adesão dos detentos aos programas educacionais, incluindo a remição da pena por estudo, conforme previsto na LEP.

Neste sentido, a reconstrução da liberdade por meio da educação formal dentro do sistema prisional brasileiro é um desafio que exige um esforço conjunto do Estado, da sociedade civil e das instituições educacionais. Embora a legislação garanta o direito à educação para os detentos, sua implementação enfrenta diversos obstáculos que limitam o alcance desse direito. Superar esses desafios é essencial para romper com o ciclo de criminalização e marginalização, proporcionando aos indivíduos privados de liberdade uma nova perspectiva de vida. Somente com investimentos estruturais e políticas públicas eficazes será possível transformar a educação prisional em um verdadeiro instrumento de emancipação e reinserção social.

Apesar dos desafios enfrentados, a reconstrução da liberdade por meio da educação formal nos sistemas prisionais do Brasil é uma meta alcançável. Desde que aconteçam esforços coordenados entre o governo, instituições educacionais, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas. Investimentos na melhoria da infraestrutura prisional, no recrutamento e capacitação de educadores qualificados, na redução do estigma associado ao histórico criminal e na garantia de continuidade dos programas educacionais são passos essenciais para tornar a educação formal uma ferramenta eficaz na promoção da reintegração social e na reconstrução da liberdade dos indivíduos encarcerados.

Este tema sobre educação formal no sistema prisional brasileiro é um tema central para a discussão de direitos humanos e políticas públicas, especialmente quando se trata da reintegração social de mulheres negras e de baixa renda. O acesso à educação dentro das unidades prisionais não apenas possibilita a construção de novos projetos de vida, mas também representa um instrumento de resistência diante das desigualdades estruturais que marcam o sistema de justiça criminal. Além de contribuir para a redução da reincidência criminal, a educação prisional fortalece a autoestima e a autonomia das mulheres, permitindo que elas vislumbrem novas possibilidades além do encarceramento. No entanto, a efetividade dessas iniciativas

depende de políticas públicas comprometidas com a ampliação do acesso à educação dentro das prisões, garantindo não apenas alfabetização, mas também ensino fundamental, médio e oportunidades de qualificação profissional. O sistema prisional, conforme destaca Costa Viana (2017, p. 95), apresenta uma série de falhas que comprometem o objetivo de reintegração dos presos. Ele afirma:

Trabalho e educação são direitos universais dos quais todos os seres humanos são titulares, estejam eles dentro ou fora das prisões. Sua importância relaciona-se diretamente com a realização da cidadania e o exercício da autonomia dos indivíduos. (Viana, 2017, p. 95).

Esses dois direitos estão profundamente interligados à ideia de cidadania, que se refere à participação ativa e consciente de um indivíduo nos processos sociais, políticos e econômicos. O trabalho, ao ser reconhecido como um direito, garante a cada pessoa a possibilidade de contribuir para a sociedade, com dignidade e sem discriminação. Ele oferece não apenas a capacidade de sustentar-se financeiramente, mas também proporciona uma sensação de pertencimento e de utilidade dentro do contexto social.

Já a educação é o caminho para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para que o indivíduo possa exercer sua cidadania de maneira plena. Ela promove a capacidade crítica, a compreensão do mundo e a construção de um pensamento autônomo. A educação também é responsável por preparar as pessoas para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, para a vida em sociedade, permitindo-lhes atuar de forma participativa nas decisões que afetam sua vida pessoal e coletiva. Esta autonomia, ou seja, a capacidade de tomar decisões de maneira independente e consciente, está intimamente ligada ao acesso ao trabalho e à educação. Quando uma pessoa é privada desses direitos, sua autonomia fica comprometida, pois ela passa a depender de terceiros para sua sobrevivência e desenvolvimento. Isso pode ocorrer, por exemplo, em contextos de vulnerabilidade social, ou em situações mais extremas, como no caso de indivíduos em privação de liberdade.

Portanto, garantir os direitos ao trabalho e à educação é garantir a realização plena da cidadania e o exercício da autonomia de todos os indivíduos. Mesmo em situações de privação de liberdade, como as prisões, é fundamental que esses direitos sejam assegurados, pois eles são instrumentos essenciais para a reintegração social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O trabalho e a educação não são apenas direitos, mas são também ferramentas poderosas para que

cada ser humano tenha a possibilidade de viver com dignidade, liberdade e pleno exercício de sua cidadania.

Para que a educação prisional cumpra seu papel transformador, é necessário ir além do cumprimento formal da legislação e investir em metodologias que respeitem as vivências das mulheres encarceradas, promovendo um ambiente de aprendizado que dialogue com suas realidades. Somente assim será possível quebrar o ciclo de exclusão e criar caminhos reais para a reintegração social, reduzindo os impactos do encarceramento e combatendo as desigualdades que historicamente afetam essas mulheres.

2.5.2 Resistência feminina: a Leitura como estratégia, no ambiente prisional

A questão da resistência feminina no ambiente prisional é um tema de extrema relevância no contexto contemporâneo. Mulheres privadas de liberdade enfrentam desafios únicos, tanto estruturais quanto sociais, que muitas vezes são exacerbados pela falta de acesso à educação e oportunidades de desenvolvimento pessoal. Neste cenário, a leitura emerge como uma poderosa estratégia de resistência, capaz de empoderar, educar e proporcionar escape para as mulheres privadas de liberdade.

O sistema prisional, por sua própria natureza, tende a agravar as disparidades de gênero já presentes na sociedade. Mulheres encarceradas frequentemente sofrem com a falta de políticas específicas para atender às suas necessidades, incluindo acesso limitado à educação e programas de reinserção social. Ademais, a superlotação e condições precárias das prisões contribuem para um ambiente de marginalização e desamparo.

A leitura, nesse contexto, assume múltiplas dimensões de resistência. Primeiramente, ela oferece uma rota de fuga das duras realidades do encarceramento. Através da imersão em mundos fictícios ou na busca pelo conhecimento, as detentas podem temporariamente transcender as barreiras físicas e psicológicas impostas pelo sistema prisional.

Conforme, Carvalho (2023):

Quando você cresce na periferia e, numa época em que não existia internet e formas de entretenimento, a leitura é uma fuga. enquanto muitos amigos meus, na época da adolescência, estavam às voltas com drogas e a criminalidade, eu mergulhava na literatura. isso me afastou de problemas e me permitiu ter outra visão do mundo que me cercava. a leitura era o meu vício.

Para pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro, a leitura pode servir como uma forma de escapismo e uma oportunidade de explorar novos horizontes intelectuais e emocionais dentro das limitações do ambiente prisional. E ainda, a leitura pode oferecer uma válvula de escape para o tédio e o isolamento, proporcionando uma sensação de conexão com o mundo exterior e oferecendo momentos de alívio e entretenimento. Muitas vezes, programas de leitura e educação dentro das prisões são valorizados como ferramentas importantes para a reabilitação e o desenvolvimento pessoal dos custodiados em unidades prisionais. Capacitando as mulheres a desafiar as estruturas opressivas que as confinam. Ao adquirir novos conhecimentos e habilidades, elas se tornam mais conscientes de seus direitos e mais capazes de advogar por si mesmas.

Assim, para que a leitura seja efetivamente utilizada como estratégia de resistência no ambiente prisional, é fundamental implementar políticas que garantam o acesso equitativo a materiais de leitura e programas educacionais. Isso inclui a disponibilização de bibliotecas bem abastecidas, a oferta de cursos de alfabetização e educação continuada, e o apoio a grupos de discussão e clubes de leitura dentro das instituições penitenciárias.

O impacto social dessa abordagem vai além do indivíduo encarcerado. Mulheres que desenvolvem habilidades de leitura e educação dentro das prisões têm maiores chances de reintegração bem-sucedida na sociedade após o cumprimento de suas penas. Isso não apenas reduz a reincidência criminal, mas também promove a construção de comunidades mais justas e inclusivas.

A resistência feminina no ambiente prisional é um testemunho da resiliência humana frente à adversidade. Logo, a leitura, como ferramenta de empoderamento e emancipação, desempenha um papel fundamental nesse processo. Investir na educação e no acesso à leitura para mulheres encarceradas não apenas promove a justiça social, mas também fortalece os alicerces de uma sociedade mais igualitária e compassiva.

2.5.3 Protagonismo Feminino por meio da leitura: um caso de liberdade no cárcere

A celebração do protagonismo feminino através da leitura no contexto prisional emerge como uma narrativa de emancipação intelectual e redenção espiritual. Nas

entranhas confinadas das instituições penais, a leitura não é meramente um ato de consumo literário, mas um ato de resistência e reafirmação da humanidade. Para as mulheres encarceradas, cada página virada se transforma em um portal que transcende as barreiras físicas e psicológicas, oferecendo um refúgio sagrado onde à imaginação floresce e a identidade se fortalece.

A literatura, em sua variedade temática e estilística, desempenha um papel multifacetado na jornada de autoconhecimento e empoderamento das detentas. Ao explorar narrativas protagonizadas por mulheres de diferentes origens e circunstâncias, essas leitoras encontram espelhos e inspiração para confrontar suas próprias realidades e desafios. Personagens de resiliência inquebrantável e determinação incitam reflexões profundas sobre o próprio eu e o potencial transformador da adversidade.

Além de ser um veículo para a introspecção pessoal, a leitura dentro das paredes da prisão é um catalisador de mudança social e mentalidade. Programas educacionais centrados na literatura não apenas elevam o nível de alfabetização e competência comunicativa, mas também fomentam habilidades cognitivas críticas, como análise contextual e interpretação reflexiva. Essas capacidades não só nutrem o intelecto individual, mas também promovem uma cultura de respeito mútuo e cooperação dentro do ambiente carcerário.

Em um nível mais abrangente, o empoderamento feminino por meio da leitura no cárcere transcende as fronteiras do confinamento físico, influenciando positivamente a dinâmica Inter geracional e comunitária. Mulheres que se engajam ativamente com a literatura não apenas transformam suas próprias perspectivas, mas também carregam consigo o potencial de inspirar e educar suas famílias e comunidades. Esse legado de conhecimento e autoafirmação não só almeja a reintegração social, mas também a reconstrução moral e ética de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Portanto, o protagonismo feminino através da leitura no cárcere não deve ser subestimado como mera atividade recreativa, mas reconhecido como um ato de coragem e autodeterminação. Em cada livro aberto e cada palavra absorvida, reside a promessa de transformação pessoal e coletiva, guiando mulheres encarceradas em direção a uma jornada de redenção e reconstrução de si mesmas e de suas comunidades.

O desafio a ser enfrentado quando se lida com questões educativas – e políticas – que envolvem sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade é fortemente acentuado e segue instigando formas de pensar, de agir e de transformar a realidade que ajuda a produzir sujeitos tão desiguais. (Julião, 2014, p. 121).

Julião (2014) sublinha os desafios complexos envolvidos na educação e política voltadas para indivíduos privados de liberdade. Este cenário não apenas restringe fisicamente a liberdade, mas também perpetua desigualdades profundamente arraigadas, intensificando a marginalização social e econômica desses sujeitos.

A educação dentro das prisões é vista como uma ferramenta essencial para mitigar essas desigualdades e promover mudanças tanto pessoais quanto sociais. No entanto, enfrenta obstáculos significativos como à falta de recursos adequados, infraestrutura precária e políticas restritivas. Além disso, as estruturas institucionais frequentemente refletem e ampliam as desigualdades existentes na sociedade mais ampla, incluindo questões de raça, gênero e classe.

Escapar do cárcere através da leitura é uma jornada transformadora que vai além da simples busca por uma fuga física. Em um ambiente onde a liberdade é restrita, os livros se tornam portais para novos horizontes mentais e emocionais. A leitura oferece uma fuga para lugares distantes e culturas diversas, permitindo que os indivíduos vivenciem aventuras e explore ideias que transcendem as paredes da prisão. Além de proporcionar um escape mental, a leitura promove o desenvolvimento pessoal e o autoconhecimento. Ao mergulhar em obras que exploram temas complexos como filosofia, psicologia e história, os detentos podem refletir sobre suas próprias vidas, motivações e desafios. Isso não apenas os ajuda a enfrentar a realidade presente, mas também os prepara para um futuro além do cárcere, equipando-os com habilidades cognitivas e emocionais essenciais. Os livros oferecem conhecimento e estimulam o aprendizado contínuo. Melhorar o vocabulário, aprimorar a compreensão textual e explorar novas ideias são benefícios tangíveis que ampliam as perspectivas das detentas, proporcionando-lhes recursos intelectuais para enfrentar desafios futuros. Além disso, a leitura fortalece o espírito de resistência e empoderamento. Personagens fictícios e reais que enfrentam e superam adversidades inspiram os leitores a encontrar coragem e perseverança dentro de si mesmas. Essas histórias não apenas oferecem modelos positivos de comportamento, mas também instilam um senso de esperança e determinação que são essenciais para manter a dignidade e a resiliência durante o cumprimento da pena.

Por fim, a leitura também facilita a conexão das mulheres no cárcere, com o mundo exterior. Livros que abordam eventos atuais, questões sociais e desenvolvimentos globais permitem que eles se mantenham informados e engajados com a sociedade além das fronteiras físicas da prisão. Isso não apenas reduz o isolamento social, mas também promove uma sensação de relevância e conexão com o mundo exterior. Assim, escapar do cárcere através da leitura não é apenas uma fuga imaginativa, mas uma jornada educativa, emocional e social que promove a transformação pessoal e prepara os indivíduos para uma reintegração significativa na sociedade após o período de encarceramento. É uma prova do poder redentor da educação e do conhecimento, mesmo nos ambientes mais desafiadores.

2.6 A PROGRESSÃO DE PENA POR MEIO DA EDUCAÇÃO FORMAL EM PRISÕES: UM DEBATE CONCEITUAL SOBRE JUSTIÇA

A progressão de pena por meio da educação formal em prisões é uma temática que suscita debates intensos tanto no campo jurídico quanto no âmbito dos direitos humanos. Esta prática, adotada em diversos sistemas penitenciários ao redor do mundo, baseia-se na premissa de que a educação pode servir como um mecanismo de reabilitação e reintegração social dos detentos. No entanto, sua implementação e eficácia levantam questões importantes sobre o conceito de justiça, a função das penas e o papel do Estado na reeducação de indivíduos condenados.

A noção de justiça, especialmente no contexto penal, é multifacetada e pode ser compreendida a partir de diferentes perspectivas teóricas. Na tradição retributiva, a pena é vista como uma forma de retribuição justa ao crime cometido, buscando restaurar o equilíbrio social rompido pela conduta delituosa. Por outro lado, a perspectiva utilitarista defende que a pena deve servir para a prevenção de futuros crimes, seja por meio da dissuasão, incapacitação ou reabilitação do infrator.

A progressão de pena baseada na educação formal pode ser entendida dentro do paradigma reabilitador, que enxerga a pena não apenas como uma punição, mas como uma oportunidade para transformar a vida do condenado. A educação, nesse sentido, atua como um instrumento fundamental para a reabilitação, oferecendo aos detentos habilidades e conhecimentos que podem facilitar sua reintegração na sociedade e reduzir as taxas de reincidência.

O cárcere tem uma linguagem própria que permeia a forma de se comunicar. Inserir-se no mundo acadêmico significa não somente romper com esse estigma como também apropriar-se de outra linguagem. Significa, mesmo nessa situação de privação da liberdade, abrir brechas na instituição fechada, rompendo com a especificidade do cárcere. (Eunice, 2011, p. 130).

Nonato (2011) aborda a complexa relação entre o cárcere e a comunicação, enfatizando a ideia de que o ambiente prisional possui uma "linguagem própria". Essa linguagem é moldada pelas experiências, normas e dinâmicas sociais que ocorrem dentro das instituições prisionais. Ao inserir-se no mundo acadêmico, os indivíduos em situação de privação de liberdade não apenas desafiam o estigma associado ao cárcere, mas também buscam se apropriar de uma nova forma de linguagem que é mais inclusiva e aberta. Essa transição é significativa, pois permite que eles se conectem com ideias, saberes e valores que vão além das limitações impostas pelo sistema prisional. A expressão "abrir brechas na instituição fechada" sugere uma resistência e um desejo de transformação. Mesmo em um espaço restritivo, é possível encontrar formas de subversão e expressão que desafiam as barreiras do cárcere. Essa busca por uma nova linguagem pode ser vista como um passo importante para a reintegração social e para a construção de identidades mais plurais e dinâmicas. Assim, o ato de se apropriar de outra linguagem não é apenas uma mudança na forma de se comunicar, mas uma tentativa de redefinir a própria identidade e de buscar novas possibilidades de vida e autonomia.

A implementação de programas educacionais em prisões é vista como uma estratégia eficaz para a reabilitação dos detentos. Diversos estudos indicam que a educação pode reduzir significativamente as taxas de reincidência, além de melhorar a autoestima e as perspectivas de emprego dos ex-presidiários. A educação formal, que inclui desde a alfabetização básica até cursos de ensino superior, oferece aos detentos a oportunidade de adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades que são valorizadas no mercado de trabalho.

Além disso, a educação formal em prisões pode promover um ambiente mais seguro e humanizado dentro das instituições penitenciárias. Detentos engajados em atividades educacionais tendem a apresentar comportamentos mais positivos, contribuindo para a diminuição da violência e da tensão entre presos e agentes penitenciários.

Apesar dos benefícios aparentes, a progressão de pena por meio da educação formal enfrenta diversos desafios e suscita debates importantes. Críticos argumentam que essa prática pode ser vista como uma forma de privilégio indevido, questionando se todos os detentos deveriam ter acesso às mesmas oportunidades educacionais, independentemente da gravidade de seus crimes. Além disso, há preocupações sobre a qualidade dos programas educacionais oferecidos, que muitas vezes são limitados por recursos financeiros e estruturais insuficientes.

Outro ponto de debate é a desigualdade no acesso à educação dentro das prisões. Fatores como raça, gênero e nível socioeconômico podem influenciar as oportunidades educacionais disponíveis para os detentos, exacerbando as desigualdades já existentes na sociedade.

A progressão de pena por meio da educação formal em prisões representa uma abordagem promissora para a reabilitação e reintegração social dos detentos. No entanto, sua eficácia e justiça dependem de uma implementação cuidadosa e equitativa, que leve em consideração as necessidades e contextos específicos dos indivíduos encarcerados. O debate conceitual sobre justiça no contexto da educação prisional é essencial para garantir que essa prática contribua de forma significativa para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3 MARCO METODOLÓGICO - PERCURSO METODOLÓGICO

Nessa etapa, foram listados os itens que fizeram parte da concretização da pesquisa realizada, dentre esses o ato da investigação que foi feita, nesse caso, filiada à natureza/tipo descritiva(o). Antes de tratar a seu respeito para que seja possível ser especificado a razão dessa eleição, cabe ressaltar a necessidade de que a investigação realizada fosse favorável à delimitação da pesquisa; a esse respeito cabe registrar:

[...] Delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação. A pesquisa pode ser limitada em relação: a) ao assunto – selecionando um tópico a fim de impedir que se torne ou muito extenso ou muito complexo; b) à extensão porque nem sempre se pode abranger todo o âmbito o fato se desenrola; c) uma série de fatores – meios humanos, econômicos e de exiguidade de prazo – que podem restringir o seu campo de ação. (Marconi; Lakatos, 2017, p. 162, grifos para essa pesquisa).

Para assegurar a objetividade da pesquisa descritiva e respeitar o sigilo das identidades dos entrevistados, optou-se pela utilização de um questionário estruturado. A pesquisa levou à cabo as etapas de sua aplicação e construção dos processos analíticos, o período que compreendeu (90), noventa dias, compreendendo os meses abril a junho de 2024. No que se refere à etapa reservada à temporalidade da investigação definiu-se, então, o corte transversal.

[...] denominado transversal, seccional ou de prevalência, o estudo de corte transversal (em inglês cross sectional ou survey) tem como vantagem permitir a observação direta pelo pesquisador dos fenômenos a pesquisar, de realizar a coleta de informações em curto espaço de tempo [...]. (Raimundo; Echeimberg; Leone, 2018, p. 2).

Com essa prescrição em mente, convém ressaltar que esse aspecto visa capturar dados que reflitam de maneira precisa e detalhada as características em estudo. A pesquisa com corte transversal é uma abordagem metodológica que permite capturar dados de uma amostra de uma população em um único momento temporal. Este método é particularmente útil para examinar relações entre variáveis em um contexto específico, proporcionando insights sobre dinâmicas sociais e correlações entre diferentes fatores de interesse.

Vergara (2000, p.47) oferece uma definição precisa e útil da pesquisa descritiva, destacando suas funções e limitações. Segundo ela, a pesquisa descritiva se concentra em expor as características de uma população ou fenômeno, estabelecendo correlações entre variáveis e definindo sua natureza. No entanto, ela

não se compromete em explicar os fenômenos que descreve, embora forneça uma base sólida para futuras explicações.

Já Gil (1991, p. 46) destaca que algumas pesquisas descritivas não se limitam apenas a identificar a existência de relações entre variáveis, mas também buscam determinar a natureza dessas relações. Além disso, ele observa que certas pesquisas, embora classificadas como descritivas em termos de seus objetivos, acabam oferecendo uma nova perspectiva sobre o problema estudado.

Portanto, a pesquisa descritiva é utilizada nesta dissertação por várias razões, sendo uma ferramenta valiosa para a coleta e análise de dados detalhados sobre uma população, permitindo uma caracterização minuciosa das características de uma população, fornecendo dados precisos sobre "quem", "o quê", "onde" e "quando". Isso é essencial para entender a estrutura e o comportamento do objeto de estudo.

Além de poder entender como diferentes fatores se inter-relacionam dentro do contexto estudado. Os dados coletados nesta pesquisa descritiva fornecem uma base sólida para estudos posteriores, as informações obtidas podem orientar a formulação de perguntas de pesquisa mais específicas, revelando uma nova visão sobre o problema, revelando aspectos que não eram evidentes anteriormente. Isso pode levar a uma melhor compreensão e abordagem do fenômeno estudado por fornecer dados concretos e detalhados, que são fundamentais para a tomada de decisões informadas em diversas áreas, como políticas públicas e, em especial, voltadas à educação. Além disso, ao estabelecer correlações entre variáveis, a pesquisa descritiva ajuda a identificar tendências e padrões que podem ser úteis para previsões e planejamentos futuros.

Quanto ao tipo de Pesquisa a eleita diz respeito à "Quantitativo-Descritiva". Isso porque se pretende coletar e ser colocado em evidência elementos que são passíveis de atribuir uma identidade ao significado de uma dada realidade; fenômeno; fato; teoria que esteja sendo empregada e cujo contexto de aplicação se faça necessário especificar a natureza identitária a seu respeito. Além de outras considerações possíveis acerca do emprego dessa perspectiva, tipificada pela metodologia *strictu sensu*.

De posse dessas considerações é importante ser conhecido nessa etapa o seguinte:

[...] Consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é delineamento ou análise das características de fatos ou

fenômenos, a avaliação de programas, ou isolamento de variáveis principais ou chave. [...] Todos eles empregam artifícios quantitativos, tendo por objetivos a coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostra de populações e programas. Utilizam várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários e etc. e empregam procedimentos de amostragem. (Marconi; Lakatos, 2017, p. 187).

Em relação aos esclarecimentos já realizados cabe então, tornar conhecido de que a Entrevista a ser realizada com base na realização de pesquisa de campo, será a “ Padronizada ou Estruturada³⁴”. A respeito de suas características se deve saber que:

[...] É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas. Ela se realiza de acordo com um formulário [...] E é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com o plano. O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas [...]. (Marconi; Lakatos, 2017, p. 197).

No que se refere a vantagem e limitações quanto ao emprego dessa técnica de coleta de dados, ao que se deve destacar:

Quadro 3 - Vantagem

a)	Pode ser utilizada com todos os segmentos da população: analfabetos ou alfabetizados.
b)	Fornecer uma amostragem muito melhor da população geral: o entrevistado não precisa saber ler ou escrever.
c)	Há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido.
d)	Oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistador ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos etc..
e)	Dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos.
f)	Há possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias
g)	Permite que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico.

³⁴ [...] que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças. Lodi (1974: 16 apud Marcone & Lakatos, 2017, p. 197).

Quadro 4 - Limitações

a)	Dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes.
b)	Incompreensão, por parte do informante, do significado das perguntas, da pesquisa, que pode levar a uma falsa interpretação.
c)	Possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo questionador, pelo seu aspecto físico, suas atitudes, idéias, opiniões etc.
d)	Disposição do entrevistado em dar as informações necessárias.
e)	Retenção de alguns dados importantes, receando que sua identidade seja revelada.
f)	Pequeno grau de controle sobre uma situação de coleta de dados.
g)	Ocupa muito tempo e é difícil de ser realizada.

Fonte: Dados compilados Fonte: Marcone; Lakatos (2017, p. 198).

3.1 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

De acordo com Sampieri *et al.* (2013, p. 416), uma vez que o desenho da pesquisa fora apropriadamente selecionado, bem como a amostra adequada (probabilística ou não), em conforme ao problema de estudo, a próxima etapa é coletar os dados: “Coletar os dados implica elaborar um plano detalhado de procedimentos que nos levem a reunir dados com um propósito específico”.

Isso diz respeito ao emprego de um método específico, no caso se pode mencionar com base em autores que isso diz respeito a definir as fontes dos dados a serem coletados; e que nessas fontes serão encontradas; método de coleta desses dados, bem como a forma de organizá-los, de maneira a serem confiáveis.

Nesta pesquisa, os procedimentos básicos de coleta de dados que serão realizados irão envolver três tipos, a saber: seleção, codificação e análise. Saliente-se: as validações destes dados ocorrem em cada um desses procedimentos básicos, visto que são eles que irão proporcionar exatidão e legitimidade aos resultados, frutos da análise a ser constituída.

Com vistas a essa preocupação necessária com as três espécies de coleta de dados por meio da utilização do questionário também, é importante delinear que:

[...] Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série de perguntas que devem ser por escrito e sem a presença do entrevistador. [...] Junto com o questionário uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha dentro de um prazo razoável. (Marcone; Lakatos, 2017, p. 201).

Quadro 5 - Vantagens para o uso de questionário

a)	Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados.
b)	Atinge maior número de pessoas simultaneamente.
c)	Abrange uma área geográfica mais ampla.
d)	Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo.
e)	Obtém respostas mais rápidas e mais precisas.
f)	Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato.
g)	Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas.
h)	Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador.
i)	Há mais tempo para responder e em hora mais favorável
j)	Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento.
l)	Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

Fonte: Dados compilados Fonte: Marcone; Lakatos (2017, p. 201-202).

Quadro 6 - Desvantagens para o uso de questionário

a)	Percentagem pequena dos questionários que voltam
b)	Grande número de perguntas sem respostas
c)	Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas
d)	Impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas.
e)	A dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente.
f)	Na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra.
g)	A devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização.
h)	O desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação.
i)	Nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões.
j)	Exige um universo mais homogêneo.

Fonte: Dados compilados Fonte: Marconi; Lakatos (2017, p. 202).

Em razão da necessidade de ser determinada a coerência e a consistência das questões que fazem parte do questionário de acordo com a sua correspondência com os objetivos definidos pela pesquisa. Fato que também, requer correspondência com as questões norteadoras. Ressalte-se que isso tem a ver com o estudo da arte.

É dessa maneira que o Marco teórico tem sido construído, logo as questões a serem formuladas têm um caráter de neutralidade e objetividade acadêmica, que está ancorada nos estudos que foram realizados ao longo dos anos em que o curso de mestrado foi ministrado, a saber janeiro de 2020 a 2022, na sede da Universidad Del Sol UNADES em Assunção capital da República do Paraguay. E, por uma questão

de lógica acadêmica ao longo do percurso de orientação e estudos correlacionados ao entendimento dos limites do tema, que conduziram a eleição do problema de pesquisa³⁵, para essa investigação.

Essas considerações dizem respeito ao pré-teste que foi realizado em fevereiro de 2024, para que ele pudesse ser balizado pelo número de (03), doutores que deram o aval de que o instrumento questionário está adequado para aplicação em pesquisa de campo, tendo em vista o cumprimento das suas fases de preparação em âmbito acadêmico.

A respeito do pré-teste³⁶ se deve colocar em evidência que:

Depois de redigido o questionário precisa ser testado antes de sua utilização definitiva aplicando-se alguns exemplares em uma pequena população escolhida. Análise dos dados, após tabulação, evidenciará possíveis falhas existentes: inconsistência ou complexidade das questões; ambiguidade da linguagem acessível; pergunta supérfluas ou que causam embaraço ao informante; se essas questões obedecem a determinada ordem ou se são muito numerosas etc. Verificadas as falhas, deve-se reformular o questionário, conservando modificando, ampliando ou eliminando itens; [...]. (Marconi; Lakatos, 2017, p. 203).

Esse posicionamento responsivo se deve à ética na pesquisa, e, porque contribui para que haja fidedignidade na coleta, e por sua vez, isso culmina em uma análise, que sob o ponto de vista prévio, considerou aspectos teóricos em razão dos conhecimentos quanto à antecedentes da pesquisa: visão histórica acerca do tema, e, por sua vez, do objeto da pesquisa.

Quadro 7 - Pré-teste

a)	Fidedignidade. Qualquer pessoa que o aplique obterá sempre os mesmos resultados.
b)	Validade. Os dados recolhidos são necessários à pesquisa.
c)	Operatividade. Vocabulário acessível e significado claro.

Fonte: Dados compilados Fonte: Marcone; Lakatos (2017, p. 203).

Quanto às questões que irão compor o questionário elas serão fechadas, também, denominadas como sendo dicotômicas. Dito de outro modo de múltipla escolha.

³⁵ Como o letramento poderá ser uma estratégia eficaz para promover a reconstrução da liberdade e o protagonismo feminino em contextos prisionais, considerando as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais de mulheres encarceradas? p. 4.

³⁶ [...]explicitando melhor alguns ou modificando a redação de outros. Perguntas abertas podem ser transformadas em fechadas se não houver variabilidade de respostas. [...] (Marcone; Lakatos, 2017, p. 203).

Em relação à espécie de perguntas de múltipla escolha a serem empregadas no instrumento questionário na futura pesquisa a ser realizada serão consideradas (2³⁷), três designações de acordo com a literatura:

- 1º - Perguntas com mostruário;
- 2º - Perguntas de estimação ou avaliação;

No tocante à elas, leia-se a designação no quadro a seguir:

Quadro 8 - Perguntas de Múltipla Escolha

Perguntas com mostruário:	(perguntas leque ou cafeterias). As respostas possíveis estão estruturadas junto à pergunta, devendo o informante assinalar uma ou várias delas. Têm a vantagem de sugerir respostas. (Explicitar quando se deseja uma só resposta,).
Perguntas de estimação ou avaliação	Constituem em emitir um julgamento através de uma escala com vários graus de intensidade para o mesmo item. As respostas sugeridas são quantitativas e indicam 1º de intensidade crescente ou decrescente.

Fonte: Dados compilados Fonte: Marcone; Lakatos (2017, p. 203).

No que se refere ao desenho da investigação a ser realizada, o que em espanhol se denomina como: *Diseño* (modelo):

O desenho de estudo constitui a etapa fundamental relacionada à determinação da abordagem utilizada. Assim, no contexto da pesquisa científica, o desenho metodológico representa a fase de planejamento, durante a qual são delineadas e esquematizadas as diferentes etapas que compõem o estudo. Conforme Sampieri *et al.* (2013, p. 497):

O termo *desenho* adquire outro significado diferente daquele que tem dentro do enfoque quantitativo, principalmente porque as pesquisas qualitativas não são minuciosamente planejadas e estão sujeitas às circunstâncias de cada ambiente ou cenário específico. No enfoque qualitativo, o **desenho** se refere à ‘abordagem’ geral que iremos utilizar no processo de pesquisa.

Sob o ponto de vista anteriormente destacado se deve também considerar o que Alvarenga (2014, p. 13): “A metodologia tem os mesmos passos para todas as

³⁷ A seu respeito ainda é conveniente registrar “quanto objetivo, as perguntas podem ser: a) Perguntas de fato. [...] b) Perguntas de Ação. c) Perguntas de ou sobre intenção d) Perguntas de opinião e) perguntas-índices ou perguntas-teste [...] Marcone; Lakatos (2017, p. 208-209).

ciências”. Ou seja, significa que para toda e qualquer área científica ou conhecimento humano, a investigação seguirá um processo semelhante.

Outro aspecto importante se deve chamar atenção para o Enfoque e a esse respeito, é significativo ler o ponto de vista elaborado por Sampiere *et al*: “A pesquisa é um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos aplicados no estudo de um fenômeno” (2013, p. 30).

3.2 TIPO DE INVESTIGAÇÃO

Trata-se de um estudo quantitativo, no qual baseia-se em uma pesquisa em que os dados coletados, tratados, organizados e apresentados possam ser submetidos à tabulação e explicitados na etapa relacionada à análise por meio de tabelas, gráficos e, excepcionalmente, quadros. Isso com o devido balizamento de um estatístico que deverá revisar essas adequações fruto do tratamento em nível descritivo dos dados coletados.

Há que ser esclarecido a esse respeito que o instrumento para a coleta de dados também, deverá apresentar coincidência com o emprego da abordagem quantitativa. No caso da investigação que aqui se encontra em via de esclarecimentos, corresponderá a Entrevista que será realizada por meio da aplicação de um instrumento denominado metodologicamente como “questionário” e com questões todas fechadas.

A respeito delas, cabe esclarecer que serão encabeçadas por questões de contextualização que correspondem a critérios de inclusão e exclusão, o que promove pertinência e relevância aos estudos já realizados acerca da necessidade de delimitação da pesquisa de campo. O que favorece pretencionalmente, o estudo a respeito do objeto da pesquisa.

- Critérios de Inclusão:
 - 1 - Haver representatividade de técnicos, gestores e professores;
 - 2 – Conhecimento do programa de leitura;
 - 3 – Professores da EJA – fase IV, (8º e 9º ano);
- Critérios de Exclusão:
 - 1 - Não haver representatividade de gerência na instituição de ensino;

2 - Não ter conhecimento do programa de leitura;

3 - Educadores que não atuam na EJA – fase IV;

Em função dos elementos anteriormente, elencados, cabe salientar que a respeito do Instrumento a ser empregado nas etapas destinadas à coleta de dados: entrevista, correspondeu ao questionário estruturado

Com base nesse contexto investigativo em nível procedimental, a pesquisa foi consolidada, tendo em vista, o planejamento do cronograma que previu a realização de entrevistas, possibilitada pela obtenção de dados coletados com base na aplicação do instrumento questionário estruturado, composto por questões fechadas e de múltipla escolha atrelada ao aspecto de perguntas de mostruário, seguindo à ótica tecida por Marconi e Lakatos (2017).

A obediência ao ponto de vista elaborado por Marconi e Lakatos, a respeito das possibilidades de entrevista, que segundo as autoras, é uma ação comunicativa estabelecida entre duas ou mais pessoas, que conta com uma estrutura particular, organizada por meio da formulação de perguntas e respostas. A entrevista é uma das formas mais comuns e pode ser apresentada em diferentes situações ou áreas da vida cotidiana, se trata de instrumento de coleta de dados bastante eficaz na construção de uma pesquisa científica “para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (2003, p. 195).

A esse respeito cabe registrar nas palavras das autoras parafraseando Goode e Hatt (1969:237), que a entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação”. Concerne, pois, em um diálogo desenvolvido entre as partes que permite de maneira “metódica” a coleta de dados necessária para que pesquisador em meio a construção de pesquisa possa responder ou justificar a sua hipótese pesquisada.

A entrevista é importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de Mercado e outras. (Marconi; Lakatos, 2003, p. 196 grifos para esta pesquisa).

De acordo com o ponto de vista das autoras, tal instrumento apresenta congruência a referente pesquisa, sendo esta faceta necessária na coleta de dados, na perspectiva de mensurar os apontamentos dos participantes quanto relações

Políticas, sociais e culturais do homem do campo. E, para garantir a subjetividade proposta no que se refere as características de pesquisa de caráter descritivo a coleta se deu por meio de questionário estruturado garantindo o sigilo identitário dos entrevistados. Em respeito à essa definição se deve perceber que a escolha deste instrumento é pertinente isso porquê os compromissos dessa investigação estão de acordo com o tipo de pesquisa de campo de corte transversal compreendendo ao marco temporal de julho a dezembro de 2023, a partir de uma abordagem quantitativa de natureza descritiva.

A escolha do tipo de entrevista a ser utilizado deve ser definida em consonância com a necessidade objetivada inicialmente na pesquisa. Seguindo o ponto de vista de Marconi e Lakatos, (2003; 2017, p. 197; 213) foi selecionada a proposta de entrevista:

Diante do panorama aqui esboçado então, é necessário esclarecer o conceito de entrevista e, por sua vez, a respeito do instrumento questionário com questões fechadas.

A análise dos conteúdos como técnica de tratamento de dados para a pesquisa qualitativa está alicerçada em Bardin, que segundo a autora trata-se de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando à obtenção, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2011, p. 47).

É importante registrar que a análise de conteúdo, tem foco na análise explanatória, possibilitando que ideias, pontos de vista, marcas subjetivas comuns ao exercício pessoal manifesto por determinados atores, que estão vinculados a determinados contextos, sociais; institucionais públicos ou, privadas. Saliente-se que no caso, a contexto institucional comum à penitenciárias, que figurou como lócus, para a pesquisa de campo, que permitiu à escrita dessa dissertação.

3.3 QUANTO À TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Sampieri *et al.* (2013, p. 440) afirma que “uma fonte valiosa de dados qualitativos são o documentos, os materiais e os artefatos diversos. Eles podem nos ajudar a entender o fenômeno central do estudo”.

O procedimento principal será a análise de documentos citados acima.

A análise documental, segundo Rubio Liniers (2005), é uma obra pela qual, por um processo intelectual, extraem-se algumas noções do documento para representá-la e facilitar o acesso aos originais. Analisar, portanto, é derivar de um documento do conjunto de palavras e símbolos que servem de representação.

Em geral, existem dois tipos principais de análise documental: a argumentativa, que procura explicar um fenômeno; se a escrita “tenta provar que algo está certo ou errado, desejável ou indesejável e que requer uma solução” (Tamayo, 2010). E a análise informativa. A análise documental informativa é basicamente uma visão sobre informações relevantes de várias fontes confiáveis sobre um tópico específico, sem tentar aprovar ou se opor a qualquer ideia ou postura. Todas as informações apresentadas são baseadas no que foi encontrado nas fontes. A contribuição do aluno reside na análise e seleção dessas informações, o que é relevante para suas pesquisas. Finalmente, o estudante precisa organizar as informações para cobrir todo o tema, sintetizar as ideias e, em seguida, apresentá-las em um relatório final que, ao mesmo tempo, é fluido e claramente escrito (Tamayo, 2010).

4 MARCO ANALÍTICO

Essa etapa está comprometida com a organização dos dados coletados em pesquisa de campo que teve como locus de pesquisa unidades prisionais - instituições públicas - àquelas com atuação na Educação voltada às mulheres privadas de liberdade. Sendo assim, assistidas e, respectivamente, garantem o acesso aos anos finais, 8º e 9º ano da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Cujas denominação é no Estado de Pernambuco, fase IV (quatro).

4.1 ETAPA RESERVADA À PESQUISA DE CAMPO – CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA

Frente à necessidade de especificar as instituições públicas que compõem as ações a favor do estudo e planejamento do programa de educação formal, em prisões, na unidade federativa do Brasil: Pernambuco cabe registrar que são elas: SEAP: Secretaria de Administração Penitenciária; SEE: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco; GRE: Gerencia Regional de Educação; CPFR: Colônia Penal Feminina do Recife, Todas essas instituições públicas do Estado de Pernambuco, situadas na região metropolitana do Recife, no já citado departamento do Brasil.

Nas instituições registradas anteriormente, a proposta de pesquisa foi apresentada, com base no detalhamento dos seus objetivos, tanto geral como específicos. Além disso, foi feita uma contextualização acerca do problema de pesquisa a partir de pressupostos legais, comuns à política pública voltada à educação formal em sistemas prisionais em conformidade com os parâmetros definidos pelo Brasil. Cabe salientar que essa investigação constituiu o problema de pesquisa sob a relação entre a responsabilidade objetiva do Estado e o ponto de vista já firmado no âmbito acadêmico. Postura mais do que necessária em pesquisa científica.

Frente a essa preocupação, resolveu-se registrar a seguir o problema de pesquisa, visando que os leitores pudessem relacioná-lo com as demais etapas ligadas à descrição e análise dos dados tabulados. Com isso em mente, então se pode lê-lo:

Como o letramento poderá ser uma estratégia eficaz para promover a reconstrução da liberdade e o protagonismo feminino em contextos prisionais,

considerando as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais de mulheres encarceradas?

Além do papel essencial dele se deve estabelecer a correlação com o Objetivo Geral, que em respeito à redação do problema, bem como seu caráter ancorado no tipo de pesquisa descrito, definiu-se:

Analisar como o letramento pode ser uma estratégia eficaz para a reconstrução da liberdade e o protagonismo feminino em contextos prisionais, considerando as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais de mulheres encarceradas.

Com esse panorama de compromissos firmados, a pesquisa foi viabilizada com respeito aos protocolos de pesquisa, dentre esses a apresentação do estudo aos participantes, com o objetivo de que eles compreendessem sua finalidade. Após essa leitura e concordância, se deu a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), esclarecimentos, e não havendo mais a serem esboçados, os participantes foram convidados a participar. Conforme descrito na seção dedicada à metodologia, o que inclui a garantia de (2), duas cópias originais do TCLE, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução 466/12 e 510/2016 do Ministério da Saúde do Brasil, que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos, tanto direta quanto indiretamente.

Outro ponto importante a destacar é que o instrumento de pesquisa está centrado na condução de uma entrevista estruturada, fundamentada em observação direta detalhada. Para isso, foi empregado um questionário com perguntas fechadas de múltipla escolha, alinhado às categorias desenvolvidas por Marconi e Lakatos (2017), detalhadas no capítulo de Metodologia.

Além disso, esse questionário foi estruturado com três perguntas de caráter factual para contextualizar informações tempo de docência na Educação Básica, tipo de vínculo profissional e tempo de atuação como docente, em Educação Básica, no Sistema Penitenciário (sejam gestores, coordenadores ou professores).

Em seguida, o questionário foi organizado em três seções alinhadas aos Objetivos Específicos 1, 2 e 3 do estudo. Estes objetivos estão diretamente relacionados às questões orientadoras da pesquisa. É fundamental destacar que esta fase foi embasada em revisões teóricas, utilizando estudos acadêmicos anteriores, que permitiram à pesquisa atual fundamentar suas perspectivas com base em resultados consolidados nos últimos 10 anos, até o momento da condução do estudo.

A seguinte lógica foi definida para a disposição das questões: Se tem a 1ª etapa constituída de (3), três questões, visando à caracterização dos respondentes/voluntários da pesquisa.

Em seguida, há a 2ª; 3ª e 4ª etapas. Em que estão dispostas questões por sessão neste instrumento. Todas articuladas com o propósito investigativo já delineado, pelos compromissos de pesquisa: problema; objetivo geral e, claro, questão central, que permitiram a definição do título que identifica a pesquisa em nível de dissertação aqui construída.

Fundamentados nos esclarecimentos já fornecidos, pode-se afirmar que a organização deste capítulo seguiu os seguintes passos: na primeira etapa, os dados foram organizados de forma descritiva; na segunda etapa, a análise dos dados foi conduzida com base nos polos de análise definidos em relação ao Objetivo Específico 1 e à Questão Norteadora 1. Para isso, foram utilizados quadros descritivos, gráficos e tabelas na fase de análise, todos numerados sequencialmente em ordem crescente, elaborados pela autora da pesquisa.

Todos os procedimentos técnicos empregados na análise foram supervisionados por um especialista em estatística, assegurando a precisão e a validade dos métodos utilizados. O envolvimento do orientador também foi crucial para garantir a robustez metodológica e a interpretação adequada dos dados coletados.

Este processo foi desenvolvido com base nos autores mais relevantes, selecionados devido à pertinência de suas obras para o problema desta pesquisa. Assim, a análise culmina em conclusões abrangentes, seguidas pela etapa de conclusão, que será estruturada a partir do objetivo geral, do problema de pesquisa e da questão central.

Posteriormente, será sistematizada para cada par de objetivos específicos, determinando, se os objetivos estabelecidos foram totalmente, parcialmente confirmados ou, não confirmados com base nos mesmos critérios: totalmente ou, parcialmente. Essa postura considera o conceito de verdade em pesquisa científica, definido por Carlos Köche³⁸ (2011), que adverte a necessidade de uma compreensão

³⁸ Informações acerca do docente da UCS: Universidade de Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, doutor em Filosofia e Letras pela Pontifícia pela Universidad de Salamanca – Espanha. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/6996752/jose-carlos-koche#google_vignette>. Acesso em: 15/04/2024.

objetiva, posto que esteja fundamentada em argumentos comprobatórios, condizentes com os postulados da pesquisa científica.

A próxima etapa se inicia conforme previamente delineado no capítulo dedicado à análise dos dados:

4.2 ETAPA I RESERVADA À PESQUISA DE CAMPO—OBJETIVO ESPECÍFICO Nº 1

Para estabelecer uma lógica de construção para essa etapa, o quadro a seguir irá definir uma lógica a que será atribuído lugar para as demais etapas comprometidas com os demais objetivos específicos.

Nesse sentido, essa etapa estará voltada à dimensão descritiva ancorada em processos de tabulação, que compreenderão o emprego de gráficos e quadros, que visam ressaltar aspectos férteis aos processos de análise compatíveis com o compromisso definido academicamente para a pesquisa descritiva.

Quadro 9 - Planejamento - Etapa Descritiva

Análise da Descritiva dos Dados	
Objetivo Específico Nº1	Definir o papel do letramento como ferramenta de empoderamento e transformação social para mulheres em situação de encarceramento.
Questão Norteadora Nº1	Qual é o impacto do letramento na promoção da autonomia e empoderamento das mulheres encarceradas?

Fonte: Dados compilados do projeto de pesquisa.

Com o intuito de que os parágrafos dissertativos em face do caráter descritivo dos dados possam perspectivar a parcialidade e/ou, totalidade do propósito previsto pelos compromissos de pesquisa elencados no quadro anterior, a saber, o Objetivo e Questão Norteadora nº1 regularão as construções nessa seção. Com base nisso, é fundamental esclarecer que foram elaboradas questões no instrumento de pesquisa e coleta de dados, (3), três questões, a saber: 4, 5, e 6.

Quanto à formulação dessas questões, o papel descritivo se relaciona com a determinação de elementos que são constitutivos de uma identidade necessária ao entendimento do problema, que fora definido para essa pesquisa. O que envolve também, que a existência de um conjunto maior ou menor de características é importante porque singulariza uma dada realidade. E no caso do contexto envolvido

com a realização de um programa de ensino no sistema prisional de uma unidade federativa da República Federativa do Brasil: Pernambuco.

Vale destacar que esse dado é deveras indispensável porque há um ponto de vista do Estado para que o programa de educação formal possa ser construído tendo em vista, seu compromisso com o conceito de justiça em favor do resgate do humano³⁹.

Nesse sentido, a ideia de justiça não estaria subordinada apenas, a dosimetria⁴⁰, no que se refere à definição da pena⁴¹, se em regime fechado ou em condições de migrar para a condicional⁴². A ideia de justiça que interessa ao Estado passa por reunir esforços voltados à desinterdição do que, histórica, social e psicologicamente promoveram crises subjetivas⁴³, que culminaram para a adoção de um diversificado comportamento criminoso, e contra a naturalização dele é que o poder coercitivo do Estado lança mão dos processos e ações do judiciário e pelas forças policiais, que fazem os levantamentos na fase de inquérito.

O entendimento desse quadro coloca em evidencia, o fato de que os estudantes assistidos em aulas na Educação de Jovens e Adultos – EJA, anos finais – fase IV, pertinente ao 8º e 9º anos da Educação Básica, carecem ser expostos a um universo em que a leitura lhes permita a reflexão de quadros entre a realidade vivenciada com as ações dolosas; colocando-as em xeque. Por conseguinte, possam

³⁹ “[...] alicerçar os processos de resgate da cidadania dos sujeitos assujeitados, tendo como base de ensino uma cultura própria que fuja do etnocentrismo ou eurocentrismo, do positivismo e que valorize o cuidado e o respeito com o outro, considerando as diferenças.” (Pereira, 2022, p. 162).

⁴⁰ Dosimetria da pena é o cálculo que define o tempo de pena a ser cumprido pelo condenado, conforme as regras do artigo 68 do Código Penal. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/22112022-Dosimetria-da-pena-e-debatida-no-Entender->>>. Acesso em: 24/06/2023.

⁴¹ Sanção penal, imposta pelo Estado, em execução de uma sentença ao culpado pela prática de infração penal, consistente na restrição ou na privação de um bem jurídico, com finalidade de retribuir o mal injusto causado à vítima e à sociedade bem como a readaptação social e prevenir novas transgressões pela intimidação dirigida à coletividade. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/conceito-de-pena/352321585#:~:text=A%20pena%20%C3%A9>>>. Acesso em: 24/06/2023.

⁴² Benefício concedido a condenados por crimes que já cumpriram parte da pena e apresentam condições favoráveis, permitindo que continuem a cumprir o restante da pena em liberdade, sob determinadas condições estabelecidas pela Justiça. Disponível em: <<https://jurishand.com/dicionario-juridico/liberdade-condicional->>>. Acesso em: 24/06/2023.

⁴³ Do ponto de vista do direito forense, a crise subjetiva é um conceito que reconhece a importância dos estados mentais e emocionais dos indivíduos na análise e na aplicação da justiça criminal, buscando um equilíbrio entre responsabilização e compreensão das circunstâncias que levaram ao crime. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/responsabilidade-objetiva-e-subjetiva-do-estado->>>. Acesso em: 24/06/2023.

ser persuadidos a se posicionar contra as maneiras de pensar e, por fim, agir de modo contrário à sua humanidade. Mesmo sendo ela algo de difícil acesso ou profusão.

Observe-se que se tem o desafio de estabelecer crise de caráter psicológico nos privados de liberdade, em decorrência de elementos inerentes às aulas, que lhes propiciam a “motivação⁴⁴” para reformular e, em alguns casos formular novos elementos e condições para pensar a “liberdade”.

Frente a esse desafio necessário ao sistema de educação formal em sistemas prisionais e como eles poderiam ocorrer, se a compreensão comum aos atores, que atuam para a oferta desse programa de ensino, que se dá em parceria com a SEDUC – Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e a Secretaria de Segurança Pública, não apresentarem uma compreensão aceitável aos objetivos da Educação de Jovens e Adultos, voltados aos privados de liberdade, não ser caracterizado por entender as características, não apenas distintas, mas, sobretudo, diferentes, em relação ao lugar ocupado pela leitura? E mais sério representa o desafio aos atores, que interatuam para a promoção desse programa, não atuar de modo a compreender a ampliação desse desafio quando ele se destina a mulheres, que em sua maioria, presentes no cárcere são negras. E, por isso, submetidas às violações comuns ao fenótipo⁴⁵, que tem alimentado o racismo?

Com esse ponto de vista, detalhado nos parágrafos anteriores, os dados obtidos foram integralmente mensurados seguindo à metodologia de Marconi⁴⁶ e Lakatos⁴⁷, com foco em pesquisa quantitativa descritiva. Conforme indicado pelas autoras, esta abordagem visa coletar sistematicamente informações de amostra, fruto de populações e programas, parafraseando Marconi⁴⁸ (2003). É importante destacar que a formulação do instrumento de pesquisa não incluiu hipóteses, e por isso, sequer

⁴⁴ “A motivação é encarada como uma espécie de força interna que emerge, regula e sustenta todas as nossas ações mais importantes. Contudo, é evidente que motivação é uma experiência interna que não pode ser estudada diretamente.” (Vernon, 1973, p. 11)

⁴⁵ Reunião das características particulares ao indivíduo que podem ser visíveis ou detectáveis; manifestação perceptível do genótipo. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/fenotipo/>>. Acesso em: 27/06/2023.

⁴⁶ Doutora em Antropologia e graduada em Pedagogia; História; Estudos Sociais; Educação Artística [...] “deu aulas na Unesp-Franca e PUC-Minas e foi professora de sociologia e metodologia científica.” [...], disponível em: <<https://sampi.net.br/franca/noticias/1718555/franca-e-regiao/2022/09/aos-99-anos-morre-a-antropologa-francana-marina-marconi>>. Acesso em: 14/04/2024.

⁴⁷ “Eva Maria Lakatos é graduada [...] pós-graduada em Ciências Sociais. Mestre e doutora em Ciências, doutora em Filosofia (Metodologia Científica) e livre-docente em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), onde foi vice-diretora. Professora de Sociologia e Metodologia Científica em graduação e pós-graduação dessa mesma instituição. Disponível em: <<https://www.wook.pt/autor/eva-maria-lakatos/19761>>. Acesso em: 14/04/2024.

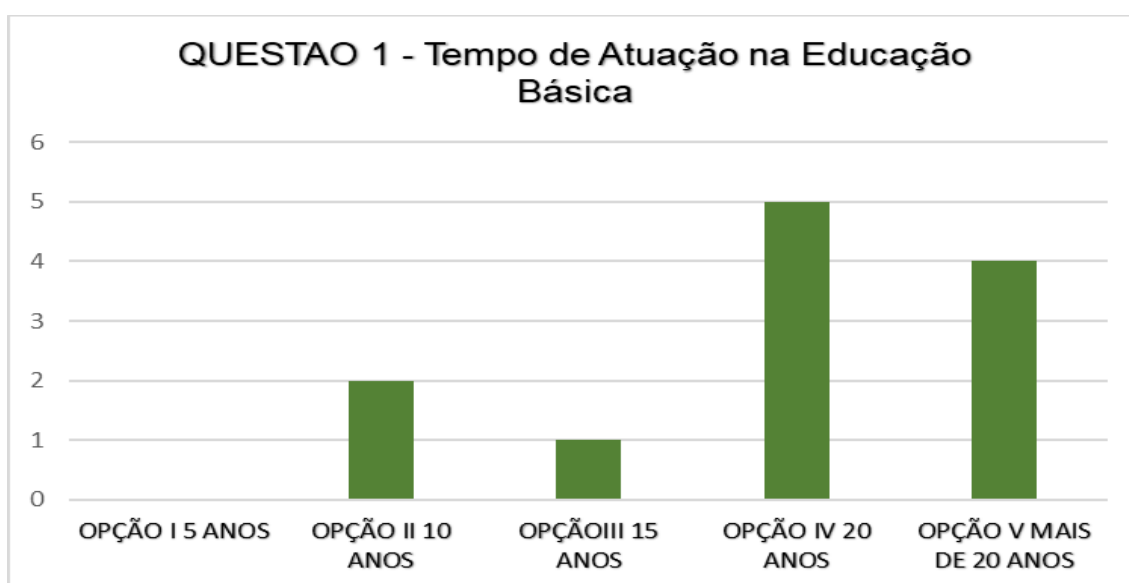
⁴⁸ Maiores informações nas páginas 187; 2017; 203, da obra mencionada.

sua confirmação ou, determinação, fruto das etapas analíticas, haja vista as definições tecidas pela autora já mencionada.

Outro aspecto importante se refere ao número de questões que formam o questionário. Sendo esse composto por (12), doze, questões de múltipla escolha: “cafeteria⁴⁹”, logo, desse total (3) três, é de contextualização. Ao passo que, há (9), nove questões organizadas, tendo em vista sua correlação com cada um dos objetivos específicos e sua questão norteadora correspondente. Isso quer dizer que há, então, (3), três, para cada um dos compromissos de pesquisa.

A seguir a primeira etapa dos dados tabulados no que se refere à contextualização dos sujeitos de pesquisa: respondentes do instrumento questionário, empregado para a coleta de dados durante a entrevista, frente à Pesquisa de Campo. Com isso posto, observem-se os gráficos 1, 2 e 3:

Gráfico 1 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 1º) Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

É digno de nota que a predominante realidade comum à experiência dos sujeitos de pesquisa se refere à (20), vinte anos de experiência em educação um número de (5), cinco sujeitos e, por sua vez, (21) vinte e um anos, diz respeito ao número de (4), quatro sujeitos de pesquisa. É perceptível que do total de (12), doze

⁴⁹ “Perguntas com mostruário (perguntas leque ou cafeterias). As respostas possíveis estão estruturadas junto à pergunta, devendo o informante assinalar uma ou várias delas. Têm a desvantagem de sugerir respostas. (Deve-se explicitar quando se deseja uma resposta.) Marcone; Lakatos (2017, p. 221).

respondentes sujeitos da pesquisa, que fazem parte de (2), dois, duas instituições a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, cuja atuação se relaciona diretamente para a promoção do Programa de Educação Formal, voltado aos privados de liberdade nesse departamento do Brasil, apenas, (3) três últimos sujeitos corresponderam a (10), dez anos (2), duas pessoas e (1) uma única pessoa com (15), quinze anos de experiência em educação.

Esse quadro temporal permite direcionar que as caracterizações advindas das eleições que esses profissionais fizeram dentre as questões relacionadas diretamente aos objetivos específicos e questões norteadoras, podem ser associados a uma experiência importante e que contribui para a credibilidade delas em razão da vivência de ordem profissional. Há que ser considerado que, quanto menor a experiência em educação na prática docente e, também em atividades de planejamento de programas, a confiabilidade do que foi pontuado se torne mais plausível aos interesses dos dados que aqui serão tabulados.

Em respeito à contextualização pertinente aos sujeitos da pesquisa, respondentes do instrumento questionário, se conferiu nessa pesquisa atenção para a vinculação daqueles que responderam às questões. Essa preocupação diz respeito para o fato de que se há uma incerteza quanto ao vínculo profissional, ou seja, ligado à responsabilidade laboral, tendo em vista o Direito do trabalho brasileiro, um profissional contratado por tempo determinado, poderia se sentir menos à vontade para se posicionar de modo menos consistente para colocar em evidência características desfavoráveis a um determinado programa. Porque isso poderia colocar em risco a manutenção de seu emprego.

Além desse panorama de incerteza a fraqueza do respondente, há também, o fato dele ter sua relação contratual comum ao cargo de confiança, ou seja, função comissionada. Essa posição de ordem funcional coloca o profissional sujeito a não manifestar críticas ao sistema a que pertence. O que corresponderia a uma interferência de ordem política da instituição pública que acaba por tangenciar as caracterizações favoráveis ou, desfavoráveis ao desenvolvimento do programa de saúde; de segurança ou de educação como é de interesse a essa pesquisa. Por conseguinte, até mesmo o desinteresse no todo ou em parte de criar um planejamento adequado aos interesses do Estado brasileiro, posto que seja confiado aos estados, como é o caso de Pernambuco, seria submetido a ações menos eficazes.

E isso precisa ser considerado, haja vista esse programa de educação ser voltados para mulheres e homens provados de liberdade, que desfrutam de uma percepção menos positiva dos organismos de um governo estadual ou, federal.

Então, possível trazer à construção dessa etapa descritiva, mesmo em na etapa de contextualização o ponto de vista que ocupa um lugar comum menos importante para a sociedade brasileira, em relação a ser pensado um programa de educação para aqueles que cometeram crimes contra a sociedade.

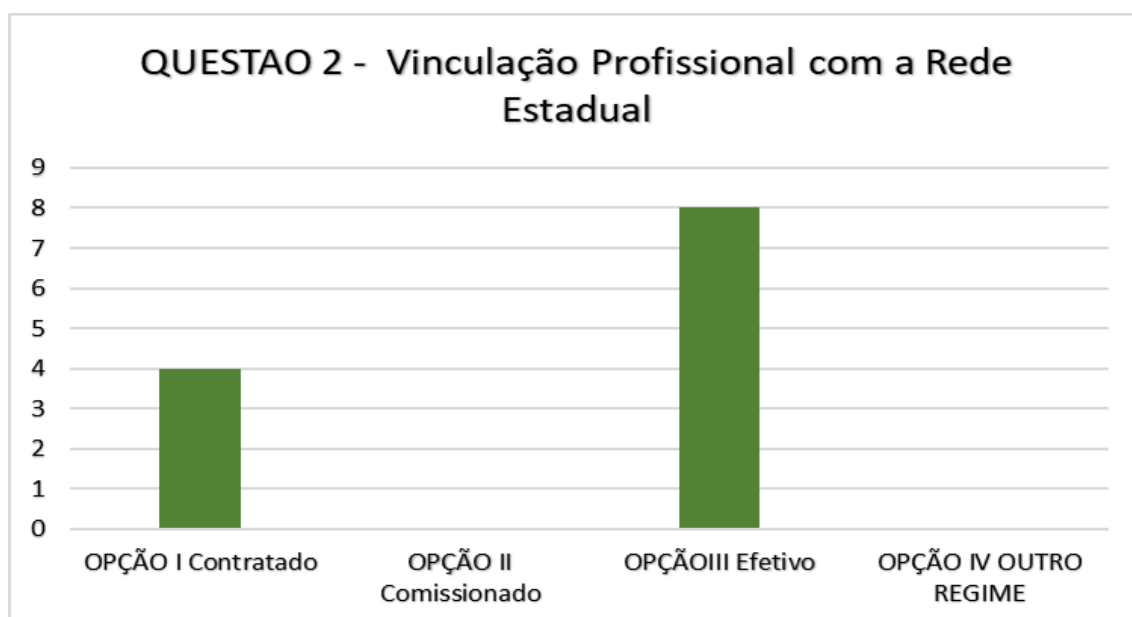
Frente a essa posição, cabe pensar nas palavras de Machado e Cunha (2016) destacando que:

O sistema prisional brasileiro é marcado por práticas sistemáticas de tortura e violência, sendo socialmente naturalizado que pessoas presas não merecem direitos, mas punições exemplares. Há um imaginário coletivo de que a prisão deve ser um lugar de sofrimento, não de reabilitação. (2016, p. 28 grifos para esse estudo).

Nas palavras dos autores a respeito de visão negativa sobre presos no cárcere a favor da tortura, como pena, “não de bom tratamento”. Fica então evidenciado o cenário de descaso por parte do Sistema Carcerário para a efetivação de uma educação que reestabeleça a dignidade social dos privados de liberdade.

Com base nesse ponto de vista se pode então. Considera a importância dessa nova etapa comum à contextualização.

Gráfico 2 - Escolha dentre as alternativas correspondentes à 2º) Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024)

Foi possível constatar que não houve vínculo laboral de agentes públicos contratados ou comissionados. No entanto, há que ser mencionado que as funções gratificadas ocupadas por vários dos servidores públicos e que, portanto, ingressaram no serviço público via prova de conhecimentos associados ou não, a títulos de especialização e, eventualmente, em âmbito *stricto sensu*. Em tese essa condição efetiva e, portanto, que confere ao trabalhador a posição de perenidade laboral, lhe propiciaria maior condição para adotar certa distância de compromissos partidários, para que possa então, postular maior fidedignidade às eleições de cunho descritivo sobre o programa em que atuam, voltados à educação aos privados de liberdade, assistidos por programas de educação formal que se destina à Educação de Jovens e Adultos, em Pernambuco.

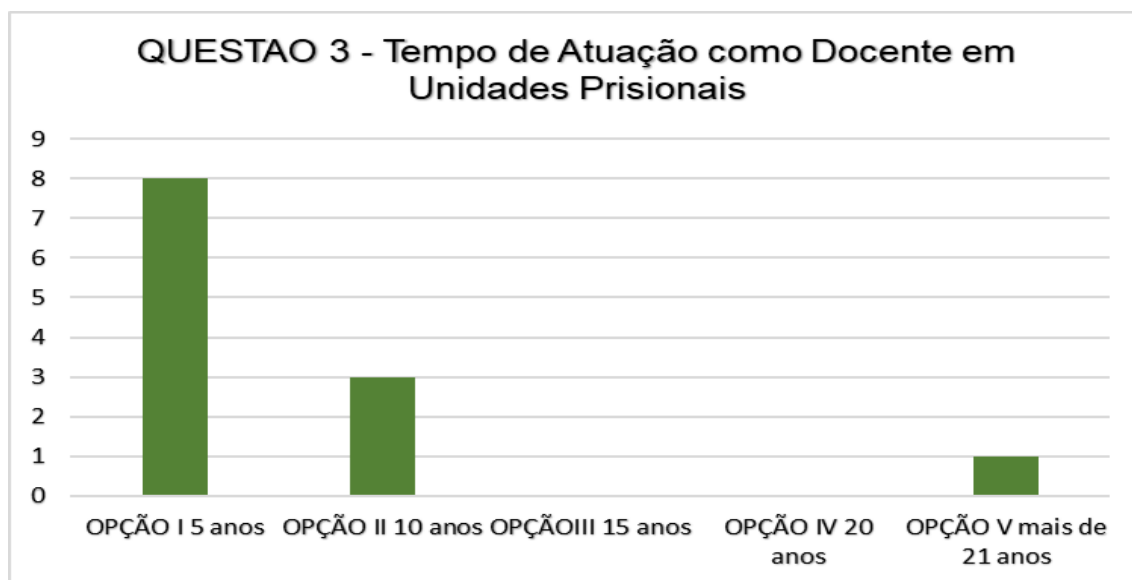
Identificou-se que a maioria dos profissionais é efetivo, com total de (8), oito. Mas com um número considerável de contratados com total de (4), quatro. Entre esses, os contratados estão sob uma atmosfera de instabilidade laboral, que se liga ao fato de a qualquer momento o seu vínculo profissional poder ser descontinuado.

Essa preocupação se deve ajustar com aquilo que está revisto na literatura a respeito da instabilidade inerente aos trabalhadores que estão sob a realidade do contrato na rede pública do Estado de Pernambuco. A esse respeito cabe ser razão para pensar sobre a importância dessa contextualização, observem-se as palavras a seguir:

A flexibilização do trabalho impede que o profissional tenha acesso a um plano de carreira e possa desenvolver trabalhos em longo prazo, com a qualidade almejada. No modelo de contratação temporária, os agentes do campo são vistos como números pelos que ocupam posições dominantes. As relações entre os pares e também com os que ocupam posições superiores são frias, pouco amistosas e efêmeras. (Francklin; Fernandes, 2023, p. 4).

Sem perder de vista essa posição, cabe pensar a respeito do que revela o último dado tabulado em relação à contextualização da investigação realizada com vista à obtenção do título de mestre em ciências da educação acadêmico.

Gráfico 3 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 3º) Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Essa etapa da contextualização visa determinar a relação com o trabalho no lócus a que essa, a educação formal está comprometida: os sistemas prisionais. Essa medida é sobremaneira importante, porque em vista a indicação de que haja maior ou menor vivência com essa modalidade em que a Educação Formal, mesmo em nível de Educação de Jovens e Adultos é ofertada. Há que ser ⁵⁰dimensionado que essa área da Educação brasileira não desfruta do interesse da maioria dos educadores brasileiros. Muito pelo contrário, em grande parte se tem um juízo de valor negativo a seu respeito. E isso no mínimo precisa ser razão para ser um fator favorável ou desfavorável para o sucesso ou insucesso.

Por outro lado, se deve também, avaliar que uma coisa é ser contrário a atuar na docência em turmas: “classes” com estudantes que vivem em comunidade mais ou menos carente. Visto ser mais comuns a esses ambientes sociais a necessidade de que se tenha educação voltada à Educação de Jovens, Adultos e também, idosos. Agora, se há intolerância frente às limitações desse público, apesar dos seus direitos fixados na Lei⁵¹ de Diretrizes e Bases da Educação Nacional brasileira – LDB 9394/96, muito pior é a antipatia social atribuída a escolas e estudantes que estão sob privação de liberdade. Agregue-se a isso, o fator desse público ser formadas por

⁵⁰ E, espanhol, aulas.

⁵¹ Artigo 4º da LDB (Lei nº 9.394/1996) “I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei_diretrizes.pdf>. Acesso em: 27/06/2023.

mulheres e, ainda negras e, aliadas à fragilidade econômica: pobreza.

Com isso em mente, os dados evidenciaram que foi predominante: (8), oito sujeitos de pesquisa – respondentes do instrumento questionário com (5), cinco anos de atuação na docência, em escolas de educação básica, em sistemas prisionais.

Na sequência, (3), três sujeitos da pesquisa com (10), dez anos de atuação, na docência em escolas de educação básica, em sistemas prisionais.

Por fim, apenas (1), um detém (21), vinte e um anos de atuação, na docência, em escolas de educação básica, em sistemas prisionais, que oferece esse programa a estudantes privados de liberdade.

Convém destacar que o grupo de respondentes - sujeitos da pesquisa - em maior número, mas com exclusivamente, há (5), cinco anos de atuação em sistemas prisionais, revela permanência pequena, se relacionada ao único sujeito de pesquisa que já soma (21), vinte e um anos de atuação na docência. Vê-se um intervalo de (16) dezesseis anos, o que também, permitiria pensar sobre a não efetividade de processos de formação continuada, específica a equipes de docentes, que via de regra não permanece lecionando, em escolas, presentes em sistemas prisionais.

Esse fator poderia ser levado em consideração quando se analisa a eficiência de um programa de ensino, visando aprendizagem sob o desafio de esta carecer de uma imersão muito maior e mais desafiadora, tendo em vista o grau de conflito com os valores humanos, que se encontra em estado de conflito e deturpação. Para isso, seria interessante pensar acerca dos principais delitos cometidos e, por sua vez, das penas que decorreram dos “processos transitados em julgado⁵²”.

Não obstante, se há uma presença por maior tempo dos condenados, isso contrasta com a relativa presença de professores – docentes -, que considerem plausível direcionar sua atuação profissional nesses ambientes: escolas em sistemas prisionais, sob a temporalidade incompatível com as necessidades de longo prazo dessa questão sob privação de liberdade. Nesse aspecto, convém consultar o período de permanência em prisões⁵³ dos que já tem sua pena definida

52 “Significa que um julgamento, como uma sentença (dada por um juiz ou uma juíza) ou um acórdão (feito por desembargadores ou desembargadoras), torna-se definitivo. Não há mais como recorrer, não há mais como modificar o julgamento”. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/significados-andamentos/andamentos/848>. Acesso em: 27/06/2023.

53 “Art. 75. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)”. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/tempo-maximo-de-prisao-no-brasil/859017906>. Acesso em: 27/06/2023.

ou estão à espera que seu processo encontre o desfecho final.

Outro fator importante se refere ao público, que carecendo de uma reformulação de cunho filosófico, moral, ético, psicológico precisaria ser assistido por um programa de educação, cuja robustez fosse marcada por uma maior perenidade de seus profissionais. De modo que, em razão disso, melhor e mais abrangente fosse os programas de formação continuada, o que poderia ampliar sobremaneira, o alcance, no que se refere à reconstrução de temas como liberdade. Isso sob uma linha de protagonização, que viabilizasse de modo mais intenso e contínuo os estudos a respeito das comuns violações aos do fenótipo negro. Vale salientar que, historicamente, esses estarem mais sujeitos à pobreza e às muitas interdições de ordem socio; econômica e cultural são mais acometidos por associações diretas ou indiretas, com o poder paralelo de grupos ligados à criminalidade. E, por sua vez, contra a sociedade e ao Estado.

A atuação de um programa de educação para a formação continuada de professores, que atuem em sistemas prisionais, carcerária, portanto, de uma maior temporalidade dos docentes. Essa investigação não irá aprofundar esse dado porque ele não corresponde a um dos compromissos dessa pesquisa. Muito embora, já perceba na etapa descritiva, a fertilidade para novas pesquisas.

Na sequência, seja razão de leitura e apreciação a tabulação dos dados correspondentes ao objetivo específico número 1, com foco no compromisso descritivo dos dados.

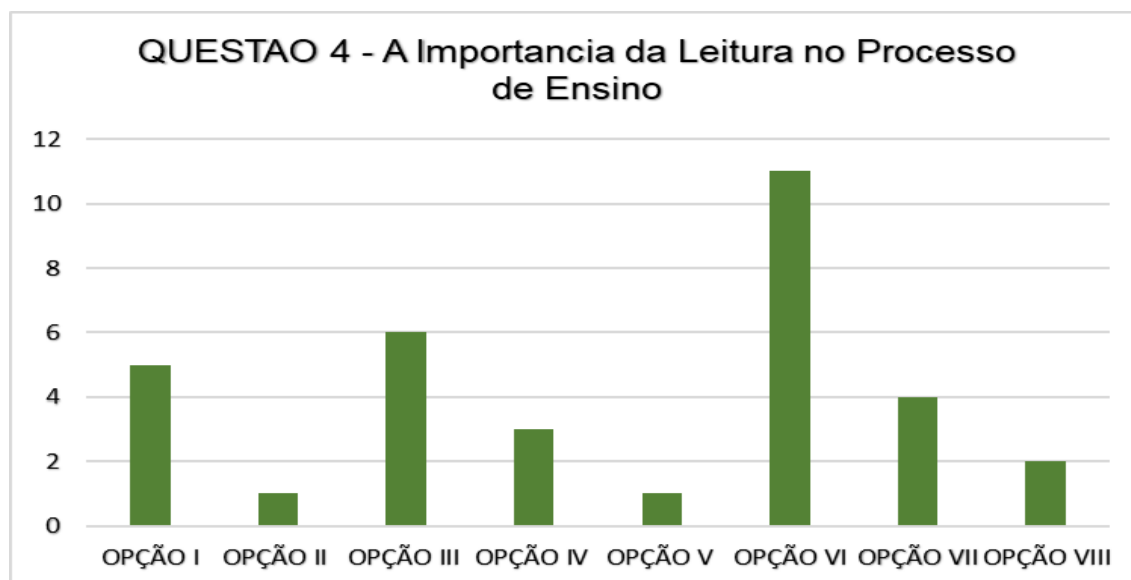
4.3 ETAPA II RESERVADA À PESQUISA DE CAMPO – OBJETIVO ESPECIFICO 1

Nessa sessão haverá relações pertinentes à etapa de contextualização. É prudente que essa postura ser considerada como um elemento moderador para que possam ser elaboradas para a etapa reservada à análise dos dados, que se desenvolve em razão dos dados, que foram submetidos à descrição, tendo em vista a sua tabulação.

E cada gráfico deverá ser associado ao compromisso de pesquisa, que regulamenta a construção da etapa.

Em respeito a esse compromisso, leia-se o objetivo específico nº 1, a saber: “Definir⁵⁴ o papel do letramento como ferramenta de empoderamento e transformação social para mulheres em situação de encarceramento.”

Gráfico 4 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 4º) Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Como se pode notar a opção mais eleita pelos sujeitos da pesquisa foram a de VI; com (11), onze eleições; sendo seguida da opção III, tendo sido eleita por (6), seis, sujeitos da pesquisa e por sua vez, a terceira posição dentre às escolhas mais recorrentes pelos respondentes foi à opção I, escolhida por (5), cinco respondentes.

Destaque-se que essas opções, seguindo a ordem de eleições da 1º para a 3º mais eleita pelos sujeitos da pesquisa, em obediências aos compromissos dessa sessão, merecem serem destacados os seguintes aspectos:

Em caráter introdutório, cabe colocar em evidência que os sujeitos de pesquisa compreendam a leitura como um meio para reformular, ampliar a sua cultura. E essa postura, é sobremaneira significativa à medida que se avalia a importância de alguém que tenha naturalizado, ou seja, se habituado com a cultura voltada às ações delitivas, careça à luz do que é justo, possa receber do Estado brasileiro uma contribuição condizente com as necessidades do resgate desse ser social, com o intuito de que

⁵⁴ Taxonomia de Norman Bloom (1957) – Nível 1, correspondente ao Conhecimento – De acordo com Belhot (2010), a Taxonomia de Bloom é uma estrutura hierárquica utilizada para classificar objetivos educacionais em níveis de complexidade e especificidade.

retome como modelo de vida compatível com a cultura da racionalidade desejada aos humanos civilizados.

Essa é uma via, para se opuser no campo das ideias, ideológico, aquelas que estejam mais ou, menos ligadas à cultura comum à criminalidade, segundo os parâmetros que foram instituídos pelo Direito Normativo, em face do Direito Penal, acabam.

Diante desse panorama, previsível, é salutar ser constatado a compreensão dessa meta posta, e que poderia ser alcançada por meio da leitura. Pelo menos aquela que não corresponde apenas enunciação.

Em caráter complementar ao papel da reformulação a partir dos mundos propostos pela leitura, se tem o segundo item mais escolhido, que corresponde ao fato de que a descoberta de realidades individuais, tende a desencadear um encontro do sujeito leitor consegue. E essa imersão no âmago de sua personalidade. Saliente-se que esse encontro se dá no plano psicológico, e a leitura quando exerce o poder de contato com os indivíduos no campo da subjetividade psicológica, permite a descoberta de um universo desconhecido a respeito do indivíduo, pessoa, que carece conhecer-se.

Em ampliação aos (2), dois elementos que figuraram como de maior relevância para os respondentes, está o fato deles em sua maioria, entenderem a leitura como um exercício cognitivo,

Destaque-se também, que a construção de parágrafos descritos, favoráveis à determinação de aspectos que sirvam à análise fundada em autores de referência, elegeu a priorização de que (3), três dentre as (8), oito opções recebam atenção primordial. E isso atenda aos preceitos em que serão constituídos os planos analíticos dessa pesquisa.

Com isso registrado, então há um quadro na sequência desse percurso de análise descritiva e de organização dos dados coletados que permite ao leitor dos processos de análise que aqui vem sendo elaborados, permitam a ele a apreciação do que versava cada opção.

Quadro 10 - Instrumento Questionário – Questão 4 – Objetivo Específico 1

Alternativa	Enunciado	Eleições
VI	“permitir que uma pessoa possa redimensionar sua cultura”	11
III	“por ser atrelada à descoberta de realidades individuais”	6
I	“por ser um exercício cognitivo”	5
VII	“por inserir a pessoa em reflexões de ordem psicológicas”	4
IV	“por ser constituída de implicações de ordem social”	3
VIII	“por ser parte das atividades avaliativas”	2
V	“por ser comum às atividades pedagógicas”	1
II	“por ser relacionado à descoberta da decodificação”	1

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

A título de contraste, deve ser registrado que a leitura não se limita a mera atividade mecânica, sendo aparentemente, um fim em si mesmo. No entanto, percebe-se na tabela acima que as opções VIII; V e II receberam eleições. Se a importância da leitura se dá em razão de seu papel prescritivo e instrumental em processos de avaliação presos a manipulação do instrumento prova, a leitura é coadjuvante. E logo, não assumiria o lugar especial no campo do letramento.

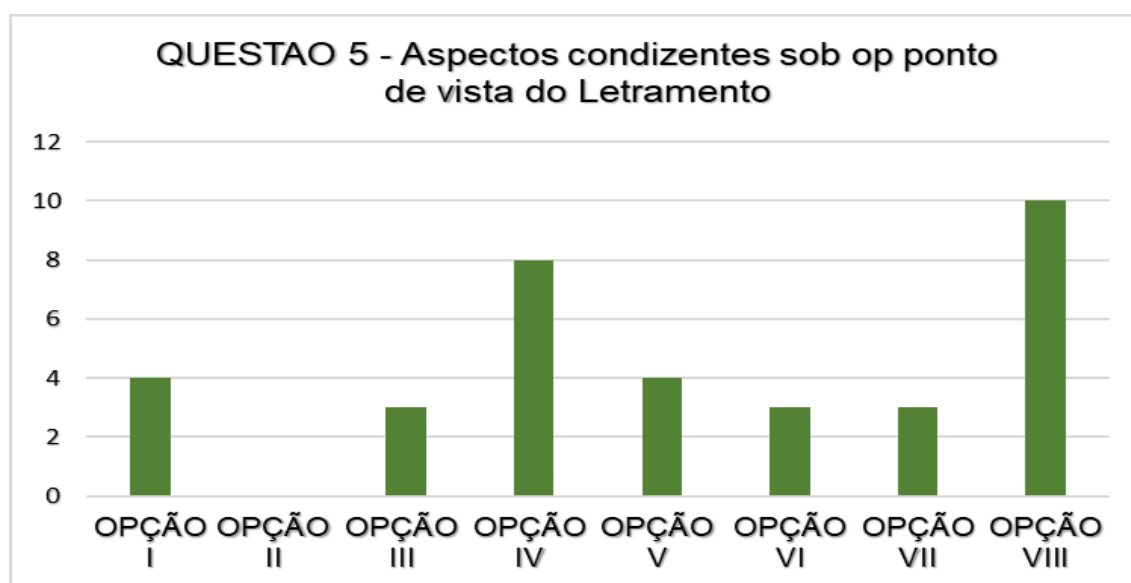
Nessa forma de encarar a leitura, se deve estabelecer correspondência e convergência ao fato de que a opção que categoriza a leitura como circunscrita a uma dentre várias atividades pedagógicas a coloca, como sendo meio para condução. No entanto, a leitura não apenas é veículo, porque também insere o leitor consciente no que se refere ao conteúdo. E, por isso o despertar de um processo de leitura, que tem consciência do letramento, se faz indispensável ao estudante leitor, e aquele ou aquela que media o processo, os professores.

Em extensão as alternativas de cunho divergente com aquilo que a literatura denomina como leitura que pode auxiliar o processo de despertar o leitor para a compreensão do mundo, é indispensável que seja superada a cultura que reduz à leitura a simples decodificação. Isso porque a torna merco conjunto de signos passíveis à oralização ou a mentalização superficial. Deve-se ao invés disso, for feito um trabalho que possa persuadir quem media e quem é mediado a compreender muito além do signo verbal.

Entenda-se, pois, que a necessidade de atribuir poder para mulheres encarceradas, se mostra uma necessidade para a qual a ideia de justiça compõe parte da pena. Mas, não como face do castigo e sim, como manifestação daquilo que está comprometido com o resgate do ser humano que em dado momento de sua história social se divorciou de seu mundo subjetivo, pessoal comum ao humano fundado na filosofia do ser racional civilizado.

Na sequência ao plano de explicitar pontos férteis à análise, se pode avançar para a leitura do próximo gráfico.

Gráfico 5 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 5ª Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Ao observar as eleições de alternativas pelos sujeitos da pesquisa, a saber, respondentes à questão de número (5), cinco, no instrumento questionário foi possível confirmar que a alternativa mais eleita foi a de número VII: “Incorporar práticas de leitura e escrita em contextos sociais, culturais e institucionais diversos”. Seguida a segunda mais eleita foi a IV: “ampliação da habilidade de leitura para analisar o texto criticamente” e a terceira, mais eleita houve (2) duas, a saber, a alternativa V e I, respectivamente, o registro de seus enunciados, conforme a ordem aqui definida: “compreensão do uso da linguagem escrita de modo a atribuir sentido adequado” e, respectivamente: “decifrar e compreender um texto escrito”.

Com a intenção de melhor ser possível à leitura, tendo em vista os interesses dessa pesquisa, foi elaborado uma tabela em que estão alinhados em ordem de

escolha pelos sujeitos de pesquisa, para que seja possível aos leitores dessa etapa, compreender aspectos que serão desenvolvidos na etapa de análise em diálogo com os autores que não apenas, constam nos itens que compõe o marco teórico. Mas também, suscita a compreensão sob a qual essa pesquisa foi planejada e, em razão dela foi fixado uma base de cunho acadêmico para os processos analíticos serem construídos, face à sua regulamentação a cada objetivo específico.

Deve-se desde então, reservar atenção especial ao número de respondentes em número de (10), dez que elegeram a alternativa VIII, seguido da alternativa IV, eleita por (8), oito respondentes. Na sequência se deu em caráter de paridade a escolha das alternativas V e I, que foi eleita por número igual a (4), quatro respondentes.

Com base nesse plano descritivo que servirá análise, observe-se essa organização na tabela a seguir:

Quadro 11 - Instrumento Questionário – Questão 5 – Objetivo Específico 1

Alternativa	Enunciado	Eleições
VIII	“Incorporar práticas de leitura e escrita em contextos sociais, culturais e institucionais diversos”.	10
IV	“ampliação da habilidade de leitura para analisar o texto criticamente”	8
V	“compreensão do uso da linguagem escrita de modo a atribuir sentido adequado”	4
I	“decifrar e compreender um texto escrito”	4
VII	“decifrar e compreender o significado das palavras e frases em um texto em diversas mídias e gêneros”	3
VI	“uso eficaz da linguagem, significando-a em contextos sociais”.	3
III	“compressão textual”	3
II	“à leitura associada ao processo individual de, apenas decifrar textos”.	Não houve eleição

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Em que se pese a importância do Letramento⁵⁵, fato que será mais bem situado na etapa de análise dos dados, mas já se pode destacar que a opção mais escolhida pelos sujeitos de pesquisa foi a de VIII, com um total de (10), escolhas.

Convém relacionar a essa determinação feita pelos sujeitos que eles, reconhecem que a leitura tem um papel comum a contextos sociais e culturais além de uma diversidade de outros contextos e, claro, situações. Por isso mesmo, a ideia de que profissionais que atuam “para” e “na” mediação de processos de formação, especialmente, em face dos compromissos da educação formal, elegem um conjunto de leituras, que deva estar aliada a gêneros textuais⁵⁶ que possam ser vinculados a sensibilização do estudante para que através das situações incorporadas pela leitura, possam refletir a sua carga pessoal de vida a ser significada com os significados e sentidos daquilo que foram persuadidos ao ato de ler. Cada sujeito que se torna um leitor ciente das contribuições em termos dos temas de caráter ético; moral; filosófico; social, histórico e tantos outros venham a ser beneficiado por esse tipo de leitura.

Uma surpresa positiva no que se referem à coerência das escolhas feitas pelos sujeitos da pesquisa, se deve ao fato de que a 2º opção mais eleita relaciona à atividade de leitura o exercício de uma criticidade que não se distancie dos papéis sociais da leitura. Em correspondência a esse sentimento inerente à construção da opção na fase de construção do instrumento de pesquisa, (8), oito respondentes optaram por relacionar à que se façam necessários ampliar a habilidade de leitura, para que um texto possa ser analisado de modo a alcançar as bases profundas que dão aos significados e sentidos que o constitui validade para todos aqueles que estão frente ao desafio de lê-lo.

Isso representa sobremaneira, o lugar ocupado pelo docente, por cada professor, em entender como se daria essa ampliação. Alguns aspectos a esse respeito serão relacionados às análises dos dados, em diálogo com autores de referência.

⁵⁵ “Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. (Soares, 2002, p. 18).

⁵⁶ “São as classificações usadas para determinar os textos de acordo com suas características em relação a um contexto. O gênero textual é identificado com base no objetivo, na função e no contexto do texto. São as características do texto que determinam a qual gênero ele pertence.”. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/generos-textuais>>. Acesso em: 27/06/2023.

Na terceira posição dentre as (3), eleições mais frequentes que fazem parte da apresentação dos dados coletados nessa sessão, surge a opção “I” e “V”. Ambas foram eleitas cada uma delas, pelo número de (4), quatro respondentes sujeitos de pesquisa cada uma. Convém, antes de maiores considerações, cabe frisar a que se destina o propósito de cada uma delas.

A primeira delas detalha o ponto de vista presente no enunciado como estando relacionado a “decifrar⁵⁷”. Essa proposta de ação sugere que a ação a ser realizada não será no todo ou em parte de fácil resolução. Tal postura é importante porque afasta a ideia de que a leitura seja mera atividade voltada à enunciação – pronúncia, fala. Ao ser relacionado à importância dessa ação como sendo determinante a ação de compreender. E, por isso mesmo, anterior a compreensão.

Em grau de igualdade a outra opção eleita pelo mesmo número de sujeito da pesquisa, se refere ao lugar da linguagem escrita, sendo esta, por sua vez, um universo a ser compreendido para que se possa atribuir o sentido adequado. E esse sentido somente será salutar se ele considerar os significados que se constituíram como indispensáveis à reconstrução feita pelo leitor.

Deve-se ressaltar que as (2), duas opções mantêm entre si um grau de correspondência o que pode ser percebido pelo fato de que 50% do número de (8), oito se subdividiram em (4), quatro elegendo a opção “I” e “V”.

É digno de nota que o total de respondentes sujeitos da pesquisa foi no total (12), doze pessoas, educadores. Neste caso, apenas, (4), quatro não a elegeram.

No campo dos aspectos de convergência e relativa discrepância no que se refere à leitura, que se deseja que alguém sob o atendimento de educadores em um Programa de Formação em Educação Básica, especialmente, voltado para adultos é de que a leitura faça sentido para aqueles que leem. Ou seja, a leitura carece de agregar valor aos processos de construção humana; política, cultural, social etc. E isso tem um lugar primordial quando se relembra aqui, o fato de que os estudantes, no sistema prisional assistido pelo Programa de Educação, necessitam sobremaneira de fundamentos psicológicos ligados à reformulação de sua subjetividade.

⁵⁷ 1. Ler (texto cifrado, ilegível etc.) (tb. Fig.): É impossível decifrar esta letra. 2. Captar o sentido de; COMPREENDER; RESOLVER: decifrar enigmas. 3. Desvendar (sistema de código etc.): O programador decifrava a nova linguagem de computador. 4. Mús. Executar satisfatoriamente (música), sem treino; tocar de ouvido: decifrar uma peça de Mozart. Disponível em: <<https://www.aulete.com.br/decifrar>>. Acesso em: 27/06/2023.

Deve-se ter em mente que avaliar o arcabouço de conhecimento de professores envolvidos direta ou, indiretamente com a promoção de um modelo de educação, que sirva aos vitimados e vitimadas de liberdade para construção de suas liberdades, apesar de estarem presos limitados ao cárcere. No entanto, isso não os impede de serem beneficiados pelos valores humanizadores do propósito da Educação: “*Ex-Ducere*”, do grego, “tirar para fora”.

Convém destacar a respeito delas que:

Opção III – “compreensão textual”;

Opção VI – “Uso eficaz da linguagem” – versus a sua relação de que tenha que ser significada com base em “contextos sociais”;

Opção VII – “Decifrar” se associa a direcionar essa ação ao “significado das palavras e frases”, isso quer dizer que a representação simbólica de uma palavra diz muito, a respeito do que em relação a ela foi naturalizado, quanto àquilo que se deva compreender sobre o seu emprego no dia a dia. Cabe destacar sobre isso que, uma dada palavra corresponde àquilo que em determinado momento da história alguém, ou um determinado grupo de pessoas, resolveu introjetar na palavra dita e escrita, algo que é decorrente de suas experiências subjetivas ou fruto da observação do “mundo”.

Logo, não haveria palavra ou, palavras que para serem compreendidas não exigisse, por conseguinte, um resgate do que já se havia dito em razão dela. Com o tempo, o processo de uso da palavra pelos sujeitos sociais, torna o sentido dela flexível às mudanças, e estas por sua vez, redimensionam tal palavra. Assim como se pode mencionar no caso da palavra “liberdade” e “prisão”, ambas estão atreladas a um conjunto diversificado de possibilidades concretas; filosóficas; jurídicas; políticas; sociais, bem como isso varia de acordo com as áreas.

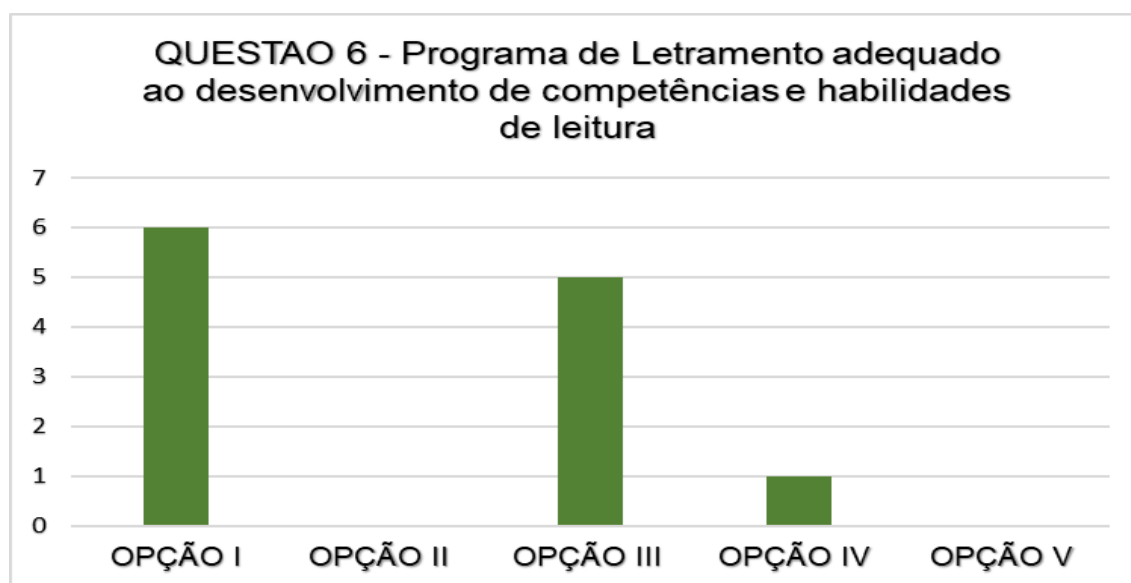
Diante das considerações aqui registradas se devem avaliar que há certa discrepância entre o propósito de cada opção e que, em razão disso, se tem uma indicação de que os que as elegeram possivelmente, não percebiam esse conjunto de articulações convergentes ou divergentes no que refere ao papel da leitura. Sendo ela mais ampla ou mais sujeita ao olhar sobre a palavra em si, e não a sua manifestação enquanto rede de significados e sentidos.

Valem lembrar que a pesquisa de caráter quantitativo também, precisa estar atenta as correlações aceitáveis no todo ou, em parte no tocante ao propósito da pesquisa. E, claro, isso não pode estar ausente na construção da sessão que está sob a regulamentação de um determinado objetivo específico.

Outras considerações salutaras aos interesses do que prevê o objetivo específico nº 1 em relação às demais opções da questão de número (5), cinco serão tecidas oportunamente. Na sequência a Questão de Nº (6), seis receberá atenção com vistas a ser delineado o que é significativo frente ao compromisso posto pelo objetivo específico Nº 1.

Observe-se a progressão da análise apoiado no próximo gráfico:

Gráfico 6 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 6ª Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

O campo de desenvolvimento nessa etapa de descrição para servir às análises, que se dará com o diálogo com autores de referência, tendo em vista a relação com o objeto que norteou a elaboração dessa pesquisa.

No que se refere à questão 6, a opção com a maior incidência de escolha corresponde à de (6), seis. Na segunda posição, surge a opção – alternativa – (III), três, tendo sido eleita por (5), respondentes da pesquisa. E, na terceira posição, a alternativa (IV).

Destaque-se que nenhuma das demais alternativas foi eleita pelos sujeitos da pesquisa. E além desse pormenor, cabe salientar que a lógica de construção dessa questão, segundo Marconi e Lakatos (2003; 2017), diz respeito a “informar uma única alternativa ou várias delas” (p. 206). Essa previsão permitiu a definição de várias opções a serem eleitas, sendo o parâmetro de (3), três com a intenção de fosse possível estabelecer relações acerca das possibilidades eleitas pelos respondentes,

denotando perspectivas para os processos analíticos, tendo em vista os compromissos da pesquisa. O que envolve que os sujeitos de pesquisa, devam ser expostos a manifestar a sua escolha, tendo em vista a compreensão que detém em relação aos aspectos que foram elencados de modo previamente planejado e controlado, haja vista o lugar que ocupa o marco teórico, nesta dissertação.

Para uma melhor consideração acerca dessa perspectiva quantitativa, observe o quadro a seguir, que colocarão em evidência as alternativas, em face do que trata a questão:

Quadro 12 - Perspectiva quantitativa referente à questão 6

Questão	Enunciado da Questão	
Questão 6	“No sistema prisional contemporâneo, é possível afirmar que ele oferece um programa de formação voltado à perspectiva do letramento, adequada ao desenvolvimento de competências e habilidades de leitura com mulheres sob a tutela do Estado?”	
Alternativas	Redação das alternativas	Número de eleições
Alternativa I	() sim.	06 - Eleições
Alternativa III	() parcialmente.	05 - Eleições
Alternativa IV	() eventualmente	01 - Eleições
Alternativa II	() não.	Não foi eleito pelos respondentes
Alternativa V	() não sei responder.	

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

É fundamental ser dimensionado que em nível de associação 50% por cento dos respondentes há um consenso de (06), seis sujeitos da pesquisa que em caráter parcial e eventual é que se tenha um programa voltado ao letramento subordinado ao desenvolvimento de competências e habilidades que estejam em consonância com aquilo que seja considerável pelos respondentes como aceitável.

Em contrapartida se tem um impasse frente à afirmação de que se tenha um programa voltado ao letramento e, que, portanto, atua em relativa oposição ao quadro de leitura precária, posto que esteja posta em face de uma leitura que promova a enunciação. Contudo, esteja afastada da “descoberta do significado e dos sentidos⁵⁸” decorrentes de processos de leitura que permitam a leitura do mundo

⁵⁸ Um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos. As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram

social, que em face de sistemas que operam em face da opressão que tem sido culminada em desemprego⁵⁹; pobreza⁶⁰; miséria⁶¹; prática de trabalho informal frente ao desemprego. E, claramente, esse panorama de uma sociedade marcada por desigualdades, acaba por ser ampliada quando o acesso à educação formal, historicamente, sequer fora um direito aos vitimados pela pobreza; miséria; prática de trabalho informal, que condiciona o sistema ao desemprego. Que, ainda por cima, está divorciado das condições para que a leitura de textos verbais e não verbais mediados pelo sistema de ensino público e particular - instituições oficiais – garantissem o direito à formação em inúmeras frentes, e, claro, leitura. “Um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem” (Martins, 2006, p. 30, grifos para esse estudo).

Esse pressuposto convém à exploração desejada para essa pesquisa tendo em vista que o argumento sob ela estar atrelada em estabelecer uma relação entre o letramento e as interfaces do racismo. E isso sob o ponto de vista de que a leitura significativa venha a ser promotora de um processo de reflexão acerca dos contextos ideológicos que não apenas, difundiram a segregação em face do estereotipo de cor. Mas também, tornaram essa leitura sobre o mundo submisso ao signo da construção do ideal de sociedade euro centrado, branco. Por sua vez, tais elementos são argumento de peso infalível para a fabulação de uma inferioridade congênita das demais espécies humanas e subumanas, que estariam presas à idealização de sub-raça (Serrano 2007).

classificados ao longo da dicotomia alfabetizada ou não alfabetizada, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades, mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita. (Kleiman, 1995, p. 19).

⁵⁹ [...] A tendência é confirmada quando se observa a queda na população desocupada média de 2022 para 2023: redução de 17,6%, chegando a 8,5 milhões de pessoas. [...] (grifos para essa pesquisa). Disponível: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/01/taxa-de-desemprego-fecha-2023-em-7-8-menor-patamar-desde-2014>>. Acesso em 18/04/2024.

⁶⁰ Em 2022, 33,1 milhões de pessoas no Brasil enfrentavam a insegurança alimentar e nutricional grave, em 2023 esse número caiu para 8,7 milhões de pessoas. Passou de 15,5% da população brasileira para 4,1%, uma queda de 11,4 pontos percentuais. É o que revela os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada nesta quinta-feira (25.04) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁶¹ O percentual de pessoas na extrema pobreza — que sobrevivem com menos de R\$ 11,80/dia — caiu quase 6% em 2022, depois de alcançar 9% em 2021. Já o dos considerados pobres, que passam com menos de R\$ 20,10/dia, diminuiu 5%. A constatação é da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada ontem. [...] Grifos para esse trabalho. Disponível: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/12/6666360-ibge-mostra-que-extrema-pobreza-e-pobreza-cairam.html>>. Acesso 16/04/2024.

Por essa razão, se deve então ser considerado o lugar de que tenha em processos de leitura significativa uma que corresponda a desconstruir os estereótipos naturalizados, ao longo dos séculos em que esse universo separatista foi erigido e consolidado. Até mesmo porque ele também, se refere a formas de leitura, que colocam em lados opostos o mundo natural e o mundo social, fundado sob um modelo de exploração das forças de trabalho com base no ideal de supra racialidade.

Essa linha de raciocínio permite que seja considerada a leitura significativa como sendo capaz de reconstruir a liberdade pelo protagonismo, advinda da leitura. Especialmente, no caso de mulheres que se encontram em cerceamento de liberdade, como é o caso do sistema penitenciário a que se relaciona à pesquisa de campo desenvolvida.

Inclui-se nessa assertiva que a maioria das mulheres encarceradas nos sistemas penitenciários do Brasil, e não diferente naqueles situados no Estado de Pernambuco, é composta por mulheres negras que, em grande parte, carregam uma história de múltiplas violações ao longo não apenas de suas trajetórias subjetivas, mas também da história de seus ancestrais, muitos deles escravizados no período colonial e imperial brasileiro. Ou de modo mais contemporâneo sendo colocadas sem alternativa laboral que não fosse o trabalho informal e o trabalho subalterno nas cozinhas das famílias melhor abastadas. Como também, assumindo a função em atividades destituídas de qualquer prestígio social. É digno de nota que o comum é haver a categorização pejorativa em razão do trabalho realizado e, por sua, atribuiu-se historicamente, a uma classificação progressiva de caráter pejorativo.

Na maioria das vezes, essa posição baseada em um ideal de classe e subclasse se dá em razão do não acesso à escola. Mesmo porque ao longo do século XX, o acesso à escola era restrito a um grupo sempre diminuto de pessoas. E no caso das mulheres e, também, homens negros, a ideia de aceitá-los como pessoa, portanto, equivalente às demais, foi algo de modo efetivo disseminado e reiterado de modo a ser tornado algo comum à sociedade civilizada, E, em face dos processos que conformaram a todos da sociedade civil a conviver com essa percepção, se dá uma das razões para a existência do racismo contemporâneo.

Isso representa de modo inequívoco que o acesso às condições para entender o “mundo social”, tornou a sociedade um lugar em que algumas pessoas, são aceitas como sendo pessoas. E, em razão disso, passam a paulatinamente, conseguir pleitear e conquistar ainda que de modo forçoso a conquista ao direito de estudar em

instituições oficiais e assim, adquirir as condições formais para a leitura desse mundo social que aqui se refere nesse processo de descrição que já serve a análise. Esse registro analítico ancora-se em: “Ao contrário: a continuidade na persistência, enquanto princípio de ser dos complexos em movimento é indício de tendências ontológicas à historicidade como princípio do próprio ser.” (Luckács, 1979, p. 79).

Com a questão de ordem ontológica se pode considerar que os conjuntos humanos de seres humanos se constituídos do fator dérmico da pele negra ou, preta como preferem designar alguns pesquisadores, representa fator primordial para ser aceito o fato de que negras e negros devem estar dissociados quanto à hipótese de que uma mulher negra viesse a ter direito ao direito de ingressar em instituições oficiais de ensino básico. Por conseguinte, são acometidos de ser lugar propício para serem incluídos nos mapas estatísticos do analfabetismo e desemprego.

Não obstante, essas mulheres negras e, claro, negros são vítimas também, do não acesso ao direito de receber assistência para que se dê em sua vida social a promoção de formas de leitura sobre o mundo social, de modo que não apenas, o percebam, mas, sobretudo, o entendam de modo a combater de modo equivalente à própria condição de leitura socialmente aceita, que consolidou o mundo social vinculado ao racismo.

Assim, pobreza, miséria e analfabetismo se tornam faces imprescindíveis ao racismo, que se manifesta de modo mais letal em mulheres negras. Em decorrência disso, se tem um contexto favorável a relações dessas mulheres com as condições férteis à iniciação em práticas contrárias a lei. Então, se tem uma operacionalidade cuja sistemática se refere não apenas, “a impossibilidade da leitura do mundo” (Freire, 1968, p.9), mas também o fato de que apenas, decodifica-lo não é suficiente para que consigam enfrentar ou sequer, conviver de modo que não sejam sofridas as implicações da convivência com as inúmeras formas de violação social; econômica; histórica; étnica dentre tantas outras.

O panorama aqui construído revela a necessidade de que a leitura possa ser significativa à medida que revela o “mundo social”, de modo que seja possível colocá-lo em xeque. E indagando-o, haja a possibilidade de ser assumidos a posição de rebelar-se contra ele, e seu sistema. Compreendê-lo, pois, torna-se tarefa inadiável para aqueles que buscam a “liberdade”.

Reafirme-se, portanto, as correlações com a construção a que foi denominada nesse processo de análise: “polos de análise”. Essa expressão destina-se a

determinar aspectos de convergência ao argumento, norteia, não apenas, a pesquisa como um todo, mas também, pensar a respeito de como esse propósito global se relaciona com as etapas comuns à delimitação de cada objetivo específico.

Observe-se em síntese às reflexões:

Quadro 13 - Polo de análises referentes à Questão 6 – Objetivo Específico 1

Alternativa	Enunciado	Nº eleições
I	“Sim”	6
III	“Parcialmente”	5
IV	“Eventualmente”	1
V	“Não sei responder”	Não houve eleição
II	“Não”	Não houve eleição

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Esse dado é, deverás importante porque denota o fato de que não há exatamente um consenso no que se refere à relação compromisso estabelecido em um programa de formação, cuja destinação é celebrar entre as mulheres privadas de liberdade um acesso a processos de formação inerentes às múltiplas facetas da leitura. Visto que a leitura como tem sido explicitado nesse percurso analítico não se limita a processo mecânico. Tampouco, se prende unicamente àquilo que o autor desejava. Há que se considerar também, os contextos sob os quais os leitores, no caso dessa pesquisa, as leitoras estão expostas. Sua identidade social desequilibrada com o convívio com que sua presença na sociedade se deu foi marcado por leituras sobre a realidade instituída por grave equívoco de ordem moral. E essa pauta está estreitamente ligada com aquilo que se tem como valor.

Com esses aspectos é claro, que haver consciência dos que fizeram parte da entrevista em reconhecer a existência formal do programa, não envolve automaticamente, que ele está constituído de ações de ordem profissional e curricular, que garantam aos processos de ensino, visando à aprendizagem de pleno sucesso. Por essa razão então se tem 50%, sendo (6), seis e (6, seis respondentes que concordam no todo, quanto à existência do programa e seu propósito). Mas, 50% apontam a sua instabilidade ou incompletude, e até, não alcance.

Com isso posto, segue-se para etapa analítica seguinte:

4.4 ETAPA III RESERVADA À PESQUISA DE CAMPO – OBJETIVO ESPECÍFICO Nº 2

Em extensão aos processos de caráter descritivo com que a análise será servida, haja vista o seu compromisso com os fundamentos explicitados no marco teórico, que evidenciam a anterioridade de outros esforços consolidados em âmbito acadêmico. E em razão dessa postura necessária, se pode estabelecer uma correlação entre as duas etapas que constituem essa pesquisa em nível de dissertação.

Convém determinar, antes de tudo, o objetivo específico a que se refere essa etapa, no sentido de que as posições assumidas, em face da leitura e organização dos dados coletados, com base na entrevista, que foi realizada por meio da utilização do instrumento: “questionário” estruturado constituído de questões de múltipla escolha, em um total de (12), doze questões.

É importante registrar que nessa etapa as questões de número 07; 08 e 09 irão adquirir lugar, evidentemente, tendo em vista a sua relação com o compromisso ao objetivo específico de número 2. Esse compromisso será explicitado mais uma vez, para permitir uma melhor compreensão dos leitores dessa pesquisa, tendo em vista que as 3 etapas reservadas a cada objetivo específico, precisará resultar em um nível de síntese vinculado ao processo de saturação. Conforme previsão definida na etapa direcionada à definição das opções metodológicas: Marco Metodológico.

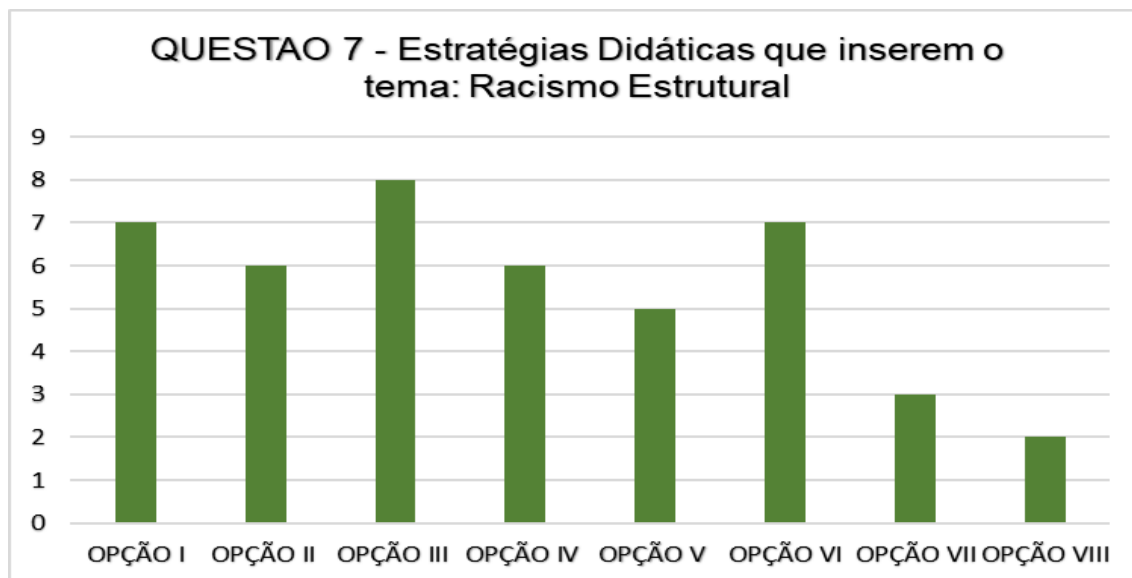
A seguir leia-se o objetivo específico número 2:

“Analisar as manifestações do racismo estrutural dentro do ambiente prisional e seu impacto nas experiências das mulheres encarceradas”.

Em razão desse compromisso, observe-se a apresentação a partir dos dados tabulados, seguidas dos parágrafos que elaboram ênfases à construção de polos de análise.

Exploração descritiva dos dados para o Objetivo Específico 2.

Gráfico 7 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 7ª Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Os dados tabulados acima, fruto das respostas atribuídas ao instrumento questionário, revelaram que as alternativas de número **(III)**; **(VI)** e **(I)**, foram as que se destacaram dentre as (3), três opções indicadas pelo enunciado da questão (7), presente no instrumento empregado na entrevista, frente à pesquisa de campo.

É importante destacar que a alternativa de Nº (III), recebeu o maior número de escolhas por parte dos sujeitos da pesquisa. Contudo as alternativas que figuram na segunda e terceira posição evidenciaram um equilíbrio, haja vista que (7), respondentes as elegeram respectivamente.

É digno de nota o sentido expresso em cada uma dessas alternativas mais eleitas, correspondem ao conjunto de reflexões que a pesquisadora desenvolveu em razão dos estudos previamente realizados ao longo de (2), dois anos: 2021 e 2022, enquanto foram desenvolvidos estudos para a imersão quanto à legitimidade do objeto de pesquisa, ancorado na determinação e delimitação do problema de pesquisa.

Com base na necessidade desse registro, que visa tornar registrado de eu a busca pela verdade em nível de pesquisa acadêmica, deve primar pelo recurso do estudo do tema, com base em autores já consagrados e outras pesquisas já realizadas. Isso respalda a construção de cada item que se tornará alternativa na questão de múltipla escolha, que assume o preceito de cafeteria, nesse caso, seguindo as previsões feitas por Marconi e Lakatos (2017).

Com isso posto, deseja esse processo de análise ressaltar as (3), três alternativas, reiterando aspectos presentes em seu enunciado: “A existência de racismo estrutural’, que faz parte da trajetória histórica do Brasil, desempenha como um dos temas presentes, dentre aqueles definidos para estudo no âmbito do Programa de leitura, instituído para mulheres privadas de liberdade sob a tutela do Estado, a partir de que estratégias didáticas?”.

A proposta da questão se direciona diretamente com um compromisso global aos interesses dessa pesquisa. E, no sentido de explorar essa previsão, observe-se o quadro a seguir:

Quadro 14 - Instrumento Questionário – Questão 7 – Objetivo Específico 2

Alternativa	Enunciado	Nºeleições
III	“Utilização de recursos visuais, como vídeos e imagens, para ilustrar exemplos concretos de racismo estrutural e suas consequências na sociedade brasileira”.	8
I	“Inclusão de textos literários e não literários que abordem o tema do racismo estrutural, permitindo que as mulheres detidas analisem e discutam diferentes perspectivas sobre o assunto”	7
VI	“Integração de projetos de leitura com outras áreas do conhecimento, como história, sociologia e direitos humanos, para fornecer uma compreensão mais abrangente do racismo estrutural e suas interconexões com outras formas de opressão”.	7
II	“Realização de debates e rodas de conversa mediada por educadores especializados, proporcionando um espaço seguro para que as participantes compartilhem suas experiências e reflexões sobre o racismo estrutural”	6
IV	“Promoção de atividades de escrita criativa, onde as mulheres possam expressar suas próprias vivências e sentimento em relação ao racismo estrutural e suas implicações em suas vidas”	6
V	“Implementação de oficinas de sensibilização e conscientização, utilizando métodos interativos e participativos para explorar as origens históricas e os impactos atuais do racismo estrutural”.	5
VII	“Estímulo à leitura de obras escritas por autoras negras brasileiras, proporcionando modelos de empoderamento e resistência para as mulheres “encarceradas”: privadas de liberdade”.	3

VIII	“Parcerias com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que lutam contra o racismo estrutural, para oferecer palestras, workshops e outras atividades que complementem o programa de leitura e promovam a conscientização e adoção de ações coletivas em prol da consciência de liberdade”	2
------	---	---

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

No que se refere ao caráter descritivo que deseja explicitar esse quadro aos leitores dessa etapa de análise é que o meio utilizado para atender ao desejo de escolha de elementos favoráveis à leitura de mulheres em situação de privação de liberdade, carece de ser norteador por um posicionamento da instituição que direciona um programa dessa natureza. No caso da pesquisa de campo, na etapa de seu planejamento, no tocante a quem figuraria como sujeito de pesquisa – respondentes às questões do instrumento questionário estruturados. Optou-se por procurar ser compreendidos parâmetros de que segundo a literatura de referência empregada em estudos a respeito do papel do letramento, como mecanismo para a propensão de estudos em sistemas prisionais.

E por essa razão, chegou-se à decisão de que seria pertinente explorar as tomadas de decisão dos gerentes do programa de estudos em educação básica para a totalidade do sistema prisional. E, com base nessa decisão, os gerentes da SEDUC – PE da Secretaria de Segurança Pública, em específico a responsável pelo setor. Figuraram como sujeitos da pesquisa, em caráter primordial.

E, com busca da compreensão matemática, ou seja, quantitativa, elegeu-se também, professores que atuam no sistema, em tese sob as orientações planejadas e controladas quanto aos resultados e aos meios a serem empregados pelos professores, nos momentos em que as rotinas de estudo com foco especial na leitura com as mulheres fossem realizadas.

Observe-se que a perspectiva quantitativa não perdeu de vista, o lugar de compreensão em nível adjetivo, o que é esperado em uma pesquisa descritiva.

Com isso aqui reafirmado, avalie-se que a alternativa (III), foi a mais assinalada pelos sujeitos de pesquisa. E, se deve chamar atenção para o fato de que essa alternativa se direciona para o fato de que “os recursos visuais”, a saber, “vídeos” e “imagens” desempenham papel prioritário para os envolvidos diretamente com o planejamento e com a prática do programa de leitura, previstos para a realidade educacional para o sistema prisional no estado de Pernambuco.

No caso das escolhas em segundo e terceira posição de maior recorrência ao longo das entrevistas, se tem uma igualdade no número de escolhas, são (7), sete no total. Contudo, se faz necessário chamar atenção para alguns aspectos, que são interessantes a essa pesquisa.

Em primeiro lugar, que no caso destaque-se a existência de que textos literários sejam empregados e, até não literários desde que se relacionem ao tema do racismo estrutural. E a eleição considera o lugar de protagonizarão das mulheres a que irão atuar como leitoras porque se espera uma análise e discussão sob a ocorrência de múltiplas possibilidades de ensinar o assunto: “racismo estrutural”.

É interessante associar a importância dessa previsão ao fato de que os gerentes do programa de educação formal para o sistema prisional e professores de uma das (2), duas únicas unidades reservadas ao cumprimento de pena, por mulheres apontaram que se prevê “projetos de leitura”, mas desde que, “integrados com outras áreas de conhecimento como história, sociologia, e direitos humanos”. A decisão figura como assertiva. E as duas opções mais eleitas em segundo lugar e terceiro lugar estabelecem então uma sintonia com o pensamento definido por Nogueira e Bueno (2018); Henderson (2019) e até a OIT (2020).

Essas alusões se referem à importância de que a leitura e os processos de formação preocupada com a formação humana, sob a presunção do respeito ao lugar que deva ser assumido em uma sociedade equilibrada. E essa necessidade tem a ver com os desvios de caráter e percepção em relação ao sistema social.

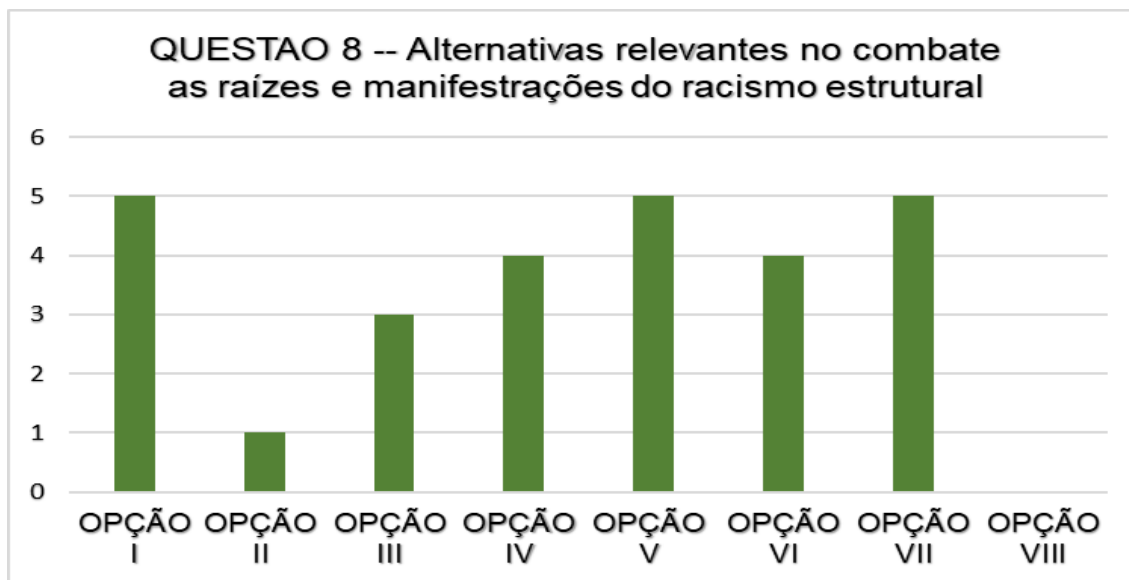
Ainda cabe registrar que essas fontes põem em destaque a impotência de que se tenha em consideração a restituição de condições de que os leitores possam entender os contextos a que têm estado imersos. Visto a relevância dessa iniciativa que pode propiciar a face de uma compreensão que se dá na mente do leitor que carece não apenas, entender, mas, sobretudo, reformular sua compreensão em relação à liberdade.

É digno de nota que isso ocorra mesmo dentro do cárcere e que isso esteja previsto pelos gerentes do programa e pelos que atuam na prática docente em uma dessas unidades reservadas apenas, às mulheres privadas de liberdade no estado de Pernambuco.

Na sequência por evidenciar elementos presentes no programa de educação formal para o sistema prisional de Pernambuco, mas com um olhar especialmente, voltado a uma unidade reservada às mulheres que se encontram cumprindo pena,

frente ao ato jurídico perfeito. Leia-se a segunda questão presente no instrumento questionário estruturado, nessa ocasião questão (8), oito. E, claro sob o papel do compromisso fixado pelo objetivo específico de número 2.

Gráfico 8 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 8ª Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

É interessante que consideração à progressão do que moveu a construção de cada questão, e claro, de cada alternativa identificar que os dados tabulados apontam uma igualdade no número de escolhas das alternativas (I); (V) e (VII). Cada uma delas foi eleita por (5), sujeitos de pesquisa respectivamente.

Em respeito à lógica empreendida nas etapas de análise em âmbito descritivo, se mantém chamar atenção para aspectos comuns ao que trata cada uma das alternativas. Com a intenção de estabelecer correlações férteis ao diálogo com os autores.

Antes de atender a essa previsão que dá sentido às análises, segue o enunciado da questão: “O racismo estrutural é um fenômeno enraizado em políticas, práticas e normas, que têm perpetuado a desigualdade racial em diversas esferas da sociedade. Em razão disso, como você acredita enfrentar esse problema de maneira eficaz?”.

Destaque em primeiro lugar que a 1ª alternativa eleita, vê as políticas afirmativas como sendo necessárias de serem adotadas porque visam corrigir as

violações de ordem social. E claro, dentre esses se devem incluir o racismo⁶² estrutural.

A respeito dele é pertinente já ressaltar, leia-se:

Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda a sociedade regras, padrões de conduta e modos de racionalidade que tornam ‘normal’ e ‘natural’ o seu domínio. (Almeida, 2018: p. 3, grifos para essa pesquisa).

É bom que seja enfatizado que a compreensão que um programa de educação formal apresenta resulta não apenas, do compromisso definido pelo Estado como é caso da modalidade de educação formal em nível de Educação de Jovens e Adultos – EJA, presentes em escolas, que atuam dentro dos sistemas prisionais. Isso porque os servidores públicos e os agentes públicos estão carregados de formas de compreender o assunto do racismo e, por sua vez, da ocorrência dele não unicamente ligando-o às ações dos diferentes atores sociais. Mais também, que esses revelam o nível de compreensão natural aos interesses do sistema social vigente.

Com efeito, essa relação entre a objetividade e subjetividade profissional acaba por ser de interesse para essa pesquisa e em função disso, se tem a possibilidade de perspectivar que isso direciona as escolhas para a formulação do programa de educação formal e, em virtude dele, o de leitura.

Ora, se a leitura tem um papel primordial é consenso acadêmico por várias correntes. Mas apesar do relativismo inerente às correntes, o ponto é que se compreenda que as instituições do Estado carecem de redimensionar a sua maneira de construir os programas. Isso porque eles precisam tomar decisões favoráveis àquilo que os docentes empregam no âmbito das ações diárias com os provados de liberdade. Afinal o racismo estrutural precisa ser combatido, também, na instituição prisional. Haja vista que ela não serve apenas, a penalidade. Mas também, a proporcionar aos privados de liberdade que possam reformular a compreensão acerca do que ele representa.

Com foco no tratamento acerca do que é liberdade e a importância de relacionar a mesma sob parâmetros de fundo multidisciplinar, que insere o papel do letramento

⁶² “É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2018: 25).

como sendo convergente aos interesses desse combate ao racismo institucional. Especialmente, por seu caráter letal frente às mulheres presas e negras, tendo em vista as implicações do racismo estrutural.

Em segundo lugar, se tem a alternativa (V), que trata de uma reformulação da ideia vigente ao longo de séculos de apagamento da identidade negra, parafraseando Moura (2017), e a exclusão ao direito à utilização da liberdade social como sendo viável ao acesso à educação formal. É necessário registrar que a liberdade não fora nesse tempo longo da história do Brasil, restrição do direito de ir e vir, face às correntes ou vivência na senzala, e sob correntes, e ainda sob o peso das ações de exploração pelo trabalho forçado. A negação da liberdade também trouxe uma absoluta ausência de mulheres negras nos mais diferentes níveis de controle social e, ainda de sua construção.

Por isso, mesmo que aos sujeitos de pesquisa reconhecer a necessidade de participação da mulher e do homem negro nas esferas de instituições sociais, corresponde à possibilidade de futuro especialmente quando a educação formal lhe confere esse panorama. Evidentemente, a leitura em nível de letramento, fruto de uma leitura crítica, quando manifesta dentro de um programa de estudos e de leitura, será capaz de redimensionar o auto entendimento. O que pode ser associado à protagonização a partir do cárcere, impulsionado pela leitura.

Em última etapa, se deve chamar atenção para o fato de a alternativa também, eleita por (5), cinco respondentes aponta o fato de que todas as alternativas dizem respeito a algo necessário para que um programa atue de modo eficiente, ou seja, eficaz. Essa qualidade dele, em vista do compromisso da educação formal em nível de educação de jovens e adultos – EJA, conforme a determinação do governo federal brasileiro, para os estudantes que cumprem penas, em sistemas prisionais, carece de ter clareza quanto à determinação de ações, fruto de programas que despertem uma consciência de ser libertado subjetivamente, por meio de ações objetivas decorrentes de programas de educação, com foco na leitura de ordem social. E que por essa razão não perde de vista – compreender; combater e instituir uma outra lógica, que refute o racismo estrutural, sobretudo contra mulheres e mulheres negras especialmente.

Essa eleição em (3), três níveis das alternativas delimitou um campo muito interessante aos sujeitos de pesquisa os colocando frente à necessidade de pensar seriamente, suas escolhas para planejar o programa de educação voltado à leitura,

com ênfase às práticas de estudantes, o que envolve que os docentes tenham ciência disso.

Nesse quadro os aspectos já dimensionados podem ser razão de reflexão.

Quadro 15 - Instrumento Questionário – Questão 8 – Objetivo Específico 2

Alternativa	Enunciado	Eleições
I	“Implementando políticas de ação afirmativa que visam corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de minorias étnicas em áreas como educação e emprego”.	5
V	“Promovendo a representação e participação política de minorias étnicas em todos os níveis de governo e instituições democráticas”	5
VII	“Todas as alternativas”.	5
IV	“Investindo em programas de educação culturalmente relevantes que abordem a história e a cultura das comunidades marginalizadas de forma precisa e inclusiva”	4
VI	“Criando espaços seguros e inclusivos para o diálogo intercultural e a troca de experiências entre diferentes grupos étnicos e raciais”	4
III	“Reformando sistemas de justiça criminal para eliminar práticas discriminatórias, como o perfil racial e a criminalização da pobreza”.	3
II	“Desenvolvendo programas de conscientização e treinamento sobre diversidade e inclusão para empresas, instituições governamentais e organizações da sociedade civil.”	1
VIII	“Nenhuma das alternativas”	Não houve Eleição

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

As campanhas de conscientização postas em destaque na alternativa (II) evidenciam a necessidade de que as ações direcionadas à reconstrução do pensamento que constrói a ordem social seja fruto de uma comoção social de amplitude. Isso porque há uma inter-relação entre todos os setores sociais direta ou indiretamente.

Também, a alternativa (III), que revela a compreensão de que os “sistemas de justiça criminal” estão conscientes e inconscientemente esboçando “práticas discriminatória”. Essa ação da instituição se relaciona com a pobreza, com a

criminalização maior dos segmentos vitimados por essa realidade e, que acabam por fim, sendo comum estar associado ao “perfil racial”.

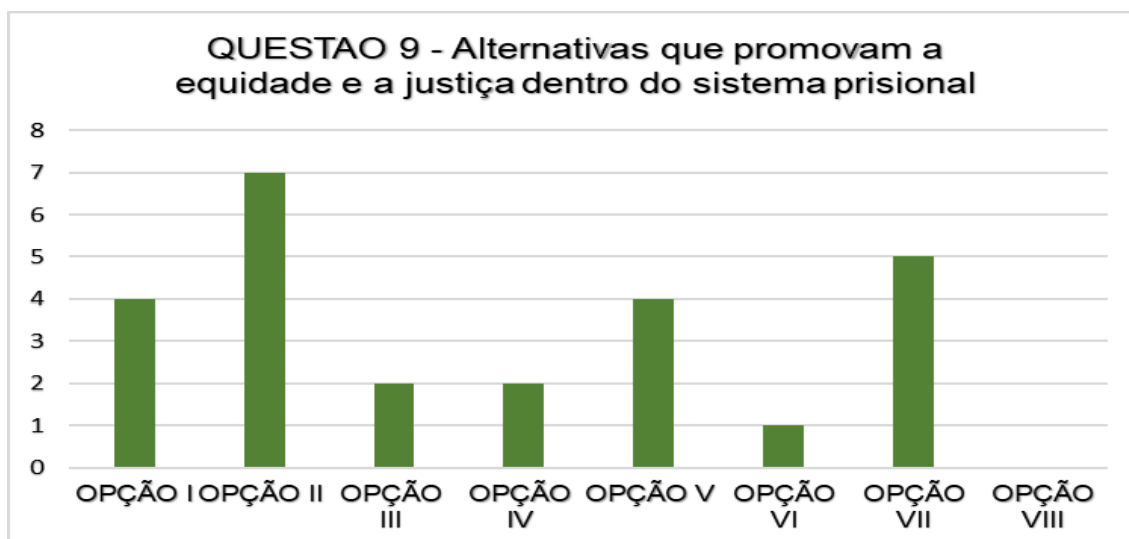
Frente a isso considere o dado:

Entre 2005 e 2022, houve um crescimento de 381% da população negra encarcerada. Em 2005, 58% do total de presos eram negros; já em 2022, esse percentual subiu para 68%, o maior da série histórica. “O sistema penitenciário deixa evidente o racismo brasileiro de forma cada vez mais preponderante. A seletividade penal tem cor”, afirma o Anuário⁶³ do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (Revista Piauí⁶⁴, 2023, p. 4, grifos para essa pesquisa).

O registro da revista mencionada esboça a gravidade de um quadro que remonta a naturalização de uma postura histórica de atribuir ao fenótipo de cor o lugar adequado para vigiar e punir as pessoas cuja pele é negra. E se pobre e mulher o grau da severidade com que são penalizados representa diferenças que merecem ser dimensionadas e entendidas quanto às motivações de ordem racial, que estão presentes em instituições de nosso país, e, as instituições prisionais não são uma exceção disso, tendo em vista a posição atribuída pelos sujeitos de pesquisa, haja vista as alternativas eleitas.

Em continuidade se dê atenção à questão (9).

Gráfico 9 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 9ª Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

⁶³ Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/16o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2022/>>. Acesso em: 17/02/2024.

⁶⁴ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/atras-das-grades-um-brasil-jovem-e-negro/>>. Acesso em 29/03/2024.

Neste gráfico se pode perceber a progressão da consciência dos sujeitos de pesquisa sendo exposta em virtude da seleção que cada um deles realiza, tendo como pano de fundo sua experiência de ordem profissional, porque todos tem relação direta com a oferta do Programa de educação formal às mulheres e homens privados de liberdade.

Muito embora, há que ser destacado que, essa pesquisa tem em vista o compromisso de pensar o lugar da leitura como um elemento que propicia um despertar acerca da ideia de liberdade, tendo em vista as inúmeras contribuições que se tem para a formação humana e, claro para o fortalecimento dela.

A questão está preocupada com as alternativas vigentes ou prevista no programa de formação comum ao Ensino Fundamental – 8º e 9º ao, em seu formato voltado para a Educação de Jovens e adultos – EJA. Cabe reiterar que esse nível de formação ocorre sub-bases objetivas que foram fixados pelo Estado brasileiro, que as elabora e as formaliza por meio das agendas do Ministério da Educação do Brasil. Dessa maneira se deve ter em mente que a Educação de Jovens e Adultos para os que estão em sistemas prisionais – está submetido a atender preceitos definidos pelo governo federal brasileiro. Tais previsões estão elencadas no documento Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos aos privados de liberdade, que se encontra em sistemas prisionais do país. É importante esse aspecto ser reafirmado porque a pesquisa foi pensada a partir de uma base formal, visando buscar esclarecimentos em relação ao que define o Estado brasileiro e aquilo que é feito por cada sistema prisional do país.

E nessa expectativa, os gerentes do programa estadual de Pernambuco subordinados à SEDUC e a Secretaria de Segurança Pública figuraram como respondentes. Além deles, professores de uma única unidade prisional com atuação exclusiva às mulheres privadas de liberdade, ou seja, detentas. Com isso posto (2) grupos cuja atuação profissional tem o papel de pensar a política de formação vigente nas unidades do sistema pernambucano ao passo que, os professores colocam em prática as ações planejadas, bem como também, atuam de modo comum à profissão docente no exercício do magistério junto às mulheres aprisionadas.

O Gráfico de Nº 9 apresenta a tabulação da seguinte questão 9:

“Frente ao contexto em que se têm disparidades dentro do sistema prisional, ancoradas em percepções ligadas a pontos de vista comuns à ideia de raça.

Considere a partir de sua experiência profissional, se as políticas voltadas à formação mediante a Educação Básica de Jovens e Adultos em sistemas prisionais, elas correspondem de modo adequado ao seu propósito?”

Quadro 16 - Instrumento Questionário – Questão 9 – Objetivo Específico 2

Alternativa	Enunciado	Eleições
II	“Desenvolvendo programas de reintegração específicos para comunidades marginalizadas, visando reduzir as taxas de reincidência”.	7
VII	“Todas as alternativas”	5
I	“Implementando medidas para reduzir a seletividade racial nas abordagens policiais e nos processos de prisão”	4
V	“Abordando as condições precárias e o tratamento desigual dentro das instituições prisionais, visando garantir o respeito aos direitos humanos e a dignidade dos detentos”.	4
III	“Promovendo a equidade no sistema judiciário, garantindo o acesso igualitário à representação legal e imparcialidade nos julgamentos”.	2
IV	“Investindo em alternativas ao encarceramento, como programas de justiça restaurativa e penas não privativas de liberdade”	2
VI	“Empoderando as comunidades afetadas pelo encarceramento em processos de tomada de decisão e formulação de políticas que impactam o sistema prisional.”	1
VIII	“Nenhuma das alternativas”	Não houve Eleição

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Vale destacar que a alternativa de número (II) diz respeito à importância de que se tenha programa de reintegração, que considerem grupos marginalizados. Frente ao propósito da alternativa, que se refere ao enunciado da questão. Mas que se deve considerar que a correspondência significativa é ao objetivo que regulamenta a questão. Sendo assim, pensar a respeito da existência de um programa de reiteração que promova inclusão aos excluídos frente a vários aspectos, mas especialmente, as ações relacionadas ao racismo, correspondem a

um conjunto de ações que têm resultado um conjunto muito diverso de prejuízos à sobrevivência nos muitos campos sociais.

O racismo tem sido um elemento de distorção social que considera a interdição de modo que o grupo vítima por tais ações comuns ao racismo, acabam sendo excluídos de uma série de direitos, que eram prioritariamente, destinados aos grupos socialmente fragilizados. Há que se considerar também, que a ideia de pobreza já registrada na etapa de análise voltada ao grupo de questões pertinentes ao primeiro objetivo específico. Em razão da pobreza e da miséria ao longo do século XX, a exclusão social, econômica também, se revelou na obstrução de que o acesso às instituições educacionais, oficiais de Educação Básica, se tornou inacessíveis. E, isso promove também, a referência nessa questão à marginalização, ou como versa a questão “grupos marginalizados”.

Por uma questão de associação, a marginalização diz respeito à pobreza e, por sua vez, às populações negras do Brasil, o que envolve relacionar sua incidência como um elemento que contribui em grande parte para o panorama da criminalidade.

Observe-se a seguinte pontuação feita em artigo sobre a relação pobreza e criminalidade, fruto do trabalho científico Melo (2023).

A rigor, a desigualdade social não é a causadora do crime em si, mas o fato é que pessoas mais carentes ou com pouco estudo tendem a cometer crimes menos complexos como o roubo e furto, além de pequenos tráfico. Enquanto pessoas mais estudadas e com maiores recursos tendem a cometer delitos mais elaborados como o estelionato (golpes), crimes tributários, desvios de recursos e crimes de colarinho branco, os quais são mais difíceis de provar. (s/p. grifos para esse estudo).

Essa alusão necessária permite que seja possível compreender as violações a que podem ser exposta pessoas em face da pobreza e, claro do não acesso à educação formal. Essa constatação se refere diretamente ao fato de que se deseja tornar significativos aos processos analíticos aqui em fase de desenvolvimento de que a leitura significativa, leitura se pauta em letramento social. E um que seja desenvolvida com base no estudo sistemático da lógica histórica comum ao racismo estrutural. Visto que ele é um incentivo social à marginalização que, face à pobreza e o não acesso às instituições formais de ensino, bem como ter o acesso mais a baixos níveis de eficácia, frente a um modelo de formação por vezes distanciado dos principais assuntos, necessários à reformulação de uma percepção em relação aos valores, à moralidade, à ética, à retidão da postura ilibada, que seriam fundamentais

para dissuadir os infratores e criminosos sejam homens ou no caso, dessa pesquisa mulheres, cuja predominância é negra e, em razão de que a população vitimada pela pobreza (Souza; Oliveira, 2023) também, é predominantemente, negra, no Brasil.

Em relação lógica às alternativas que revelam diferentes aspectos acerca da necessidade que haja programas destinados à reparação por meio de ações de inclusão social, que tenham em vista alterar os processos de exclusão, denominados na questão como sendo ligados à ideia de raça. Que por ser uma das várias instituições da sociedade, o sistema prisional também, é lugar em que as interferências do sistema estruturado pela lógica racista.

Esse quadro revela a necessidade de que as políticas a serem adotadas pelo sistema prisional, sobretudo, em razão das políticas de educação, que se liga à leitura crítica, e neste caso, propostas pela ótica do Letramento possam ser adotadas em meio às ações docentes, inerentes às vivências docentes, que claramente, deveriam estar em sintonia com a programação das (2), duas secretarias de Educação e de Segurança Pública, como é o que se desejava pesquisar no estado de Pernambuco.

A preocupação com as disparidades entre o que está posto no desejo do Estado com a política voltada à EJA aos privados de liberdade é registrada à medida que (5), sujeitos de pesquisa respectivamente. Visto que neste caso, os sujeitos da pesquisa, entendem que todas as alternativas dizem respeito ao propósito da questão, o que representa praticamente, (2), dois terços do número total de respondentes.

É interessante que houve uma igualdade de eleições com as alternativas (I) e (V). Fato que se podem estabelecer associações frente às considerações que foram elaboradas no parágrafo anterior.

Observe-se então que a indicação para eu haja a redução de uma seletividade racial, no que se refere à ação policial, porque ela alimentaria o no sistema prisional. Como já tem sido considerado ao longo dos processos descritivos, que a associação com os fatos sociais comuns à pobreza e à baixa escolaridade acaba por indicar fatores que contribuem sobremaneira para a iniciação às práticas subjacentes à criminalidade. Muito embora, não seja compromisso dessa pesquisa tratar de dimensionar aspectos explicativos a esse respeito, já se pode pensar a respeito deles.

Em conexão com essa preocupação de que o sistema está relacionado os aspectos vigentes nas demais instâncias da sociedade a que a pobreza acabe sendo um dos fatores a serem associados ao racismo estrutural que atinge os sistemas em que mulheres estão sob a tutela do Estado, mesmo que sejam no estado de Pernambuco. Isso registrado, (4), quatro pessoas também, que se faz necessário colocar em discussão “as condições precárias” dentro das instituições carcerárias. Mesmo porque essa realidade como especificado na alternativa é oposto aos preceitos de dignidade humana e o que se refere aos direitos dos privados de liberdade, que estão sob a tutela do Estado.

Nesse sentido, se pode ressaltar tal aspecto aqui reiterado em caráter descritivo, com base nos destaques feitos às alternativas, veste terem sido explicitadas no quadro, mas, seguindo a ordem de eleições pertinente ao seu registro no instrumento questionário.

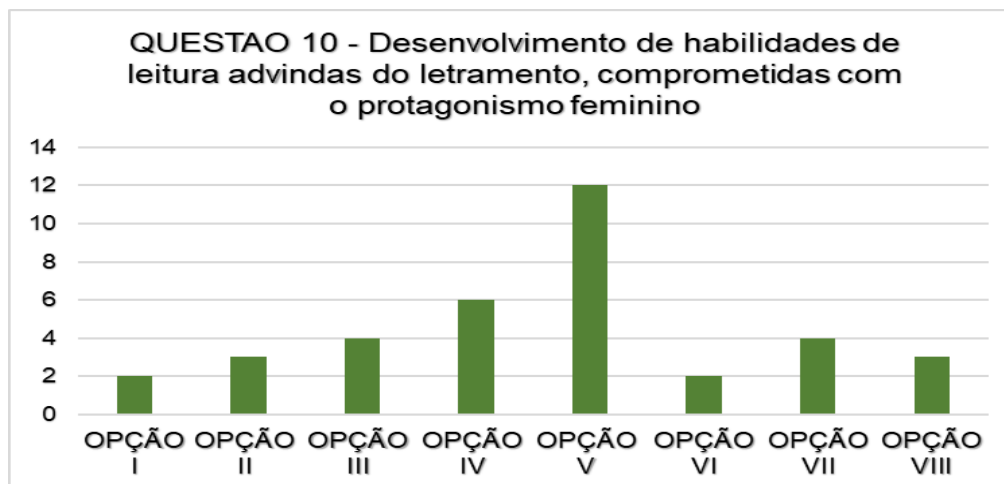
4.5 ETAPA IV RESERVADA À PESQUISA DE CAMPO – OBJETIVO ESPECÍFICO

Nº 3

Em sequência ao quadro descritivo dos dados coletados, o primeiro gráfico dessa etapa está voltado aos parâmetros do objetivo específico de número 3, e tendo em vista a sua importância para a construção a que o planejamento analítico corresponderá, a seguir registra-se sua redação:

“A realidade do encarceramento, promove que desafios para as mulheres sob a privação de liberdade, no que se refere ao desenvolvimento de ações, que tenham em vista o desenvolvimento de competências e habilidades de leitura advindas do letramento, comprometidas com o protagonismo feminino, impulsionado pela leitura?”. Exploração descritiva dos dados para o Objetivo Específico 3.

Gráfico 10 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 10ª Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Os dados tabulados e apresentados sob o gráfico de número 10, em relação à questão de mesmo número, aponta um nível isolado da alternativa de (V), tendo sido eleita por (12) respondentes. Isso quer dizer que todos optaram por considerar o seu conteúdo como sendo compatível para fazer referência a uma característica, necessidade ou, tensão comum ao sistema prisional a que os sujeitos de pesquisa, que são gerentes do programa de educação formal. E como já tem sido registrado, está subordinado a duas secretarias do estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. São elas a SEDUC – PE e a SEAP. Essa segunda está ligada à Segurança Pública do estado já mencionado.

Esse fato chama atenção porque neste caso 100% dos sujeitos respondentes da pesquisa no campo dos desafios frente ao nível de leitura que considere suscitar a protagonização feminina, que deva ser motivada pela convivência com a leitura, que seja voltada a esse propósito. A totalidade entende que esse desafio ligado à sua experiência, se deve a ocorrência de estigma social que, afeta logicamente, a autoestima. Em razão disso, se tem um prejuízo à dedicação aos processos de leitura. Especialmente, aqueles que se ligam ao engajamento.

Isso quer dizer que os (12), doze respondentes indicaram a mesma alternativa como sendo admissível à classificação de desafio. Em relação ao que concebe como desafio, os respondentes também, apontaram com base na alternativa (IV), que há existência de barreiras linguísticas cuja interferência também, se dá no campo dos propósitos da educação. Ela enquanto sistema e enquanto realidade vigente em cada unidade de ensino, brasileira. Logo, a existência desses obstáculos se refere

em grande medida ao fato de que não há ainda no Brasil uma segurança pedagógica que se refira ao fato de que os estudantes brasileiros não sejam acometidos pelo fenômeno do analfabetismo funcional.

É importante reafirmar que Almeida (2018), ao se dedicar à temática do letramento como sendo ser necessário entender sua operacionalidade. Isso revela que o que se deseja é que as barreiras linguísticas sejam não apenas, identificadas, mas, sobretudo, combatidas. Isso porque a leitura não se limita apenas, a enunciação. Antes disso, a leitura carece de desvelar os mistérios envolvidos para que o conhecimento, advindo da utilização de símbolos ligados à cultura. E isso se relaciona também, ao repertório cultural que em muito auxilia para que um não leitor se torne leitor consciente. E isso tem a ver com atribuir sentido aos significados expressões pela leitura.

Na terceira colocação, frente às escolhas dos sujeitos da pesquisa, surgem as equivalências no campo dos desafios, que se referem às alternativas (III) e (VII).

Ambas as alternativas apontam para o fato de que não se consegue atender a um número maior de mulheres privadas de liberdade e até homens, tendo em vista que há entre os respondentes gerentes do programa de educação formal de das duas secretarias de estado: educação e segurança pública do estado de Pernambuco. Acerca de impedimento de melhor assistir as privadas de liberdade e, também, os privados está à superlotação. E que ela gera insegurança ao sistema prisional e, por causa disso, restringe-se a quem será possível ser assistido pelo programa de formação em Educação Básica. Logo, o desejo do Estado fixado em lei para desenvolver um trabalho para o resgate da consciência cidadã. E ela não se afastaria do combate às implicações do racismo às mulheres negras, que no caso do sistema prisional, se assume uma face não menos letal: a de ser estrutural.

Outro desafio é evidenciado pelos respondentes, ele se refere ao fato de que após o cumprimento da pena, o agora, liberto, contemporâneo – “livre”, tem dificuldades para empregar as habilidades mediadas pela convivência com as rotinas de aprendizagem, fruto do ensino, na escola em exercício em unidades prisionais de Pernambuco. O que revela haver uma possível dicotomia entre o ponto de vista do trabalho feito pela escola no sistema e a realidade do mundo social ligado à realidade externa ao sistema carcerário.

No quadro a seguir se tem a possibilidade de verificar as relações atribuídas pelos respondentes de acordo com a ordem em que foram definidas pelos sujeitos de pesquisa, no instrumento questionário.

Quadro 17 - Instrumento Questionário – Questão 10 – Objetivo Específico 3

Alternativa	Enunciado	Nºeleições
V	“Estigma social e autoestima prejudicada, o que pode afetar a motivação e o engajamento em atividades de leitura”	12
IV	“Barreiras linguísticas e educacionais que podem dificultar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades de leitura”	6
III	“Restrições na participação em programas educacionais devido a problemas de segurança ou superlotação nas prisões”	4
VII	“Desafios para aplicar as habilidades de leitura adquiridas dentro da prisão no contexto externo após a libertação: cumprimento da pena”	4
II	“Dificuldades em conciliar o desenvolvimento de competências de leitura com outras responsabilidades, como cuidar dos filhos ou lidar com problemas de saúde mental”.	3
VIII	“Obstáculos adicionais a assistidos pela perspectiva do letramento: o fato de serem mulheres e negras, que enfrentam, ainda a discriminação de gênero dentro do sistema prisional, tornando ainda mais difícil o acesso ao desenvolvimento de competências de leitura”	3
I	“Acesso limitado a materiais de leitura relevantes e educativos dentro do ambiente prisional”	2
VI	“Falta de apoio institucional e recursos adequados para promover o letramento com mulheres sob privação de liberdade”	2

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Há que ser ainda ser posto em destaque que a alternativa eleita pelos (12), doze, respondentes traz na redação, definida para a questão de nº 10 a ideia de “estigma”, ou seja, cicatriz. Para efeito de reflexão cabe lembrar que de modo similar, os judeus foram um povo cujo símbolo de exclusão esteve por muito tempo associado às práticas de exclusão e de interdição social. E um dos símbolos comuns para ser adequada às violações de ordem moral, cultural, religiosa e subjetiva se deu em função da “circuncisão”. Ela correspondia a um fundamento de fé. E, por essa razão,

se distinguia dos demais símbolos vigentes em outras civilizações com as quais direta ou indiretamente, o povo judeu mantinha relações sociais.

Com base nessa similaridade, o estigma diz respeito a elementos considerados passíveis para que se possa destinar à pessoa e grupos étnicos as atitudes, que bem expressem violações amplas, umas no plano subjetivo psíquico, e outras que se dão simultaneamente, no campo externo. Ou seja, se manifestam em processos de interdição para que os que são estigmatizados estejam impedidos de atuar em várias áreas de trabalho formal; outras comuns a cargos de chefia nas mais distintas instituições; e, claro, também, de acesso e permanência em instituições de educação formal.

O estigma serve para a imobilização de um grupo ou classe étnica a não adquirir direitos sociais. E caso, tenha acesso limitado a algumas, não obtenha as mesmas condições que os demais grupos étnicos. E cabe salientar que essa difusão se dá sobre a negação de que existam de fato, discursos e ações que se harmonizem com as desigualdades, fruto do estigma racista sob sua face estrutural. O ponto é que se tem a propagação, mas não se tem um combate acerca desse processo e da gravidade promovida em razão dele.

Esse quadro revela a seriedade da eleição em totalidade os respondentes, tendo em vista que os estigmas dentro de sistemas prisionais contra as mulheres, que estejam cumprindo pena, correspondem a algo cuja aparência é de naturalidade. Comum ao sistema, não tendo, portanto, razões para que as pessoas atingidas possam inquietar-se contra tal conjunto de ações contra elas.

No caso se as mulheres são negras, esse panorama se difunde de modo ainda mais severo. E apesar disso, a negação sobre a existência do racismo e de suas implicações às vitimadas se torna um elemento que atinge o alcance que um programa educacional possa promover, haja vista os efeitos do estigma junto à psique de mulheres privadas de liberdade. Sobre a negação do racismo cabe destacar:

[...] uma opinião negativa específica sobre determinado membro de um grupo étnico ou sobre um determinado ato, pode muito bem ser considerado justificável, ao passo que uma opinião negativa mais geral sobre minorias étnicas, pode ser vista, como constitutiva de uma atitude racista. (Van Dijk, 2008, p. 159, grifos para esse estudo).

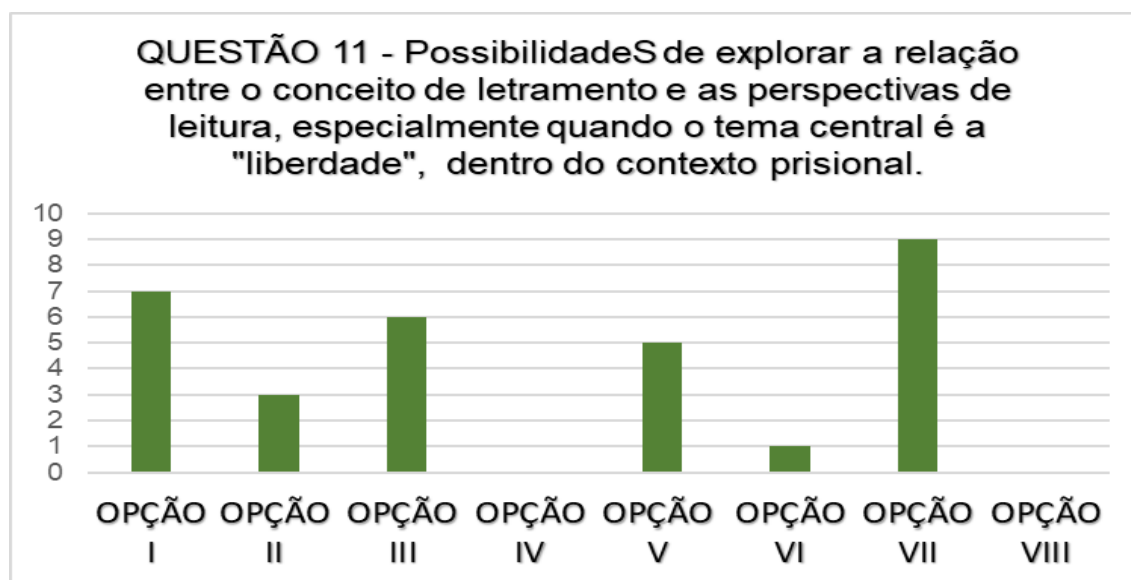
Observe-se que há consenso dos grupos não vitimados por implicações decorrentes de estigmas que à medida que se tenha a recorrência de práticas comum à utilização de palavras e expressões, aliada ou não atitudes de caráter excludente,

que estejam apoiadas ao fenótipo de cor contra a pele negra. Isso torna todos os correspondentes a tal estigma como sendo aceitável o desenvolvimento de atitudes contra o grupo estigmatizado.

Com efeito, a alternativa, concentra a gravidade do estigma social como tendo interferência contra as mulheres dentro do sistema, possivelmente, mesmo que sua carga se dê de modo menos letal no sistema, as mulheres chegam a ele com essa carga histórica de convivência com a estigmatização social. E por essa razão, sua autoestima está severamente comprometida para várias propostas de assisti-las por programas no sistema que visem alterar a consciência de exclusão, por uma nova mais favorável a inclusão. Esse de fato, se apresenta como um desafio considerável para dificultar o trabalho em âmbito de educação formal, na unidade prisional, no estado de Pernambucano, reservado às mulheres.

Em busca de aproximar as eleições feitas pelos sujeitos da pesquisa ao objetivo específico que dirige as ações de interpretação do dado tabulado, dê-se atenção à leitura do próximo gráfico de Nº 11, que trata da questão de número 11, que figura no instrumento questionário, empregado para a realização de entrevista, frente à pesquisa de campo.

Gráfico 11 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 11ª) Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

No sentido permitir a compreensão dos dados aqui tabulados, registra-se o enunciado da questão de Nº 11, a saber:

“A relação entre o conceito de letramento e as perspectivas de leitura, haja vista o papel dos sentidos relacionados a textos, cuja identidade temática esteja situada a partir de reflexões sobre ‘liberdade’, seria possível mesmo dentro do contexto prisional, sob que previsões, que incidam sobre o ponto de vista curricular?”.

Cabe destacar que (9), nove, respondentes, sujeitos da pesquisa, elegeram a alternativa (VII), no que se refere aos pontos que merecem destaque no enunciado da questão se refere ao fato dele ser constituído da referência “a programas educacionais, que incluam materiais de leitura relevantes para os detentos, promovendo temas como liberdade”.

Uma vez que apenas, (4), quatro, respondentes não elegeram essa alternativa, permite considerar que há gerentes e docentes com a atuação na prática docente, que enxergam a necessidade de que se tenham materiais de leitura que dimensionem aspectos relacionados ao tema da liberdade. E isso se mostra importante para que contrastes em relação a essa perspectiva filosófica possa receber um tratamento adequado em programas de educação formal. E há na alternativa a indicação que se tenha nesse sentido ‘no sistema prisional – políticas de educação’, que figurem como mediadoras dessas situações formativas. E, de grande relevância para as mulheres privadas de liberdade.

Há que se ter em mente de a importância da leitura nos sistemas prisionais do Brasil é um tem recorrente em pesquisas que evidencia a busca para que o resgate de condições éticas em favor da formação incompleta dos que estão cumprindo pena, seja razão de pesquisas que avaliam a sua importância, como se percebe a partir do que assinala a respeito disso Jesus⁶⁵ (2023).

Como segunda alternativa mais eleita figura a (I) com (7), sete eleições e há uma relação de harmonia com a mais escolhida pelos respondentes já que eles apontam que “o letramento pode oferecer oportunidades de crescimento pessoal e cognitivo”. Observe-se que a alternativa também, aponta para o fato de que para isso tenha uma flexibilidade curricular, vinculando esse elemento de programação para as práticas docentes de temas como liberdade, sendo elemento de estudo por meio de textos variados.

⁶⁵ Artigo: A leitura como um poderoso instrumento de inclusão, ressocialização e remissão da pena do detento. Disponível em: <<https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/82>>. Acesso em: 15/01/2024.

Um ponto que merece destaque é que essa alternativa põe em evidência de que dimensionar a temática da liberdade, não se restringe ao ambiente, observe-se, como foi registrado no enunciado: “independente do ambiente”. Em relação a isso, evidencia-se que os sujeitos de pesquisa sejam os que atuam na gestão do programa de educação ou na sua prática docente, reconhecem a possibilidade de trabalhar com a temática da liberdade sob o ponto de vista do letramento.

Figura como a terceira alternativa mais eleita à alternativa (III), que também versa a respeito sobre a importância da leitura com seu lugar no programa de formação em escolas do sistema prisional. Mas, nesta alternativa há um pormenor importante que diz respeito ao a tensão entre a disposição individual do detento, como sendo algo que interfere nas perspectivas de leitura definidas para o seu estudo, conforme a definição de um programa.

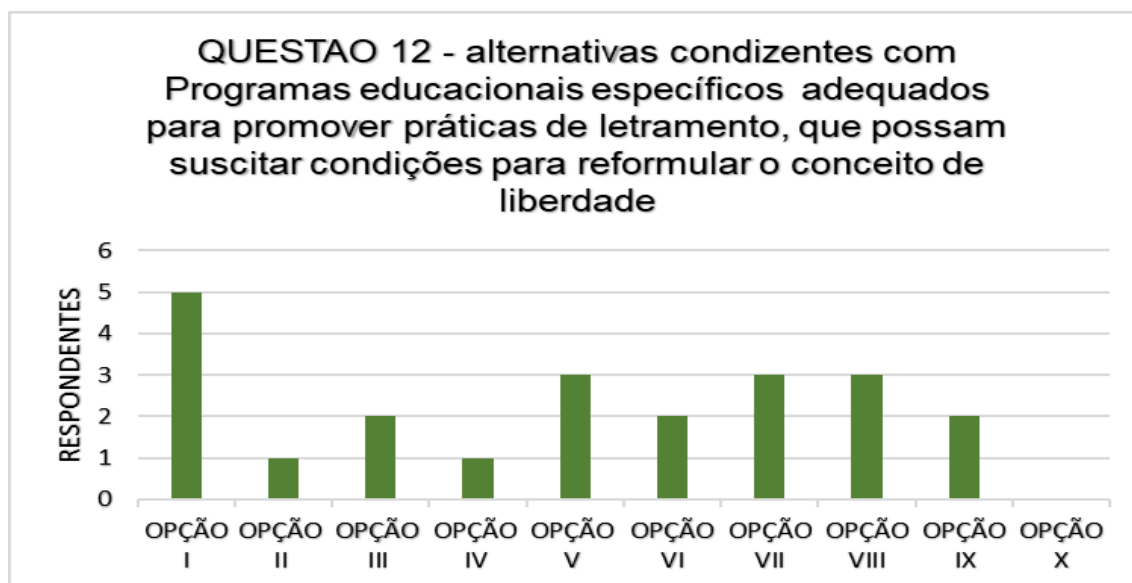
Essa linha de raciocínio permite que seja assinalado o lugar das questões comuns à existência de estigmas, preconceitos e, claro, questões de ordem étnica que favorecem intolerâncias. Além do fato como já foi percebido em outros momentos da análise, o quanto essa temática se relaciona com a autoestima de cada privado de liberdade. Por uma questão de obviedade, isso não se tornaria menos, complexo ou grave no caso, da privação de liberdade ser nesta pesquisa, elemento de centralidade as mulheres que estão encarceradas.

É fundamental ser avaliado que há uma implicação de ordem psicológica quando se tem a difusão do racismo, no âmbito subjetivo. Por sua vez, isso pode tornar-se um desafio mais sério para a viabilidade do trabalho de leitura, sob a ótica do letramento. Visto que ele requer uma imersão maior no campo de cognição e análise de cada mulher assistida por um programa de estudos em que a leitura se desenvolva em favor da significação frente às ideias presentes em cada segmento de textos, pela busca necessária de reflexões face aos sentidos advindo da leitura.

Em construção da nova etapa reservada à questão de Nº 12, também será registrada o que versa o enunciado, no sentido de que as relações voltadas à busca do caráter descritivo recebam atenção.

Antes se leia o processo resultante da tabulação:

Gráfico 12 - Escolha dentre as alternativas correspondentes a 12ª Questão



Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Nesta questão de Nº 12, o enunciado reza o seguinte: “Você acredita que programas educacionais específicos, voltados para as mulheres em sistemas prisionais estão adequados para promover práticas de letramento, que possam suscitar condições para reformular o conceito de liberdade?”

Em relação a isso os respondentes indicaram como alternativa predominante com (5), cinco eleições, o que circunscreve a existência de programas de leitura, que se relacionam com as “narrativas pessoais”. Conforme a designação atribuída a essa expressão na alternativa (I) que está em processo de análise. Alia-se a essa área de vivência a partir da leitura reflexões sobre “identidade e experiências individuais”, e estas fazem então, menção ao lugar dado a “suas vozes”, ou seja, a das mulheres sob a privação da liberdade.

Já as alternativas (V), (VII) e (VIII), receberam a eleição por (3), três sujeitos da pesquisa respectivamente. Há que ser colocada que essa última questão da entrevista foi aquela em que os entrevistados apresentaram maior heterogeneidade, no que se refere ao número distinto de alternativas escolhidas.

Essa constatação se deve ao propósito das alternativas e para melhor delinear aspectos que se consideram importantes para os interesses do estudo aqui em fase de desenvolvimento, reflita-se sobre alguns pontos. Cabe enfatizar que a alternativa (VII), está denotada por “em parte sim” quanto à existência de programas com especificidade em relação a tratar temas que sejam de importância específica à

formação das mulheres, que se encontram sob a tutela do Estado. E que essa tutela se dê com base em um sentido adequado aos moldes da leitura em respeito aos parâmetros de letramento.

Possivelmente, isso acaba também, indicando que apesar da importância da leitura como elemento de remissão de pena, não há consenso de que esta ocorra com base em uma leitura crítica⁶⁶, capaz de desvelar os significados e sentidos dela.

Reflita-se, pois, se a leitura ocorre comprometida com essa lógica então, o sistema incorpora a leitura consciente favorável à descoberta do papel da leitura em conectar os leitores a uma rede de sentidos fundamental à formação das mulheres. Por outro lado, se ela se prende a ação mecânica de uma enunciação superficial, será pouco provável que a leitura consiga ser ampliada para o nível de revelação quanto à importância do conteúdo que está sendo mediado pelos signos – palavras – do texto.

Ao ser motivo de uma maior reflexão em relação aos dualismos comuns a processos de leitura que não são propositores de revelação crítica, é interessante pensar em relação ao que versam as alternativas, com o mesmo número de eleições. Em relação à alternativa (VIII), há (3), respondentes que acreditam haver relação entre as práticas de leitura comum ao letramento porque há “clubes de leitura e escrita”. E isso com vistas a debates em relação à “leitura de livros e textos relevantes”. Em tese esse processo estaria direcionado ao desenvolvimento de competências de habilidades de leitura e escrita.

Em função desse panorama, a alternativa categoriza positivamente para a ocorrência de práticas de leitura adequadas à lógica do letramento. E ela sendo então, ligada à temática da liberdade.

É curioso que as alternativas (II) e (IV) tenham sido eleitas por apenas, (1), um respondente respectivamente.

É interessante quanto ao fato de que há planos distintos e vários em relação ao mesmo questionamento expresso pela alternativa (12), doze, e como se tem procurado colocar em destaque, ao longo desse percurso analítico que se deu posições muitas diversas. Isso apregoa uma revelação que pode ser configurado como promotor de quadros opostos em relação a como gestores e professores que atuam no programa de educação, com ênfase à leitura, a que se destina às mulheres

⁶⁶ Acerca de uma leitura não crítica: [...] “se esvazia toda vez que o leitor aceita o texto como objeto acabado, toda vez que ele não exerce seu direito de interlocução, privilegiando com isso o autor no processo.” Kleiman (2008, p. 39).

privadas de liberdade, que se beneficiem dos processos formativos inerentes à leitura, que se dá em instituições de ensino básico, no ambiente prisional, e com foco para a propensão da leitura crítica. Isso quer dizer leitura que ensaja o letramento.

Apesar de essa proposta envolver um planejamento e consciência docente, que se deveria vincular a etapas bem definidas pelos que estão à frente do programa. Que neste caso, ao serem autores de um programa cuja coerência das ações planejadas é favorável ao desenvolvimento de leituras que impulsionem o desenvolvimento de uma criticidade crescente. Então, se teria também, uma maior congruência entre aquilo que os atores para a definição do programa e na parte de execução dele, deveriam apresentar alguma sintonia quanto àquilo que compreendem como sendo característica desse programa educacional. Com efeito essa correlação se daria de modo sistemático e não casual ou assistemático.

Seja motivo de observação que alternativa (I), está voltada de que de modo afirmativo “Sim”, há programas voltados ao letramento para atender mulheres privadas de liberdade, que são assistidas por ações do programa de educação formal para os anos finais: 8º e 9º ano, comum à Educação de Jovens e Adultos, em unidades prisionais que assistem exclusivamente mulheres em Pernambuco. Todavia, a força dessa afirmação, foi eleita por apenas, (1), um sujeito de pesquisa.

Esse fato coloca em xeque a ideia de que há uma consistência no que se refere a essa afirmação, tendo em vista que há (12), doze sujeitos respondentes. E, que dentre eles, (11), onze não elegem a força afirmativa que reconheça a existência desse programa de modo tão específico e direto em relação à existência de um programa de ensino em que se dê de modo adequado práticas de leitura para a promoção do letramento como prática que advenha de ações do programa de leitura instituído.

De modo similar a alternativa, construída a partir da força afirmativa: “Sim!” presente opção de (IV), presente na questão de número (12), doze, que neste caso, compreende a existência cursos cujo direcionamento se dá em favor do desenvolvimento de “habilidades sociais e emocionais para ajudar mulheres a desenvolverem habilidades de resolução de conflitos, comunicação eficaz, gestão do estresse e construção de relacionamentos saudáveis [...]”.

Apesar da importância da força definida pelo “Sim”, em relação a essa perspectiva de ação comum ao programa. Apenas, um respondente – sujeito da pesquisa elegeu a alternativa. O que leva a crer, que se tem a expectativa, mas não

exatamente de que a existência do desejo seja manifesta de modo a uma ainda que relativo alcance de todas as mulheres que são assistidas pelos programas de formação educativa, especialmente, em favor da leitura que se deseja incutir o “letramento como ótica de trabalho docente, que possa ser articulado com resultados de seus benefícios, sendo percebidos pelo número de mulheres assistidas”. Algo que merece maiores aprofundamentos em mais pesquisas acerca desse pormenor.

No mais, fica evidente de que há o desejo especificado de que o programa de estudo e leitura no que se refere à educação formal com que as mulheres privadas de liberdade são assistidas existe. No entanto, a consistência do alcance desse programa não se pode exatamente afirmar que se dê de modo a resultar em benefícios para todas as mulheres, que estejam matriculadas no 8º e 9º da Educação de Jovens e Adultos – EJA, com foco nas expectativas postas nas diretrizes para a educação formal em escolas, radicadas no sistema prisional de Pernambuco.

Saliente-se que outras considerações serão elaboradas na etapa de diálogo com os autores na etapa dos resultados abrangentes, a que foi reservado uma etapa para cada objetivo.

4.6 OBJETIVO ESPECÍFICO Nº 1 - ETAPA RESERVADA À ANÁLISE: DIÁLOGO COM OS AUTORES

Em respeito ao ponto de vista dissertativo em relação aos seus parâmetros acadêmicos, a lógica a ser empregada será estabelecida em razão de que posições possam ser definidas, tendo em vista a interpretação com base em percepções e ou em conceituações definidas por autores cuja relação é possível de ser estabelecida com o argumento que sustenta a pesquisa, que está em via de construção, sem perder de vista o objetivo⁶⁷ eu regulamento as percepções aqui delineadas.

No que se refere ao papel da aquisição da linguagem escrita ou de sua relação com a leitura, é sensato situar que:

A aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (Freire, 1996, p. 59, grifos para essa pesquisa).

⁶⁷ “definir o papel do letramento como ferramenta de empoderamento e transformação social para mulheres em situação de encarceramento.”

A adoção desse ponto de vista, se deve ao fato de que não é admissível que a leitura seja tolerada em sua adoção em um programa de em um sistema prisional, que tem como finalidade não apenas punir. Visto que a simples ideia de punição não seria suficiente com o propósito de defender o Estado a si mesmo. E, por conseguinte as instituições na sua absoluta totalidade de iniciativas que correspondem ao caráter delitivo.

Convém também, lembrar que a ideia de crime, representa a um construto que fere a consciência moral daquele ou daquela que se afeiçoando à perversão aos valores de moralidade no qual se insere a honestidade, a coerência de caráter que se refere a rejeitar as posições improcedentes ao nível de justiça não apenas, moral, ética, e sim, sobretudo, condizente com a utilização da racionalidade manifesta pelo que Freire (1996), denominou como “cidadania”.

É verdade que para isso pertinente é a busca por desvendar a realidade social, não apenas em face de rejeitá-la. E sim, especialmente, reformular a realidade distante do ideal de civilização racional, se aproxima de esforços conscientes e consistentes para a sua emergência. Afinal, uma sociedade civilizada não pode coexistir com o paradoxo do crime e da insegurança em sentido amplo, tendo em vista a prática da criminalidade.

Com efeito se deseja combater a criminalidade, se faz necessária de que a leitura em favor do crime, possa ser suplantada em favor do que é justo e pertinente à dignidade humana.

Com isso em mente, a seguir se considerou pertinente a construção das correlações dos processos descritivos com base em aspectos favoráveis à argumentação que correspondem a: convergência; equivalência e discrepância parcial ou total,

Essa opção no que se refere ao relativismo que enseja a tabulação dos dados coletados, que não apenas, organizam o processo comum à pesquisa de campo, mas, sobretudo, permitem ao pesquisador determinar aspectos que são carentes de sua substantivação.

Isso quer dizer que se pôde delinear aspectos em decorrência dos dados quantitativos para que fosse possível a busca pela compreensão de elementos que se direcionam ao fato social. Neste caso, essa análise se refere ao fato social: a materialização do programa de formação em virtude da educação formal, sob atmosfera do Ensino Fundamental, anos finais: 8º e 9º anos. Uma perspectiva de

ensino e aprendizagem que está relacionado aos limites e expectativas dessa modalidade de ensino da educação brasileira, para mulheres e também homens privados de liberdade. Popularmente, conhecidos como sendo presos, penitenciários (as).

Muito embora caiba enfatizar que a intenção da pesquisa esteve todo tempo comprometida com a realidade de mulheres vista a partir do entendimento de sujeitos cuja atuação profissional tem a responsabilidade de atribuir vida ao propósito reformista do Estado. Haja vista que ele mantém a associação de ações conjuntas da Secretaria de Educação de cada unidade federativa do Brasil, os estados, em espanhol departamento a garantirem um sistema oficial de educação básica. Que se dá em parceria com as secretarias de segurança pública de cada região a criar as condições para a imersão dos estudantes cuja aplicação da penalidade prevista em lei, responsabiliza os entes federativos em construir programas de formação visando o resgate da humanidade perdida, interditada, negada frente às violações comuns as distorções inerentes à sociedade contemporânea.

Eis porque a leitura do mundo social se mostra tão necessária porque se liga ao combate à naturalização da barbárie social.

Além dos aspectos já registrados nessa etapa, a partir dela então as posições a serem aqui definidas irão considerar os dados elencados no quadro a seguir, na intenção de que correlações sejam construídas e alimentem às definições filiadas à argumentação.

Quadro 18 - Relações argumentativas - Caráter Descritivo: obj. específico nº 1

Questão	Enunciado da alternativa	Correlações
Questão 4 Questão 5 Questão 6	AL ⁶⁸ VI: “permitir que uma pessoa possa redimensionar sua cultura”. AL: VIII “incorporar práticas de leitura e escrita em contextos sociais, culturais e instrucionais diversos”. AL I: “Sim” AL III: parcialmente; AL IV: eventualmente.	(11) eleições; (10) eleições; (06) eleições; 50% (05) eleições; (01) eleições;

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

⁶⁸ Diz respeito à alternativa condizente à questão e, que está atrelada ao objetivo específico a que corresponde.

Ao ser observado esse quadro voltado a correlações está explicitado que a ideia de que um programa de formação que se debruça, frente à finalidade de instituir práticas de leitura, preocupadas em promover a adoção de uma consciência de leitura, que seja capaz de promover uma reformulação da cultura a que os indivíduos estão imbuídos, se mostra como sendo fundamental para os (11), onze respondentes de um total de (12), doze.

É prudente lembrar que essa totalidade está ligada à promoção do programa de formação básica, sob as ações de (2), duas secretarias de estado: SEDUC e SEAP ambas do estado de Pernambuco. Além disso, enfatize-se que esses sujeitos de pesquisa então atuam de modo estratégico para a difusão de todo o programa de educação voltada a jovens e adultos em todo o sistema prisional do mencionado estado, cujo total de unidades prisionais somam um total de (23), vinte e três. E desse total, voltadas aos homens, são (21), vinte e um. Ao passo que, apenas, (2), dois estão restritos ao cerceamento de liberdade de mulheres.

Então, é digno de reflexão que as posições definidas pelos sujeitos da pesquisa se referem àquilo que entendem como comum ao estado, e, em caráter amplo às (2), duas realidades, tanto homens quanto mulheres. No caso das mulheres e a necessidade específica dessa pesquisa de construir um olhar acerca do lugar adjetivo comum à assistência disponível às mulheres, optou essa pesquisa, em dar atenção também, a professores cuja atuação se dá em particular às mulheres em uma das unidades femininas, cuja capacidade de mulheres cerceadas de liberdade é de 500 cerceadas de liberdade que se encontram sob a tutela do Estado.

Frente a esse contexto fica evidenciada a importância de que se faça necessário a incorporar práticas de leitura, sem que possa perder de vista sua relação adequada aos diferentes contextos sociais, culturais e intencionais, pertinentes a AL VIII.

O que revela a necessidade de que sejam urdidas ações voltadas ao despertar dessa nova percepção para que seja possível dissuadir a inclinação delitiva. Vê-se, portanto, a importância desses processos de leitura cuja especificidade se articula com a importância de uma consciência crítica em face da operacionalidade dos papéis a serem mediados pela leitura.

Esse entendimento se harmoniza com a seguinte consideração:

A especificidade da educação em espaços prisionais será sem dúvida ajudar o detento a identificar e hierarquizar as aprendizagens para lhes

dar um sentido: para que elas possam lhe oferecer possibilidades de escolha com conhecimento de causa; para que a faculdade de escolher reencontre seu campo de ação, a saber, o eu-aprisionado, mas aprisionado por certo tempo apenas. (De Maeye, 2013, p. 7 grifos para esse estudo).

Outro aspecto que merece ser incluído nesses processos analíticos em diálogo com autores de referência se refere ao fato de que foi possível perceber que as afirmações acerca da existência de um sistema, um programa de formação em favor da leitura, sob o ponto de vista dos significados a que lhe são peculiares foram significados sob o panorama de que dos (12), doze sujeitos de pesquisa, (6) seis, deles concordam com a existência de um programa adequado. Mas, houve outros (6), que pela sua experiência preferem associar a eventualidade, correspondente à parcialidade de que essa adequação exista.

Tem-se aí um contraste que não chega a inviabilizar a existência de um programa ou, de que ele exista de modo adequado. Há, pois, um compromisso posto de modo objetivo, mas que não se pode ser denominado o programa como equivalente no todo ao seu propósito.

Em função disso, cabe reiterar o lugar dos que estudam as limitações e desafios vigentes em sistemas prisionais para que haja uma política de leitura que esteja apropriada de modo pleno com o seu propósito. Observe um registro acerca disso nas palavras do Presidente do CNJ: Comissão Nacional de Justiça.

“A remição pela leitura, que ganhou um novo impulso com a Resolução CNJ 391/2021, hoje é uma atividade central para a ressignificação da capacidade de inclusão das pessoas. Que cada palavra escrita e lida represente um grito de liberdade, um símbolo de resistência e um sopro de esperança”, destacou o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Lanfredi, na abertura do evento. (Brasil, 2023).

É indiscutível que o ponto de vista do Estado brasileiro inclusive pela posição harmônica entre o executivo federal e o judiciário revela a credibilidade do que pode a leitura promover em termos de inclusão, que tem em vista a ressignificação e, em razão desse propósito se dá em manifestação mesmo que no cárcere como sendo veiculação da liberdade. E essa liberdade pode e deve ser propiciada a mulheres para que elas possam ser protagonistas dessa liberdade de pensamento, capaz de restaurar sua consciência social, apoiada em valores morais, éticos e de uma cidadã ciente de seu papel social.

Em relação a essa linha de raciocínio e a sua importância para o Estado é claro, para as mulheres assistidas por um programa de educação formal, voltada ao resgate da oportunidade de estudar, apesar de sua importância se tem o dualismo, que carece de ser investigado. E isso se deve à necessidade de que a justiça de oportunizar se torne uma regra efetivada e não apenas, escrita. Visto que precisa ser o interesse do Estado não apenas, definir os estudos e, por sua vez a leitura como sendo legítimos, mas investir para que as situações obstrutivas sejam identificadas e combatidas. Haja vista que as condições são paradoxais na prisão para as mulheres privadas de liberdade.

Frente a isso se pode ler a realidade contraditório posto por Madrid e Neia (2015, p. 19):

Muitas vezes, as mulheres demonstram desinteresse pelas atividades por estarem abaladas psicologicamente, preocupadas com as famílias e por tensão da própria prisão. Há, porém, aquelas que estudam, pois, sentem-se respeitadas e valorizadas pela sua família, principalmente por seus filhos, buscam então, servir de exemplo. (Grifos para essa pesquisa).

Com efeito a importância da leitura se dá frente à importância de dela como sendo um mecanismo favorável à conquista de compreensão do “mundo social”, em face não apenas, de seu combate, mas especialmente de sua reconstrução. E, se os cerceados de liberdade forem assistidos para que incorporem uma nova maneira de se entender e entender os contextos em que a exclusão esteve historicamente apoiada⁶⁹ há, pois, uma grande chance de que a justiça adquira lugar, não apenas, a penalidade, que atinge o corpo. Todavia, nem sempre atinge a mente de modo positivo.

Diante das posições aqui elaboradas percebe-se que o tema é de importância social e em defesa da dignidade humana. Na etapa posterior serão atribuídas novas análises subordinadas ao 2º objetivo específico.

Convém, destacar como desfecho para as considerações conclusivas que: "O letramento é uma ferramenta essencial para a autonomia das mulheres encarceradas, pois lhes dá acesso ao conhecimento e habilidades necessárias para se tornarem

⁶⁹ O que, por vezes, afronta à própria Lei de Execução Penal onde estabelece de forma explícita **os direitos e deveres das presas, que na maioria das vezes são violados em sua totalidade**. Bem como da Lei Maior, a Constituição Federal, no que tange **ao direito de dignidade humana**. Madrid e Neia (2015, p. 2, grifos para esse estudo). Disponível em: <<https://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2016/01/doctrina42831.pdf>>. Acesso em: 18/02/2024.

agentes de sua própria transformação." (Adaptado de Nogueira, 2018, p3). Isso coloca em evidencia de que não se poderia mencionar a remissão de pena pela leitura, se o conceito de leitura não estiver comprometido com o letramento.

Isso porque essa perspectiva de mediação está vinculada à descoberta dos significados e sentidos a que o leitor ou, no caso dessa pesquisa, de cada leitora necessita de situar uma leitura que seja capaz de reordenar sua compreensão acerca da vida. E sob a percepção ampla da vida, a de cada leitora de modo singular torna-se um mecanismo de reparação e inclusão redimensionando as possibilidades das mulheres bem assistidas por tais processos de formação. O que na ótica dessa pesquisa se deve à promoção da liberdade que se dá pela protagonização dessa leitura.

4.7 OBJETIVO ESPECÍFICO Nº 2 - ETAPA RESERVADA À ANÁLISE: DIÁLOGO COM OS AUTORES

É perceptível que colocar em discussão aspectos do racismo estrutural se mostra uma tarefa difícil, mas, urgente, tendo em vista o histórico do racismo ao longo não apenas, de sua construção, mas de seu aperfeiçoamento e reformulação. E, em face disso, deseja essa etapa da pesquisa trazer à tona o ponto de vista sobre esse elemento de grande incidência para os processos de exclusão e segregação históricos no Brasil, o que permite estabelecer relações possíveis no caso dela no estado de Pernambuco.

Antes se considera importante lembrar que a validade do objetivo específico nº 2⁷⁰ figura como elemento que dá sentido às opções analíticas em nível de discussão nessa etapa que visa explicitar em maior grau o caráter adjetivo da pesquisa descritiva.

Para atender esse cuidado, refirme-se o lugar do ponto de vista sobre o racismo elaborado por Van Dijk (2008):

[...] O discurso também, desempenha um papel fundamental para essa dimensão cognitiva do racismo. As ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos, aprendidos, e isso normalmente

⁷⁰ "Analisar as manifestações do racismo estrutural dentro do ambiente prisional e seu impacto nas experiências das mulheres encarceradas".

ocorre através da comunicação, ou seja, através da escrita e da fala. (p.135, grifos para essa pesquisa).

É importante considerar que ao ser especificado a necessidade de ser razão para análise em uma pesquisa pontos de vista acerca da ideia de raça, sem dúvida alguma isso se relaciona com os processos de comunicação. Isso porque eles tornam comum tais ideias e pela propagação delas, se tornam auxiliares de sua naturalização.

Isso representa que a leitura se liga também àquilo que foi escrito ou expresso por meio de “signos verbais ou não verbais”. Esses por sua vez sejam palavra, frases, orações, períodos mais simples ou mais complexos atribuem validade ao conteúdo positivo em relação a uma dada ética ou, também, negativo⁷¹. Por uma questão de lógica a comunicação também, é fala com maior ou menor consciência do se tenha dito.

E, claramente, essas acepções que se tem acerca de mulheres e homens negros, mais letalmente, aquelas e aqueles que estão sob a privação de liberdade em função das ações criminosas que praticaram. Mas que precisa ser de interesse das instituições que operam o sistema, principalmente, no que se refere à promoção da educação básica em nível de EJA, que seja proporcionado um conjunto de leituras que sirva a colocar em dúvida a naturalização de ter sido destinado à vida criminosa e que isso tenha eu ser o parâmetro restritivo de uma “liberdade”, presa ao arbítrio imediatista de eu possa estar direcionado por ações inconsequentes quanto ao poder coercitivo da lei do sistema jurídico, que por fim culmina no penal – o sistema presidiário nacional. Fato que essa forma de vida alheia à reflexão racional lhe prende ao desvaler subjetivo e social. Faz-se, portanto, útil que a leitura ocorra em virtude da busca por uma prática que considere o Letramento, preferencialmente, o social.

Por conseguinte as imagens, vídeos, filmes; novelas, imagens – ícones, elementos constituídos de um plano semiótico estabelecem relação com uma rede de significados, cujos sentidos estão a serviço ininterrupto para a propagação de ideias, assim como se dá com o racismo e sua face estrutural. É válido trazer à tona que a

⁷¹ [...] Tanto o sexismo quanto o racismo compartilham singularidades de serem dinâmicas determinadas e construídas historicamente e não ideologicamente. [...] a gênese desses dois fenômenos não parte de **elaborações intelectuais conscientes** [...] **persistindo na consciência contemporânea** sob forma fantasmática, simbólica e atemporal. **A dinâmica própria do racismo se desenvolve dentro do universo de atitudes, valores, temores, e, inclusive, ódios** – mesmo quando inconfessos – **infiltrando-se em cada poro do corpo social, político, econômico e cultural.** (Moore, 2012, p. 226, grifos para essa pesquisa)

sua implicação se revela em razão das condições de leitura a que os sujeitos sociais reúnem para tornar essa leitura, uma ação instituída por criticidade.

Do contrário, a ausência dessas criticidades pode ser combatida pela ação dos programas de educação formal, especialmente, porque se espera que as ações adotadas ao longo das práticas comuns aos programas de educação como é o caso do destinado à Educação de Jovem e Adulto – EJA.

Então, se pode compreender que a existência de programas voltados reintegração determinando a que grupos vitimados pela marginalização, para que por ocasião do cumprimento da pena, não haja reincidência. Isso porque a volta ao mundo criminalidade pode estar ligado a inúmeros fatores. Mas, com efeito, a pobreza tem a interferência para que se deem buscas com o poder paralelo ao Estado. Como também, se deve considerar o desemprego e, evidentemente, o baixo nível de formação, que, por sua vez, se relacionam com o despreparo ou qualificação para o trabalho formal. E, esse despreparo não pode estar divorciado da incapacidade de leitura cujos significados e sentidos adquiridos por meio de programas de leitura pudessem atenuar as novas faces da exclusão social.

Em relação ao papel da leitura consciente se pode pensar a respeito da seguinte posição em relação à importância da leitura em nível de letramento com mulheres cuja liberdade está sob a tutela do sistema: - "O letramento é uma ferramenta essencial para a autonomia das mulheres encarceradas, pois lhes dá acesso ao conhecimento e habilidades necessárias para se tornarem agentes de sua própria transformação." (Adaptado de Nogueira, 2018, p.27, grifos para essa pesquisa).

Em função da concordância com esse ponto de vista é que essa pesquisa elegeu a ideia do empoderamento, que aqui, se relaciona a ser protagonista da transformação que se deseja. Mas que carece de sua construção por meio da ação de cada uma das mulheres, que estejam rumo à descoberta a partir de vivências com a educação formal, pertinente aos parâmetros sob os quais a EJA está assentada, segundo os interesses do Estado brasileiro.

Em convergência com o desafio de um programa identificado com a promoção da compreensão da liberdade em sentido amplo a questão (8), assinalou como sendo fundamentais, segundo as escolhas dos sujeitos de pesquisa, com base no que se pode destacar dos enunciados das alternativas (I); (V) e (VII).

As desigualdades, fruto da história, só podem ser alteradas à medida que são implementadas, políticas públicas, como foco na inclusão. E claramente que para isso, é importante planejar essa inclusão pelo fortalecimento de ações que garantam educação, que media o acesso ao emprego formal. E as denominadas minorias, devem receber atenção especial. No caso das mulheres negras vítimas da privação de liberdade, a proposta de apresentar-lhes a liberdade das ideias se ajusta sob parâmetros de uma leitura que lhes revela entendimentos acerca de si, e das realidades inerentes ao mundo social, parafraseando Henderson (2019).

E frente aos benefícios de conviver de modo pleno com o universo da leitura sob a perspectiva do Letramento as mulheres passam a agir em favor da ação de se libertar. Se a liberdade for o mote da leitura, portanto, as libertas pela leitura deixaram de seguir à ideia do destino à destruição, que se dá por formas de invisibilidade, fruto da ausência da cultura acessível pela educação formal, pelo menos em nível inicial, mas, não menos importante para as reconstruções femininas, as etapas da Educação Básica.

É importante ainda registrar que na questão (7), as opções mais eleitas em primeiro lugar (III); (I) e (VI), são favoráveis à compreensão de que os recursos visuais pertinentes à utilização de vídeos e imagens servem para facilitar o acesso de leituras sob o fato de gerar condições melhores de concretude, que acabam por favorecer os processos de leitura das mulheres negras e das demais mulheres que precisam ser assistidas por um programa de formação em nível de EJA, que esteja atento à caracterização e desconstrução do racismo estrutural, bem como todas as demais formas e racismo. Muito embora, se deva dar atenção especial a tais práticas em consonância com as recorrentes no Brasil, as que violam a identidade da mulher negra.

Fato que quando elas estão no sistema prisional às ações de violação⁷² acabam sendo ampliadas. Nesse caso, há a urgência de alteração no ponto de vista em relação às categorizações que são impostas às mulheres negras. Isso porque não há mais razão para que se mantenha a reiteração e reformulação de estereótipos que contribuem para a não condição de que as mulheres negras em situação de cumprir a penalidade, atrelada à lei penal. E sejam multiplamente penalizadas por ações

⁷² “Em um país desigual como o Brasil, **a meritocracia avaliza** a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal” (Almeida, 2018, p. 63).

comuns ao sistema que não lhe garantam condições de redimensionar a sua percepção subjetiva; compreender a lógica social, insurgindo a manipulações que visem obstruir o exercício de sua racionalidade em relação à leitura do mundo social.

Nas palavras de Almeida (2018), isso representa: [...]

Os fatos que justificam a desigualdade ou discriminação são falsos ou inexistentes, por isso os espaços devem promover a inclusão dos negros. A representatividade dos negros em espaços antes ocupados apenas por brancos se torna relevante. [...] (s/p. grifos para esse estudo).

Por fim, está evidente de que as estratégias didáticas a ser adotadas para atender às necessidades de aprendizagens de mulheres privadas de liberdade devem considerar a compreensão dos gerentes que atuam para a construção dos fundamentos que serão adotados no sistema prisional em regime de articulação com as demandas também, apontadas pelos docentes que atuam na prática docente nas escolas nas unidades de ensino de Pernambuco, reservadas às mulheres.

Há que se promover a integração de projetos e práticas de leitura em nível interdisciplinar, multidisciplinar e pluridisciplinar, seguindo uma ótica de educação que elege objetos de estudo vinculados à prática docente, com vistas à interdimensionalidade dos componentes curriculares vigentes, na perspectiva de orientação oficial voltada à criação de currículos. O que se torna imprescindível para que se dê lugar e um programa, a uma política de estado que considere os fundamentos vigentes no Estado brasileiro em relação à promoção de uma educação antirracista e, claro, sua relação com os parâmetros de educação da EJA e, mais sua manifestação no lócus institucional de cada sistema penitenciário, ou seja, prisional em sentido, amplo no Brasil.

4.8 OBJETIVO ESPECÍFICO Nº 3 - ETAPA RESERVADA À ANÁLISE: DIÁLOGO COM OS AUTORES

Quando se pensa na importância na questão de garantir o desenvolvimento de competências e habilidades no tocante à leitura que seja aceita como crítica, tendo em vista o seu papel para o “empoderamento feminino”, que resulte da adoção de uma protagonização voltada à identificação de aspectos do racismo, e, por sua face estrutural, se deve evidenciar os desafios envolvidos para o alcance dessa meta.

4.9 RESULTADOS ABRANGENTES DA PESQUISA

Nesse momento se dá ênfase ao desfecho analítico com vistas ao reforço às considerações que irão suscitar a etapa conclusiva ensejando a posição síntese dessa pesquisa. E com vistas a esse compromisso um quadro síntese será inserido para melhor desenvolver as etapas pertinentes à abrangência daquilo que essa pesquisa considera como admissível.

Quadro 19 - Relações argumentativas - caráter descritivo: obj. específico nº 1

Questão	Apontamentos das alternativas Obj. 1	Correlações	%
Questão 4	AL⁷³ - VI: “permitir que uma pessoa possa redimensionar sua cultura”.	(11) eleições	91,66%
Questão 5	AL - VIII: “incorporar práticas de leitura e escrita em contextos sociais, culturais e instrucionais diversos”.	(10) eleições	83,33%
Questão 6	AL - I: “Sim” AL - III: parcialmente; AL - IV: eventualmente.	(06) eleições (05) eleições (01) eleições	50%

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Após os processos de análise empregados é possível ainda serem estabelecidas algumas considerações significativas em relação à importância da leitura, em sua utilização em processos de formação em escolas, que atendem pessoas privadas de liberdade em especial: mulheres. Haja vista o compromisso da investigação realizada.

Com isso reafirmado se deve trazer a essa etapa que segundo Soares (1995), ao se referir a um modelo de escola que tenha clareza de seu papel reestruturados, não irá, portanto, abdicar de sua missão política e de grande contribuição social para redimensionar a cultura de exclusão, pela adoção de outra comprometida com a inclusão.

Isso quer dizer que para haver inclusão de fato, se faz necessário a ampliação das diversas formas de cultura, que podem alterar a condição social da cultura de pobreza e miserabilidade. Além disso, há culturas comprometidas com a subalternização e, se utiliza do conceito de classe. E isso acaba por tornar comum

⁷³ Diz respeito à alternativa condizente à questão e, que está atrelada ao objetivo específico a que corresponde.

que os membros de determinados grupos são inferiores a outros, como também, menos humanos.

Essa plataforma corresponde a uma leitura. Mesmo que isso não esteja diretamente ligado à escrita, que se articula com os símbolos gráficos, e mediados pela pronúncia na maioria das vezes. No entanto, é preciso ter claro que a cultura da leitura consciente vai além de estar preso apenas aos signos. Na verdade, a leitura articula-se a um nível de conteúdo que necessita ser caracterizado e compreendido. Por isso mesmo, se pode então, atribuir sentido ao seguinte ponto de vista:

[...] uma escola transformadora atribui ao bilateralíssimos a função não de adaptação do aluno às exigências da estrutura social [...] mas a de instrumentalização do aluno, para que adquira condições de participação na luta contra as desigualdades inerentes a essa estrutura. [...]. (Soares, 1995, p. 74, grifos para esse estudo).

Dessa maneira as experiências de leitura mediadas pela instituição escolar e, claro, mesmo aquelas cuja localização reside em sistemas prisionais, tem que estar voltadas para a ampliação de experiências que venham possibilitar a ressignificação de experiências e, também, a aquisição de outras experiências capazes de alterar positivamente a vida desses estudantes assistidos pelos programas de ensino.

Com efeito as mulheres que estão sob a tutela do Estado devem ser assistidas por um modelo de escola em que a leitura não seja apenas, algo mecânico. Pelo contrário, atue como uma força propulsora para demover o imobilismo frente à história pessoal e se torne, protagonista de sua própria história. O que essa pesquisa denominou como sendo “empoderamento com base no papel atribuído à leitura. Observe outra pontuação significativa da mesma autora:

[...] O mais importante, porém, é que, numa escola transformadora, a articulação de conhecimentos produzidos por diferentes teorias se faz a partir de uma concepção política de escola, vista como espaço de atuação de forças que podem levá-la a contribuir na luta por transformações sociais. (Soares, 1995, p. 75).

É importante ser destacado que os sujeitos de pesquisa quando se posicionam em relação da importância da leitura, especificamente, no que se refere ao Letramento atrelado de modo adequado ao desenvolvimento de competências e habilidades com mulheres fica explícito pelas posições distintas a respeito do assunto, que não há precisão quanto a essa necessidade de leitura. O que permite revelar uma pontuação a respeito do leitor sem que sejam ignorados os esforços das equipes que figuraram como sujeito de pesquisa, de modo a respeitar cada uma das iniciativas. É

importante ressaltar a pesquisa que foi realizada pretende indicar subsídios destinados a auxiliar o inúmero ator de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil, que depositam esforços gigantescos para tornar a educação, em escolas, para assistir os privados de liberdade para se tornarem leitores críticos de sua história e do mundo.

Com isso em mente, se considera pertinente chamar atenção para aspectos que resultam da análise das questões respondidas no instrumento questionário vinculadas ao objetivo específico nº 2 e, ladeado pela questão norteadora subjacente.

Quadro 20 - Relações argumentativas - caráter descritivo: obj. específico nº 2

Questão	Apontamentos das alternativas Obj. 2	Correlações	%
Questão 7	AL – III: “Utilização de recursos visuais, como vídeos e imagens, para ilustrar exemplos concretos de racismo estrutural e suas consequências na sociedade brasileira”.	(08) eleições	66,66%
Questão 8	AL – I: “Implementando políticas de ação afirmativa que visam corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de minorias étnicas em áreas como educação e emprego”. AL – V: “Promovendo a representação e participação política de minorias étnicas em todos os níveis de governo e instituições democráticas” AL – VII: “Todas as alternativas”.	(05) eleições	41,66%
Questão 9	AL - II: “Desenvolvendo programas de reintegração específicos para comunidades marginalizadas, visando reduzir as taxas de reincidência”.	(07) eleições	58,33%

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

Os dados analisados no quadro referente ao Objetivo Específico nº 2 desta pesquisa revelam, de forma contundente, que os sujeitos envolvidos na elaboração, gestão e prática do programa de educação formal para mulheres privadas de liberdade compreendem a leitura crítica como um dos principais mecanismos para a reconstrução do sujeito e o enfrentamento ao racismo estrutural. Isso se evidencia na preferência majoritária pela alternativa que defende a utilização de recursos visuais, como vídeos e imagens, para ilustrar concretamente as consequências do racismo na sociedade brasileira, eleita por 66,66% dos respondentes na questão 7.

Tal dado revela não apenas uma inclinação pedagógica estratégica, mas também um reconhecimento do poder que a linguagem imagética possui na mediação da reflexão crítica, especialmente em um público historicamente marginalizado, como o das mulheres negras encarceradas. Como já discutido por autores como Paulo Freire, o processo de leitura do mundo antecede a “leitura da palavra” e, nesse caso, os recursos visuais favorecem a articulação entre vivência, consciência e transformação. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 1989, p. 11). Nesse sentido, a leitura crítica do racismo estrutural, mediada por diferentes linguagens, contribui para que essas mulheres compreendam as estruturas que as atravessam e, a partir disso, reelaborem sua própria história.

Na mesma direção, as respostas às questões 8 e 9 apontam para a necessidade de uma abordagem ampla e transversal, que integre ações afirmativas, fortalecimento da participação política de grupos étnicos minorizados e programas específicos de reintegração. A eleição equilibrada das alternativas I, V e VII na questão 8 (cada uma com 41,66%) sinaliza um consenso entre os participantes de que o combate ao racismo estrutural exige um conjunto articulado de estratégias que envolvem, simultaneamente, o enfrentamento das desigualdades históricas e o empoderamento das vozes silenciadas.

É notório que tais escolhas dialogam com os princípios da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o sistema prisional, conforme delineado nas Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões. E, em vista disso, essas diretrizes preveem a formação integral dos sujeitos privados de liberdade, respeitando suas especificidades culturais, sociais e raciais. Entretanto, a própria experiência dos profissionais consultados denuncia que a execução dessas políticas encontra obstáculos significativos, principalmente quando se trata de transformar o ambiente carcerário em espaço de emancipação e não de reforço da exclusão social.

A predominância da alternativa que propõe o desenvolvimento de programas de reintegração para comunidades marginalizadas (58,33% na questão 9) confirma que há, entre os sujeitos da pesquisa, uma percepção crítica das falhas estruturais do sistema penal. O dado corrobora o entendimento de que a exclusão vivida pelas mulheres encarceradas não se inicia no cárcere, mas é antecedida por processos históricos de marginalização racial, pobreza e negação de direitos fundamentais, especialmente o acesso à educação de qualidade.

Diante disso, o letramento, em sua perspectiva social e crítica, aparece como um instrumento de reconstrução da liberdade, não no sentido físico do termo, mas como processo de libertação subjetiva, de reconstrução da identidade e de resgate do protagonismo feminino negro. Como observa Silvio Almeida (2018), o racismo estrutural impõe uma lógica de dominação naturalizada que precisa ser desvelada para que se possa construir alternativas emancipatórias. Nesse contexto, a leitura crítica das estruturas sociais, por meio de textos literários, audiovisuais e discussões interdisciplinares, torna-se elemento central no enfrentamento das opressões que historicamente se abatem sobre essas mulheres.

Além disso, os dados indicam que os próprios profissionais da educação e da segurança pública envolvidos no programa reconhecem que a eficácia das ações educativas depende do diálogo entre teoria, prática e vivência. Ou seja, reconhecem que não basta cumprir o currículo formal, é preciso construir experiências significativas de leitura que despertem consciência crítica, autorreflexão e possibilidade de reexistência a partir da reconstrução simbólica da liberdade.

Por fim, a pesquisa revela que, embora haja um esforço coletivo para promover a educação como ferramenta de transformação, ainda há muito a ser feito no tocante ao redimensionamento das práticas institucionais. A educação prisional, especialmente a voltada para mulheres negras, precisa avançar para além de sua função instrumental. Ela deve se constituir como território de resistência e reconstrução, no qual a leitura seja vivida como um ato de rebeldia contra o silêncio imposto, como um grito que ecoa contra a estrutura racista que molda o encarceramento no Brasil.

Em vista disso, se considera pertinente chamar atenção para aspectos que resultam da análise das questões respondidas no instrumento questionário vinculadas ao objetivo específico nº 3 e, ladeado pela questão norteadora subjacente.

Quadro 21 - Relações argumentativas - caráter descritivo: obj. específico nº 3

Questão	Apontamentos das alternativas Obj. 3	Correlações	%
Questão 10	AL – V: “Estigma social e autoestima prejudicada, o que pode afetar a motivação e o engajamento em atividades de leitura”	(12) eleições	100%
Questão 11	AL – VII: “a programas educacionais, que incluam materiais de leitura relevantes para os detentos, promovendo temas como liberdade.”	(09) eleições	75%

Questão 12	AL - I: “narrativas pessoais”	(05) eleições	41,66%
------------	-------------------------------	---------------	--------

Fonte: Elaborado com dados registrados, no instrumento questionário (2024).

A análise dos dados obtidos no campo da pesquisa, relativa ao objetivo específico Nº3, revela uma realidade complexa e desafiadora no que tange à promoção do letramento como ferramenta de reconstrução da liberdade entre mulheres privadas de liberdade. Destaque-se que, o ponto mais contundente extraído das respostas dos sujeitos entrevistados “gestores e docentes do programa de educação formal em presídios femininos de Pernambuco” é o reconhecimento unânime da presença do estigma social como fator preponderante na baixa autoestima das internas, o que afeta diretamente sua motivação e engajamento em práticas de leitura (Questão 10 – 100% dos respondentes elegeram essa alternativa).

Esse dado revela, de forma explícita, a urgência de reconhecer o estigma como cicatriz social, uma marca histórica que compromete a subjetividade dessas mulheres e a eficácia de políticas públicas educacionais dentro das unidades prisionais. Neste sentido, a leitura, entendida não como mera decodificação de palavras, mas como um processo de construção de sentidos e de resgate identitário, encontra-se atravessada por barreiras psíquicas e estruturais. E, a ausência de políticas robustas de enfrentamento ao racismo estrutural e à exclusão histórica de mulheres negras do acesso à educação formal contribui para agravar esse cenário. Como pontua Van Dijk: “uma opinião negativa mais geral sobre minorias étnicas pode ser vista como constitutiva de uma atitude racista” (2008, p. 159). Essa constatação reforça que o estigma não é apenas uma percepção social isolada, mas parte de um sistema simbólico de exclusão.

O segundo ponto de destaque na análise diz respeito à percepção da importância de materiais de leitura que abordem temas como “liberdade”, como apontado por 75% dos respondentes na Questão 11. Tal dado sugere uma valorização crescente do currículo como instrumento de formação crítica, ainda que tensionado pelas limitações estruturais do sistema prisional. A leitura de textos com temáticas ligadas à liberdade, ao direito à existência digna e ao enfrentamento das opressões pode funcionar como catalisadora de processos de ressignificação da identidade e de reconfiguração da trajetória de vida dessas mulheres. Em vista dessa premissa Freire (1989) destaca que:

A leitura de textos com temáticas ligadas à liberdade, ao direito à existência digna e ao enfrentamento das opressões pode funcionar como catalisadora de processos de ressignificação da identidade e de reconfiguração da trajetória de vida dessas mulheres. (Freire 1989, p. 11).

Todavia, a contradição se evidencia na Questão 12, onde a percepção sobre a efetividade dos programas educacionais voltados ao letramento das internas se apresenta fragmentada e dispersa. Apenas 41,66% destacaram a importância de narrativas pessoais como práticas de letramento vinculadas à reconstrução da liberdade. A diversidade de respostas e a baixa adesão a alternativas que indicam a existência concreta de programas estruturados mostram que, apesar do desejo de transformação, ainda há fragilidade na implantação de práticas pedagógicas sistemáticas que garantam o acesso pleno à leitura crítica e significativa.

A presença de clubes de leitura e ações pontuais é mencionada por uma parcela dos entrevistados, mas a pouca expressividade dessas respostas demonstra que tais iniciativas, quando existentes, ainda são insuficientes para abranger o conjunto das internas. Em vista disso, a ausência de um currículo sistematizado voltado ao desenvolvimento do letramento crítico fragiliza o alcance das políticas educacionais no cárcere e revela a persistência de um modelo que, muitas vezes, reproduz práticas mecânicas de leitura, desprovidas de sentido emancipatório.

Outro desafio revelado é a dificuldade de reinserção social das egressas, que não conseguem aplicar, no mundo exterior, os conhecimentos adquiridos durante o cumprimento da pena. Essa ruptura entre a formação ofertada no cárcere e a realidade social pós-pena expõe uma lacuna na articulação entre educação prisional e políticas de reintegração social, o que, em última instância, contribui para a manutenção do ciclo de exclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Após trajetória analítica a que foram submetidos os dados coletados, se pode, então, chegar à etapa direcionada às conclusões. Nesse sentido, o plano de desenvolvimento foi estabelecido no sentido de que os parágrafos destinados ao registro do propósito investigativo, com base em cada objetivo específico. E, por sua vez, relacionando-os à cada questão norteadora correspondente.

Após cada um desses parágrafos, eles serão sucedidos de parágrafos que registraram a (s) conclusões e/ou considerações pertinentes ao fundamento investigativo realizado. Em seguida a esses parágrafos, haverá outros, mas, desta feita, a etapa reservada se destina ao registro de recomendações que se liguem inequivocamente aos parâmetros da pesquisa, apontando necessidades frente aos limites dos resultados e necessidades em relação a eles.

Com isso definido, leia-se o primeiro parágrafo:

No tocante ao compromisso de pesquisa, firmado no objetivo específico nº 1 e na questão norteadora 1, considerou-se pertinente registrar que os sujeitos da pesquisa reconhecem a importância da leitura, em razão dela ser promotora para que as mulheres sob privação de liberdade, assistidas pela assistência do trabalho com a leitura, proporciona para que as mulheres assistidas redimensionem sua percepção sobre o mundo. O que impulsiona um encontro com realidades subjetivas, carentes de redimensionar a sua realidade. Logo, se percebeu que é condizente à leitura, subordinada ao letramento para o contato com contextos diversos. Com efeito, isso possibilita a ampliação da criticidade para compreender o texto.

Apesar disso, não foi possível determinar que a leitura no sistema prisional tenha de modo adequado um sistema voltado para promover processos de leitura filiados às perspectivas críticas, inerentes ao trabalho docente sob o conceito do Letramento. Cabe destacar que há uma atenção a importância da leitura pelo Letramento, mas isso correspondeu a praticamente 50% dos respondentes, ao passo que os demais sobre a mesma questão, assinalando “parcialmente”, no que se refere a haver um programa de leitura realizada em aulas, em escolas de sistemas prisionais sob a clareza da ótica do Letramento.

No tocante ao compromisso de pesquisa, firmado no objetivo específico nº 2 e na questão norteadora 2, considerou-se pertinente registrar que os sujeitos da pesquisa reconhecem a gravidade do “racismo estrutural”, e que se utilizam em aulas de escolas dos sistemas prisionais estratégias como “recursos visuais; vídeos e

imagens, que servem para ilustrar exemplos de casos do racismo estrutural”. Todas elas são empregadas como estratégias na atuação docente em escolas do referido. Destaque-se que esse trabalho se dá em parceria com outras áreas do currículo.

Apesar das respostas, o número de eleições não permite assegurar a existência de um programa que atue de modo sistemático e sob uma forma de planejamento que torne esse trabalho consciente de sua ocorrência para dimensionar com profundidade a temática do “racismo estrutural” com mulheres em escolas radicadas no sistema prisional de Pernambuco.

Já no que se refere ao compromisso de pesquisa, firmado no objetivo específico nº 3 e na questão norteadora 3, considerou-se pertinente registrar que os sujeitos da pesquisa, No que se refere à existência de desafios para que a leitura consiga em aulas de escolas em sistemas prisionais de Pernambuco ser desenvolvida em prol do letramento; Não há clareza de que há sob o encarceramento, uma prática de leitura comprometida com o empoderamento de mulheres privadas de liberdade; Visto que elas estão ainda afeitas a estigma social; e auto estima prejudicada.

Esses fatores representaram a indicação por todos os sujeitos da pesquisa, tornando a compreensão em relação ao que trata a questão 10 como sendo de revelação profundamente séria em relação à dificuldade do trabalho com processos formativos, ancorados no papel da leitura. E isso se dá em razão da força de fatores externos e internos ao sistema. Fato que compromete o alcance do trabalho pedagógico em escolas do sistema prisional pernambucano.

As respostas dos sujeitos de pesquisa, a saber: professores e gestores evidenciaram que não foi possível vincular o conceito de Letramento a processos de leitura no sistema prisional, frente aos processos formativos, cujo propósito seja adotar temáticas de liberdade.

Têm-se a referência quanto à possibilidade de haver programas comprometidos com o estudo dessa temática: “Liberdade” sendo o cerne para seu estudo sob o desenvolvimento de formas para estudar e, por fim, não apenas, compreendê-la. Mas, muito mais significativo seria um programa assim poder contribuir para a formação de mulheres que entenderiam mecanismos para forjarem a sua “liberdade” sob o ponto de vista, filosófico subjetivo. Caso houvesse um programa sistematizado com esse compromisso, poderia haver então mais uma maneira de garantir condições para a reformulação pessoal de mulheres e/ou homens privados de liberdade.

Frente à questão, que trata da crença dos sujeitos de pesquisa gestores e professores, em relação à existência de programas de leitura, como também serem adequados para que as mulheres privadas de liberdade pudessem “suscitar condições para reformular o conceito de liberdade”.

O cerne dessa questão evidenciou mais elementos sobre a ausência de uma política capaz de atender às expectativas de estudo sobre a liberdade, com base em um programa de leitura. Isso em razão do número pequeno de respondentes que previu a existência dessa proposta. E os demais sujeitos se subdividiram quanto à escolha de distintas alternativas, mas isso permitiu evidenciar a insegurança e instabilidade quanto à existência de uma ação docente que tenha consigo uma política formativa advinda de um programa com clareza, em relação aos benefícios do estudo da temática da liberdade por meio de um programa de leitura em escolas do sistema prisional de Pernambuco.

5.1 RECOMENDAÇÕES

Em relação ao primeiro objetivo “Definir⁷⁴ o papel do letramento como ferramenta de empoderamento e transformação social para mulheres em situação de encarceramento”, e, tendo em vista as conclusões, considera essa pesquisa a seguinte recomendação:

Novas pesquisas se fazem necessários para que a prática inerente à proposta de remissão pela leitura possa ser adotada, já que deveria estar norteadas por estratégias de leitura crítica e dentre elas o letramento. Logo, implementar programas de letramento nas prisões, com foco especial em mulheres, para fomentar a autonomia e o empoderamento.

Em relação ao segundo objetivo “Analisar as manifestações do racismo estrutural dentro do ambiente prisional e seu impacto nas experiências das mulheres encarceradas”, e, tendo em vista as conclusões, considera essa pesquisa a seguinte recomendação:

⁷⁴ Taxonomia de Norman Bloom – Nível 1, correspondente ao Conhecimento – De acordo com Belhot (2010), a Taxonomia de Bloom é uma estrutura hierárquica utilizada para classificar objetivos educacionais em níveis de complexidade e especificidade.

Formação de Educadores: Capacitar educadores e voluntários para trabalhar com mulheres em contexto prisional, abordando as especificidades do racismo estrutural;

Criação de Espaços de Leitura e Reflexão: Estabelecer bibliotecas e grupos de leitura nas prisões, incentivando a leitura crítica e a discussão sobre questões de raça e gênero.

Em relação ao terceiro objetivo “Categorizar desafios e as oportunidades do protagonismo feminino como estratégia de resistência e reconstrução da liberdade dentro do sistema prisional”, e, tendo em vista as conclusões, considera essa pesquisa a seguinte recomendação:

Políticas Públicas Inclusivas: Advocacia por políticas públicas que considerem as interseccionalidades de gênero e raça no sistema prisional, promovendo a reintegração social das mulheres.

Fortalecimento de Redes de Apoio: Criar redes de apoio entre mulheres em liberdade e aquelas em situação de encarceramento, promovendo a troca de experiências e solidariedade;

Pesquisas Futuras: Incentivar mais pesquisas sobre as interfaces entre letramento, racismo e gênero nas prisões, para embasar práticas educativas e políticas mais efetivas;

Envolvimento da Comunidade: Encorajar a participação da comunidade em iniciativas de apoio a mulheres encarceradas, promovendo a conscientização sobre as desigualdades sociais;

Essas recomendações visam não apenas a melhoria das condições das mulheres nas prisões, mas também a promoção de sua liberdade e protagonismo na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT NBR 14724). **Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação**. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: PETROBRAS, v. s.v., 2011. 11 p. ISBN 978-85-07-02680-8.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- BAYÓ, Elly; MIRANDA, Fernanda; SOUSA, Fernanda. **Por uma Escola Afirmativa: construindo comunidades antirracistas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1986. Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/>>. Acesso em: 04 out. 2023.
- BUENO, L. de A.; NOGUEIRA, G. M. Letramento e oralidade em uma turma de pré-escola de educação infantil do campo. **Educere ET Educare**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/18787>>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- BONILLA-SILVA, E.; OLIVEIRA SILVA, F.; PERUSSATTO, M.; MORAIS DE ASSUNÇÃO, M. F. Repensar o racismo: Rumo a uma interpretação estrutural. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 256–283, 2023. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76858>>. Acesso em: 13 maio. 2023.
- BOURDIEU, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2. ed. 1999.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 14.723** de 13/11/2023 Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 nov. 2023. Disponível em: <<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-11-13;14723>>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL, Lei de Cotas Raciais. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/10/senado-aprimora-lei-de-cotas-e-texto-ja-esta-em-vigor#:~:text=A%20Lei%20de%20Cotas%20reserva,ensino%20m%C3%A9dio%20e%20escolas%20p%C3%ABlicas>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

Brasil. **Decreto lei n. 3689**. Disponível em:
<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10601048/artigo-766-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BUENO, L. de A.; NOGUEIRA, G. M. Letramento e oralidade em uma turma de pré-escola de educação infantil do campo. **Educere ET Educare**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/18787>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CARVALHO, Odair França de; JARDILINO, José Rubens Lima. A invisibilidade da mulher no sistema prisional brasileiro: esquecidas no tempo e no espaço. **Educação e Políticas em Debate**, Recife, v. 6, n. 2, p. 236-254, mai./ago. 2017.. Acesso em 04 abr. 2023.

Carvalho, Carlos. **Leitura como rota de fuga**. Disponível em:
<<https://escritorcarloscarvalho.com.br/a-leitura-como-rota-de-fuga-max-rosa/>>. Acesso em: 13 maio 2023.

Collins, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, E. L. DA. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cadernos CEDES**, v. 30, n. 81, p. 157–178, maio 2010.

DAVIS, Angela. **Are Prisons Obsolete?** New York: Seven Stories Press, 2003.

DAVIS, Angela Yvone. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE MAEYER, M. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DÍCIO. Fenótipo. **Dicio, Dicionário Online de Português**. Disponível em:
<<https://www.dicio.com.br/fenotipo/>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FERRAZ Junior, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. Tércio Sampaio Ferraz Junior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 116.

FRANCKLIN, Adelino; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. As condições de trabalho de professores temporários no ensino superior / Working conditions of temporary teachers in higher education. **Revista Educação em Foco** –

Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2023. Disponível em: <<https://exemplo.com/artigo>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017

GUTTANDIN, F. **Investigación cualitativa interpretativa**. Una caja de herramientas. Asunción: Imprenta Salesiana, v. 84 Biblioteca Paraguaya de Antropología, 2012.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. **Metodología de la investigación**. 5. ed. México: Mc Graw Hill, 2010.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática libertadora. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo; ed. WMF Martins Fontes, 2013.

HURTADO DE BARRERA, J. **Metodología de la investigación holística**. Caracas: Instituto Universitario de Tecnología Caripito Servicio y Proyecciones para América Latina, v. s.v., 2000.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; PAIVA, Jane. **A leitura no espaço carcerário**. 2010.

JUSBRASIL. **Liberdade no Processo Criminal. Comentários ao Direito de Liberdade durante o andamento do Processo Penal**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/liberdade-no-processo-criminal/>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento - uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 1995. Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KUO, Michelle. Reading with Patrick: **A Teacher, a Student, and a Life-Changing Friendship**. Nova York: Random House, 2018.

KUO, Michelle. **O poder curativo da leitura**. Palestra apresentada no TEDxTaipei, setembro de 2018. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/michelle_kuo_the_healing_power_of_reading/transcript?language=pt&delay=2m&subtitle=en>. Acesso em: 24 jun. 2023.

LIMA, Érica Santos de. **A Leitura e sua contribuição social**: reflexões. Guarabira: UEPB, 2012. Disponível: <<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1483/1/PDF%20>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

LUDKE, M.; ANDRÉ, A. **Pesquisa em educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, Roque Alexandre Soares *et al.* Sistema prisional brasileiro, educação, sociedade e (re)inclusão – breve coletânea de pesquisa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], p. 16–169, 2023. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8674>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

De Maeye, M. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MACHADO, Lia de Mattos; CUNHA, Vera Regina Pereira de Andrade. **Punir os pobres**: controle social e criminalização da pobreza. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?** São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 74).

MELO, André Luis Alves de. **Pobreza gera crime?** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/artigo-pobreza-gera-crime-andre-luis-alves-de-melo-promotor-de-justica-em-mg/2541895>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MOREIRA COSTA, A. C. **Educacao de jovens e adultos no Brasil**: Novos Programas, velhos problemas. utp.br, 2013. Disponível em: <https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq8/4_educacao_jovens_cp8.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. 2. edição. Belo Horizonte; Nandyala, 2012. p. 225 – 237.

NONATO, Eunice Maria Nazareth. Educação de mulheres em situação de privação de liberdade. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 127-140, nov. 2011. Disponível

em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/emaberto.pdf>. Acesso em: 21 st. 2023.

OLIVEIRA, F.; PERUSSATTO, M. A influência do racismo estrutural na narrativa histórica contemporânea. **Revista de Teoria da História**, [S.l.], v. 62, n. 3, p. 01-28, jan./mar. 2023. Disponível em:

<<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76858/40064>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PEREIRA, Benedito José. **Formação de professores e ensino de teatro: em busca de uma pedagogia axiológica**. 2022. 416 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade Del Sol, Asunción, 2022. Disponível em:

<<https://www.unades.edu.py/repositorio-de-tesis/>>. Acesso em: 26 st. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 476 p.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2013.

SANTOS, S. dos; FERNANDES, E. J. N. O ciclo de políticas em contextos da educação em prisão. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, v. 6, n. 1, p. 189–207, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2021.v6.n1.10605>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SILVA, Marcos Vinícius Moura. **Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

SOARES, Magda, **Letramento: Um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Souza, Jessica de; Oliveira, Moraes. **Criminalização da pobreza e encarceramento em massa da população negra no Brasil**. TCC – UNESP. SP, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/items/c6ce1ca3-0427-4323-97ca-c7d3e3e46473>>. acesso em: 19 nov. 2023.

STREET, B. V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240 p. Disponível em: <[file:///C:/Users/dilen/Downloads/15303-Texto%20do%20artigo-52997-1-10-20190312%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/dilen/Downloads/15303-Texto%20do%20artigo-52997-1-10-20190312%20(4).pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, R.; PASSOS, T. B.; MARQUES, M. A. Literatura carcerária: educação social por meio da Educação, da escrita e da leitura na prisão. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 48, p. 35-50. jan./mar. 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/715/71558958005/>>. Acesso em: 11 out. 2021.

VARELLA, D. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WRIGHT, P. M.; MACMAHAN, G. C. Theoretical perspectives for strategic human resources management. **Journal of Management**, v. 18, n. 2, p. 295-320, 1992.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Vernon, M. D. **Motivação humana**. Tradução de L. C. Lucchetti. Petrópolis: Vozes, 1973. (trabalho original publicado em 1969).

Viana, Lurizan Costa. **Sistema prisional: Teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

RAIMUNDO, Juliana Zangirolami; ECHEIMBERG, Jorge de Oliveira; LEONE, Claudio. **Tópicos de metodologia de pesquisa: Estudos de corte transversal**. 2018. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/jhgd/article/view/152198>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela lei 4263

Programa de Mestrado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

Conselho Nacional de Educação Superior – CONES, PY

Lei 4995/2013

Expediente CONES 3.510/2017

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

Apresenta-se a senhora EDILENE DIAS DE ARAÚJO, brasileira, casada, detentora da cédula de identidade nº 3536618 SDS-PE, funcionária pública da rede municipal de São Lourenço da Mata, Região Metropolitana do Recife - PE, vinculado ao curso de Mestrado em Ciências da Educação em caráter *Strictu-Senso*, sob a Matrícula MCE-BR nº 053, filiado ao Programa Brasil⁷⁵ da *Universidad Del Sol UNADES*, realizado integralmente em Assunção, capital da *República do Paraguay*.

Nesse período, a referida pesquisadora se encontra em etapa de preparação e aplicação de sua pesquisa de campo, visando à escrita de sua dissertação. Por essa razão, a mesma necessita de informações junto a instituições públicas, cuja atuação mantém correlação com o seu objeto de pesquisa, que está intitulado: “O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das interfaces do Racismo estrutural como estratégia para a reconstrução da Liberdade pelo protagonismo feminino.”

Cabe informar que a referida pesquisa se encontra registrada na Plataforma Brasil, vinculada ao CNPQ, e, por isso, sob a apreciação de comitê de ética em pesquisa científica em atenção à Resolução 466/12⁷⁶ e a Resolução 510/2016⁷⁷.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.unades.edu.py/o-programa-brasil/> acesso em: 17/04/2024.

⁷⁶ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html, acesso em 17/04/2024.

⁷⁷ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html acesso em 17/04/2024.

Esclareça-se também, que a pesquisa foi submetida à Banca de Qualificação em janeiro de 2024, junto ao colegiado do comitê de ética da UNADES PY.

É indispensável assinalar que, o supramencionado curso de Mestrado em Ciências da Educação Acadêmico⁷⁸, está amparado pelo Acordo de Admissão de Títulos⁷⁹ - CMC/DEC nº 4/99, vigente. É importante registrar também, que, há um compromisso do Brasil, disposto no Decreto 5.518/2005⁸⁰ que trata da matéria aludida no Acordo, nesse parágrafo explicitado. A necessidade se harmoniza com a posição expressa no Plano Nacional da Educação, e, registrada, na Meta 13⁸¹, acerca da ampliação da formação em nível *stricto*.

Portanto, a iniciativa honrosa do professor, visando atender à busca da educação de qualidade, prevista na Constituição Federal de 1988, no capítulo reservado à Educação sob o ponto de vista da República Federativa do Brasil, é digno de elogio.

Assunção, 17 de abril de 2024 - PRY.



Prof. Dr. Dayvison Bandeira de Moura

<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

Diretor Acadêmico do PPGE CIA⁸² Programa Brasil

Stricto-Sensu em Ciências da Educação

⁷⁸ Ver: <https://cones.gov.py/resoluciones/> e proceder a busca por nome da instituição, no caso Universidad Del Sol - UNADES, clicar, em seguida ver listado e, ler na segunda folha na alínea 26 a Resolução do CONES PY sob o número 633/17, que atesta a regularidade institucional do curso, que confere ao mesmo legitimidade jurídica.

⁷⁹ Vide <https://www.unades.edu.py/o-programa-brasil/>, parágrafo 3º e alínea dois, na página da UNADES PY, na aba reservada ao Programa Brasil.

⁸⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5518.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.518%2C%20DE%2023,nos%20Estados%20Partes%20do%20Mercosul., acesso em 17/04/2024.

⁸¹ Vide: <https://www.unades.edu.py/o-programa-brasil/>, parágrafo 1º e alínea um, da página supramencionada.

⁸² Programa de Pós-graduação *Stricto-Sensu* Acadêmico Programa Brasil da Universidad Del Sol: UNADES PY, sede central de Assunção, “e-mail”: secretariaacademica@mestradomercoul.com.br

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela lei 4263

Programa de Mestrado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

Conselho Nacional de Educação Superior – CONES, PY

Lei 4995/2013

Expediente CONES 3.510/2017

CARTA 05/24 - APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA

Apresentamos a senhora EDILENE DIAS DE ARAÚJO, brasileira, casada, detentora da cédula de identidade nº 3536618 SDS-PE e CPF nº 59060590406, funcionária pública do município de São Lourenço da Mata - PE, vinculada ao curso de Mestrado em Ciências da Educação em caráter *Strictu-Senso*, sob a Matrícula MCE-BR Nº 053, filiada ao Programa Brasil⁸³ da *Universidad Del Sol UNADES*, realizado integralmente em Assunção, capital da *República do Paraguay*.

A pesquisadora supramencionada carece de realizar pesquisa de campo, na Secretaria de Educação e Esportes– SEE – PE, como também obter informações, que possam esclarecer no âmbito do ensino, voltado ao Programa de Leitura, cuja relação é intrínseca ao preceito definido como “remição de pena”, vinculado à leitura. Conforme sua previsão no Ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse sentido, espera-se que com a busca de informações voltadas à contextualização relacionada ao programa de formação de leitores e leitoras, em Escolas cujo desenvolvimento do Ensino Fundamental: anos finais, a saber 8º e 9º têm sua política de ação docente, com vistas ao currículo, deva corresponder a um estudo e planejamento estratégico de como sistematizar o desejo do Estado.

Sendo assim, as informações adquiridas nesse primeiro momento, será favorável para a definição dos servidores e/ou agentes públicos que atuam direta ou indiretamente para o planejamento do Programa de leitura a ser adotado no sistema

⁸³ Disponível em: <https://www.unades.edu.py/o-programa-brasil/> acesso em: 17/04/2024.

prisional do Estado de Pernambuco, especialmente, voltado a mulheres sob privação de liberdade.

Com base nesse panorama, requeremos a autorização dessa Secretaria para que a já citada professora possa obter informações junto a instituições públicas de Ensino Fundamental anos finais, etapa da Educação Básica, correspondentes ao Programa voltado à difusão de práticas de leitura, correspondentes ao Letramento, que incide para a remição de pena, bem como para os fundamentos presentes no título da pesquisa a seguir destacada:

“O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das interfaces do Racismo Estrutural como estratégia para a reconstrução da ‘liberdade’, pelo protagonismo feminino.”

Também, é indispensável registrar que são responsáveis pela pesquisa: a autora: Edilene Dias Araújo, inscrito na Plataforma Lattes - CV: como orientador figura o Prof. Dr. Dayvison Bandeira de Moura – Doutor em Ciências da Educação, inscrito na citada plataforma: CV: <http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>.

Em respeito aos preceitos da pesquisa envolvendo direta ou, indiretamente seres humanos esclareça-se também a preservação do sigilo das fontes pesquisadas; preservação da imagem; do nome; sob nenhum pretexto ser feito juízo de valor, como também, expor a instituição ou, pessoas, cuja participação é voluntária a situações de constrangimento e violações à honra e dignidade humana. Com isso explicitado, protocolos de procedimentos de pesquisa científica serão seguidos rigorosamente e, com esse compromisso a pesquisa está registrada na Plataforma Brasil⁸⁴, vinculada ao CNPQ, E, portanto, a pesquisa está sob comitê de ética em pesquisa científica em atenção à Resolução 466/12⁸⁵ e a Resolução 510/2016⁸⁶.

Além de todos esses cuidados nacionais, a pesquisa também, foi submetida à Banca de Qualificação em janeiro de 2023, junto ao colegiado do comitê de ética da UNADES PY, que requereu adequações ao longo do referido ano.

Diante dos esclarecimentos firmados nesse instrumento, se requer a Carta de Anuência Institucional a ser anexada nos documentos que compõem o cumprimento

⁸⁴ Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>, acesso em 22/04/2024.

⁸⁵ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html, acesso em 17/04/2024.

⁸⁶ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html acesso em 17/04/2024.

das condições jurídicas vigentes no Brasil, assim como a presunção da Lei 12.527/2011, que dispõe sobre o Direito à Informação, na República Federativa do Brasil.

Assunção, 22 de abril de 2024 - PY.

MD. Secret. de Administração Penitenciária e Ressocialização – SERES/ PE;
DD. Gerência de Educação e Esportes – SERES/PE.
Senhor Gerente Jorge Henrique Menezes Pires.

Prof. Dr. Dayvison Bandeira de Moura



<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

Diretor Acadêmico do PPGE CIA⁸⁷ Programa Brasil
Stricto-Sensu em Ciências da Educação

⁸⁷ Programa de Pós-graduação *Stricto-Sensu* Acadêmico Programa Brasil da Universidad Del Sol: UNADES PY, sede central de Assunção, “e-mail”: secretariaacademica@mestradomercoul.com.br

APÊNDICE C – CARTA DE ANUÊNCIA I



SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito a estudante Edilene Dias de Araújo do curso Ciências da Educação, da *Universidad Del Sol* (UNADES), para desenvolver sua pesquisa intitulada: **O LETRAMENTO NAS PRISÕES: LEITURA DAS INTERFACES DO RACISMO ESTRUTURAL COMO ESTRATÉGIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA LIBERDADE PELO PROTAGONISMO FEMININO**, sob a orientação do Professor Doutor Dayvison Bandeira de Moura.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas, que serão usados nesta pesquisa, presentes no projeto de pesquisa recebido, bem como no protocolo em que a informação acerca da investigação a ser realizada será fornecida a cada profissional, que poderá figurar como participante/sujeito da pesquisa de modo voluntário. Nestes termos, concordo em fornecer todos os subsídios para o seu desenvolvimento, desde que, seja assegurado o que segue abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução 196/96; 466'2; 512/2016 CNS/MS;
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa;
- No caso do não cumprimento dos itens acima, tenho a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa, sem penalização alguma.

Recife, 24 de maio de 2024.

A handwritten signature in blue ink that reads 'Jeane de S. Tenório Lima'.

Jeane de Santana Tenório Lima

Matricula 257.848-4

Gerente de Políticas Educacionais de Jovens, Adultos e Idosos - GEJAI

Jeane de S. Tenório Lima
Gerente de Políticas Educacionais
de Jovens, Adultos e Idosos - GEJA
Mat. 257 R4R-4

APÊNDICE D – CARTA DE ANUÊNCIA II

Secretaria
de Administração
Penitenciária
e Resocialização



GOVPE - Declaração

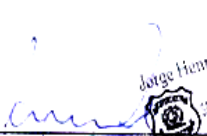
Processo SEI nº 0012900015.002900/2024-16

Aceito a estudante Edilene Dias de Araújo do curso Ciências da Educação, da *Universidad Del Sol* (UNADES), para desenvolver sua pesquisa intitulada: **O LETRAMENTO NAS PRISÕES: LEITURA DAS INTERFACES DO RACISMO ESTRUCTURAL COMO ESTRATÉGIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA LIBERDADE PELO PROTAGONISMO FEMININO**, sob a orientação do Professor Doutor Dayvison Bandeira de Moura.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas, que serão usados nesta pesquisa, presentes no projeto de pesquisa recebido, bem como no protocolo em que as informações acerca da investigação a ser realizada será fornecida a cada profissional, que poderá figurar como participante/sujeito da pesquisa de modo voluntário. Nestes termos, concordo em fornecer todos os subsídios para o seu desenvolvimento, desde que, seja assegurado o que segue abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução 196/96; 46612; 512/2016 CNS/MS;
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa;
- No caso do não cumprimento dos itens acima, tenho a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa, sem penalização alguma.

Recife-PE, 29 de maio de 2024.


Jorge Henrique Menezes Pires
POLICIAL PENAL
SEAP - Gerente de Educação e Esportes
29/05/2024

JORGE HENRIQUE MENEZES PIRES
SEAP - GERENTE DE EDUCAÇÃO E ESPORTES



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Henrique Menezes Pires**, em 29/05/2024, às 14:13, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.

APÊNDICE E – PROTOCOLO I



UNIVERSIDAD DEL SOL

PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A PESQUISA

A título de garantir o acesso a informações correspondentes à pesquisa, serão elencados elementos indispensáveis à sua contextualização, segue o título da pesquisa: “O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das interfaces do Racismo Estrutural como estratégia para a reconstrução da ‘liberdade’, pelo protagonismo feminino.”

Registre-se que essa pesquisa está sob a responsabilidade da autora Profa. EDILENE DIAS DE ARAÚJO, detentor da cédula de identidade Nº 3536618 SDS/PE, que tem como endereço inscrito na Plataforma Lattes - CV: <http://lattes.cnpq.br/2867887687976344>. Além dela, figura como orientador o Prof. Dr. Dayvison Bandeira de Moura – Doutor em Ciências da Educação, inscrito na citada plataforma: CV: <http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>.

Os respectivos contatos de ambos são: telefone: 081 99788777, endereço de “e-mail”: dilenediasaraujo@hotmail.com, quanto ao orientador da pesquisa: 081 991 45 06 36, “e-mail”: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

É necessário tornar conhecido o problema de pesquisa e o objetivo geral a que a pesquisa está atrelada, visando condições para mediar elementos favoráveis à contextualização da investigação a ser realizada:

Quadro 22 - Compromissos de Pesquisa

Problema de pesquisa	Como o letramento poderá ser uma estratégia eficaz para promover a reconstrução da liberdade e o protagonismo feminino em contextos prisionais, considerando as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais de mulheres encarceradas?
Objetivo geral	Analisar como o letramento pode ser uma estratégia eficaz para a reconstrução da liberdade e o protagonismo feminino em contextos

	prisionais, considerando as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais de mulheres encarceradas
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

No que se refere à realização da pesquisa de campo, junto à SEE, tendo em vista o papel desempenhado pela Secretaria de Educação e Esportes, bem como a equipe que atua para e na elaboração do Projetos de Leitura, cuja relação é intrínseca ao preceito definido como “remição de pena”, vinculado à leitura. Conforme sua previsão no Ordenamento jurídico brasileiro. As informações a serem obtidas para que haja a compreensão em relação à concepção inerente ao ensino.

Espera-se, portanto, que as buscas por tais informações permitam a contextualização relacionada ao programa de formação de leitores e leitoras, em Escolas cujo desenvolvimento do Ensino Fundamental: anos finais, a saber 8º e 9º tenha sua política de ação docente, com vistas ao currículo, deva corresponder a um estudo e planejamento estratégico de como sistematizar o desejo do Estado.

Sendo assim, as informações adquiridas serão favoráveis à definição de servidores e/ou agentes públicos, que atuam direta ou indiretamente para o planejamento do “Projeto de leitura” a ser adotado no sistema prisional do Estado de Pernambuco, especialmente, voltado a mulheres sob privação de liberdade.

Registre-se que a pesquisa compreende “entrevistas”, que serão realizadas com o instrumento questionário com questões fechadas de múltipla escolha, seguindo às orientações a esse respeito segundo a formulação de Marconi e Lakatos (1991; 1998; 2003 e 2007).

Quanto às unidades/instituições públicas, que farão parte da pesquisa, essas correspondem àquelas com atuação na Educação voltadas às mulheres privadas de liberdade. Sendo assim, assistidas e, respectivamente, garantem o acesso aos anos finais, 8º e 9º ano da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Quanto àqueles ou, àquelas que participarão da pesquisa como respondentes, se refere a servidores e/ou agentes públicos que atuam diretamente no programa de leitura, podendo ser também, professores com atuação em escolas, em sistemas prisionais, há no mínimo (5), cinco anos de regência.

Cabe esclarecer que essa participação ocorrerá de modo voluntário, mas para isso, será garantido o prévio conhecimento desse protocolo de pesquisa, em um momento agendado, tendo em vista a visita às instituições, que atuarão como lócus

de pesquisa. Isso em conformidade com as orientações definidas pela Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP– PE. Em face das orientações que contextualizaram essa pesquisa, requereu-se a emissão de Carta de Anuência, autorizando a realização dessa investigação, previamente.

Saiba-se também, que as todas os aspectos éticos envolvidos na pesquisa com seres humanos direta ou indiretamente, foram considerados, conforme a Resolução 466/12⁸⁸ e 510/2016⁸⁹, todas emitidas pelo órgão responsável federal. Além disso, ela está sob registro na Plataforma Brasil⁹⁰ e, na Plataforma Lattes, bem como vinculado à instituição universitária *Universidad Del Sol*⁹¹ UNADES, sede de Assunção, capital da República do Paraguay.

Com efeito a segurança e o sigilo das fontes consultadas serão preservadas, como também, a preservação da imagem; do nome, e, claro, sob nenhum pretexto será feito juízo de valor, como também, expor a instituição ou, pessoas a situações de constrangimento e violações à honra e dignidade humana. Ressalte-se que a participação será voluntária.

Como registro dos compromissos aos protocolos de pesquisa, será lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, seguindo o modelo do comitê de ética em Pesquisa responsável pela investigação. Assim, feitos os devidos esclarecimentos acerca da pesquisa, aliados aos propósitos dela. Sendo assim, será assinado os originais do TCLE em duas vias originais e, ficando (1), uma com cada participante e, a outra como o responsável pela investigação.

Convém, também, informar que em relação ao número de questões que compõem o instrumento questionário, elas constituem (12), doze questões de múltipla escolha, relacionadas ao propósito da pesquisa. E, um bloco de contextualização com (3), três questões.

Por fim, o pesquisador se compromete que após a defesa de sua pesquisa, fazer ciência à SEAP e a Gerência competente, quanto aos Resultados obtidos, bem como as sugestões e indicações assinaladas na dissertação. Também, se tem o compromisso de proceder a entrega de um exemplar em formato físico e virtual para

⁸⁸ Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>, acesso em 24/04/2024.

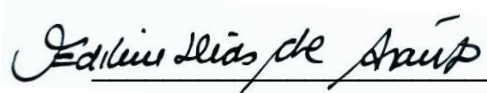
⁸⁹ Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>, acesso em 24/04/2024.

⁹⁰ Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>, acesso em: 24/04/2024

⁹¹ Disponível em: <https://www.unades.edu.py/>, acesso em 24/04/2024.

registro e arquivo do órgão estadual responsável pelo Sistema Prisional em Pernambuco.

Recife, 29 de abril de 2024.

A handwritten signature in black ink, reading "Edilene Dias de Araújo", is positioned above a horizontal line. The signature is written in a cursive style.

Profa. Edilene Dias de Araújo.

<http://lattes.cnpq.br/2867887687976344>

Mestranda em Ciências da Educação – UNADES PY.

APÊNDICE F – INSTRUMENTO DE PESQUISA I - COLETA DE DADOS



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela Ley 4263

Programa de Magister en Ciencias de la Educación

Resolución 633/2017

PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTA

– INSTRUMENTO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO –

Este instrumento de pesquisa, que visa permitir a coleta de dados, que corresponde unicamente à elaboração de respostas às (12), doze questões, todas de múltipla escolha, seguindo às orientações elaboradas em cada um dos enunciados que antecede cada uma das questões. Se faz necessário registrar que o pesquisador não irá acompanhar o momento de leitura, reflexão e eleição das respostas à cada uma das questões, em respeito à isenção, objetividade e neutralidade essenciais à produção das respostas. Saliente-se que houve (2), dois momentos reservados aos esclarecimentos sobre as intenções dessa pesquisa, momento em que se deu a etapa de contextualização dela; leitura do TCLE, seguida de assinatura em (2), vias originais, aliada ao recebimento e leitura do Protocolo de Número 1, entregues a cada convidado, resultando então, na identificação daqueles que de modo voluntário aceitaram participar dessa Entrevista. As questões nesse instrumento questionário mantêm relação com a proposta de pesquisa, cujo título corresponde: “O LETRAMENTO NAS PRISÕES: LEITURA DAS INTERFACES DO RACISMO ESTRUTURAL COMO ESTRATÉGIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA LIBERDADE PELO PROTAGONISMO FEMININO”.

A seguinte lógica foi definida para a disposição das questões: Se tem a 1ª etapa constituída de (3), três questões, visando à caracterização dos respondentes/voluntários da pesquisa. Em seguida, há a 2ª; 3ª e 4ª etapas. em que estão dispostas questões por sessão neste instrumento. Todas articuladas com o propósito investigativo já delineado pelo título acima mencionado.

1ª Etapa: Caracterização dos sujeitos voluntários da pesquisa. Questão 1: Há quanto tempo você atua como docente em Educação Básica? 1 – () 5 anos; () 10 anos () 15 anos () 20 anos () mais de 21 anos Questão 2: No que se refere à sua vinculação profissional com a rede estadual a que alternativa diz respeito ao seu caso? 2 - () Contratado CLT () Cargo Comissionado () Efetivo () outro regime. Questão 3: Em relação ao tempo em que você atua como docente, em Educação Básica, no Sistema Penitenciário em que há Escolas para pessoas privadas de liberdade, há quanto anos você atua? 3 - () 5 anos; () 10 anos () 15 anos () 20 anos () mais de 21 anos
--

2ª Etapa: Questões com relação ao propósito da pesquisa	
Objetivo específico 1:	Definir ⁹² o papel do letramento como ferramenta de empoderamento e transformação social para mulheres em situação de encarceramento.
Questão norteadora 1:	Qual é o impacto do letramento na promoção da autonomia e empoderamento das mulheres encarceradas?
Questão 4: A leitura é importante por representar uma possibilidade, que é fundamental em processos de ensino por ser... Nesse sentido, eleja (3), três alternativas que segundo a sua formação mantém relação com seu ponto de vista profissional. I. () por ser um exercício cognitivo II. () por ser relacionado à descoberta da decodificação; III. () por ser atrelada à descoberta de realidades individuais; IV. () por ser constituída de implicações de ordem social; V. () por ser comum às atividades pedagógicas VI. () permitir que uma pessoa possa redimensionar sua cultura	

⁹² Taxonomia de Norman Bloom – Nível 1, correspondente ao **Conhecimento** – De acordo com Belhot (2010), a Taxonomia de Bloom é uma estrutura hierárquica utilizada para classificar objetivos educacionais em níveis de complexidade e especificidade.

VII. () por inserir a pessoa em reflexões de ordem psicológicas

VIII. () por ser parte das atividades avaliativas

Questão 5: Que aspectos poderiam ser assinalados como condizentes sob o ponto de vista do letramento? Com isso em mente, eleja (3), três alternativas que segundo a sua experiência profissional seriam pertinentes?

I- () Decifrar e compreender um texto escrito

II- () A leitura associada ao processo individual de, apenas decifrar textos

III- () Compreensão textual

IV- () Ampliação da habilidade de leitura para analisar o texto criticamente

V- () Compreensão do uso da linguagem escrita de modo a atribuir sentido adequado

VI- () Uso eficaz da linguagem, significando-a em contextos sociais

VII- () Decifrar e compreender o significado das palavras e frases em um texto em diversas mídias e gêneros

VIII- () Incorporar práticas de leitura e escrita em contextos sociais, culturais e institucionais diversos

Questão 6: No sistema prisional contemporâneo, é possível afirmar que ele oferece um programa de formação voltado à perspectiva do Letramento, adequado ao desenvolvimento de competências e habilidades de leitura com mulheres sob a tutela do Estado?

() Sim

() Não

() Parcialmente

() Eventualmente;

() Não sei responder

Objetivo específico 2:	Analisar ⁹³ as manifestações do racismo estrutural dentro do ambiente prisional e seu impacto nas experiências das mulheres encarceradas.
Questão norteadora 2:	Como as manifestações do racismo estrutural dentro das prisões influenciam a trajetória de ressocialização das mulheres?
Questão 7: A existência do “Racismo estrutural”, que faz parte da trajetória histórica do Brasil, desempenha como um dos temas presentes, dentre aqueles definidos para estudo no âmbito do Programa de leitura, instituído para mulheres privadas de liberdade sob a tutela do Estado, a partir de que estratégias didáticas? I. () Inclusão de textos literários e não literários que abordem o tema do racismo estrutural, permitindo que as mulheres detidas analisem e discutam diferentes perspectivas sobre o assunto. II. () Realização de debates e rodas de conversa mediadas por educadores especializados, proporcionando um espaço seguro para que as participantes compartilhem suas experiências e reflexões sobre o racismo estrutural. III. () Utilização de recursos visuais, como vídeos e imagens, para ilustrar exemplos concretos de racismo estrutural e suas consequências na sociedade brasileira. IV. () Promoção de atividades de escrita criativa, onde as mulheres possam expressar suas próprias vivências e sentimento em relação ao racismo estrutural e suas implicações em suas vidas. V. () Implementação de oficinas de sensibilização e conscientização, utilizando métodos interativos e participativos para explorar as origens históricas e os impactos atuais do racismo estrutural. VI. () Integração de projetos de leitura com outras áreas do conhecimento, como história, sociologia e direitos humanos, para fornecer uma compreensão mais abrangente do racismo estrutural e suas interconexões com outras formas de opressão. VII. () Estímulo à leitura de obras escritas por autoras negras brasileiras, proporcionando modelos de empoderamento e resistência para as mulheres “encarceradas”: privadas de liberdade. VIII. () Parcerias com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que lutam contra o racismo estrutural, para oferecer palestras, workshops e outras atividades que complementem o programa de leitura e promovam a conscientização e adoção de ações coletivas em prol da consciência de liberdade.	

⁹³ Taxonomia de Norman Bloom – Nível 2, correspondente à Compreensão – conceituar de acordo com Belhot (2010), a Taxonomia de Bloom é uma estrutura hierárquica utilizada para classificar objetivos educacionais em níveis de complexidade e especificidade.

Questão 8: O racismo estrutural é um fenômeno enraizado em políticas, práticas e normas, que têm perpetuado a desigualdade racial em diversas esferas da sociedade. Em razão disso, como você acredita enfrentar esse problema de maneira eficaz? Selecione todas as opções que considera relevantes para combater as raízes e manifestações do racismo estrutural, no âmbito da Educação em sistemas prisionais.

I- ☐ Implementando políticas de ação afirmativa que visam corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de minorias étnicas em áreas como educação e emprego.

II- ☐ Desenvolvendo programas de conscientização e treinamento sobre diversidade e inclusão para empresas, instituições governamentais e organizações da sociedade civil.

III- ☐ Reformando sistemas de justiça criminal para eliminar práticas discriminatórias, como o perfil racial e a criminalização da pobreza.

IV- ☐ Investindo em programas de educação culturalmente relevantes que abordem a história e a cultura das comunidades marginalizadas de forma precisa e inclusiva.

V- ☐ Promovendo a representação e participação política de minorias étnicas em todos os níveis de governo e instituições democráticas.

VI- ☐ Criando espaços seguros e inclusivos para o diálogo intercultural e a troca de experiências entre diferentes grupos étnicos e raciais.

VII- ☐ Todas as alternativas;

VIII- ☐ Nenhuma das alternativas .

Questão 9: Frente ao contexto em que se tem disparidades dentro no sistema prisional, ancoradas em percepções ligadas a pontos de vista comuns à ideia de raça. Considere a partir de sua experiência profissional, se as políticas voltadas à formação mediante a Educação Básica de Jovens e Adultos em sistemas prisionais, elas correspondem de modo adequado ao seu propósito? Por favor, selecione todas as opções que você considera relevantes para promover a equidade e a justiça dentro do sistema prisional.

I- ☐ Implementando medidas para reduzir a seletividade racial nas abordagens policiais e nos processos de prisão.

II- ☐ Desenvolvendo programas de reintegração específicos para comunidades marginalizadas, visando reduzir as taxas de reincidência.

III-- ☐ Promovendo a equidade no sistema judiciário, garantindo o acesso igualitário à representação legal e imparcialidade nos julgamentos;

IV- () Investindo em alternativas ao encarceramento, como programas de justiça restaurativa e penas não privativas de liberdade.

V- () Abordando as condições precárias e o tratamento desigual dentro das instituições prisionais, visando garantir o respeito aos direitos humanos e a dignidade dos detentos.

VI- () Empoderando as comunidades afetadas pelo encarceramento em processos de tomada de decisão e formulação de políticas que impactam o sistema prisional.

VII- () Todas as alternativas

VIII- () Nenhuma das alternativas.

4ª Etapa: Questões com relação ao propósito da pesquisa

Objetivo específico 3:	Categorizar ⁹⁴ desafios e oportunidades do protagonismo feminino como estratégia de resistência e reconstrução da liberdade dentro do sistema prisional.
Questão norteadora 3:	De que forma o protagonismo feminino pode ser estimulado e fortalecido como estratégia de resistência e reconstrução da liberdade no ambiente prisional?

Questão 10: A Realidade do encarceramento promove que desafios para as mulheres sob a privação de liberdade, no que se refere ao desenvolvimento de ações, que tenham em vista o desenvolvimento de competências e habilidades de leitura advindas do Letramento, comprometidas com o protagonismo feminino, impulsionado pela leitura?

Eleja (3) alternativas, que considere sendo fundamentais.

I. () Acesso limitado a materiais de leitura relevantes e educativos dentro do ambiente prisional.

II. () Dificuldades em conciliar o desenvolvimento de competências de leitura com outras responsabilidades, como cuidar dos filhos ou lidar com problemas de saúde mental.

III. () Restrições na participação em programas educacionais devido a problemas de segurança ou superlotação nas prisões.

IV. () Barreiras linguísticas e educacionais que podem dificultar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades de leitura.

V. () Estigma social e autoestima prejudicada, o que pode afetar a motivação e o engajamento em atividades de leitura.

VI. () Falta de apoio institucional e recursos adequados para promover o letramento com mulheres sob privação de liberdade.

⁹⁴ Taxonomia de Norman Bloom – Nível 3, correspondente à **Aplicação** – conceituar de acordo com Belhot (2010), a Taxonomia de Bloom é uma estrutura hierárquica utilizada para classificar objetivos educacionais em níveis de complexidade e especificidade.

VII. () Desafios para aplicar as habilidades de leitura adquiridas dentro da prisão no contexto externo após a libertação: cumprimento da pena.

VIII. () Obstáculos adicionais a assistidos pela perspectiva do letramento: o fato de serem mulheres e negras, que enfrentam, ainda a discriminação de gênero dentro do sistema prisional, tornando ainda mais difícil o acesso ao desenvolvimento de competências de leitura.

Questão 11: A relação entre o conceito de Letramento e as perspectivas de leitura, haja vista o papel dos sentidos relacionados a textos, cuja identidade temática esteja situada a partir de reflexões sobre “liberdade”, seria possível mesmo dentro do contexto prisional, sob que previsões, que incidam sobre o ponto de vista curricular? Eleja, as alternativas de acordo com seus conhecimentos.

I. () o letramento pode oferecer oportunidades de crescimento pessoal e cognitivo, independentemente do ambiente. Desde que haja uma abordagem flexível no currículo prisional, que permita a discussão de temas como liberdade por meio de textos variados e acessíveis.

II. () Desde que os programas educacionais prisionais sejam adaptados para incluir materiais de leitura, que abordem questões de liberdade de forma sensível e construtiva.

III. () as perspectivas de leitura podem ser influenciadas por vários fatores, incluindo a disposição individual do(a) “detento” para se envolver com a leitura.

IV.() A abordagem de temas como liberdade no currículo prisional pode gerar conflitos entre os detentos e dificultar a gestão do ambiente carcerário.

V.() Desde que os educadores tenham treinamento adequado para facilitar discussões sensíveis sobre liberdade e que as “políticas prisionais” apoiem iniciativas educacionais, voltadas à inclusão.

VI.() A prioridade nos currículos prisionais deve ser o ensino de habilidades vocacionais, não a exploração de temas abstratos como liberdade.

VII.() É possível estabelecer essa relação no contexto prisional através de programas educacionais, que incluam materiais de leitura relevantes para os detentos, promovendo reflexões sobre temas como liberdade. Isso pode ser previsto no currículo por meio de políticas de educação prisional que reconheçam a importância do letramento, visando à reintegração social dos indivíduos.

VIII.() Embora teoricamente possível, a implementação prática dessas previsões curriculares pode ser desafiadora devido à falta de recursos, à segurança e à resistência institucional.

Questão 12: Você acredita que programas educacionais específicos, voltados para as mulheres em sistemas prisionais estão adequados para promover práticas de letramento, que possam suscitar condições para reformular o conceito de liberdade?

Eleja alternativas condizentes com sua experiência docente. (experiência profissional)

I- () Em parte sim, porque há cursos de alfabetização funcional: focados em desenvolver habilidades básicas de leitura, escrita e matemática, essenciais para a comunicação e o entendimento do mundo ao redor, frente ao papel social da leitura.

II- () Sim, porque há um programa de educação para a cidadania: Oferecendo conhecimento sobre direitos e responsabilidades civis, bem como sobre o sistema legal e judicial, capacitando as mulheres a compreenderem melhor seus direitos e a se envolverem de forma mais consciente na sociedade.

III- () Sim, porque há capacitação profissional: Provendo treinamento em habilidades práticas, como costura, artesanato, culinária, informática, entre outras, para aumentar as oportunidades de emprego após a libertação.

IV- () Sim, porque há Cursos voltado à habilidades sociais e emocionais para ajudar mulheres a desenvolverem habilidades de resolução de conflitos, comunicação eficaz, gestão do estresse e construção de relacionamentos saudáveis, fundamentais para uma reintegração bem-sucedida na sociedade.

V- () Sim, porque há programas de leitura e escrita criativa: estimulando a expressão pessoal; a reflexão sobre a identidade e experiências individuais, permitindo, que as mulheres expressem suas vozes: narrativas pessoais.

VI- () Não exatamente, mas há ações de educação para a saúde e bem-estar: Fornecendo informações sobre saúde física, mental e emocional, e promovendo práticas de autocuidado e prevenção de doenças, contribuindo para o bem-estar geral das mulheres dentro da prisão.

VII- () Em parte sim, já que há programas educacionais direcionados a mulheres em prisões para que desempenhem um papel mais consciente frente ao letramento, visando à reformulação do conceito de liberdade. Alternativas eficazes podem incluir cursos, que abordem habilidades de comunicação, alfabetização funcional e educação para a cidadania, além de programas de capacitação profissional que ajudem as mulheres a adquirir habilidades práticas para a reintegração na sociedade pós-prisão. (retirar – extenso e explica muito)

VIII- () Sim, porque há clubes de leitura e escrita, que promovem a discussão de livros e textos relevantes, voltados à leitura crítica e escrita reflexiva, visando desenvolver competências e habilidades de expressão pessoal.

IX- () Não exatamente, apesar de haver grupos de discussão e debate para situar diálogos a partir de temas relevantes, como justiça social; direitos humanos e igualdade de gênero, visando à reflexão e o diálogo construtivo entre as participantes.

X- () Em parte sim, porque há tutoria individualizada, que oferece suporte individualizado para mulheres com dificuldades específicas de letramento,

adaptando o ensino às suas necessidades e ritmos de aprendizagem, o que pretende naturalizar habilidades de leitura e escrita.

Em nome da Direção Acadêmica de Pesquisa da UNADES PY PPGE - Programa Brasil, agradecemos à sua valiosa participação, pelo que reiteramos o compromisso para oportunamente fazer-lhe ciente dos resultados dessa pesquisa, com base no relatório que será elaborado, bem como que o arquivo da dissertação estará disponível no ambiente virtual da universidade repositório de teses e dissertações.

Instrumento de Pesquisa balizado pelo orientador em 10/01/2024. Prof. Dr. Dayvison Bandeira de Moura - <http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

-



APÊNDICE G – INSTRUMENTO DE PESQUISA II - EVALUACIÓN DE DOCTORES



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela Ley 4263

Programa de Magister en Ciencias de la Educación

Resolución 633/2017

PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTA

– INSTRUMENTO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO –

Pesquisa intitulada:

“O LETRAMENTO NAS PRISÕES: LEITURA DAS INTERFACES DO RACISMO ESTRUTURAL COMO ESTRATÉGIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA LIBERDADE PELO PROTAGONISMO FEMININO”

(Questões a gestores, professores de língua Portuguesa anos finais: 8º e 9º ano Ensino Fundamental, que atuam em Escolas dentro de unidades prisionais)

Solicito a gentileza da análise desse instrumento, no sentido de verificar se há adequação entre as questões formuladas no questionário e os objetivos propostos, bem como a sua contribuição para sugerir melhorias.

As colunas devem ser assinaladas com (X) se houver ou não, coerência entre perguntas, opções de resposta e objetivos. No caso de a questão ter suscitado dúvida, assinale a coluna com (?), descrevendo se possível, as dúvidas que a questão gerou no espaço reservado para suas observações.

Sem mais para o momento, antecipadamente agradeço por sua atenção e pela gentileza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

A seguinte lógica foi definida para a disposição das questões: Se tem a 1ª etapa constituída de (3), três questões, visando à caracterização dos respondentes/voluntários da pesquisa. Ela irá constar no último quadro. Em seguida, há a 2ª, 3ª e 4ª etapas, em que estão dispostas questões por sessão neste instrumento. Todas articuladas com o propósito investigativo já delineado pelo título acima mencionado.

Quadro 1:

2ª Etapa: Questões com relação ao propósito da pesquisa							
Questões e opções de respostas para a eleição de professores	Objetivos Específicos	Coerência		Clareza			
		Sim	Não ?	Sim	Não ?		
Questão 4: A leitura é importante por representar uma possibilidade, que é fundamental em processos de ensino por ser... Nesse sentido, eleja (3), três alternativas que segundo a sua formação mantêm relação com seu ponto de vista profissional.	Objetivo Específico 1 Definir o papel do letramento como ferramenta de empoderamento e transformação social para mulheres em situação de encarceramento.	x			x		
Questões e opções de respostas para a eleição de professores	Objetivos Específico:	Coerência		Clareza			
		Sim	Não ?	Sim	Não ?		
Questão 5: Que aspectos poderiam ser assinalados como condizentes sob o ponto de vista do letramento? Com isso em mente, eleja (3), três alternativas que segundo a sua experiência profissional seriam pertinentes?	Objetivo Específico 1: Definir o papel do letramento como ferramenta de empoderamento e transformação social para mulheres em situação de encarceramento.	x			x		
Questões e opções de respostas para a eleição de professores	Objetivos Específico:	Coerência		Clareza			
		Sim	Não ?	Sim	Não ?		
Questão 6: No sistema prisional contemporâneo, é possível afirmar que ele oferece um programa de formação voltado à perspectiva do Letramento, adequado ao desenvolvimento de competências e habilidades de leitura com mulheres sob a tutela do Estado?	Objetivo Específico 1: Definir o papel do letramento como ferramenta de empoderamento e transformação social para mulheres em situação de encarceramento.	x			x		

Camaragibe, 09 de fevereiro de 2024 – PE/BR.

Quadro 1a (Utilizar apenas, em caso de “uma questão ter suscitado dúvida, razão pela qual assinalou a coluna com (?)”),

Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____

Quadro 2:

3ª Etapa: Questões com relação ao propósito da pesquisa						
Questões e opções de respostas para a eleição de professores	Objetivos Específicos	Coerência		Clareza		
		Sim	Não ?	Sim	Não	?
Questão 7: A existência do “Racismo estrutural”, que faz parte da trajetória histórica do Brasil, desempenha como um dos temas presentes, dentre aqueles definidos para estudo no âmbito do Programa de leitura, instituído para mulheres privadas de liberdade sob a tutela do Estado, a partir de que estratégias didáticas?	Objetivo Específico 2: Analisar as manifestações do racismo estrutural dentro do ambiente prisional e seu impacto nas experiências das mulheres encarceradas.	x			x	
Questões e opções de respostas para a eleição de professores	Objetivos Específicos	Coerência		Clareza		
		Sim	Não ?	Sim	Não	?
Questão 8: O racismo estrutural é um fenômeno enraizado em políticas, práticas e normas, que têm perpetuado a desigualdade racial em diversas esferas da sociedade. Em razão disso, como você acredita enfrentar esse problema de maneira eficaz? Selecione todas as opções que considera relevantes para combater as raízes e manifestações do racismo estrutural, no âmbito da Educação em sistemas prisionais.	Objetivo Específico 2: Analisar as manifestações do racismo estrutural dentro do ambiente prisional e seu impacto nas experiências das mulheres encarceradas.	x			x	
Questões e opções de respostas para a eleição de professores	Objetivos Específicos	Coerência		Clareza		
		Sim	Não ?	Sim	Não	?
Questão 9: Frente ao contexto em que se tem disparidades dentro no sistema prisional, ancoradas em percepções ligadas a pontos de vista comuns à ideia de raça. Considere a partir de sua experiência profissional, se as políticas voltadas à formação mediante a Educação Básica de Jovens e Adultos em sistemas prisionais, elas correspondem de modo adequado ao seu propósito? Por favor, selecione todas as opções que você considera relevantes para promover a equidade e a justiça dentro do sistema prisional	Objetivos Específicos 2: Analisar as manifestações do racismo estrutural dentro do ambiente prisional e seu impacto nas experiências das mulheres encarceradas.	x			x	
Camaragibe, 09 de fevereiro de 2024 – PE/BR						

Quadro 2a (Utilizar apenas, em caso de “uma questão ter suscitado dúvida, razão pela qual assinalou a coluna com (?)”),

Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____

Quadro 3:

4ª Etapa: Questões com relação ao propósito da pesquisa									
Questões e opções de respostas para a eleição de professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza				
		Sim	Não	?	Sim	Não	?		
Questão 10: A Realidade do encarceramento, promove que desafios para as mulheres sob a privação de liberdade, no que se refere ao desenvolvimento de ações, que tenham em vista o desenvolvimento de competências e habilidades de leitura advindas do Letramento, comprometidas com o protagonismo feminino, impulsionado pela leitura? Eleja (3) alternativas, que considere sendo fundamentais.	Objetivo Específico 3: Categorizar desafios e as oportunidades do protagonismo feminino como estratégia de resistência e reconstrução da liberdade dentro do sistema prisional.	x			x				
Questões e opções de respostas para a eleição de professores	Objetivos Específicos 3	Coerência			Clareza				
Questão 11: A relação entre o conceito de Letramento e as perspectivas de leitura, haja vista o papel dos sentidos relacionados a textos, cuja identidade temática esteja situada a partir de reflexões sobre “liberdade”, seria possível mesmo dentro do contexto prisional, sob que previsões, que incidam sobre o ponto de vista curricular? Eleja, as alternativas de acordo com seus conhecimentos.	Objetivo Específico 3: Categorizar desafios e as oportunidades do protagonismo feminino como estratégia de resistência e reconstrução da liberdade dentro do sistema prisional.	x			x				
Questões e opções de respostas para a eleição de professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza				
Questão 12: Você acredita que programas educacionais específicos, voltados para as mulheres em sistemas prisionais estão adequados para promover práticas de letramento, que possam suscitar condições para reformular o conceito de liberdade? Eleja alternativas condizentes com sua experiência docente. (experiência profissional)	Objetivo Específico 3: Categorizar desafios e as oportunidades do protagonismo feminino como estratégia de resistência e reconstrução da liberdade dentro do sistema prisional.	x			x				

Camaragibe, 09 de fevereiro de 2024 – PE/BR

Quadro 3a (Utilizar apenas, em caso de “uma questão ter suscitado dúvida, razão pela qual assinalou a coluna com (?)”).

Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____

Camaragibe, 09 de maio de 2024 – PE/BR

Quadro 4:

Etapa 1: Questões para a caracterização dos sujeitos/respondentes da pesquisa.	
Questão 1: Há quanto tempo você atua como docente em Educação Básica?	
1 - () 5 anos;	() 10 anos () 15 anos () 20 anos () mais de 21 anos
Questão 2: No que se refere à sua vinculação profissional com a rede estadual a que alternativa diz respeito ao seu caso?	
2 - () Contratado CLT	() Cargo Comissionado () Efetivo () outro regime.
Questão 3: Em relação ao tempo em que você atua como docente, em Educação Básica, no Sistema Penitenciário em que há Escolas para pessoas privadas de liberdade, há quanto anos você atua?	
3 - () 5 anos;	() 10 anos () 15 anos () 20 anos () mais de 21 anos

Camaragibe, 09 de maio de 2024 – PE/BR

Em nome da Direção Acadêmica de Pesquisa da UNADES PY PPGE - Programa Brasil, agradecemos sua contribuição à credibilidade do instrumento para a coleta de dados.

Instrumento avaliado e balizado pelo Prof.(a). Dr.(a) Rita Santana dos Reis
Currículo Lattes/Conacy: <https://lattes.cnpq.br/2040104541418101>

Em: ____/____/____.

Quadro 4:

Etapa 1: Questões para a caracterização dos sujeitos/respondentes da pesquisa.	
Questão 1: Há quanto tempo você atua como docente em Educação Básica?	
1 - () 5 anos;	() 10 anos () 15 anos () 20 anos () mais de 21 anos
Questão 2: No que se refere à sua vinculação profissional com a rede estadual a que alternativa diz respeito ao seu caso?	
2 - () Contratado CLT	() Cargo Comissionado () Efetivo () outro regime.
Questão 3: Em relação ao tempo em que você atua como docente, em Educação Básica, no Sistema Penitenciário em que há Escolas para pessoas privadas de liberdade, há quanto anos você atua?	
3 - () 5 anos;	() 10 anos () 15 anos () 20 anos () mais de 21 anos

Camaragibe, 09 de maio de 2024 – PE/BR

Em nome da Direção Acadêmica de Pesquisa da UNADES PY PPGE - Programa Brasil, agradecemos sua contribuição à credibilidade do instrumento para a coleta de dados.

Instrumento avaliado e balizado pelo Prof.(a). Dr.(a) _____
Curriculo Lattes/Conacity: <https://lattes.cnpq.br/4159034678406361> - (assinar)
Em: 09/05/2024

APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título da dissertação:

O LETRAMENTO NAS PRISÕES: LEITURA DAS INTERFACES DO RACISMO ESTRUTURAL COMO ESTRATÉGIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA LIBERDADE PELO PROTAGONISMO FEMININO

Pesquisador Responsável: Edilene Dias de Araújo

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: UNIVERSIDADE DEL SOL - UNADES

Telefones para contato: (81) 999788777- Email: dilenediasaraujo@hotmail.com

O (A) Sr. (ª) está sendo convidado (a) a participar de pesquisa tendo como título, de responsabilidade da pesquisadora Edilene Dias de Araújo

O LETRAMENTO NAS PRISÕES: LEITURA DAS INTERFACES DO RACISMO ESTRUTURAL COMO ESTRATÉGIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA LIBERDADE PELO PROTAGONISMO FEMININO

O estudo tem como objetivo geral: Analisar⁹⁵ como o letramento pode ser uma estratégia eficaz para a reconstrução da liberdade e o protagonismo feminino em contextos prisionais, considerando as interfaces do racismo estrutural e as condições socioeducacionais de mulheres encarceradas.

Esse estudo começará em Abril de 2024 e terminará em maio de 2024. A metodologia de coleta de dados envolve questionários para analisar as estratégias seguidas pelos entrevistados; os riscos desta pesquisa serão mínimos, porém durante a participação, poderá surgir um desconforto pelo tempo exigido para responder o questionário, ou insegurança quando não souber fornecer alguma resposta às perguntas feitas pelo pesquisador. Para minimizar tais incômodos, as perguntas foram elaboradas com todo cuidado. Terá ainda assistência durante e ao término da

⁹⁵ Taxonomia de Norman Bloom – Nível 1, correspondente ao Conhecimento – De acordo com Belhot (2010), a Taxonomia de Bloom é uma estrutura hierárquica utilizada para classificar objetivos educacionais em níveis de complexidade e especificidade.

pesquisa, para atender os casos específicos se necessário. Além de seu nome, nenhum outro dado pessoal lhe será pedido. Vamos identificá-lo com um código somente. Você nem sempre será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, porém, seu gesto poderá contribuir para o avanço de outras pesquisas e estará colaborando para a construção do conhecimento científico ao contribuir com a construção de uma pesquisa de mestrado. Sempre que desejar, você poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa. Você será informado do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto. Você receberá uma via assinada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, rubricado em todas as páginas.

Tendo sido orientado quanto ao teor deste estudo e compreendido a natureza e o objetivo do mesmo, manifesto meu livre consentimento em participar.

Dados do participante da pesquisa	
Nome:	
Telefone	
"E-mail":	

Recife, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE I – CARTA DE AVAL DO ORIENTADOR



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNA-DES, criada pela Lei 4263

Programa de Masterado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL ORIENTADOR

Declaro para os devidos fins, junto à Diretoria de *Potsgrado da Universidad del sol do Paraguay* que a dissertação intitulada: O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das Interfaces do Racismo Estrutural como Estratégia para Reconstrução da Liberdade pelo Protagonismo Feminino de autoria da estudante de mestrado EDILENE DIAS DE ARAÚJO, compreendeu processos de orientação, ancorado em calendário de pesquisa, no período de março de 2023 a abril de 2024, perfazendo mais de 500 horas, em atenção às expectativas da pesquisa científica. Portanto, a presente dissertação está apta à defesa pública, na cidade “*Asunción*”, capital do “*Paraguay*”, no período de julho de 2024, em conformidade com o calendário de defesa, na instituição supramencionada.

Camaragibe, 25 de maio de 2024.

Prof. Dr. DAYVISON BANDEIRA DE MOURA

Doutor em Ciências da Educação – orientador.

<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

“*E-mail*”: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

APÊNDICE J – CARTA DE AVAL ORTOGRÁFICA



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela Lei 4263

Programa de Masterado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL ORTOGRÁFICA

Declaro para os devidos fins, junto à Diretoria de *Potsgrado da Universidad del sol do Paraguay* que a dissertação intitulada: O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das Interfaces do Racismo Estrutural como Estratégia para Reconstrução da Liberdade pelo Protagonismo Feminino, de autoria da estudante de mestrado EDILENE DIAS DE ARAÚJO. O texto em sua íntegra foi submetido a revisões ortográficas, no que diz respeito também, às normas de regência e concordância verbal, acentuação, incluindo a extensão dos parágrafos no que diz respeito à lógica do uso da linguagem argumentativa, envolvendo o papel semântico dos conectivos e da perspectiva coesiva ligados, aos preceitos da “Linguística Textual”. O conjunto desses preceitos estão imbricados com a metodologia, em correspondência as normas da universidade e da ABNT.

Camaragibe, 25 de maio de 2024.

Prof. Dr. DAYVISON BANDEIRA DE MOURA

Doutor em Ciências da Educação – orientador.

<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

“E-mail”: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

APÊNDICE K – CARTA DE AVAL METODOLÓGICA



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela Lei 4263

Programa de Masterado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL METODOLÓGICA

Declaro para os devidos fins, junto à Diretoria de *PosTgrado da Universidad del sol do Paraguay* que a dissertação intitulada: O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das Interfaces do Racismo Estrutural como Estratégia para Reconstrução da Liberdade pelo Protagonismo Feminino, de autoria da estudante de mestrado EDILENE DIAS DE ARAÚJO. A referida investigação foi devidamente revisada sob diferentes primas comuns à Metodologia estando de acordo com as normas da Universidade – UNADES e, atrelada a fundamentos comuns aos parâmetros da Normalização – ABNT. Além disso, a revisão se deteve ao emprego de preceitos teóricos e metodológicos, incluindo o emprego das técnicas adotadas em relação à organização; apresentação; análise e discussão dos dados, que permitiram os resultados da mencionada dissertação.

Camaragibe, 25 de maio de 2024.

Prof. Dr. DAYVISON BANDEIRA DE MOURA

Doutor em Ciências da Educação – orientador.

<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

“E-mail”: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

APÊNDICE L – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (FRANCÊS)



UNIVERSIDAD DEL SOL - UNADES, criada pela lei 4263

Programa de Masterado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL TRADUÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto à Diretoria de Pós-graduação da Universidad del Sol, com sede em Asunción — Paraguay, que o resumo da dissertação intitulada: O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das interfaces do racismo estrutural como estratégia para a reconstrução da liberdade pelo protagonismo feminino, de autoria da estudante de mestrado EDILENE DIAS DE ARAÚJO, em sua íntegra, foi submetido à tradução para Língua Estrangeira - Francês, referente às normas ortográficas e gramaticais do idioma estrangeiro em tela, incluindo a extensão dos parágrafos e a lógica do uso da linguagem argumentativa. Esses preceitos estão imbricados com a metodologia, em correspondência com as normas da universidade e da ABNT.

Recife, 10 de junho de 2024.

Prof. Ms. RONALDO MIGUEL DA SILVA/Prof. s. R ALDO MIGUEL DA HORA

Mestre em Ciências da Educação - UNADES/PY

Licenciado em Língua Portuguesa e Francesa — UFPE/BR

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2277249312521672>

E-mail: ronaldodahora@gmail.com

APÊNDICE M – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (ESPAÑHOL)



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela Lei 4263

Programa de Masterado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL TRADUÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto à Diretoria de ***Potsgrado da Universidad del Sol***, com sede em Asunción - Paraguay, que o resumo da dissertação intitulada: **O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das interfaces do Racismo estrutural como estratégia para a reconstrução da Liberdade pelo protagonismo feminino**, de autoria da estudante de mestrado **Edilene Dias de Araújo**, em sua íntegra, foi submetida a tradução para a Língua Estrangeira - Espanhola, referente às normas ortográficas e gramaticais do idioma estrangeiro em tela, incluindo a extensão dos parágrafos e a lógica do uso da linguagem argumentativa. Esses preceitos estão imbricados com metodologia, em correspondência com as normas da universidade e da ABNT.

Camaragibe, 18 de junho de 2024.

Prof. Dr. DAYVISON BANDEIRA DE MOURA

Doutor em Ciências da Educação – orientador.

<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

“E-mail”: analistadodiscursos.bandeira.pe@gmail.com

**APÊNDICE N – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA
(INGLÊS)**



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela Lei 4263

Programa de Masterado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL TRADUÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto à Diretoria de ***Potsgrado da Universidad del Sol***, com sede em Asunción - Paraguay, que o resumo da dissertação intitulada: **O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das interfaces do Racismo estrutural como estratégia para a reconstrução da Liberdade pelo protagonismo feminino**, de autoria da estudante de mestrado **Edilene Dias de Araújo**, em sua íntegra, foi submetida a tradução para a Língua Estrangeira - Inglesa, referente às normas ortográficas e gramaticais do idioma estrangeiro em tela, incluindo a extensão dos parágrafos e a lógica do uso da linguagem argumentativa. Esses preceitos estão imbricados com metodologia, em correspondência com as normas da universidade e da ABNT.

Camaragibe, 10 de junho de 2024.

Prof. Ms. Saulo Guimarães Santos

APÊNDICE O – CARTA DE AVAL DO REVISADOR DA ABNT

Eu, Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra, CPF 011.752.154-06, formado em Letras pela UFPB – Universidade Federal da Paraíba, declaro, para os devidos fins, que realizei a revisão textual, gramatical e de adequação às normas da ABNT do trabalho acadêmico apresentado, verificando aspectos de padronização, organização das referências, formatação e correção linguística.

A revisão foi conduzida com base nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), buscando garantir maior clareza, correção e adequação acadêmica ao material analisado.

Declaro que o trabalho revisado se encontra adequado às normas técnicas de formatação e apresentação acadêmica estabelecidas pela ABNT.

Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra

CPF: 011.752.154-06

Formação: Letras – UFPB

APÊNDICE P – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela lei 4263

Programa de Masterado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro para os devidos fins, junto à Diretoria de *Potsgrado da Universidad del sol do Paraguay*, EU, EDILENE DIAS DE ARAÚJO, inscrita na cédula de identidade nº 3.536.618 SDS/PE, cuja Matrícula é MCE BR 053, autora da pesquisa da dissertação: O LETRAMENTO NAS PRISÕES: Leitura das Interfaces do Racismo Estrutural como Estratégia para Reconstrução da Liberdade pelo Protagonismo Feminino, que estou ciente de meu compromisso em seguir às orientações e/ou determinações dos membros da banca, registrados em ata, quanto a possíveis alterações necessárias à legitimidade da investigação desenvolvida, frente aos estudos pertinentes ao Marco Teórico; Metodológico; Analítico. E, por sua vez, no que se referir aos compromissos firmados com essa pesquisa, quando de sua planificação. Isso em respeito à soberania da decisão da banca avaliadora, em face de sua autonomia em dirimir - à luz de sua experiência - a coerência e correspondência com os ditames da pesquisa científica.

Camaragibe, 25 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
 EDILENE DIAS DE ARAUJO
 Data: 03/03/2026 00:13:38-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

EDILENE DIAS ARAÚJO

<http://lattes.cnpq.br/2867887687976344>.

Graduada em Licenciatura em Matemática – Mestranda.

Especialista em Psicopedagogia

“E-mail”: dilenediasaraujo@hotmail.com